

Línguas Minoritárias e Variação Linguística



Coordenação

Lurdes de Castro Moutinho

Rosa Lídia Coimbra

Alberto Gómez Bautista



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Línguas Minoritárias e Variação Linguística

COORDENADORES

Lurdes de Castro Moutinho, Rosa Lídia Coimbra, Alberto Gómez Bautista

EDITORA

UA Editora

Universidade de Aveiro

Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia

1.^a edição – novembro 2020

ISBN

978-972-789-656-1

DOI

10.34624/rj68-vz44

APOIOS

universidade de aveiro  dlc departamento de línguas e culturas
cllc centro de línguas, literaturas e culturas

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04188/2020

Nota introdutória

No dia 6 de dezembro de 2019, realizou-se, no Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC) da Universidade de Aveiro, Portugal, as *I Jornadas em Línguas Minoritárias*, tendo como comissão organizadora os editores do presente volume, Lurdes de Castro Moutinho (Professora Associada, CLLC, Universidade de Aveiro), Alberto Gómez Bautista (Professor Adjunto Convidado do ISCAL/ CLLC, Universidade de Aveiro) e Rosa Lúcia Coimbra (Professora Auxiliar, DLC/CLLC, Universidade de Aveiro).

A comissão científica do evento integrou ainda os professores Helena Rebelo (CLLC/Universidade da Madeira), Maria Teresa Roberto (CLLC, Universidade de Aveiro), Maria Teresa Tedesco Vilar do Abreu (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Maria Victoria Navas (Universidade Complutense de Madrid), Vera Ferreira (CIDLeS; ELAR, SOAS University of London) e Xosé Luís Regueira (ILG, Universidade de Santiago de Compostela).

Com este evento, pretendeu-se aprofundar temáticas relacionadas com a investigação científica sobre línguas minoritárias, no âmbito da descrição, prescrição e normalização, com foco em contacto linguístico, influência da língua dominante, descrição gramatical, estudos fonéticos, estudos prosódicos e aspetos sociolinguísticos, tendo os trabalhos incluído conferências, comunicações orais e sessão de pósteres.

De entre as comunicações apresentadas no evento, após uma revisão científica por pares, foram seleccionadas algumas delas, sendo a sua publicação da responsabilidade da Comissão Organizadora do evento.

Os editores

Índice

Conferências plenárias

- Tabita Fernandes
 Contatos linguísticos na Amazônia brasileira e línguas minoritárias
 contemporâneas: O caso da língua Tembé Tenetehára..... 6
- Xosé Xulio Regueira
 Contacto, estándar e ideoloxías: a lingua galega na esfera pública 27

Comunicações

- Alberto Gómez Bautista
 As Variedades Linguísticas Leonesas de Zamora em Contacto com a Língua
 Mirandesa 53
- Isabel Sofia Calvário Correia, Rui Pedro Santos de Oliveira, Joana Rita S. Conde e Sousa
 Como dura o tempo. Expressões com valor aspectual em Língua de Sinais
 Portuguesa 63
- Isabel Sofia Calvário Correia, Escola Superior de Educação, Neuza Alexandra Marcelino
 Santana, Rafaela Cota da Silva
 Duas línguas e duas interlínguas? Influência do português na Língua de Sinais
 Portuguesa 91
- Lidia Gómez Martínez
 Os falantes funcionais de orixe galega: entre a instrumentalización e o cambio
 lingüístico 118
- Luís Fernando Pinto Salema, Lurdes de Castro Moutinho
 Línguas em contacto: alguns contributos do português para a pronúncia do judeu-
 espanhol dos sefarditas de Tessalónica 133
- María Álvarez de la Granja
 Análise da conxugación verbal no *Corpus de textos galegos escritos por estudantes no
 ámbito académico* (CORTEGAL) 150
- Matthew Stephen Stuckwisch
 Corretor ortográfico e corpus linguístico: matar dois coelhos com uma só
 cajadada 174
- Paulo Osório, António Cassange
 Português e Kimbundu: História e Variação Lexical 188

Conferências plenárias

**CONTATOS LINGUÍSTICOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA
E LÍNGUAS MINORITÁRIAS CONTEMPORÂNEAS:
O CASO DA LÍNGUA TEMBÉ TENETEHÁRA**

Tabita Fernandes da Silva

**CONTATOS LINGUÍSTICOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA
E LÍNGUAS MINORITÁRIAS CONTEMPORÂNEAS:
O CASO DA LÍNGUA TEMBÉ TENETEHÁRA**

**LANGUAGE CONTACTS IN THE BRAZILIAN AMAZON
AND CONTEMPORARY MINORITY LANGUAGES:
THE CASE OF THE TEMBÉ TENETEHÁRA LANGUAGE**

Tabita Fernandes da Silva
(Universidade Federal do Pará)

Resumo

Este artigo toma como objeto de estudo a língua Tembé Tenetehára, cujos falantes vivem na Amazônia brasileira, precisamente no estado do Pará, região norte do Brasil. A Amazônia brasileira é conhecida como um espaço de encontro entre povos, línguas e culturas de matizes diversos. Tanta diversidade vem sendo progressivamente alterada em virtude dos processos históricos defraglados na região, tendo como uma de suas graves conseqüências, o desaparecimento de várias línguas e a perda iminente de muitas outras que, na condição de línguas minoritárias, encontram-se em situação de ameaça. Parto de uma retrospectiva dos contatos linguísticos ocorridos na Amazônia brasileira desde o início da colonização, no século XVI, e das políticas linguísticas operantes no período colonial para discutir a estreita relação destes com a atual configuração das línguas minoritárias existentes na referida região. Sob esse viés, trato da trajetória histórica do povo Tenetehára e das relações dessa dinâmica histórica com a atual situação da língua indígena Tembé falada por esse povo na atualidade. O suporte teórico deste estudo advém, principalmente, da área Línguas em Contato (Weinreich, 1953; Thomason, 2001; Tarallo & Alkmin, 1978), Política Linguística (Calvet, 2007; Lagares, 2018), da Linguística Indígena (Rodrigues, 1985; 2000; 2016; Cabral & Rodrigues, 2011 e de estudos específicos sobre o povo e a língua Tembé (Wagley & Galvão, 1995; Gomes, 2002; Carvalho, 2001 e Silva, 2010), entre outros. O estudo argumenta para a visão de que qualquer sucesso de continuidade linguística da língua Tembé advém do esforço do próprio povo, uma vez que a língua Tembé resiste como língua minoritária, sem políticas linguísticas efetivas que lhe favoreçam a continuidade e a permanência.

Palavras-chave

Língua Tembé Tenetehára, línguas minoritárias, contato linguístico, Amazônia brasileira, política linguística.

Abstract

This paper takes as its object of study the Tembé Tenetehára language, whose speakers live in the Brazilian Amazon, precisely in the state of Pará, in the northern region of Brazil. The Brazilian Amazon is widely known as the place where the encounter of languages, populations and cultures of different shades takes place. Such a rich diversity has been progressively altered due to the historical processes unfolded in the region, having as one of its serious consequences, the vanishing of several languages and the imminent loss of many others which, as minority languages, are under threat. I start with a retrospect of the linguistic contacts that have occurred in the Brazilian Amazon since the beginning of the colonization process, in the 16th century, and of the linguistic policies operating in the colonial period to discuss their close relationship with the current configuration of the minority languages existing in that region. Under this perspective, I approach the historical trajectory of the Tenetehára people and the relationship between this historical dynamic and the current situation of the Temb  indigenous language spoken by these people today. The theoretical support of this study comes mainly from the Languages in Contact (Weinreich, 1953; Thomason, 2001; Tarallo & Alkmin, 1978), Linguistic Policy (Calvet, 2007; Lagares, 2018), Indigenous Linguistics (Rodrigues, 1985; 2000; 2016; Cabral & Rodrigues, 2005) and specific studies on the Temb  people and language (Wagley & Galvão, 1995; Gomes, 2002; Duarte, 1997; Eir , 2001; Carvalho, 2001 and Silva, 2010), among others. The study discusses that any success concerning linguistic continuity of the Temb  language is owed to the people themselves, since the Temb  language resists as a minority one, under intense pressure from the official language, Portuguese, without effective linguistic policies that favor continuity and permanence.

Keywords

Temb  Tenetehára language, minority languages, linguistic contact, Brazilian Amazon, linguistic policy.

1. INTRODU O

Com o início da coloniza o da Amazônia brasileira, no século XVI, começou a ser gestada a constru o de uma nova reordena o das línguas faladas pelos indígenas habitantes do território. Não dispomos das informa es precisas de quais eram as dinâmicas l ngu sticas entre os povos que habitavam o território brasileiro no período pré-cabralino, mas, conhecendo a natureza intrinsecamente mutante das línguas e as lutas pelo poder, tão característica dos seres humanos, pode-se inferir que culturas e línguas entravam em contato praticando algum tipo de troca cujos efeitos não foram passíveis de mensura o ou de observa o. Dessa forma, compreendemos que as línguas e culturas encontradas pelos colonizadores não existiam em estado de pureza intocada nem em estado de imobilidade.

Com a coloniza o, no entanto, pela sua característica fortemente predatória, expansionista e excessivamente supremacista, a natureza mutante e variável de línguas e culturas sofreu uma exacerba o, provavelmente, nunca antes experimentada pelos povos da Amazônia brasileira. Essa experiência de contato com os colonizadores de outro continente, a partir do século XVI, tem

relação direta, em nosso ponto de vista, com os rumos da continuidade histórica dos povos indígenas e com as configurações que línguas e culturas assumiram a partir de então. Além disso, as formas de existência e sobrevivência, na atualidade, dessas línguas e culturas, também são parte do saldo legado pelos representantes do espírito do poder colonial que ainda impera em nossos dias.

Este trabalho tem a língua indígena Tembé Tenetehára¹ como objeto de estudo, tomada no contexto da colonização da Amazônia paraense. Para isso, além de nos basearmos nas obras já mencionadas, bem como nas que ainda o serão no corpo deste texto, nossas pesquisas e convivência com o povo Tembé subsidiam esta reflexão.

A língua Tembé, hoje, sobrevive em situação de língua minorizada e consideramos que a chegada a esse estado tem estreita relação com a história dos contatos vivida por esse povo e com a difícil e delicada questão das políticas linguísticas brasileiras. Outrossim, a discussão será encaminhada levando em consideração que, a despeito da história comum que toca a todos os povos indígenas, cada povo tem um modo particular de reagir frente às circunstâncias que lhe são impostas ou que lhe sobrevivem, a partir de suas possibilidades e que, assim sendo, os resultados serão diferentes.

Assim, entendemos que o destino de um povo não está fadado, simplesmente, ao desejo e decisão de um poder inabalável que, supostamente, decide, age e tudo acontece ao sabor dessa vontade. Há formas de reagir e de resistir bem como há circunstâncias que escapam ao poder e ao controle. Na trajetória histórica do povo Tembé Tenetehára², é possível observar a forte relação entre os contatos estabelecidos por esse povo, alguns dos quais forçosos e inevitáveis, o conseqüente jogo de perdas e manutenções de sua língua frente à hegemonia do português, bem como as reações e respostas desse povo em um contexto de espera quase eterna por políticas linguísticas efetivas que lhe sejam favoráveis.

2. CONTATOS LINGUÍSTICOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Os contatos entre línguas indígenas com o português na Amazônia brasileira quando da colonização da região, no século XVI, ainda permanece vivo, hoje, em um contexto histórico, político e social diferentes, mas, por inacreditável que possa parecer, mantendo tensões similares, entre outras, a pressão do português sobre as línguas indígenas que ainda são faladas por determinados povos indígenas. Este é o caso do povo Tembé e de sua língua.

¹ Optamos por usar, inicialmente, o termo Tembé Tenetehára para indicar que esta, junto com o Guajajára, é uma das vertentes atuais da língua que era falada pelo povo Tenetehára.

² Doravante Tembé

A concepção de línguas em contato que sustenta esta discussão está vinculada às ideias de Weinreich (1953), Thomason (2001), Tarallo e Alkmin (1987), para quem as situações de línguas em contato têm significativa relevância para o conhecimento da história das línguas, trazem algum tipo de interferência ou influência para as línguas envolvidas, induzem a mudanças e, dependendo das circunstâncias do contato, pode levar ao surgimento de uma nova língua ou ao desaparecimento dessas línguas.

Os colonizadores portugueses encontraram na Amazônia brasileira uma realidade linguística numerosa e variada. Embora haja divergência quanto à quantidade de línguas naquele momento, as pequenas diferenças encontradas entre os estudiosos não diminuem a veracidade da abundância de línguas que havia na região. Para Loukotka (1968), na América do Sul havia 1500 línguas das quais 718 eram faladas na atual Amazônia brasileira. A estimativa de Rodrigues (2000, pp. 24-25) era a de que 1.273 línguas indígenas eram faladas no atual território brasileiro, 495 das quais o eram na atual Amazônia brasileira.

Em publicação posterior, Rodrigues (2016, p.187) propõe a seguinte estimativa de línguas indígenas na atualidade, faladas em território brasileiro,

Embora existam hoje no Brasil cerca de 220 povos indígenas, o número de línguas indígenas ainda faladas é um pouco menor, cerca de 180, pois mais de vinte desses povos agora falam só o Português, alguns passaram a falar a língua de um povo indígena vizinho e dois, no Amapá, falam o Crioulo Francês da Guiana. A população total dos povos indígenas é agora de cerca de 190.000 pessoas, mas destas só cerca de 160.000 falam as 180 línguas indígenas. Isto implica numa média de menos de 9000 falantes por língua. Como, naturalmente, a distribuição é desigual, algumas dessas línguas são faladas por cerca de 20.000 pessoas ao passo que outras o são por menos de 20. (Rodrigues, 2016, p.187)

Comparando-se os dois quantitativos de línguas indígenas do passado com o do presente, nota-se a queda vertiginosa, tanto no número de línguas, quanto no número de falantes das línguas sobreviventes nesse espaço de tempo.

Freire (2003) apresenta uma análise de importância inegável sobre a história social das línguas na Amazônia, privilegiando as tensões entre as línguas indígenas, a Língua Geral Amazônica³ e o português. O autor desenvolve a análise, relacionando a trajetória das línguas às políticas linguísticas implementadas por diferentes instâncias do poder à época. Uma das contribuições de Freire, a partir dessa análise, foi oferecer compreensão para o que ocorreu em termos de deslocamentos linguísticos, entre o povo, no percurso de várias gerações, que “transformou” o índio tribal, monolíngue em língua vernácula (indígena), no caboclo monolíngue

³ Também conhecida como Nheengatu, a Língua Geral Amazônica foi falada em áreas da Amazônia e hoje, especificamente, na região do Rio Negro, onde foi reconhecida como língua cooficial no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), recebeu a denominação de Língua Geral Amazônica por Aryon D. Rodrigues (Rodrigues 1986:102; 1998: 327; 1996,10).

em português, assumindo marcas identitárias diversas nesse entremeio: índio manso, tapuia, civilizado. A esse respeito, o autor apresenta um esquema que vale a pena rerepresentar, adaptando-o:

Quadro 1 - Adaptado de Freire (2003, p. 160)

	SITUAÇÃO LINGUÍSTICA	REFERÊNCIAS IDENTITÁRIAS
1	Monolinguismo (LV) ⁴	Índio tribal, ‘selvagem’, ‘brabo’
2	Bilinguismo (LV – LGA) ⁵	Índio ‘manso’
3	Monolinguismo (LGA)	Índio ‘tapuia’
4	Bilinguismo (LGA – LP) ⁶	Índio ‘civilizado’
5	Monolinguismo (LP)	‘Caboclo’ – paraense, amazonense

Essa reordenação de línguas e a função social delas, em gerações diferentes, foram oriundas de uma confluência de fatores, orbitando em torno do contato linguístico. De acordo com Freire:

O ritmo e a natureza de cada fase desse processo que transforma o índio ‘selvagem’ em ‘paraense’ ou ‘amazonense’ depende do tipo de contato, do lugar em que ele ocorre e das práticas sociais, incluindo aí casamentos mistos, mestiçagem, escolaridade, atividades religiosas, fluxo de imigrantes europeus e nordestinos, sistemas de comércio e de transporte, enfim, o próprio processo de urbanização. (Freire, 2003, p.160)

Importa refletir que as modificações ocorridas na configuração linguística das línguas indígenas brasileiras, no período colonial, não incidiram tão-somente no quantitativo de línguas e de falantes, mas nas funções sociais que essas línguas foram assumindo ao longo do tempo. É bastante evidente que os contatos entre europeus e indígenas na Amazônia brasileira, encaminhados por uma política expansionista e de dominação dos povos indígenas, foram o grande deflagrador de toda a reordenação e reconfiguração linguística da região conforme subsumido no quadro 1, anteriormente apresentado.

A cada novo interesse dos agentes do poder colonial mudava-se a política linguística, fosse a conduzida pelos religiosos, como os padres jesuítas, fosse a conduzida pelos administradores locais da coroa portuguesa. A esse respeito convém rememorar alguns momentos em que os interesses do poder colonial interferiram diretamente na realidade linguística da região. Freire (2003, p. 96) elenca cinco desses momentos: a) a prática dos intérpretes (século XVI e início do XVII); b) a escolha do tupinambá e sua expansão (1616 – 1686); c) a normatização da Língua Geral

⁴ LV: Língua Vernácula (cada língua indígena falada por um povo indígena em particular)

⁵ LGA: Língua Geral Amazônica

⁶ LP: Língua Portuguesa

e sua reprodução (1686 – 1757); d) as propostas de portugalização; e) a hegemonia da língua portuguesa (a partir de 1850).

Tão grande variedade linguística trouxe, no início da colonização, grande dificuldade de comunicação, principalmente, para os colonizadores. Por causa disso, entraram em cena os intérpretes indígenas, como se lê nos relatos de várias expedições de espanhóis, ingleses, portugueses à região. Os “intérpretes” ou “línguas”, inicialmente, foram indígenas que faziam a mediação linguística que permitia a comunicação entre colonizadores europeus e indígenas. Com o tempo, houve a formação desses mediadores nos próprios colégios jesuítas do litoral. Tanto índios, quanto mamelucos desempenharam esse papel. Na Amazônia os intérpretes também tiveram sua atuação, mas acabaram se especializando nas línguas não-tupí, uma vez que os não indígenas logo aprenderam a se comunicar por meio do Tupinambá.

No Maranhão e Grão-Pará, desde cedo, missionários, moradores portugueses e índios de diferentes filiações lingüísticas foram adquirindo uma capacidade discursiva na língua tupinambá, delimitando a atuação dos intérpretes às línguas de filiação não-tupí, denominadas genericamente de “tapuias”, consideradas pelos jesuítas como ‘línguas travadas’. Nesse caso, a sua função era a de atuar nos primeiros contatos como ‘embaixadores’, enviados a grupos falantes dessas línguas, a quem deviam persuadir a descer para as aldeias de repartição (Barros, 1994 a; 1994 b; 1986 *apud* Freire, 2003, p.98).

Com o desaparecimento de muitas línguas indígenas e em virtude da proximidade linguística entre a língua brasílica, falada no litoral, com a língua dos índios Tupinambá, o tupinambá veio a ser a língua de contato entre indígenas e missionários. Com o tempo, essa língua passou a ser a língua de contato tanto de índios de base tupí, quanto dos de base não tupí. Essa língua teve forte incentivo dos missionários, de modo que passou a ser a língua da catequese. Foi a partir desse tupinambá oral, destribalizado e falado por muitas etnias distintas, que surgiu a Língua Geral Amazônica.

A língua Geral Amazônica aqui é considerada como “uma versão do Tupinambá, desenvolvida fora das aldeias Tupinambás, porém conservando relacionamento genético com o subramo III da família linguística Tupí-Guaraní, assim como o Tupinambá, o Tupí Antigo e a Língua Geral Paulista (Cabral e Rodrigues, 2011) conforme a classificação interna dessa família feita por Rodrigues (1985).

Desta forma, o tupinambá, transformado em Língua Geral, se expandiu por todo o vale amazônico, se diferenciando do tupinambá original, enquanto este último minguava, confinado nas vilas do Conde, Caeté e Azevedo, onde seus falantes foram encontrados em 1775, “quase sem nome e fama”, pelo ouvidor Sampaio (1985:24 *apud* Freire, 2003, p 102.)

O investimento na Língua Geral Amazônica foi alto. Houve esforço tanto por parte dos missionários quanto do poder colonial. A LGA foi sistematizada, normatizada e escrita. Nessa língua foram escritos dicionários, gramática, catecismos, canções, orações, peças de teatro etc.

Assim como o tupinambá esteve a serviço dos interesses do poder, a LGA também serviu a vários interesses, inclusive o de servir como importante instrumento de evangelização e esteve sob o controle dos missionários por incisiva orientação do rei de Portugal.

O desinteresse pela LGA começou quando as divergências entre religiosos e administradores locais entraram em cena. Com as lutas pela posse do território surgiu a necessidade de definir e demarcar o território português, sendo a língua, uma das formas escolhidas para tal. Assim, iniciaram as tentativas de portugalização da Amazônia brasileira e consequente restrição de uso da LGA até sua total proibição pelo Marquês de Pombal em 1727. A partir de então, índios e não-índios foram convocados a falar e a aprender o português, língua que se tornou hegemônica, desde então, até os dias de hoje.

Nota-se que, em cada momento histórico, as manobras e estratégias revelaram as línguas como instrumentos fundamentais de sobrevivência de uma sociedade. Isso ficou muito evidente na história da Amazônia brasileira em que o desconhecimento das línguas faladas na região, por parte do colonizador, tornou-se um grande obstáculo à política de apropriação dos conhecimentos da região. Foi o reconhecimento desse obstáculo que fez emergir estratégias que tornassem possíveis a comunicação entre falantes de línguas distintas.

Cada uma das estratégias que se constituíram como parte da política linguística daquele momento terminaram por redirecionar e reorientar a dinâmica das línguas para o caminho desejado pelos representantes do poder colonial. Ações que, mesmo não tendo o rótulo explícito de política linguística, assim o foram. E desde sempre, tais decisões que mencionamos anteriormente, foram políticas linguísticas a serviço do poder e dos interesses coloniais. Embora o poder religioso não estivesse em plena sintonia com o poder político-econômico, em nenhum dos casos, tal falta de sintonia favoreceu os povos indígenas subalternizados, para a continuidade de suas línguas. Mesmo quando foi permitido o livre exercício das línguas indígenas, este esteve ora a serviço da catequese ora a serviço das frentes de exploração econômica.

Assim, o conjunto de estratégias adotadas redundou em uma desestabilização das vidas dos povos indígenas a começar pelas perseguições que resultavam em migrações forçadas, pelos apresamentos, pelos descimentos às aldeias de repartição e por tantas outras formas de subjugar que causaram profundas interferências nos modos de usufruir a terra, nas práticas culturais e nas línguas desses povos.

Embora não tenha sido a realidade de todos os povos indígenas da Amazônia brasileira, grande parte vivenciou os “deslocamentos” que forçaram a uma dinâmica diferente de vida, alterando, de modo abrupto, em alguns casos, de modo lento, em outros, a vida desses povos, durante gerações, ao ponto de reconfigurar completamente a realidade linguística da Amazônia

brasileira, levando, em muitos casos, à extinção de muitas línguas que ficaram soterradas, lá mesmo, no período colonial.

Se esta não foi a realidade de todos os índios na Amazônia brasileira, uma importante pergunta a ser feita é: como e por quais meios, outros povos conseguiram escapar e atravessar tantos séculos de contato intenso e chegar ao século XXI ainda falando uma língua materna indígena e ainda realizando práticas culturais tradicionais de seus ancestrais? Esse foi o caso do povo Tembé que atravessou séculos de dominação, fazendo-se acompanhar de sua língua materna, em pleno século XXI.

3. OS ÍNDIOS TEMBÉ: ORIGEM, HISTÓRIA, MIGRAÇÃO E CONTATO

É fato que o povo Tembé atravessou séculos de contato, driblando e superando um sem-fim de vicissitudes e adversidades. A essa altura, uma importante questão que se ergue e se constitui no fio condutor desta reflexão é a seguinte: “em que estado chegam os Tembé ao século XXI?” Para dar conta de responder a essa pergunta importa percorrermos, sucintamente, a trajetória histórica desse povo desde que foram localizados pela primeira vez na historiografia brasileira. Antes de iniciar esse percurso, importa esclarecer que a quase totalidade das informações históricas sobre o povo Tenetehára recorre ao trabalho de Gomes (2000), o trabalho mais denso até o presente sobre a história desse povo.

Os índios Tembé, assim denominados, atualmente, descendem do povo Tenetehára, cuja localização primeira foi em 1613, no Rio Pindaré, estado do Maranhão, por meio de uma pequena patrulha exploratória enviada pelo Senhor de La Ravardière com o fim de conhecer os rios e os povos habitantes daquelas terras do Maranhão (Gomes, 2002, p. 105).

Embora tentativas de colonização do Maranhão tenham ocorrido anteriormente, o processo de colonização do Maranhão iniciou, efetivamente, em 1615, quando da expulsão dos franceses da região e durou até 1822, época da independência do Brasil. Segundo Gomes, a história dos Tenetehára está intrinsecamente ligada à história do Maranhão (Gomes, 2002, p. 107).

Esse autor propõe uma periodização da história dos Tenetehára, dividida em cinco períodos sequenciais, compreendidos entre 1613 a 2000. Toma como critério a predominância de modos particulares de relações interétnicas entre os Tenetehára e os brasileiros (ou portugueses). O autor propõe os seguintes períodos (Gomes, 2002, p. 112): 1) -Formação das relações interétnicas (1613 – 1759), assim subdividida: -fase da escravidão: 1616 – 1652; -fase da servidão: 1653 -1759. – 2) Libertação e transição: 1760-1840. – 3) Clientelismo e política indigenista imperial: 1840 – 1889. 4) - Transição republicana e Rebelião do Alto Alegre – 1990 – 1910. 5)- Política Indigenista do século XX: SPI/ FUNAI: 1910-1985.

Embora não tratemos de todos esses períodos propostos pelo autor, é possível perceber que a mesma visão que os colonizadores tinham sobre os indígenas, largamente demonstrada nos períodos de escravidão e de servidão, estendeu-se aos períodos seguintes e até os dias atuais.

Logo no início dos contatos com os colonizadores, os Tenetehára enfrentaram, como a maioria dos índios no Brasil, o período da escravidão. No Maranhão, os índios logo cedo se tornaram um artigo de disputa entre os conquistadores. Embora vivessem em uma terra que lhes possibilitava um acentuado isolamento e não despertasse interesse econômico, ainda assim, os Tenetehára foram perseguidos, alcançados e escravizados. Foi logo após sucessivos ataques e dizimação quase total dos índios Tupinambá, que duas expedições escravistas alcançaram os Tenetehára e levaram parte deles como escravos.

A primeira expedição, movida pela notícia de que haveria ouro na região do Pindaré, foi comandada por Bento Maciel Parente em 1616, que resultou em embates ferrenhos com os Tenetehára e pesadas desvantagens para estes (Wagley e Galvão, 1961, p. 24). A segunda expedição portuguesa, de 1640, foi conduzida pelo capitão-mor do Pará, Lucena de Azevedo, com o claro e oficial propósito de prear índios. A ideia era capturar índios para o trabalho escravo nas fazendas de um capitão-mor, Lucena de Azevedo, ou para serem vendidos como escravos (Gomes, 2002, p. 141).

Com a expulsão dos franceses, os portugueses se apressaram em organizar a economia do Maranhão, procedendo à distribuição de terras, estabelecendo fazendas de tabaco e cana-de-açúcar. Para isso, planejaram ter como mão-de-obra gratuita os índios Tupinambá e os demais que haviam ficado na ilha e nos arredores de São Luís, quando da expulsão dos franceses. (Gomes, 2002, p. 126).

Segundo Gomes, esses encontros com os colonizadores foram marcados por contato forçado, de natureza invasiva, violento e cruel que resultou na escravização dos índios Tenetehára, gerando, nestes, medo e repúdio aos portugueses com quem haviam entrado em contato. Esses contatos interétnicos sempre partiram da concepção de que, de um lado, havia os colonizadores, o grupo superior e, de outro, os índios, a contraparte inferior. Foi uma relação profundamente marcada pela supremacia dos conquistadores.

Após um doloroso período de escravidão, o novo tipo de relação, com novas peculiaridades, foi o período conhecido por servidão. Como agentes desse processo estava a Coroa portuguesa, os administradores do Maranhão, colonos e missionários. Foi um período caracterizado por um tipo de relação em que ao índio se davam duas alternativas: 1) a condição de escravo ou de livres ou forros. No primeiro caso poderiam viver nas casas dos senhores ou nas

fazendas; no segundo, vivendo em aldeias de missão⁷ de repartição⁸. Vindos de uma experiência de evangelização pouco animadora no litoral do Brasil, os jesuítas chegaram ao Maranhão com uma nova proposta que visava a uma autonomia e independência em relação ao poder da administração colonial. As principais diretrizes constituíam em: 1) aprender a língua e os costumes dos índios; 2) conviver diretamente com os índios, respeitando suas culturas; 3) defender a liberdade dos povos indígenas (Zannoni e Mirtes, 1988, p. 24, *apud* Gomes 2002).

O fato de terem traçado tais diretrizes não significou uma fase de liberdade aos índios do Maranhão, marcados que estavam pelo período de escravidão na região. Com a vinda dos jesuítas ao Maranhão, o povo Tenetehára passou a ter alguma proteção do aprisionamento comumente perpetrado pelos portugueses, mas passaram a sofrer a política dos descimentos, que consistia em deslocar índios para aldeias de repartição fundadas e administradas pelos jesuítas. (Wagley e Galvão, 1961, p. 24). Com a continuação, várias aldeias foram formadas pelos jesuítas com índios Tenetehára.

Esse período vivido pelos Tenetehára já não era a escravidão do período anterior, tanto que o índio já não podia mais ser vendido ou transferido, mas a liberdade dos indígenas restringia-se a viver em comunidade e a não ser posse de nenhum dono específico, todavia eram obrigados a servir aos brancos segundo a vontade destes, recebendo, quando fosse o caso, pagamentos por meio de instrumentos, ferramentas, tecidos etc. de baixo valor frente ao trabalho realizado. Para conseguir a força de trabalho, usavam a coerção ou o convencimento por meio de alguma promessa que agradasse aos índios. O trabalho servil foi marca principal do relacionamento com os jesuítas. Ganham em troca os bens culturais oferecidos na missão e a proteção de não serem perseguidos pelos portugueses.

Nesse período, a disputa pelo índio entre colonos e missionários foi acirrada, parecendo haver interesses diversos, mas, segundo Gomes

De todo modo, essas brigas cheias de ódio denunciavam menos uma disputa pelo bem-estar dos índios do que pela sua força de trabalho. No frígido dos ovos, no que diz respeito aos índios, eram formas de ação de um mesmo corpo político que procurava recrutá-los para o projeto colonial, inscrevendo-os na classe social mais baixa em formação (Gomes, 200, p. 179).

O resultado desse processo foi a extinção de muitos índios, bem como a diluição cultural no corpo daquela sociedade. Tanto no período de escravidão quanto no período de servidão houve grande dizimação dos índios. O mesmo autor chama a atenção para isso

O fato é que mais índios foram mortos e mais etnias foram dizimadas nestas duas fases de relacionamento interétnico do que em todos os períodos que se seguem. Os povos indígenas foram, afinal, a única fonte de mão-de-obra no Maranhão e Grão-Pará até o terceiro quartel do século XVIII (Gomes, 2002, p. 180).

⁷ Aldeias de missão: aldeias organizadas e administradas por missionários.

⁸ Aldeias de repartição: aldeias organizadas e gerenciadas por administradores da Coroa ou colonos portugueses.

Observando-se os dois períodos, pode-se dizer que a escravidão e a servidão coexistiram lado a lado durante todo o período colonial, sendo a marca de um extenso período de relacionamento entre índios e colonizadores, marcado pela concepção da inferioridade dos indígenas sob a condição de escravos ou servos.

O período que se seguiu foi marcado por novos rumos na política indigenista por meio de dois decretos de responsabilidade do Marquês de Pombal⁹. O primeiro decreto declarava a liberdade dos índios, e o segundo vetava o poder dos jesuítas sobre os índios nas aldeias de missão. Em 03 de maio de 1755 foi criado o Diretório das Povoações dos Índios do Pará e Maranhão, de autoria de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal. Esse Diretório regulava os decretos anteriores e dispunha sobre a liberdade dos índios e a nova organização civil das aldeias (Zannoni, 1999, p. 44). Conforme Beozzo (1983, p. 129-67, *apud* Zannoni, 1999: 44), uma das linhas de ação do diretório afetava diretamente as línguas indígenas, a saber: previa o aportuguesamento dos índios por meio da educação escolar e pela proibição do uso das línguas indígenas.

Com a saída dos jesuítas e conseqüente desarticulação das aldeias de missão, os índios que viviam nessas aldeias tiveram que se ajustar a um novo modo de vida da sociedade que se formara ao longo do tempo, misturando-se aos mamelucos e aos mestiços que compunham o estamento tido como mais baixo da sociedade maranhense. Situação similar foi vivida pelos índios que viviam em aldeias controladas por colonos. Desde que passaram a viver nas aldeias de repartição ou nas aldeias de missão, os índios já sofriam interferências culturais que, a partir dessa nova situação, só se agravou cada vez mais. Esse contexto de contato intenso e apropriação das terras foi o grande gerador das várias condições em que passaram a viver os índios da região. Os confrontos pela posse das terras ocupadas pelos índios foi inevitável, de modo que povos indígenas encontrados naquela época não sobreviveram como foi o caso dos Timbira do cerrado e o dos Timbira da floresta.

O mesmo não se deu com os índios Tenetehára autônomos, ou seja, os que não viviam em aldeias de repartição. Antes mesmo da retirada desses missionários, os Tenetehára autônomos já experimentavam alguma liberdade. Acrescente-se o fato de que, com a saída dos jesuítas e dissolução das aldeias de missões, houve um vazio populacional na região do médio e alto Pindaré, o que contribuiu para o distanciamento desses índios com a sociedade regional. Outro importante fator foi a presença dos índios Gamela e Timbira, na região, que inibia a investida dos luso-brasileiros. Assim, com essas circunstâncias favoráveis, os Tenetehára autônomos conseguiram voltar a viver segundo seus modos tradicionais, sob uma economia totalmente de subsistência.

⁹ O Ministro português Sebastião José de Carvalho e Mello

(Gomes 2002, p.193). Segundo Zannoni (1999, p. 44), a partir dessa época até o início de século XIX, não há mais nenhuma notícia dos índios Tenetehára na literatura disponível. Como viviam no interior e tinham sua população espalhada entre diversas aldeias, eles não sofreram, naquele momento, os maiores impactos da civilização ocidental.

Posteriormente, quando as fronteiras de expansão agrícola e pastoril chegaram ao território dos Tenetehára, estes responderam de um modo peculiar à nova situação: tiveram a habilidade de se relacionar com os não indígenas por meio de uma economia de troca que não dependesse de sua mão-de-obra. É o que afirma Gomes

Por outro lado, e é aí que está o segredo do sucesso dos Tenetehára, eles souberam se adaptar a esse economia de troca de tal forma que conseguiram não somente crescer em população como se expandir para novos territórios. (Gomes, 2002, p.208)

Por volta de 1760 estima-se que a população Tenetehára autônoma estivesse na faixa de três mil indivíduos. Nesse tempo de isolamento da sociedade regional, estes puderam expandir suas terras e aumentar sua população. O crescimento foi bastante expressivo. A esse respeito, Gomes relata que

Quando, por volta da quarta década do século XIX, esses rios começam a ser povoados, ou explorados por frentes de expansão extrativista, já lá vão encontrar aldeias Tenetehára em números surpreendentes. É possível que, nesse período de setenta a oitenta anos, os Tenetehára tenham triplicado seu contingente populacional, chegando a nove mil pessoas (Gomes, 2002, p.194)

Os Tenetehára tanto expandiram sua população quanto o seu território. A migração desse povo deu-se logo após os vazios demográficos deixados em virtude dos conflitos, migração, expulsão e dizimação dos povos indígenas e outros habitantes daquelas áreas. Da região do médio e alto Pindaré, os Tenetehára migraram tanto para o leste, na própria região do Maranhão, quanto na direção oeste, em direção ao estado do Pará. Segundo Nimuendaju (1915):

Até a primeira metade do século XIX, os Tembé habitavam a região do alto Pindoaré. A partir deste momento, começam a migrar para a região do Gurupí e, mais além, até a região dos rios Capim, Guamá e Acará Pequeno, a convite do sertanista Manoel Antônio. Um grupo destes atingiu até mesmo a ferrovia Belém-Bragança, sendo assentado na localidade do Prata por missionários capuchinhos (p.25).

Nesse ponto da história dos Tenetehára, por força dessas migrações mais arrojadas, é que ocorreu uma cisão entre os Tenetehára, dividindo esse povo em dois grupos, de sorte que hoje são conhecidos por nomes distintos, embora ambos se reconheçam e se autodenominem como povo Tenetehára. Trata-se dos índios Guajajara – parte do povo Tenetehára que traçou migrações dentro do próprio território do que hoje é o estado do Maranhão – e dos índios Tembé – a outra leva de Teneteháras que migrou para a região do Gurupí, estabelecendo-se no território que hoje está situado no estado do Pará. Segundo Nimuendaju (1915), essa migração para a região do Gurupí deu-se por volta de 1850.

Embora ainda hoje os Tembé e os Guajajára se reconheçam como Tenetehára, cada um desses grupos passou a vivenciar histórias sociais diferentes, que trouxeram implicações para a expressão das tradições culturais e para a trajetória de suas línguas (Silva, 2010).

Nesse período de migrações já estava em vigor uma nova forma de relação interétnica entre os Tenetehára e a sociedade não indígena, no século XIX, estendendo-se até próximo dos dias atuais. Foi a relação conhecida como clientelismo ou patronagem caracterizada por uma economia de troca de bens e serviços, como fregueses ou clientes para patrão, havendo certa voluntariedade para tal. Embora essa relação não o fosse de natureza forçada ou realizada por obrigação, os brasileiros o faziam sob uma atitude de superioridade e os indígenas em atitude de inferioridade uma vez que os Tenetehára dependiam mais dos bens manufaturados que não conseguiam produzir sozinhos.

Os Tembé da região do Gurupí, durante o período de relação econômica de troca de bens agrícolas e de extração com os regionais, enfrentaram outros desafios para a sua continuidade histórica: a hostilidade de outros povos indígenas como os Timbira, os Amanajó, os Urubu-Ka'apór e os Guajá (Gomes, 2002, p. 235), bem como de ex-escravos negros; prováveis surtos de varíola e sarampo; presença de garimpeiros e empresa de mineração em seu território; presença dos regatões que se estabeleciam próximos às aldeias, gerando interferências e conflitos. Diante de tantos desafios, os Tembé da região do Gurupí iniciam um processo de baixa populacional acentuada. Por volta de 1890, de 2.500 indivíduos, decaem para 850 em 1920; para trezentos em 1943 e para 70 indivíduos em 1950.

Convém lembrar que nem todos os Tenetehára que migraram para a região do Gurupí, no estado do Pará, permaneceram ali. Alguns se dirigiram para outras regiões desse estado fixando-se em torno dos rios Capim, Guamá e Acará. Importa retomar, neste ponto, as cisões sofridas pelos Tenetehára com implicações para a língua e a cultura. A primeira ocorreu por força da migração da região do Pindaré para o Gurupí que passou a criar a distinção entre os Tembé e os Guajajára; a segunda cisão ocorreu pela migração de parte dos Tembé entre os que ficaram no Gurupí e os que se dirigiram para a região do Guamá, criando outra distinção entre os Tembé do Gurupí e os Tembé do Guamá. A distinção que foi, inicialmente, territorial terminou por ser, também, cultural e linguística.

A esta altura, cabe retomar a pergunta: por que alguns povos conseguiram sobreviver a tantos séculos de contato e chegar ao século XXI falando a língua e praticando a cultura tradicional de seus ancestrais? No caso do povo Tenetehára, estudiosos como Wagley e Galvão, assim como Gomes (2002), propuseram algumas situações e certas características observadas na história dos Tenetehára que podem ter contribuído para a sua sobrevivência:

Gomes (2002), por exemplo, elenca, pelo menos, quatro razões fundamentais que contribuíram, em momentos diferentes da história dos Tenetehára, para que conseguissem sobreviver a tantas dificuldades: a) em primeiro lugar seria o fato de habitarem uma zona de difícil acesso por causa da estreiteza do rio e da vegetação que se constituía como um forte empecilho natural; b) por não constituírem uma nação tão numerosa e, conseqüentemente, não serem atraentes para as investidas portuguesas em busca de escravos; c) o fato de terem respondido sem aversão ou rivalidade aos jesuítas que tomaram interesse pelos Tenetehára de modo que ficaram protegidos das expedições de cativo; d) o território habitado pelos Tenetehára não era adequado para o sistema de fazendas implantado pelos portugueses. Provavelmente, tais razões somadas a um jogo de aproximação ao mundo não indígena e, ao mesmo tempo, de resistência a esse mundo, podem ajudar a explicar a chegada dos Tembé ao século XXI.

4. OS RESULTADOS DOS CONTATOS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS PARA A LÍNGUA E A CULTURA TEMBÉ

É importante lembrar que os Tenetehára que migraram para o estado do Pará – e que passaram a ser chamados de Tembé - passaram a habitar em espaços diferentes conforme mencionamos. Mesmo vivendo na mesma área de reserva, área que, atualmente, se conhece como Terra Indígena Alto Rio Guamá, doravante TIARG, algumas diferenças de vivências impostas pelos desafios que o espaço territorial desencadeou foi o fator determinante para os rumos tomados pela cultura e pela língua nos dois grupos.

A situação vivenciada pelos Tembé que migraram para a região do Alto Rio Guamá teve resultados mais impactantes para a língua e a cultura. A localização territorial de suas aldeias os expôs a uma proximidade maior da sociedade do entorno e a um tipo de contato muito mais intenso e inevitável. Tal exposição à sociedade não indígena teve um outro agravante: a separação dos seus parentes Tembé que haviam ficado na região do Gurupí. Além da distância geográfica, essa separação foi fortemente acentuada pelas invasões das terras Tembé e, principalmente, pela instalação da Fazenda do Sr. Mejer Kabacznik, com uma extensão de estrada de 4 km² dentro da área da reserva com o intuito de ligar sua fazenda à vila de Livramento de Nova Esperança do Piriá, nos anos 1970. Esse obstáculo foi agravado pelas decisões do fazendeiro de impedir o fluxo dos indígenas na área. Segundo Neves

As primeiras atitudes do fazendeiro logo demonstraram que não haveria qualquer acordo entre ele e os Tembé. A situação ficou tão difícil, que os Tembé precisavam pedir autorização para transitar nas proximidades da estrada. Havia uma vigilância constante com homens armados. Esta situação causou a separação dos Tembé que viviam no norte da reserva, às margens do rio Guamá e os do sul, que se organizavam a partir do rio Gurupí (Neves & Cardoso, 2015, p.29)

Essa separação acentuou as diferenças na manutenção da cultura e da língua. Com o tempo, os Tembé da região do Guamá deixaram de falar a língua Tembé no cotidiano e, por fim, os rituais também deixaram de ser praticados. Entre os Tembé do Guamá a experiência com a língua traz algumas recordações que expressam parte da atitude frente à sua identidade indígena, que os marcou por um tempo, o que certamente, foi mais uma das razões para o desestímulo de falar a própria língua. Referindo-se, especificamente, aos que residem em Santa Maria do Pará, na região do Guamá, Vieira registra

É comum o relato de indígenas Tembé que se lembram de os mais velhos falarem algumas palavras e expressões em *tupí-tenetehara*, mas por causa da vergonha e do medo de serem reconhecidos como indígenas, simplesmente deixaram de falar na língua materna, ou mesmo porque os mais novos não se interessavam em aprendê-la, uma vez que já estavam inseridos (na escola) à língua dos brancos. (Vieira, 2016, pp.51-52)

Enquanto os Tembé da região do Guamá gradativamente sofriam perda linguística e cultural da tradição Tenetehára, os da região do Gurupí continuavam na luta e no exercício pela manutenção das mesmas. Mesmo sofrendo os contatos forçados, as invasões de suas terras, estes contavam com um certo isolamento da sociedade não indígena. Essa dificuldade de acesso às aldeias do Gurupí trouxe um isolamento que facilitou o exercício da língua e das práticas culturais de seus ancestrais e retardou o avanço maciço do português.

Além das razões mencionadas, os Tembé do Gurupí contaram com a presença fundamental da matriarca Verônica Tembé, uma das vozes mais fortes e contundentes para a manutenção da cultura e da língua indígena bem como das demais lutas pela posse da terra.

Uma das mais importantes lideranças do povo Tembé, Verônica nasceu na aldeia do Cocal, na região do Gurupí, em 1917 (...). A partir dos relatos dos mais velhos, foi possível reconstituir uma parte da história deste povo no século XX, e a presença de Verônica Tembé foi bastante decisiva para a manutenção das práticas culturais de seu povo. Ela também foi fundamental para que acontecesse a homologação da TIARG. (Neves & Cardoso, 2015, p. 93)

Essas razões, entre outras, fizeram com que a língua e muitos aspectos da cultura tenham sido preservados entre os Tembé do Gurupí.

É importante esclarecer que, mesmo ainda praticando a sua língua, pesquisas de natureza linguística (Carvalho, 2001; Silva, 2010) sobre a língua Tembé falada na região do Gurupí mostram que a língua vem sofrendo mudanças a passos largos que incluem: perda de léxico sem reposição, mudanças estruturais, presença acentuada de code-switching, ao lado da presença maciça e intensa do português que mostra uma comunidade de falantes bilíngues com forte inclinação para a hegemonia do português no cotidiano. Observando as suas atuais práticas culturais do cotidiano, notam-se as marcas de um hibridismo cultural que revela a luta intensa de um povo dividido entre o desejo de continuidade do legado linguístico e cultural de seus ancestrais e a necessidade de se

apropriar da língua e da cultura do mundo não indígena como ferramentas de sobrevivência em um mundo que chegou até eles sem que tivessem o direito de, sequer, rejeitá-lo.

5. OS TEMBÉ NO SÉCULO XXI

Assim, juntando a experiência dos Tembé do Gurupí à dos Tembé do Guamá, a conclusão mais rápida seria a da derrota dos Tembé diante da luta que lhes foi imposta. Observando, no entanto, com atenção, a dinâmica revelada por esse povo, é preciso resguardar-se de um prognóstico precipitado.

Nos últimos anos, vem acontecendo um movimento de conscientização do povo Tembé com relação à sua identidade indígena e isso tem-se manifestado por meio de algumas atitudes, tais como a luta pelo reconhecimento étnico como indígenas

No ano de 2000 foi criada a Associação Indígena Tembé de Santa Maria do Pará (AITESAMPA) encabeçada pelo cacique Miguel Carvalho e pela Capitoa Maria Cassiano que procederam a encaminhar à FUNAI solicitando o reconhecimento étnico e nos documentos protocolados exigiam ser reconhecido como indígenas, reparando assim “o esquecimento oficial” a que foram submetidos. (Vieira, 2016, p. 44).

Esse desejo de serem reconhecidos como índios Tembé, vivendo no tempo presente, não é apenas do grupo mencionado por Vieira. Essa atitude tem-se espalhado pelas demais aldeias Tembé, tanto no Guamá quanto no Gurupí.

Os Tembé sentiram, também, a necessidade de retornar ao uso dos antropônimos na língua indígena como aconteceu com os Tembé da aldeia Tekoháw, na região do Gurupí já que, por um tempo, muitos indígenas eram registrados com nomes de branco, sem que isso lhes causasse grande estranheza:

Após manterem contato constante com outras culturas, nos últimos anos, a comunidade Tembé do Tekohaw notou que, aos poucos, estava deixando de lado questões primordiais que os faziam serem reconhecidos como indígenas. Isso ocorreu a partir do momento quando perceberam que não ter em seus registros um nome na língua era como se parte da sua história houvesse sido apagada, e começaram a pensar que, dessa forma, poderiam não ser vistos, de fato, como indígenas, o que lhes causou incomodo. Passaram, então, a valorizar o antropônimo indígena. (Alves & Damasceno, 2017)

Entre os Tembé da região do Guamá, surgiu a imperiosa vontade de aprender a língua indígena que haviam perdido, movidos pelo forte desejo de se sentirem vinculados aos seus ancestrais por meio da língua:

A necessidade e a vontade de aprender a língua materna manifesta-se, dentro da proposta de voltar às práticas indígenas Tembé, como um dos critérios fundamentais de "autenticidade" para "voltar ao tempo dos antigos". (Vieira, 2016, p.51-52)

A necessidade sentida de aprender a língua Tembé busca a escola como uma aliada para enfrentar o desafio: Segundo Vieira, “Finalmente, no que tange à escola específica indígena, destaco

que a maior preocupação dos Tembé é em tornar a usar sua língua materna, o *tupi-tenetebara*’ (Vieira, 2016, p.51-52).

Quanto a esse desejo particular manifesto pelos Tembé da região do Guamá em aprender a língua Tembé perdida, importa fazer menção à dinâmica de troca que vem ocorrendo entre os Tembé do Gurupí (sul da TIARG) e os do Guamá (Norte da TIARG): sabedores do desejo que os Tembé da região do Guamá têm de aprender a língua, alguns indígenas Tembé das aldeias do Gurupí prontificaram-se a ensinar-lhes a língua. E isso tem acontecido por meio de acordos entre os próprios indígenas – indígenas das aldeias do Gurupí passam temporadas ensinando a língua em aldeias do Guamá ou indígenas da região do Guamá passam períodos imersos em aldeias do Gurupí para aprender a língua.

Essa dinâmica de retorno e valorização da própria cultura e da língua que vem acontecendo entre os dois grupos Tembé também conta com o estímulo de uma importante batalha da qual saíram vitoriosos, no que diz respeito à luta pela terra, a saber, a desocupação da fazenda que foi um obstáculo ao livre trânsito e à interação entre os dois grupos Tembé:

Em 2014, apesar dos conflitos que envolvem a ocupação efetiva da TIARG, depois de 35 anos de luta na justiça, finalmente foi determinada a desocupação da Fazenda Mejer, que em grande medida foi responsável pela divisão das aldeias do Gurupí e das aldeias do Guamá. Embora a determinação judicial não signifique a paz nos territórios Tembé, ela representa o reconhecimento dos legítimos direitos indígenas sobre a terra. (Neves & Cardoso, 2015, p. 13)

Essas conquistas e esses poucos exemplos nem de longe revelam a luta empreendida pelos índios Tembé pela terra, pelo direito de viver suas especificidades culturais e conservar a língua Tembé como uma importante marca de sua indianidade. Se nos perguntarmos, quanto ao quesito língua, como chega a língua Tembé ao século XXI frente ao contato intenso e à pressão da língua portuguesa?

Entre os que falam o Tembé, embora haja incentivo para o uso da língua e esta seja ensinada na escola, ela ainda é uma língua em situação de ameaça. Considerando o baixo número de falantes da língua Tembé¹⁰, o termo *minoritária* de Aracil (1983) é um termo adequado. O termo *minorizada* também o é. Calaforra (2003, pp. 1-2) propõe que uma comunidade linguística em situação minorizada estaria relacionada a, pelo menos, três fatores: às restrições de uso, ao tipo de bilinguismo praticado e à posição em relação à língua dominante. Assim, para ele, quando uma língua não pode ser usada em determinados âmbitos como a língua dominante o é; quando os seus falantes são unilateralmente bilingues, ou seja, falam a sua língua e a dominante, mas os falantes da língua dominante geralmente são monolíngues nessa língua dominante; e quando essa comunidade

¹⁰ A demografia Tembé, conforme o censo de 2014, era de 1.879 indivíduos -Siasi/Sesai 2014- <https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos> e, desse total, bem menos da metade é falante da língua Tembé.

é vista apenas como parte da comunidade dominante, como um subconjunto, sendo vistos externamente dessa forma, essa comunidade estaria em situação minorizada. Essas características elencadas por Calaforra espelham a situação do povo e da língua Tembé nessas primeiras décadas do século XXI.

Quanto a algum tipo de intervenção do estado sobre a língua Tembé, neste século XXI, o povo Tembé não recebe nenhuma política linguística que lhes favoreça. Exatamente como desde o início da colonização. E quando nos referimos à política linguística, consideramos, como Calvet que “a política linguística é inseparável de sua aplicação (...)” (Calvet, 2007, p.12). E assim como a questão da terra, que foi demarcada, homologada, garantida em documento, após muita luta, mas, mesmo assim, continuou desprotegida, sendo alvo de sucessivas invasões, assim também acontece com o ensino da língua Tembé: não obstante, em algumas escolas haja o ensino da língua Tembé, o ensino ocorre desamparado de aparato didático, técnico e pedagógico. Na aldeia Tekoháw, onde a língua Tembé ainda é falada, quatro professores concluíram o ensino superior e este já é um sinal positivo para a educação. Com essa informação, pretendemos indicar que algumas iniciativas, por parte do poder governamental, são tomadas, porém estão longe de tocar, efetivamente, o cerne da questão: uma política linguística favorável aos povos indígenas que leve em conta o lugar dual, híbrido e complexo onde estão situados.

Mas a intervenção sobre uma língua, no atual momento tão complexo em que vivemos, requer que avaliemos tal realidade, sem nos esquecer, como nos lembra Lagares, de uma boa dose de temperança e de desconfiança: “avaliar essa realidade complexa e imaginar formas de agir sobre ela exigem certa temperança e uma atitude constante de desconfiança”. (2018, p. 234). E, como o mesmo autor nos orienta, tanto pensar nas formas de intervenção sobre a linguagem, quanto na identificação desses agentes de intervenção são um desafio fundamental.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse breve sobrevoo que fizemos na história dos Tembé em sua relação de contato com os não indígenas, sobretudo com as forças de poder com as quais esses índios se depararam, suscita algumas considerações: de um lado, os representantes do poder e o seu conjunto de decisões que interferiram, diretamente, desde o início dos contatos, nos modos de vida, na cultura e na língua do povo Tembé; de outro, o povo Tembé, sofrendo as decisões do poder e reagindo na luta por sua sobrevivência enquanto povo com um modo de vida em um espaço territorial, uma cultura e uma língua. E a história tanto se repetiu que os Tembé estão às voltas com uma língua majoritária, uma língua minoritária e nenhuma política linguística efetiva e favorável.

A considerar as perdas e interferências sofridas pelo povo, em termos de terra, cultura e língua, estas são responsabilidade direta das relações de poder vivenciadas até então. A considerar o que ainda foi preservado, retomado, em termos de terra, cultura e língua, são resultado de luta acirrada do povo Tembé. Nesse extenso mar de vicissitudes, hoje, em pleno século XXI, o povo Tembé luta por uma terra, que lhes pertence e que, ao mesmo tempo, não lhes pertence; luta por dominar duas línguas, uma majoritária e outra minoritária. Tanto corre o risco de perder o domínio de sua língua materna, quanto o de não dominar, plenamente, em todas as suas funções, a língua majoritária. É uma situação de conflito, porque vê-se em vias de perder uma e longe de apropriar-se, efetivamente, da outra. Por praticarem duas culturas, que são, inegavelmente diferentes, a dos seus ancestrais e a não indígena na qual estão imersos e da qual fazem parte, seguem marcados por uma hibridização linguística e cultural bastante evidente.

Ainda assim, marcados por forte hibridização cultural e consideráveis perdas linguísticas, parte do povo Tembé que ainda pratica a língua e os rituais de seus ancestrais Tenetehára, tem decidido compartilhar a cultura e a língua que herdaram e conseguiram conduzir ao longo dos séculos até o presente, com a parte do povo que não as pratica mais, usando planejamento próprio, estratégias, recursos e agenda próprios, realizando, desse modo, por que não dizer, sua política linguística e sua inerente aplicação.

Assim, parece-nos coerente afirmar que a posição da língua Tembé como língua minoritária, em situação minorizada decorre de uma ausência de políticas linguísticas aos povos indígenas e parece-nos igualmente plausível afirmar que a quase milagrosa conservação da língua Tembé deve-se, unicamente, ao próprio povo Tembé e ao seu espírito de resistência, em uma luta desigual, desleal e quase solitária. Não se trata de negar a boa vontade de pesquisadores, parceiros e demais simpatizantes da luta do povo Tembé, mas de admitir que essa coadjuvância, mesmo que bem-vinda e tenha o seu valor, não carrega a força requerida para o enfrentamento de tão grande embate, porque a política da língua indígena passa, antes, pela política da terra indígena e, por que não dizer, da vida do indígena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, S. R. A., Damasceno, F. N. G. (2017). *A dinâmica antroponímica na comunidade Tembé da aldeia Tekoháv*. Universidade Federal do Pará.
- Aracil, L. V. (1983). *Sobre la situació minoritària», en dir la realitat*. Barcelona: Edicions dels Països Catalans, pp. 171-206.
- Cabral, A. S. A. C., Rodrigues, A. D. (2011). Uma contribuição à história linguística da língua geral amazônica. *Alfa, rev. lingüíst.* (São José Rio Preto) [online]. vol.55, n.2, 613-639. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-57942011000200012>. Acesso em: 05 de abril de 2020.

- Calaforra, G. (2003). *Lengua y poder en las situaciones de minorización lingüística*. Disponível em: <http://www.uv.es/calaforr/CursColonia.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2020.
- Calvet, L-J. (2007). *As Políticas Lingüísticas*. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola.
- Carvalho, M. G. P. (2001). *Sinais de morte ou de vitalidade? Mudanças estruturais na língua Tembé* (Dissertação de Mestrado em Letras – Lingüística). Universidade Federal do Pará, Belém.
- Freire, J. R. B. (2003). *Da língua geral ao português: Para uma história dos usos sociais das línguas na amazônia* (Tese de Doutorado). UERJ.
- Gomes, M. P. (2002). *O índio na história: O povo tenetebára em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes.
- Lagares, X. C. (2018). *Qual política lingüística? desafios glotopolíticos contemporâneos*. 1 ed. São Paulo: Parábola.
- Loukotka, C. (1968). *Classification of south american indian languages*. Johannes Wilbert Ed. Los Angeles, University of California.
- Neves, I. S. & Cardoso, A. S. P. (2015). *Patrimônio cultural tembé-tenetebára: Terra indígena alto rio guamá*. Belém : IPHAN-PA.
- Rodrigues, A. D. (2016). A originalidade das línguas indígenas brasileiras. Volume 8, número 2, 187-195.
- Rodrigues, A. D. (2000). Panorama das línguas indígenas na Amazônia. In: F. Queixalós & Renault-Lescure (orgs). *As línguas amazônicas hoje* (pp. 15-28). São Paulo : IRD/ISA/MPEG.
- Rodrigues, A. D. (1985). Relações internas na família lingüística Tupí-Guaraní. *Revista de Antropologia*. São Paulo, 27/28, 33-53.
- Silva, T. F. (2010). *História da língua tenetebára: Contribuição aos estudos histórico-comparativos sobre a diversificação da família lingüística tupí-guaraní do tronco tupí* (Tese de doutorado). UnB.
- Tarallo, F. & Alkmin, T. (1987). *Falares crioulos: Línguas em contato*. São Paulo: Ática.
- Thomason, S. G. (2001). *Language contact: An introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Vieira, M. C. (2016). *Histórias tembé: Sobre narrativas e autoidentificação* (Dissertação de Mestrado em Antropologia). UFPA, Belém.
- Wagley, C. & Galvão, E. (1961). *Os índios Tenetebára: uma cultura em transição*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.
- Weinreich, U. (1953). *Languages in contact*. The Hague/Paris/New York: Mouton.
- Zannoni, C. (1999). *Conflito e coesão: O dinamismo Tenetebára*. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, (Coleção Antropologia, v 2).

CONTACTO, ESTÁNDAR E IDEOLOXIAS: A LINGUA GALEGA NA ESFERA PÚBLICA

LANGUAGE CONTACT, STANDARD AND IDEOLOGIES: GALICIAN IN THE PUBLIC SPHERE

Xosé Luís Regueira

(Instituto da Lingua Galega / Universidade de Santiago de Compostela)

Resumo

Nas últimas décadas desenvolveuse unha esfera pública en galego, que é a lingua da actividade política pública e da actividade cultural. Os axentes da esfera pública nunha lingua minorizada son bilingües e tamén toman parte na esfera pública na lingua dominante, polo que o contacto de linguas neste espazo social é intenso. O galego segue a ser a lingua da maioría da poboación e é oficial en Galicia, xunto co español, pero o español é a lingua que goza do prestixio máis alto na sociedade.

O portugués xeralmente non é considerado como unha lingua de contacto en Galicia. Mais o estándar galego promove unha certa converxencia en aspectos de vocabulario e de gramática, e algúns grupos minoritarios toman o portugués (principalmente o portugués escrito) como a referencia principal para o estándar galego. Por tanto, un contacto vertical (de riba para baixo) con certas formas selectivas de portugués ten tamén lugar en certos grupos sociais minoritarios.

Neste traballo analízanse algúns discursos públicos tomados da esfera pública política, mais deféndese que as mesmas características poden atoparse noutros ámbitos públicos. Nestes discursos encóntranse trazos e formas do español como lingua de contacto e en certos falantes tamén formas tomadas do portugués escrito.

A presenza de diferentes variedades (estándar e non estándar) de galego en contacto co español e mais, en parte, co portugués acrecenta os repertorios lingüísticos dispoñibles para a interacción na esfera pública, e desta maneira fai posible que os falantes constrúan identidades de maneira complexas. Neste respecto, aquí deféndese que o uso de formas de contacto co español xunto con formas tomadas do portugués non resulta contraditorio, senón que reforza certos aspectos da construción identitaria (urbana, clase media, universitaria).

Palabras chave

Contacto de linguas, variación lingüística, estandarización, discurso político, construción de identidades, indexicalidade.

Abstract

In the last few decades, a public sphere has developed in Galician, which is the language of public political and cultural activity. The agents of the public sphere in a minorized language are bilinguals and also take part in the public sphere in the dominant language, and therefore language contact in this social space is intense. Galician continues to be the language of the majority of the population and is official in Galicia, along with Spanish, but Spanish is the language that enjoys the highest prestige in society.

Portuguese is not generally regarded as a contact language in Galicia. But standard Galician encourages some convergence in aspects of vocabulary and grammar, and some minority groups take (mainly written) Portuguese as the main reference for standard Galician. Thus, a top-down contact with selective forms of Portuguese also take place among some minority social groups.

In this paper some discourses taken from the political public sphere are analysed, although it is argued that the same features could be found in other public areas as well. These discourses display features and forms of Spanish as a contact language, which some speakers combine with grammatical and lexical forms appropriated from written Portuguese.

The presence of different Galician varieties (standard and non-standard) in contact with Spanish and, in part, with Portuguese increases the linguistic repertoires available to interact in the public sphere, and thus enables speakers to construct identities in complex ways. In this respect, it is argued that the use of forms of contact with Spanish along with forms taken from Portuguese, far from being contradictory, reinforce each other in some respects (urban, middle class, educated).

Keywords

Language contact, language variation, standardization, political discourse, identities construction, indexicality.

1. INTRODUCCIÓN

A lingua galega encóntrase en situación de minorización social fronte ao español en Galicia e nas áreas externas á Galicia administrativa onde é falada. Non obstante, segue a ser a lingua maioritaria de Galicia¹ e, a partir do proceso de normalización que se vén desenvolvendo nas últimas décadas, goza da consideración de “lingua propia de Galicia” e ten recoñecemento oficial, xunto co español (Estatuto de Autonomía de Galicia, 1981). O galego encóntrase, por tanto, en contacto social intenso co español, que é a lingua do estado, así como a lingua dos medios de comunicación españois e da maioría dos medios privados de Galicia. Ao mesmo tempo, existe un contacto selectivo e minoritario co portugués (Medeiros, 2006; Herrero, 2011; Regueira, no prelo). Na sociedade galega o español é a lingua que goza dun prestixio maior (González González, 2003; Herrero, 2011), mentres que o portugués ten prestixio só en círculos de elites culturais e universitarias.

¹ Información tomada do censo do Instituto Galego de Estatística, datos de 2018, <http://www.ige.eu/igebdt/selector.jsp?COD=2951&paxina=001&c=0206004> (consulta abril 2020).

Nas últimas décadas en Galicia produciuse un proceso de urbanización rápido e intenso, acompañado de importantes cambios económicos; unha mostra destes cambios pode verse en que en 1980 o 42% da poboación estaba ocupada no sector primario, mentres que ese sector en 2018 só representa o 6% do emprego². Estes procesos e mudanzas sociais, ocorridos en poucas décadas, non poden deixar de ter consecuencias lingüísticas, que aínda só recentemente están a ser exploradas. Algúns traballos teñen estudado mudanzas lingüísticas do galego (Fernández Rei & Regueira 2017), mais tamén están a ocorrer mudanzas no español de Galicia, que reciben moita menos atención (Regueira & Fernández Rei, 2020).

Neste traballo tratarei de mostrar como na lingua do discurso público aparecen formas de contacto co español (especialmente na fonética, na sintaxe e no léxico) e tamén, en parte, elementos tomados do portugués e incorporados no galego estándar (tanto no estándar oficial coma en modelos alternativos). As mostras serán tomadas fundamentalmente do discurso político, mais tamén se mencionarán outros tipos de discursos, xeralmente de carácter cultural ou lingüístico.

Estes discursos serán analizados a partir do marco teórico da sociolingüística interaccional (Gumperz, 1982) e de desenvolvementos recentes da sociolingüística variacionista que atenden ás prácticas lingüísticas por medio das cales as persoas se sitúan no medio social por medio de prácticas estilísticas (Eckert, 2012, 2018), nunha liña que se remonta á socioloxía da interacción desenvolvida por Erving Goffman (1959, 1967, 1981), en que os actos sociais son vistos como actos de construción de identidades por medio de recursos semióticos e lingüísticos. Desde esta perspectiva, o foco sitúase sobre “the ways in which people take on different linguistic forms as they align and disaffiliate with different groups at different moments and stages” (Blommaert & Rampton, 2011, p. 5). Os dous conceptos básicos que utilizaremos nesta análise son os de “identidade” e de “indexicalidade”. A identidade é entendida como o produto das prácticas lingüísticas e semióticas das persoas que interveñen na interacción, e por tanto como un fenómeno social e cultural, non unha propiedade psicolóxica interna da persoa (Bucholtz & Hall, 2005, 2007). A indexicalidade, seguindo a Silverstein (2003, 2014), refírese á maneira en que as formas lingüísticas están vinculadas con identidades sociais, explícita ou indirectamente, e poden actuar en diferentes niveis ou “ordes indexicais” (n, n+1, n+2... vid. Silverstein, 2003).

Neste sentido, neste traballo adoptamos unha visión da lingua que transcende a visión da lingüística ortodoxa como un obxecto externo ás persoas, xa presente no *Cours de linguistique générale*: “La langue, distincte de la parole, est un objet qu’on peut étudier séparément” (Saussure, 1995 [1916], p. 31). Desde estes postulados metodolóxicos e desde a perspectiva da lingua na interacción social, o obxectivo deste traballo é tratar de comprender o papel que xogan os elementos de

² Informacións extraídas da páxina do Instituto Galego de Estatística, <https://www.ige.eu> (consulta abril 2020).

contacto co español e as formas e estruturas tomadas do portugués nos discursos en galego presentes na esfera pública da Galicia actual.

2. A ESFERA PÚBLICA EN LINGUA GALEGA

O concepto de esfera pública foi primeiramente establecido por Jürgen Habermas (1962) (*Öffentlichkeit*, en alemán), entendida como unha área da vida social en que individuos e grupos se reúnen para discutir cuestións de interese común e crear xuízos e valoracións, e así influír na acción política. Para Habermas o exemplo máis representativo desa esfera pública sería o espazo social creado nos cafés e noutros ambientes sociais da Inglaterra do séc. XVIII, onde se lía e se comentaba a prensa e se discutía de política e de cuestións sociais. A discusión racional cara a cara era o elemento central desa esfera pública. Desde este punto de vista, a “esfera pública” burguesa é vista en esencia como unha “comunidade de práctica” (no sentido de Wenger, 1998) en que a lingua falada ocupa un papel central. Nese espazo das elites burguesas e aristocráticas é onde se constitúen os estándares orais das linguas, baseados nas variedades faladas polas clases dirixentes (cfr. Bauman & Briggs, 2003).

En Galicia, debido ás condicións políticas e sociais en que se desenvolveu o tránsito á modernidade, non se puido desenvolver unha esfera pública en galego ata o séc. XX. Mesmo nos momentos en que se estaba a producir o chamado Rexurdimento literario, a finais do séc. XIX, as discusións dos círculos galeguistas producíanse en español (cfr. Mariño, 1998; García Turnes, 1999). Non foi, pois, ata as primeiras décadas do séc. XX que empezou a constituírse unha esfera pública en lingua galega, a partir das actividades políticas, culturais e científicas que se levaron a cabo a partir das Irmandades da Fala, o grupo Nós e o Seminario de Estudos Galegos, entre outros (Mariño, 1998; Monteagudo, 1999), no marco dun proceso que culminou na consecución do estatuto de autonomía para Galicia en 1936. Agora producíanse discusións, debates e discursos políticos en galego, e o galego entrou, aínda que marxinalmente, no novo medio de comunicación: a radio (Freixanes, 2009, pp. 44-45). Mais esta incipiente esfera pública foi interrompida polo golpe de estado de 1936, a guerra e a ditadura de Franco.

Unha certa esfera pública empeza a constituírse nos anos 1960, en que se crean asociacións culturais nas principais cidades e se fundan na clandestinidade partidos políticos de signo nacionalista e esquerdista. Estas asociacións e partidos nútrese fundamentalmente de xuventude urbana que en moitos casos xa fora educada en español. Neses momentos o uso público do galego simboliza a oposición á ditadura e durante a transición política, e tras a morte de Franco no ano 1975 converteuse na lingua xeral da actividade política, sindical e cultural de Galicia. A partir de aí púxose en marcha un proceso de “normalización lingüística” (Regueira, 2006) que potenciou a

aparición da esfera pública en galego, principalmente coa creación dunha radio e unha televisión públicas. Na actualidade, o galego está presente nas administración autonómica e nas entidades locais, así como en asociacións e movementos cidadáns de diferente natureza. O galego asóciase coa acción colectiva, e así é utilizado de maneira pública con máis frecuencia por asociacións privadas ca por particulares (Wellings, 2013, p. 25) e tamén é a lingua da reivindicación política e da protesta social (Herrero, 2011, pp. 77-78). Mais non hai que perder de vista que as persoas falantes dunha lingua minorizada son bilingües e participan tamén na esfera pública da lingua dominante.

Agora, segundo Habermas (1962, p. 198), a *Öffentlichkeit* está deformada polos medios de comunicación, que responden a intereses particulares e comerciais, e o debate crítico-racional entre cidadáns iguais foi substituído por unha apropiación privatizada dunha conversación realizada no nome deles (cfr. Thompson, 1996, p. 10). A gran maioría dos medios que se reciben en Galicia están en español: todos os medios de comunicación do estado e a maioría dos medios privados radicados en Galicia. Nas sociedades modernas os medios son un elemento fundamental na conformación das “comunidades imaxinadas” (Anderson, 2006), xa que constrúen “un espace social de consensus, une communauté d’identités partagées, de reconnaissance réciproque” (Akoun, 1997, p. 12). Nese contexto, os medios en galego, especialmente a Radio Galega (RG) e a Televisión de Galicia (TVG) permitiron a creación dun “espazo discursivo” propio (Hourigan, 2003, p. 51), e fixo posible que a cidadanía galega poida representarse e “imaxinarse” de maneiras que antes eran impensables (cfr. Medeiros, 2006, p. 243).

Por outra parte, a esfera política galega está intimamente conectada á esfera política española, da que forma parte. O Parlamento de Galicia e a Xunta de Galicia son, tamén, institucións políticas do estado español, e as discusións que se producen no seu seo son, en moitas ocasión, ecos dos debates que teñen lugar na política española. Nesa situación, os marcos (no sentido de Goffman, 1974, discutido en Tannen, 1993, pp. 14-21) e as metáforas (Lakoff & Johnson, 1980; Mussolf, 2019) resultan inevitablemente afectados, e reproducen aqueles que son elaborados nos centros de produción ideolóxica de fóra de Galicia e que, xa sexan españois, europeos ou globais, chegan a Galicia maioritariamente a través do español. As tradicións discursivas (Koch, 1997; Oesterreicher, 1997; Kabatek, 2005) doutras linguas son imitadas e adaptadas, tamén maioritariamente a través do español. Por tanto, o contacto e a influencia dos usos lingüísticos españois é inevitablemente moi forte e está presente en cada área da actividade pública galega, talvez coa relativa excepción do mundo cultural, que neste sentido conseguiu crear un espazo discursivo máis autónomo (cfr., para o campo literario, Figueroa, 2010).

Por contra, a esfera pública galega está desconectada da portuguesa. Os medios portugueses non penetran en Galicia, a pesar de que en amplas áreas próximas á fronteira poden recibirse

emisións de radio e de televisión portuguesas. Nos medios galegos as informacións sobre Portugal son escasas. A excepción, en parte, é a TVG, que ten un correspondente no Porto para informar sobre a actualidade portuguesa e en certos programas (como o popular *Luar*) é habitual a presenza de artistas de Portugal. Neste punto é interesante notar que as intervencións en portugués na televisión non se traducen nin se subtitulan, de maneira que o portugués é representado como unha lingua próxima e non estranxeira: simbolicamente non é presentado como o “Outro” (Kavanagh, 2011, pp. 25-26). A esfera política galega está totalmente desconectada da portuguesa, polo que os marcos e as metáforas usuais en Portugal son descoñecidos en Galicia. Un exemplo pode ser a expresión “saco azul” para denominar o diñeiro non consignado na contabilidade oficial, que incluso os medios máis proclives a un achegamento ao portugués non utilizan, e si usan por contra a expresión “caixa B”, tomada do español “caja B”. No mundo da cultura o contacto é máis frecuente, sobre todo en artes escénicas e música, con colaboracións e visitas máis ou menos frecuentes, así como varias series de ficción coproducidas pola TVG e pola Radio e Televisão Portuguesa (RTP).

En definitiva, o contacto da poboación galega co español e co portugués presenta grandes diferenzas non só no tocante á intensidade, senón sobre todo de tipo cualitativo. O español está presente na vida das persoas desde a infancia, e en moitos casos de maneira exclusiva ou predominante durante toda a etapa de formación e mesmo na vida cotiá; por tanto é a fonte de numerosas formas que as persoas galegofalantes incorporan ao seu repertorio lingüístico, tanto nas variedades coloquiais e informais (elementos de morfoloxía, léxico e fraseoloxía, sobre todo) coma nas variedades máis formais ou socialmente máis elevadas (fonética, sintaxe, fraseoloxía, principalmente). O contacto co portugués, por contra, prodúcese nunha minoría de xente xeralmente urbana e con estudos universitarios; os elementos do portugués que se incorporan son moi selectivos e fundamentalmente corresponden a formas da lingua formal e da lingua escrita (Vid. máis adiante sección 4). Desta maneira, a utilización de formas de contacto do español e do portugués vai permitir que as persoas axentes das producións lingüísticas das interaccións ou dos discursos producidos na esfera pública configuren e constrúan identidades sociais, políticas e ideolóxicas diferenciadas en varios niveis e, en ocasións, aparentemente contraditorias.

3. A LINGUA DO DISCURSO PÚBLICO E O CONTACTO CO ESPAÑOL

Como consecuencia da situación lingüística descrita na sección 2, a lingua galega que se pode encontrar na esfera pública está, dunha ou doutra maneira, influída polo contacto co español. Non obstante, encóntrase unha variación importante entre unhas persoas e outras na esfera pública e incluso dentro da mesma comunidade de práctica. Nun traballo anterior (Regueira, 2016) analicei

unha mostra da lingua da esfera política, baseada nos debates electorais que se emitiron na TVG durante a campaña das eleccións galegas de 2012 entre os tres principais candidatos: Alberto Núñez Feijoo (Partido Popular, PP), Manuel (Pachi) Vázquez (Partido Socialista de Galicia-PSOE, PSdG) e Francisco Jorquera (Bloque Nacionalista Galego, BNG). Tamén utilicei de maneira secundaria os discursos proferidos na sesión de investidura e as réplicas correspondentes³. Neses debates non participou Xosé Manuel Beiras, cabeza da Agrupación Galega de Esquerdas (AGE), formada polo partido nacionalista Anova, o partido Esquerda Unida, que forma parte do partido español Izquierda Unida, e mais os partidos ecoloxistas e Espazo Ecosocialista Galego; como esta era unha agrupación política nova, non tiña representación no parlamento anterior. Nestas eleccións AGE converteuse na terceira forza do Parlamento, polo que tamén foron analizadas as intervencións de Beiras nas sesións de investidura.

Os catro políticos pertencen a xeracións diferentes e proceden de ambientes lingüísticos distintos. Alberto Núñez Feijoo (Ourense, 1961), candidato do PP e presidente da Xunta de Galicia desde 2009, procede dun pequeno núcleo urbano dun concello rural (Os Peares, Ourense), en que a maioría da poboación fala sempre galego (MSG 1995), aínda que posiblemente pasou toda a súa etapa de formación inmerso en centros en que só se utilizaba o español ata a súa etapa universitaria. Pachi Vázquez (O Carballiño, Ourense, 1954) procede dunha vila mediana, nun concello en que se fala maioritariamente galego. Francisco Jorquera (Ferrol, 1961) procede dunha das cidades en que se fala menos galego e Xosé Manuel Beiras (Santiago de Compostela, 1936) dunha cidade en que, segundo os datos do MSG (1995), o galego ten un uso maioritario entre a poboación. Todos os catro teñen formación universitaria (Dereito, Medicina, Xeografía e Historia e Ciencias Económicas, respectivamente). Mais o uso que mostran do galego non se correlaciona coa orixe rural / semirural / urbana dos candidatos (vid. Regueira, 2016), senón que outros factores diferentes parecen intervir na súa competencia e nas súas eleccións lingüísticas.

Como é de esperar, todos os candidatos empregan o galego estándar, aínda que con diferentes desviacións. Por unha parte, Feijoo e Vázquez utilizan frecuentemente variantes populares (non estándar) como o plural en *-ós* (estándar *-óns*), propio do galego central (Fernández Rei, 1990): *eleccióos, opcióos, millóos* (Feijoo); *accióos, millóos, administracióos* (Vázquez). Vázquez usa sistematicamente o plural en *-les* das palabras rematadas e *-l: sociales, fñscales, niveles* (estándar *sociais,*

³ Os debates poden consultarse no arquivo da TVG: <http://www.crtvg.es/tvg/a-carta/primeiro-debate-da-crtvg-alberto-nunez-feijoo-e-pachi-vazquez>; <http://www.crtvg.es/tvg/a-carta/segundo-debate-entre-pachi-vazquez-e-francisco-jorquera>; <http://www.crtvg.es/tvg/a-carta/terceiro-debate-entre-alberto-nunez-feijoo-e-francisco-jorquera>. As sesións de investidura poden encontrarse no web do Parlamento de Galicia (sesións do 27/11/2012 e do 29/11/2012): <http://mediateca.parlamentodegalicia.gal/library/items/pleno-investidura-2012-11-27>; <http://mediateca.parlamentodegalicia.gal/library/items/pleno-investidura-2012-11-29> (consulta outubro de 2020).

fiscais, niveis). Nas palabras rematadas en *-dade*, Vázquez alterna a solución estándar *-dade* coa popular *-dá* (*contabilidade, sanidade /vs/ utilidá*), mais tamén pode aparecer a terminación do español *-dad*, como en *fiscalidade / físcalidad / físcalidá*. Feijoo utiliza normalmente as formas en *-dá* (*verdá, necesidá*).

Ambos candidatos presentan como un dos aspectos máis salientes do seu galego a colocación dos clíticos persoais anticipados ao verbo en casos en que a colocación normal é a posposición: *vostede me cita a páxina do SERGAS; eu lles propoño claramente; pero lle vou a dar unha boa noticia* (Feijoo); *perdón, o sabe vosté, e o sabe toda Galicia; llo darei ó final e lle vou explicar como son os contratos de Pemex; o teño claro; o saben ben os nosos doentes* (Vázquez).

No léxico, ambos políticos utilizan formas tomadas do español e que son frecuentes na fala, como *miércoles* (por *mércores*) (Feijoo) ou *calle* (por *rúa*) (Vázquez). Este último, ás veces alterna as formas estándar coas do español: *ensino público / calidade da enseñanza*. Non obstante, en xeral aparecen as formas da lingua estándar, incluso cando non son moi frecuentes na lingua falada: *cancro, cirúrxica, investimentos, débeda*. En frases feitas e metáforas aparecen calcos do español: *esa senda que nos leva a galope tendido hacia o abismo* (Vázquez); *Hai comunidades que teñen pechado a cal e canto a billa dos mercados* (Feijoo). Neste último caso, ademais de calcar a expresión do español *a cal y canto*, tamén calca a metáfora *el grifo de los mercados*, e a falta de concordancia entre *pechado* e *bill* fai pensar que a palabra española *grifo* está subxacente. Ao lado disto, ambos utilizan o arcaísmo do galego literario, pero non estándar, *conquerir* (por *conseguir, lograr*): *Temos que conquerir que Galicia exerza o seu autogoberno* (Vázquez); *conseguir o que xa conquerimos* (Feijoo).

Estes dous políticos, representantes das seccións galegas de dous partidos estatais, presentan, pois bastantes semellanzas na súa lingua, e nalgúns destes aspectos, ambos contrastan cos que proceden do ámbito político nacionalista, e que veremos a continuación. Mais ambos os dous discrepan claramente é na fonética e na fonoloxía. Feijoo non fai unha diferenciación adecuada entre as vogais tónicas medias baixas [ɛ, ɔ] e medias altas [e, o] (p.e. *nove* ['nɔβe] por ['nɔβi]; *é* ['ɛ] (por ['ɛ]), e sobre todo a pronuncia das vogais finais átonas con timbres semellantes aos do español [e, a, o], fronte ás vogais típicas do galego [ɪ, ɐ, u] (*distint[o]s model[o]s, profund[a]*, etc.). Outras desviacións fonéticas son a ausencia de contraste entre *a* [ɐ] (artigo feminino ou preposición) e *á* [a:] (prep. *a* + art. *a*): *as veces* (por *ás veces*). O son [a:] tamén é o resultante da contracción do encontro de dous [ɐ] átonos pertencentes a palabras diferentes, polo que a non distinción leva a dificultades de recoñecemento: *contra a crise*, pronunciado como *contra crise*, entre outros exemplos. Por contra, Vázquez presenta unha pronuncia que corresponde en gran medida coa fonética do galego popular (e estándar), con sete vogais tónicas ben diferenciadas, con vogais finais claramente elevadas e coas contraccións de *a + a* ben distinguibles: *boas noites* ['boe.ɪ.nojtɪs], *novo* ['nɔβu], *toca*

apostar ['tɔka:poʃ'tar]. Esta pronuncia, asociada xeralmente con capas sociais rurais ou semirurais, está reforzada pola presenza de rotacismo (Dubert, 1999), un trazo fonético habitual na área de procedencia deste candidato, mais insólito na esfera pública. Vázquez pronuncia de maneira case sistemática a sibilante en coda silábica seguida de consoante sonora ou de [f] como unha aproximante alveolar [ɹ] (ou por veces como a batida [r]): *mi[ɹ]mo, da[ɹ]familias, serán os sete milló[ɹ] de euros millo[ɹ] gastados (serán os sete millóns de euros mellor gastados)*. Estes trazos ligan a fala deste candidato coa das capas sociais traballadoras e rurais, variedades de baixo prestixio social. Feijoo, por contra, presenta características máis próximas ás variedades chamadas “novo galego urbano” (Regueira, 1999; González González, 2003), con connotacións de escaso contacto coa lingua galega, a pesar da súa procedencia social.

Os dous candidatos procedentes do ámbito nacionalista, Jorquera (BNG) e Beiras (AGE), presentan diferenzas cos políticos non nacionalistas, mais tamén diferenzas entre si en varios aspectos. O contraste máis notable respecto dos dous políticos vistos anteriormente é o uso de formas tomadas de propostas normativas reintegracionistas e en parte incorporados ao estándar actual: adxectivos en *-bel* (*posíbel*), *até*, *Galiza*. Jorquera introduce formas non estándar, como *aceitar* (por *aceptar*), *eleitoral* (*electoral*), *escreber* (*escribir*), e Beiras *níveis* (*niveis*), *parlamentar* (*parlamentario*), entre outras. Ambos os dous usan *simplesmente* (*simplemente*).

Aínda así, tamén estes candidatos, nas intervencións orais, introducen formas e estruturas tomadas do español e comúns na fala, especialmente Jorquera: *debatir* (*debater*), *mismo* (*mesmo*), *hasta* (*ata ~ até*), *vamos a poder* (*imos poder*). Tamén Beiras: *Bueno...*, *persona* (*persoa*), *invertir* (*investir*), *traicionar* (*traizoar*). Estas formas aparecen nos debates e nas réplicas orais, mais non nos discursos lidos. Na fraseoloxía, Jorquera ten frecuentes calcos do español: *enxugar o déficit* (en galego *enxugar* significa ‘secar, quitar a humidade’), *se queda tan ancho, que veña deus i o vexa, o conto da boa pipa*. Beiras tamén ten algúns casos similares (*sacar de quicio, correa de transmisión, de piñón fixo, barra libre*), mais tamén recorre a metáforas tomadas do galego popular e da lingua literaria: *que fagan de nós un pandeiro; como meigas chuchonas das enerxías cívicas i os recursos naturais da cidadanía galega*.

Tamén neste caso, é no referente á fonética onde as discrepancias entre estes dous políticos se manifestan máis claramente. A fonética de Beiras aproxímase á da lingua estándar, con sete vogais (*v[ɔ]taron en contra*), aínda que por veces con algúns timbres vocálicos non moi abertos: *mull[ɛ]res, tam[ɛ]n l[ɛ]va*. Por contra, Jorquera presenta basicamente cinco vogais tónicas: *pode* ['poðe] (por ['pɔðɪ]), *é* ['e] (por ['ɛ]). Tamén ten dificultades para a realización das contraccións: *de costas a xente* (por *á xente*); *está as ordes* (por *ás ordes*); *é o hospital de Vigo* ['eospɪ'tal] (por ['ɛuɔspɪ'tal]), entre outros casos similares. Outro aspecto destacado da fonética de Jorquera é a realización da

nasal final de palabra como [n] alveolar diante de vogal: *u[n] hospital, u[n] emprazamento, e[n] Europa, oposición ó bipartito [oposi'tjono...]* (por [ɔposi'tjono...]).

No contraste entre a lingua destes catro políticos pode verse como estes se aliñan e marcan a súa afiliación ou desafiación con diferentes grupos sociais e ideolóxicos (cfr. Blommaert & Rampton, 2011, p. 5). Neste sentido, isto é unha mostra de que, como xa afirmaban Thomason e Kaufmann (1988, p. 35): “it is the sociolinguistic history of the speakers, and not the structure of their language, that is the primary determinant of the linguistic outcome of language contact”. Así, o candidato que presenta un galego máis achegado ás variedades populares é Vázquez, sobre todo nos aspectos fonéticos. O mantemento de trazos socialmente pouco prestixiados, como o rotacismo, pode verse como mostra de aproximación e lealdade ás capas galegofalantes, e así a súa lingua vén confirmar a afirmación que fai durante un dos debates: “non solo falo en galego, sinto en galego, soño en galego”. Así a todo, o uso de formas non estándar e a colocación dos clíticos calcada do español tamén apunta a unha ideoloxía lingüística escasamente galeguista, máis orientada cara ao español ca ao portugués (tamén confirmada pola ausencia de formas que o aproximen ao portugués).

O candidato Feijoo, que durante a campaña de 2016 se presentou como un “neno da aldea”, lembrando a súa infancia nos Peares⁴, onde se reclama dunha identidade rural, utiliza unha lingua que non representa eses valores, senón máis ben “esa imagen de burócrata urbanita y engominado con la que llegó de Madrid”, que lembra a reportaxe mencionada. Hai que lembrar que o principal traballo sobre actitudes lingüísticas levado a cabo en Galicia mostra que: “[o]s que se expresan nas variedades con acento galego percíbense como un grupo social pouco dotado para o éxito social, mentres que os que o fan en lingua galega cunha fonética similar á do castelán son caracterizados como un grupo innovador e socialmente competente, se ben espertan escasos sentimentos de empatía social na mocidade” (González González, 2003, p. 185). Feijoo, coa súa fonética e coa súa lingua, non mostra ningunha aproximación ao galego rural, senón ás formas máis achegadas ao español, de maneira que o español constitúe a súa orientación principal, no aspecto lingüístico, e as capas urbanas castelanfalantes ou con escaso contacto co galego, no aspecto social. A utilización de formas do español e a ausencia de formas presentes no mundo nacionalista reafirman esta idea.

O caso de Jorquera mostra, por unha parte, unha fonética e o uso de elementos do español que reflecten as súas orixes urbanas (posiblemente de lingua inicial española, sendo Ferrol unha das cidades con menor presenza do galego, cfr. MSG 1995), así como a súa familiaridade co discurso político español (fora senador e deputado no Parlamento español entre 2005 e 2012). Mais os

⁴ V. <https://www.farodevigo.es/elecciones/galicia/2016/09/17/feijoo-nino-aldea-comia-pan/1534658.html> (consulta abril de 2020).

elementos tomados das tradicións discursivas do nacionalismo galego actúan como indexadores de pertenza ideolóxica, asociadas a unha vontade de afastamento do ámbito español e de achegamento simbólico ao mundo luso-brasileiro, sen que isto implique unha ideoloxía reintegracionista (Jorquera non evita as formas de contacto co español nin utiliza outras formas de achegamento ao portugués que non sexan as comúns no ámbito do BNG). Estes elementos actúan como unha “táctica de distinción” (Bourdieu, 1979; Bucholtz & Hall, 2007) que permite diferenciar uns grupos nacionalistas respecto doutros. Neste sentido, os elementos do portugués e do español non resultan contraditorios, senón que se complementan na construción identitaria de Jorquera como un político que se sitúa no terreo do discurso público político español (táctica de adecuación) mais que se distingue dos demais como pertencente a un determinado grupo nacionalista (táctica de distinción).

Pola súa parte, Beiras, ademais de mostrar os elementos indexicais de ideoloxía política nacionalista comúns con Jorquera, elabora un discurso escrito que se inscribe parcialmente nas tradicións discursivas da esfera cultural e do campo universitario. Así, contén materiais lingüísticos inusuais na tradición do discurso parlamentario (*feble, sobardar, punxente, xinea, xiria, eis, en troques*), así como variantes que foron usuais na lingua literaria, pero non no estándar actual, como *crebar, verquer, eiquí, iles, contemporán, disfruitar* (por *quebrar, verter, aquí, eles, contemporáneo, disfrutar*). Estes elementos conéctano cos círculos do galeguismo anteriores á transición, nos que Beiras se formou, e coa lingua literaria de figuras como Otero Pedrayo, que foi o principal referente intelectual que durante os anos 1950 e 1960 conectaba coa cultura nacionalista anterior á guerra civil. Estes elementos serven para unha construción identitaria de político e intelectual procedente da tradición galeguista clásica. Por outra parte, nos seus discursos escritos Beiras introduce numerosas citas e referencias a figuras académicas e intelectuais, do ámbito galego e internacional (nun debate posterior⁵ fixo conto de que acababa de citar a Eric Hobsbawn, Giovanni Arrighi, Michael Hudson, William Black e Immanuel Wallerstein) e deféndese da acusación de elitismo aludindo á sabedoría dos seus veciños na aldea de Brión en que reside, xente maior sen formación académica. Beiras reforza así a súa construción identitaria como persoa maior e experimentada, cunha ampla formación e coñecemento especializado, capaz de elaborar discursos complexos, en contraposición co discurso de Feijoo, que aparece no contraste como o dun simple administrador ou contable (“vostedes [...] limitáronse a xestionar en Galiza os ditados e intereses do poder central español como quen administra o servizo privatizado de correos”, afirma no debate de investidura, aludindo a que Feijoo fora anteriormente director da empresa estatal Correos y Telégrafos). Prodúcese así

⁵ Consultable en <http://mediateca.parlamentodegalicia.gal/library/items/actos-institucionales-9-lexislatura-pleno-2014-10-07> (consulta abril 2020).

un salto de escala (Blommaert, 2010, p. 33), un salto na orde de indexicalidade, concepto que Blommaert (2005) relaciona coa “ordre du discours” de Foucault (1996 [1971]).

Este tipo de análise pode estenderse a outras figuras do ámbito político e da esfera cultural. Se tomamos como exemplo un vídeo electoral da actual líder do BNG, Ana Pontón, para a campaña das eleccións galegas de 2016⁶, encontramos unha fonética de cinco vogais (vogais medias abertas realizadas como medias pechadas ou con escasa abertura: *nós* [o], *vós* [ɔ]), realización de /ʃ/ pouco diferenciada de /ʒ/ (*dixeron, deixa*), e onde o único elemento indexador de ideoloxía nacionalista é *Galiza*. Nunha entrevista dentro da campaña preelectoral de 2020⁷, aparece un certo número de formas de contacto co español usuais na fala (*vamos a + inf., crisis, estuvo, estuviera, sí, recorrendo...* por *imos + inf., crise, estivo, estivera, se, percorrendo*), e mesmo a forma *Galiza* alterna con *Galicia*, que é a forma corrente na lingua falada. Se temos en conta que traballos recentes mostran que o galego con cinco vogais xa é habitual entre a poboación urbana (Amengual & Chamorro, 2015; Agüete, 2017, 2019), Pontón achégase así de maneira marcada á fala urbana e prescinde de marcas identitarias que a asocien nin con ruralidade nin con ideoloxías nacionalistas, o que vai en consonancia coa súa aspiración de “aglutinar a unha parte cada vez máis importante da sociedade galega” (Vid. ligazón da nota 7), transcendendo así, cando menos simbolicamente, o campo político nacionalista.

A análise das variedades lingüísticas presentes na esfera pública, que vimos ata aquí en certos axentes da esfera política, pode estenderse a outros ámbitos, como o cultural, onde tamén se pode encontrar unha gran diversidade de comportamentos lingüísticos que, no tocante á fonética, van desde modelos que se achegan ao galego tradicional (e ao portugués) ata outros moi semellantes ao do español (Regueira, 2019, pp. 127-133). Eses modelos poden escoitarse en profesionais dos medios audiovisuais, mais tamén en profesionais das artes escénicas, na “república das letras” e mesmo entre profesorado de lingua galega. Lémbrese que os acentos máis próximos ao español teñen connotacións positivas (urbanidade, modernidade), fronte aos acentos máis “galegos” (ruralidade, baixa formación), que están asociadas a valores de clase (González González, 2003).

4. O CONTACTO CO PORTUGUÉS

Os estudos sobre o contacto de linguas en Galicia, por razón da situación sociolingüística á que se aludiu máis arriba na sección 2, refírense ao galego e o español, mentres que o portugués non é unha lingua de contacto para a maioría da poboación. Nun sentido estrito, o contacto con falantes portugueses só se produce nas áreas de fronteira ou en desprazamentos a través da raia, e

⁶<https://www.youtube.com/watch?v=nDfQ7ot27RY> (consulta abril 2020).

⁷<https://www.youtube.com/watch?v=XfohfPXuxsU> (consulta abril 2020).

só afectan a unha pequena parte da poboación. Mais existe outro tipo de contacto promovido por elites culturais que ten unha incidencia moito maior, de maneira directa ou indirecta, e a lingua portuguesa ten un papel relevante na construción ideolóxica nacionalista e tamén na configuración do estándar lingüístico galego.

4.1. O papel do portugués

Da mesma maneira que Portugal ten un papel na construción da identidade nacional galega, iniciada no século XIX (Torres, 1999; Medeiros, 2006), o portugués ten unha importancia grande no movemento de defensa e no proceso de estandarización do galego. Durante os inicios da recuperación literaria do galego son frecuentes as referencias á estreita relación da lingua galega coa portuguesa (“hija legítima de la gallega”, cfr. Hermida 1996). Mais estas invocacións son un recurso retórico para reivindicar o valor e a dignidade da lingua, e responden “a un desexo de subliñar a importancia do galego como berce dunha moderna lingua de cultura” (González Seoane, 1996, p. 123), de modo que salientar as similitudes e o estreito parentesco histórico coa lingua dun imperio colonial e dunha importante literatura constitúe un eficaz recurso de lexitimación da lingua e da identidade galegas e mais da súa soberanía cultural (Torres, 1999, p. 273). De feito, a pesar desas invocacións ao portugués, a estandarización faise de maneira independente, inevitablemente en contacto co español, en tanto que Galicia está dentro do espazo mediático, político, social e económico do estado español.

Nas últimas fases da estandarización do galego, aproximadamente a partir de 1970 ata a actualidade, a importancia do portugués como lingua de referencia para o estándar galego foise acrecentando (cfr. Regueira, 2003). Nas *Normas ortográficas e morfolóxicas* actualmente vixentes afirmase explicitamente:

As escollas normativas deben ser harmónicas coas das outras linguas, especialmente coas romances en xeral e coa portuguesa en particular, evitando que o galego adopte solucións insolidarias e unilaterais naqueles aspectos comúns a todas elas. Para o arriquecemento do léxico culto, nomeadamente no referido aos ámbitos científico e técnico, o portugués será considerado recurso fundamental, sempre que esta adopción non for contraria ás características estruturais do galego (RAG & ILG, 2003, p. 10).

O portugués está detrás de diferentes escollas morfolóxicas (plurais en *-l* –*animais*, *papeis*–, formas verbais –*sexa*, *íá*–) e variantes léxicas (*igrexas*, *parafuso*), influíu na introdución no estándar de formas históricas que xa non teñen uso na lingua falada (*até*, *alén de*, *se callar*, as terminacións *-bel* –*amábel*– e *-aría* –*zapataría*–, entre outras), e un número non pequeno de préstamos léxicos (*orçamento*, *adestrar*, *vestiario*, *bolseiro*, *relatorio*, *banda deseñada*...). Esta aproximación ao portugués foi impulsada e reforzada pola existencia de propostas chamadas “reintegracionistas”, que propugnan un achegamento maior ou mesmo a adopción do estándar escrito do portugués para o galego.

A partir de finais dos anos 1970, cando o galego inicia o seu “proceso de normalización”, coa recuperación de espazos públicos e co recoñecemento de oficialidade, foi cando a discusión sobre a aproximación (“reintegración”) ao portugués tomou corpo e, debido en grande parte a circunstancias políticas internas, alcanzou un grao de difusión social moi importante (Alonso, 2006; Sánchez, 2010). O chamado “reintegracionismo de mínimos” mantiña un discurso de “reintegracionista” que situaba o portugués como orientación principal para o estándar galego, mais na práctica só diverxía da normativa oficial en aspectos menores. Pola súa vez, o “reintegracionismo de máximos” propoñía a adopción dunha representación ortográfica semellante á do portugués, mais a morfoloxía e o léxico, aínda con achegamentos ao portugués, seguían a ser fundamentalmente galegos, e ademais non se incorpora nada da fonética portuguesa. Así, introdúcense as representacións gráficas *-s-* / *-ss-* e mais *-j-*, *-g-* / *-x-*, mais pronunciadas sempre con fricativas non voceadas, as grafías *-ç-* e *-ç-* son lidas como [θ], fricativa inexistente en portugués etc. Mantéñense numerosos elementos diferenciais co portugués: non se representan vogais nasais, a morfoloxía é basicamente a do galego, o léxico recolle moitos lusismos mais mantén os elementos diferenciais do galego (cfr. Castro 1998). Actualmente existe unha corrente que adopta o estándar portugués nos aspectos gráficos, morfolóxicos e léxicos (non na fonética e só en parte na sintaxe) e outra que continúa coas propostas promovidas pola AGAL, e que poden encontrarse en diferentes publicacións (como AGAL, 1985; Castro, 1998).

O “reintegracionismo de mínimos” acadou unha presenza social relevante, pois foi adoptado oficialmente polo BNG, o principal partido nacionalista, e pola central sindical máis importante de Galicia, a CIG (Confederación Intersindical Galega), ligada ao BNG. Esta proposta, formalmente moi semellante ao estándar oficial mais sostida por un discurso reintegracionista, representaba a oposición á legalidade vixente (Galicia como “comunidade autónoma” dentro do reino de España), sentida como insuficiente, e delimitaba con claridade a fronteira ideolóxica respecto das forzas políticas que gobernaban a Xunta de Galicia (consideradas “españolistas”) e tamén respecto doutros grupos nacionalistas que a asumiran. En 2003 chegouse a un acordo entre representantes desta corrente co ILG e coa RAG, que levou a efectuar certas modificacións na selección de variantes desta normativa (maior relevancia de certas variantes que coinciden co portugués, como *-bel*, *-aría*, *ao*, *até*, *Galizxa*, entre outras). Neste acordo non participou o “reintegracionismo de máximos”, de maneira que as súas variantes do estándar seguiron a ser utilizadas por algunhas agrupacións culturais (Asociación Galega da Língua, Academia Galega da Língua Portuguesa) e por grupos independentistas (o máis importante, Nós-Unidade Popular, disolto formalmente en xuño de 2015).

Os textos producidos polos reintegracionistas “de máximos” non son, por tanto, textos en portugués, xa que manteñen unha forma de galego diferenciada (na fonética, na gramática, en parte do léxico e, no estándar da AGAL, en parte na ortografía). Ademais, os resultados están condicionados polo baixo nivel de coñecemento do portugués en Galicia, a pesar das similitudes e da proximidade lingüística. É certo que algunhas minorías intelectuais coñecen ben a lingua literaria e aspectos da historia e da cultura portuguesa, mais descoñécese a lingua e a cultura da vida ordinaria portuguesa; como afirma o antropólogo portugués António Medeiros (2003, pp. 335-336): “As referências ao país vizinho feitas no discurso galeguista podem ser caracterizadas como apropriação de aspectos muito selectivos da cultura portuguesa. Surgem-nos como percepções estereotipadas, invariavelmente positivas, mas, por regra muito desfasadas do que é familiar e julgado relevante no quotidiano dos nativos do país vizinho”. En consecuencia, os textos producidos moi frecuentemente non cumpren o obxectivo de se aproximaren ao portugués, e mesmo en textos que pretenden estar escritos en portugués aparecen numerosos problemas. Tiago Vidal, profesor de portugués, afirma, sobre un texto publicado nunha revista, que “pasaría, para a redacción da revista e para moitos lectores, como escrito en portugués. Pero non é certo. [...] O texto [...] está composto cunha extravagante mestura de ingredientes da lingua galega, española e portuguesa” (Vidal, 1994, pp. 142). Neste sentido, Madeiros (2003, p. 330), a propósito de textos “reintegracionistas de máximos”, afirma: “Foi em textos que observavam esta regra –sobretudo aqueles que a aplicavam de forma mais imaginosa, mimando tanto quanto possível a ortografia portuguesa– que encontrei algumas das dificuldades mais intrincadas de compreensão do galego”. Fernando Venâncio (2019) analiza varios textos que pretenden estar escritos en portugués mais que se desvían considerablemente do portugués en diferentes aspectos gramaticais, léxicos e fraseolóxicos (Vid. pp. 193-194, 227-230, 233-235), o que leva o autor a considerar que estes autores utilizan “uma gramática alternativa, feita do que se chamaria *pseudo-lusismos* chamados pelo espanhol” (p. 193); o autor critica a obsesión coa ortografía (“*fetichismo ortográfico*”, p. 220), que crea a “ilusão de, redigindo em ortografia portuguesa, se estar a escrever em português” (p. 232).

4.2. O portugués no discurso público

Aínda que o reintegracionismo mantén unha certa actividade pública no ámbito cultural a través de asociacións como AGAL ou da AGLP, poucas veces transcende ese ámbito para aparecer noutro tipo de esferas. Así, na esfera pública política son moi escasos os discursos ou os textos con certa difusión. Un caso interesante foi o de Bieito Lobeira, que foi deputado no Parlamento Galego entre 1996 e 2016 e que utilizaba formas lingüísticas próximas ao reintegracionismo. Actualmente tamén ten unha posición prominente o deputado no Parlamento español Antón Gómez Reino,

membro de Podemos (partido estatal español), do que se falará máis adiante. O único partido de certa relevancia que se definía como defensor do reintegracionismo “de máximos” era Nós-Unidade Popular (Nós-UP), aínda que era un partido marxinal dentro da escena política galega (nas eleccións galegas de 2005 obtivo o seu mellor resultado electoral, cun total de 1749 votos, o 0,12%)⁸. Disolveuse formalmente en 2015. Nun traballo anterior (Regueira, no prelo) analicei dúas intervencións parlamentarias de Bieito Lobeira en 2010 e 2012⁹ e mais o discurso lido por Rebeca Bravo¹⁰ na clausura da VII asemblea de Nós-UP en 2013, na que acababa de ser elixida como cabeza desta formación. Nestes discursos encóntranse elementos lingüísticos de galego, mais tamén elementos do español e formas tomadas do portugués.

Nas intervencións orais de Bieito Lobeira aparecen formas frecuentes no ámbito nacionalista e que diverxen do galego estándar, que en parte xa comentamos na sección 3, a propósito da lingua de Jorquera, como *eleitoral*, *aceitación*, *sofrer*, *nen*, ou *vosté* (esta forma proposta pola normativa “de mínimos” defendida polo BNG antes de 2003), por *electoral*, *aceptación*, *sufrir*, *nin* e *vostede*. Mais tamén engade outros elementos de aproximación ao portugués como *inteiras* (*enteiras*) ou *cúmplice* (*cómplice*), por exemplo. Na intervención do ano 2010, na que defende unha iniciativa legislativa popular en defensa da lingua galega, Lobeira introduce un maior número de lusismos léxicos, algunhas veces acompañadas da correspondente forma galega, como *suceso* / *éxito*, *crianzas* / *nenos e nenas*, *obrigado* / *grazas*: *Obrigado. Moitas grazas*. Mais tamén utiliza castelanismos léxicos como *asignatura*, *tasas*, *cortos* (*materia*, *taxas*, *curtos*) ou *acomplexados*, pronunciado con [ʃ] (gal. e port. [ks]). Mais o trazo máis marcado nas súas intervencións é o emprego dun sistema fonolóxico próximo ao do español, con cinco vogais tónicas (sen unha adecuada diferenciación entre vogais medias altas e medias baixas), así como unha diferenza pouco perceptible entre as articulacións sibilantes apical [ʃ] e postalveolar [ʃ̄] (*inxenuos*, *lexislatura*, *fixera*... etc.).

No seu discurso, Rebeca Bravo dá lectura a un texto escrito, polo que as características lingüísticas analizadas cobren os aspectos gramaticais e léxicos, así como a fonética da lectura. Non temos acceso á representación escrita, mais con toda seguridade correspondería á ortografía da AGAL que se presenta no *Manual de iniciación à língua galega* de Maurício Castro Lôpez (1998), anterior dirixente de Nós-UP. A morfoloxía mantén en xeral as características do galego, con algúns elementos do portugués, como *conduz*, *há* (*conduce*, *hai*). Na morfoloxía nominal o máis marcante

⁸V. https://gl.wikipedia.org/wiki/N%C3%B3s-Unidade_Popular(consultado abril 2020).

⁹As intervencións poden encontrarse na mediateca do Parlamento de Galicia:

<http://mediateca.parlamentodegalicia.gal/library/items/actos-institucionales-8-lexislatura-pleno-2010-12-14>;

<http://mediateca.parlamentodegalicia.gal/library/items/pleno-ordinario-2012-06-27> (consulta abril 2020). En

Youtube: [https://www.youtube.com/watch?v=XgHvulg_fj0&ab_channel=BloqueNacionalistaGalego\(BNG\)](https://www.youtube.com/watch?v=XgHvulg_fj0&ab_channel=BloqueNacionalistaGalego(BNG)), e https://www.youtube.com/watch?v=APSVF10O1f4&ab_channel=galicia24horas (consulta abril 2020).

¹⁰. A gravación do acto pode encontrarse en

https://www.youtube.com/watch?v=xMW24iHOch4&ab_channel=IrmandadeTV(consulta abril 2020).

son as terminacións ['θoŋ], ['ʒoŋ] (–*com*, –*som*, na grafía da AGAL), por ['θjoŋ], ['ʒjoŋ] (port. ['sẽw̃], ['zẽw̃]): *consolidaçom*, *refundaçom*, *naçom*; *fusom*, *cobesom*. Mais tamén hai casos de –*ción*, –*sión*: *satisfacciõn*, *expulsiõn*. As formas ['θoŋ], ['ʒoŋ] non se corresponden con ningunha variedade de galego nin de portugués.

Destaca o número de préstamos léxicos do portugués, algúns privativos dos sectores reintegracionistas próximos á AGAL e á AGLP, como *autóctone*, *rumo*, *greves*, *protestos*, *maciça*, *factos*, *persoal*, *embora* (por *autóctono*, *rumbo*, *folgas*, *protestas*, *masiva*, *feitos*, *persoal*, *aínda que*). Noutros casos aparecen formas híbridas, como *leiçom*, (*lección*, port. *lição*) ou *respeituoso* (*respectuoso*, port. *respeitoso*). Tamén a locución *face a* se utiliza co sentido do galego *cara a*: *avançando face ao precipício a que nos conduz o capitalismo espanhol*. A carón dos lusismos aparecen castelanismos léxicos como *pertrechos*, *oleage*, *dietas* ('axudas de custo'), *plasmар*, *enemigo*, *corsé* (usado metaforicamente: *abandonar o corsé español*), *timoratismos*, *cortoplacismos electorais* (esp. *timoratismo*, *cortoplacismo*).

Nos aspectos fónicos, o discurso está lido cunha fonética que está máis próxima do español ca do galego. Non hai datos biográficos públicos sobre Rebeca Bravo, mais probablemente o galego non sexa a súa lingua primeira, aínda que parece razoable supoñer, tanto pola súa militancia política como pola súa actividade na fundación Artábria, que é a súa lingua habitual ou cando menos que leva moito tempo inmersa en comunidades de práctica que usan de maneira consistente a lingua galega. Na súa articulación existen só cinco vogais, que corresponden coas cinco vogais tónicas do español, e tende a pronunciar a postalveolar /ʃ/ como apicoalveolar [ʃ]: *seja* ['ʃeʒa], *message* [mẽn'ʒaʒe]. Ademais, en numerosas ocasións aparece a pronuncia nasal alveolar [n] no canto da velar [ŋ], tanto no artigo *unha* (u[n]a *vida de suor*), como en final de palabra diante de vogal *Unio*[n] *Europeia*, e[n] *España*. Tamén outras voces son pronunciadas seguindo o español: *complexos*, *complexa*, pronunciadas con [ʃ] e [ʒ], respectivamente (adaptación da pronuncia española con [x]), fronte ao galego estándar e portugués [ks]). Tamén outras pronuncias, como *seductora* [θt] (por *sedutora*), *estruturais* [kt] (por *estruturais*), *paradigma* [xm] (por [gm]) remiten á fonética española.

É un feito que na escena política galega, o reintegracionismo xoga un papel ideolóxico e político. Non existe unha correlación directa entre o reintegracionismo e posicións políticas de nacionalismo radical ou de independentismo (o principal partido independentista, a Frente Popular Galega, defende a norma oficial) (cfr. Herrero, 2011, p. 77), mais o emprego dunha forma lingüística claramente diferenciada e nos aspectos gráficos próxima ao portugués permite simbolizar un rexeitamento tanto do español (da lingua e da estrutura política do estado español) coma do “galego oficial”, das institucións autonómicas e dos grupos nacionalistas que aceptan, con máis ou menos reticencias, o xogo político institucional. Desa maneira, “a maior parte dos usos do

galego lusista presentan una ideologización evidente de orientación lingüística e cultural, inserida no nacionalismo galego lusófilo” (Herrero, 2011, p. 75).

Neste sentido, Nós-UP sitúase simbolicamente nunha esfera política diferente da que ocupa o BNG, que finalmente adoptou a normativa oficial e ademais ten unha presenza relevante nas institucións. Os usos lingüísticos e ideolóxicos reintegracionistas corresponden a unha “táctica de distinción”, por medio da que marcan a diferenza entre a súa postura abertamente independentista e a dos grupos nacionalistas menos radicais, como o BNG, e tamén respecto doutros grupos non nacionalistas. Neste sentido, Bieito Lobeira, por medio da utilización de formas lingüísticas ideoloxicamente marcadas, está sinalando a súa posición persoal dentro do espazo nacionalista, mais asemade esas marcas son moi limitadas e son utilizadas selectivamente, o que resulta compatible coa posición institucional que ocupa o seu partido.

Un perfil diferente é o que mostra outra figura da política galega actual, Antón Gómez-Reino, dirixente de Podemos en Galicia e actualmente deputado no parlamento español. Este deputado mantén un blog persoal¹¹ (que semella que non foi actualizado nos últimos anos) con textos escritos na ortografía reintegracionista da AGAL, mais, como representante dunha forza política de ámbito español, sitúase fóra da esfera nacionalista galega (aínda que existe colaboración parcial con forzas deste ámbito, sobre todo no nivel da política municipal dentro do movemento En Marea). A maioría das entrevistas de Gómez-Reino que se poden encontrar nas redes están en español, por estaren dirixidas á esfera política española (e aquí volvemos atopar a cuestión da dobre pertenza dos actores da esfera pública minorizada). En Youtube poden encontrarse algunhas entrevistas en galego, das que analizamos dúas delas: unha da TVG¹² en 2015 (cunha duración de 6’41”) e outra na canle A Xanela Audiovisual¹³ en 2019 (duración 46’30”). Nestas entrevistas case non se encontran formas características deste estándar, agás o marcador de reparación *quere dicer* (unha vez en cada entrevista, fronte a *dicir*), *dixeríbel* (fronte a outros casos en *-ble*, como *responsables*) e mais *bloco progresista* (dúas veces) (por *bloque*). En xeral, mantense dentro do estándar oficial, mais con frecuentes formas do español: *bueno*, *espacio*, *catalana*, *judicializar* (pronunciado con [x]), *carriles*, *reanudar*, *entorno*, *recetas*, *ocurrir*, *empleo*, *precio*, etc. A pronuncia corresponde con modelos do galego urbano, con certa diferenciación entre vogais medias altas e medias baixas, e con algunha pronuncia apical da sibilante /ʃ/ (*nosa xente*, *enerxética*). As marcas lingüísticas máis salientes son, por tanto, as de achegamento ao español, de maneiras tanto ou máis marcadas ca as que viamos nos políticos de partidos españois na sección 3.

¹¹<https://caminharpreguntando.wordpress.com/> (consulta abril 2020).

¹²V. <https://www.youtube.com/watch?v=IBmDTzeCRAw> (consulta abril 2020).

¹³V. <https://www.youtube.com/watch?v=vPOvu0Lu-ro> (consulta abril 2020).

Nestes discursos de Lobeira e Bravo, por contra, encontramos textos que, estando construídos a partir do galego, incorporan elementos do portugués (en aspectos léxicos e, en parte, gramaticais) e tamén do español (especialmente nos aspectos fónicos, e en menor medida léxicos e gramaticais), que permiten a construción de identidades tanto de tipo ideolóxicos (nacionalismo, reintegracionismo) como en aspectos sociais (procedencia urbana e de clase non baixa). Como o reintegracionismo ten sobre todo presenza en discursos da esfera cultural, en grupos de carácter urbano e que circulan sobre todo en ambientes universitarios (Herrero, 2011), as marcas reintegracionistas contribúen a reforzar a construción identitaria urbana e de clase.

Neste sentido, o uso de elementos indexicais reintegracionistas (que constrúen unha identidade ideolóxica independentista, radical, avanzada e moderna) fanse compatibles coa utilización dunha fonética próxima ao español, entre outros trazos, que actúan como marcadores de orixe social urbana, de clase non baixa e de modernidade. Tendo en conta que este tipo de ideoloxías lingüísticas ten a súa mellor expresión nos ámbitos universitarios e culturais, a utilización dunha norma reintegracionista e o uso dunha forma fónica que corresponde en gran medida a español non resultan incompatibles, senón que se reforzan no sentido de separarse nitidamente das clases baixas e rurais, que son as que posúen un galego máis próximo ao portugués nos aspectos fónicos. Marcos Neves (2015) sinala que é frecuente que persoas portuguesas, ao escoitaren discursos en galego, crean estar a oír unha modalidade de español, mais que fican perplexos cando son confrontados con outro galego que “soa demasiado a portugués para ser español”, como o que se encontra nun vídeo de falantes de Mazaricos¹⁴. Mais estes acentos que soan a portugués están socialmente marcados como rurais e de clase baixa, e por tanto non son modelos lingüísticos apropiados para os propósitos de construción identitaria buscados.

Na súa crítica á teoría da esfera pública de Habermas (1962), Nancy Fraser (1990, p. 67) defende que “they are parallel discursive arenas where members of subordinated social groups invent and circulate counterdiscourses, which in turn permit them to formulate oppositional interpretations of their identities, interests, and needs”, e denomina esas esferas alternativas como “subaltern couterpublics”. Tendo en conta que os grupos culturais e políticos reintegracionistas se postulan como alternativa ás ideoloxías lingüísticas e ás políticas dominantes tanto no conxunto da sociedade coma no ámbito nacionalista, pode defenderse que o reintegracionismo forma parte da construción dunha contraesfera pública política e ideolóxica, que demarca moi claramente as fronteiras respecto das ideoloxías dominantes a través de marcas lingüísticas visibles (e de aí que se destaquen sobre todo as cuestións gráficas). A ortografía alternativa funcionaría como un símbolo

¹⁴ Neves refírese a un vídeo do espazo *Ben falado* emitido pola TVG en 2011, accesible en Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=3wPC8E14cIc&t=27s> (consulta abril 2020).

que demarca esta contraesfera pública. Fernando Venâncio (2019, pp. 220-221), desde a súa óptica, expón de maneira crúa unha idea similar, cando afirma: “a verdade é que o reintegracionismo galego nunca perseguiu, e provabelmente nunca pretendeu perseguir, un projecto *lingüístico*. É un movemento de activistas ideolóxicos, para quem o idioma é un pretexto, uma estratégia, não um objecto de conhecimento”. Máis ca un pretexto, desde o punto de vista que aquí se defendeu, sería una estratexia dentro da loita de poder que ten lugar en ámbitos da esfera pública galega que se foi configurando nas últimas décadas. Neste sentido, resulta revelador o título do interesante libro de Mário Herrero (2011) aquí citado: *Guerra de grafías, conflito de elites*. O reintegracionismo sería o instrumento de certas elites que ficaron nas marxas dos espazos de poder (político e cultural, sobre todo) ocupados polas elites que se situaban en círculos e institucións de recoñecemento político e social.

5. CONCLUSIÓN

A situación lingüística de Galicia presenta características que a converten nun terreo de grande interese para o estudo do contacto e da variación lingüística. Na sociedade verifícase un contacto intenso entre o español e diferentes modalidades de galego, desde as diferentes variedades populares á lingua estándar, e coa presenza de estándares alternativos que incorporan, en maior ou menor medida, elementos do portugués. Isto fai que exista unha serie de repertorios lingüísticos dispoñibles para o seu emprego na interacción social, e que a través deles sexan posibles construcións identitarias en diferentes niveis, desde a pertenza a grupos ideolóxicos diferenciados ata identidades sociais (clase, urbanidade, modernidade), pasando, naturalmente, por diferentes comunidades de práctica.

Neste traballo estudáronse diferentes discursos procedentes da esfera pública política, aínda que as conclusións poderían estenderse a outros ámbitos, nomeadamente a esfera cultural. A través da análise destes actos de fala mostrouse como os elementos de contacto co español, as formas e estruturas do galego estándar, as formas non estándar procedentes das falas populares e mais os elementos tomados do portugués son utilizados para construír afinidades e marcar distancias con determinados grupos sociais e ideolóxicos.

Unha diferenza marcada entre os dous tipos de contacto, horizontal no caso do español (lingua coa que toda a poboación galegofalante está en contacto intenso), vertical no caso do portugués (só unha minoría das elites ten contacto parcial co portugués), determina en boa medida as significacións do emprego de formas procedentes do contacto con cada unha das linguas. O español é a lingua de maior prestixio na sociedade, asociada a modernidade e urbanidade. O portugués non ten prestixio no conxunto da sociedade, mais o galego con marcas de achegamento

ao portugués, presente en minorías urbanas e de clase non baixa, activas cultural e politicamente, asóciase a posicións alternativas aos poderes políticos e culturais existentes.

Neste sentido, o emprego de trazos lingüísticos do español (na fonética e na sintaxe, por exemplo) non está en contradición co emprego de trazos do portugués (léxicos, morfolóxicos e sobre todo gráficos), xa que ambas as linguas están asociadas a modernidade e urbanidade, cando menos entre as minorías da esfera cultural e política. A selección dos trazos do portugués que se poñen en obra e a súa combinación con trazos do español para construír estas modalidades é posible e coherente se se considera que serven para a construción dunha contraesfera pública, alternativa á que é hoxe en día dominante en Galicia.

Os comportamentos vistos neste traballo ilustran algunhas das maneiras en que as persoas xestionan os repertorios lingüísticos que teñen á súa disposición para conseguiren os seus fins (Blommaert, 2005, 2010; Pennycook, 2010), e como diferentes trazos destes repertorios se poden combinar de maneiras complexas e, en principio, inesperadas. Tamén se fai ver a necesidade de continuar o traballo en diferentes espazos sociais para poder refinar, ampliar e corrixir algúns destes resultados.

REFERENCIAS

- AGAL = Associação Galega da Língua (1985). *Prontuário ortográfico galego*. S. l.: AGAL.
- Aguete, A. (2017). Factores externos na variación do vocalismo galego. Estudo perceptivo. In Regueira, X. L. & Fernández Rei, E. (Eds.). *Estudios sobre o cambio lingüístico no galego actual*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, pp. 63-97.
- Aguete Cajiao, A. (2019). *Vocalismo galego. Motivacións fonolóxicas do cambio*. Tese de doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela.
- Akoun, A. (1997). *Sociologie des communications de masse*. París: Hachette.
- Alonso Pintos, S. (2006). *O proceso de codificación do galego moderno (1950.1980)*. A Coruña: Barrié de la Maza.
- Amengual, M. & Chamorro, P. (2015). The effects of language dominance in the perception and production of the Galician mid vowel contrasts. *Phonetica*, 72, pp. 207-236.
- Anderson, B. (2006). *Imagined communities*. Revised edition. London / New York: Verso.
- Bauman, R. & Briggs, C. L. (2003). *Voices of modernity: language ideologies and the politics of inequality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Blommaert, J. (2005). *Discourse. A critical introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Blommaert, J. (2010). *The sociolinguistics of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Blommaert, J. & Rampton, B. (2011). Language and superdiversity. *Diversities*, 13, 2, pp. 1-20.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction. Critique du jugement social*. Paris: Minuit.
- Bucholtz, M. & Hall, K. (2005). Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach. *Discourse Studies*, 7, pp. 585-614.

- Bucholtz, M. & Hall, K. (2007). Language and identity. In Duranti, A. (Ed.). *A companion to linguistic anthropology*. Oxford: Blackwell, pp. 369-394.
- Castro López, M. (1998). *Manual de iniciación à lingua galega. Sociolingüística, morfosintaxe, ortografía e léxico*. Ferrol: Fundación Artábria.
- Dubert García, F. (1999). Máis sobre o rotacismo de /S/ en galego. In Álvarez, R. & Vilavedra, D. (Eds.). *Cinguidos por unha arela común. Homenaxe ó profesor Xesús Alonso Montero*. Santiago de Compostela: Universidade, vol. 1, pp. 367-387.
- Eckert, P. (2012). Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*, 41, pp. 87-100.
- Eckert, P. (2018). *Meaning and language variation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Estatuto de Autonomía de Galicia = Ley Orgánica 1/1981, de 6 de abril, de Estatuto de Autonomía para Galicia. *Boletín Oficial del Estado*, 101, de 28 de abril de 1981.
- Fernández Rei, F. (1990). *Dialectoloxía da lingua galega*. Vigo: Xerais.
- Fernández Rei, E. & Regueira, X. L. (Eds.) (2017): *Estudos sobre o cambio lingüístico no galego actual*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- Figuroa, A. (2010). *Ideoloxía e autonomía no campo literario galego*. Bertamiráns: Laivento.
- Foucault, M. (1996 [1971]). *A ordem do discurso*. Transl. by L. F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola [L'ordre du discours. Paris: Gallimard, 1971].
- Fraser, N. (1990). Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, 25/26, pp. 56-80.
- Freixanes, V. F. (2009). Os primeiros pasos do galego na radio: 1933-1936. *Grial*, 180, pp. 36-45.
- García Turnes, B. (1999). Cultivo e elaboración da lingua galega no período da restauración (1875-1916). In Álvarez, R. & Vilavedra, D. (Eds.). *Cinguidos por unha arela común. Homenaxe ó profesor Xesús Alonso Montero*. Santiago de Compostela: Universidade, vol. 1, pp. 435-453.
- Goffman, E. (1959). *The presentation of self in everyday life*. New York: Anchor.
- Goffman, E. (1967). *Interaction ritual. Essays on face-to-face behavior*. New York: Pantheon.
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis. An essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press.
- Goffman, E. (1981). *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- González González, M. (Dr.) (2003). *O galego segundo a mocidade*. A Coruña: Real Academia Galega.
- González Seoane, E. X. (1996). O debate sobre a independencia do galego na última década do século XIX. In Lorenzo, R. & Álvarez Blanco, R. (Eds.). *Homenaxe á profesora Pilar Vázquez Cuesta*. Santiago de Compostela: Universidade, pp. 121-131.
- Gumperz, J. J. (1982). *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Habermas, J. (1962). *Strukturwandel der Öffentlichkeit. Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft*. Darmstadt / Neuwied: Luchterhand, 1983¹⁴
- Hermida, C. (1996). Galego e portugués durante o século XIX (1840-1891). In Lorenzo, R. & Álvarez, R. (Eds.). *Homenaxe á profesora Pilar Vázquez Cuesta*. Santiago de Compostela: Universidade, pp. 107-119.
- Herrero Valeiro, M. (2011). *Guerra de grafías, conflito de elites na Galiza contemporánea*. Santiago de Compostela: Através.

- Hourigan, N. (2003). *Escaping the global village. Media, language & protest*. Lanham, MD: Lexington.
- Kabatek, J. (2005). Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis*, 29, 2, pp. 151-177.
- Kavanagh, W. (2011). Identidades en la frontera luso-española: permanencias y transformaciones después de Schengen. *Geopolítica(s)*, 2, 1, pp. 23-50.
- Koch, P. (1997). Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In Frank, B. et al. (Hrsg.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997, pp. 43-79
- Lakoff, G. & Johnson, M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago / London: University of Chicago Press.
- Mariño Paz, R. (1998). *Historia da lingua galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.
- Medeiros, A. (2003). Discurso nacionalista e imagens de Portugal na Galiza. *Etnográfica*, 7, 2, pp. 321-349.
- Medeiros, A. (2006). *Dois lados de um rio. Nacionalismo e entonografias na Galiza e em Portugal*. Lisboa: ICS.
- Monteagudo, H. (1999). *Historia social da lingua galega*. Vigo: Galaxia.
- MSG = Real Academia Galega (1995). *Mapa sociolingüístico de Galicia*. Vol. 2: *Usos lingüísticos en Galicia*. A Coruña: RAG.
- Musolff, A. (2019). Metaphor Framing in Political Discourse. *Mythos-Magazin: Politisches Framing* 1. Accesible en: http://www.mythosmagazin.de/politisches_framing/am_metaphor-framing.pdf (consulta abril 2020).
- Neves, M. (2015). O que ouvem os portugueses quando ouvem galego? Blog *Certas Palavras*, 6 de febreiro de 2015. Accesible en <https://www.certaspalavras.net/o-que-ouvem-os-portugueses-quando-ouvem-galego/> (consulta abril 2020).
- Oesterreicher, W. (1997). Zur Fundierung von Diskurstraditionen. In Frank, B., et al. (Hrsg.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, pp. 19-41.
- Pennycook, A. (2010). *Language as a social practice*. London / New York: Routledge.
- RAG & ILG = Real Academia Galega & Instituto da Lingua Galega (2003). *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. A Coruña: RAG.
- Regueira, X. L. (1999). Estándar oral e variación social da lingua galega. In Álvarez, R. & Vilavedra, D. (Eds.), *Cingüidos por unha arela común. Homenaxe a Xesús AlonsoMontero*. Santiago de Compostela: Universidade, vol. 1, pp. 855-875
- Regueira, X. L. (2003). Lingua falada e estándar escrito: o galego desde o Rexurdimento á modificación ortografica do 2003. In Vázquez Fachini, A. M. (Ed.). *Galicia desde Salamanca 4*. Salamanca: Universidade, pp. 185-220.
- Regueira, X. L. (2006). Política y lengua en Galicia: la normalización de la lengua gallega. In Castillo Lluch, M. & Kabatek, J. (Eds.). *Las lenguas de España: política lingüística, sociología del lenguaje e ideología desde la Transición hasta la actualidad*. Madrid / Frankfurt am Main: Iberoamericana / Vervuert, pp. 61-93.
- Regueira, X. L. (2016). La lengua de la esfera pública en situación de minorización: español y portugués como lenguas de contacto en el lenguaje político gallego. In Poch Olivé, D. (Ed.). *El español en contacto con las otraslenguas peninsulares*. Madrid / Frankfurt am Main: Iberoamericana / Vervuert, pp. 39-59.

- Regueira, X. L. (2019). Variación fonética, a lingua da esfera pública e estándar oral: entre a lingüística e a política. *Revista Galega de Filoloxía* 20, pp. 119-147.
- Regueira, X. L. (no prelo). Portuguese as a contact language in Galicia: convergence, divergence, ideology and identity. In Bouzouita, M., Enghels, R. & Vanderschueren, C. (Eds.). *Convergence and divergence in Ibero-Romance: case studies from the Ibero-Romance world*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Regueira, X. L. & Fernández Rei, E. (2020). The Spanish sound system and intonation in contact with Galician. In Rao, R. (Ed.). *Spanish phonetics and phonology in contact*. Amsterdam / New York: John Benjamins, pp. 325-362.
- Sánchez Vidal, P. (2010). *O debate normativo da lingua galega (1980-2000)*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- Saussure, F. de (1995 [1916]). *Cours de linguistique générale*. Ed. crítica de Tullio di Mauro. Paris: Payot.
- Silverstein, M. (2003). Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication*, 23, pp. 193-229.
- Silverstein, M. (2014). The race from place: dialect eradication vs. the linguistic authenticity of *terroir*. In Lacoste, V., Leimgruber, J. & Breyer, T. (Eds.). *Indexing authenticity. Sociolinguistic perspectives*. Berlin / Boston: de Gruyter, pp. 159-187.
- Tannen, D. (1993). What's in a frame? Surface evidences for underlying expectations. In Tannen, T. (Ed.). *Framing in discourse*. New York / Oxford, Oxford University Press, pp. 14-56.
- Thomason, S. G. & Kaufman, T. (1988). *Language contact, creolization and genetic linguistics*. Berkeley: University of California Press.
- Thompson, J. B. (1996). La teoría de la esfera pública. *Voces y Culturas*, 10, pp. 81-96.
- Torres Feijoo, E. (1999). Cultura portuguesa e legitimación do sistema galeguista: historiadores e filólogos (1880-1891). *Ler História*, 36, pp. 273-318.
- Venâncio, F. (2019). *Assim nasceu uma língua. Sobre as origens do português*. Lisboa: Guerra & Paz.
- Vidal Figueiroa, T. (1994). Carta. *A Trabe de Ouro*, 20, pp. 141-143.
- Wellings, M. (2013). Un estudo da paisaxe lingüística en Santiago de Compostela. *Cadernos de Lingua*, 35, pp. 5-37.
- Wenger, E. (1998). *Communities of practice: learning, meaning, and identity*. Cambridge: Cambridge University Press.

Comunicações

**AS VARIEDADES LINGÜÍSTICAS LEONESAS DE ZAMORA
EM CONTACTO COM A LÍNGUA MIRANDESA**

Alberto Gómez Bautista

**AS VARIEDADES LINGUÍSTICAS LEONESAS DE ZAMORA
EM CONTACTO COM A LÍNGUA MIRANDESA**
**THE LINGUISTIC VARIETIES OF LEONESE LANGUAGE OF ZAMORA
IN CONTACT WITH MIRANDESE LANGUAGE**

Alberto Gómez Bautista

(Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, UA/ ISCAL-IPL)

Resumo

Este estudo analisa a situação sociolinguística das variedades asturo-leonesas faladas no distrito espanhol de Zamora, variedades vizinhas do idioma mirandês.

Após uma revisão da literatura científica sobre estas variedades, tentámos saber qual a vitalidade dessas mesmas variedades e analisámos o seu estatuto legal e situação sociolinguística em que se encontram atualmente.

Parece-nos existir um continuum linguístico que sobrevive até aos nossos dias, na zona da fronteira que une a comarca de Aliste à zona raiana, Terra de Miranda, embora com graus de vitalidade diversa.

Palavras-chave

Contacto linguístico, asturo-leonês, mirandês, leonês, Zamora.

Abstract

This study analyses the sociolinguistic situation of the Asturo-Leonese varieties spoken in the Spanish district of Zamora, neighboring the Mirandese language.

After a review of the scientific literature on these varieties, we proceeded to try to ascertain their vitality and analyse their legal status and their current sociolinguistic situation.

There seems to be a linguistic continuum that survives until present in the frontier region in Aliste and Terra de Miranda, though with different degrees of vitality.

Keywords

Linguistic contact, Asturo-Leonese, Mirandese, Leonese, Zamora.

1. INTRODUÇÃO

Desde a publicação dos primeiros estudos sobre o idioma mirandês vários autores têm sublinhado a importância que terá tido o isolamento geográfico dos mirandeses na conservação da sua língua própria. Contudo, são escassas as reflexões sobre o papel que terá tido, na preservação do mirandês, o facto de existirem, do outro lado da fronteira política, variedades leonesas que gozaram de bastante vitalidade até começos do século XX, altura em que se terá acelerado o processo de substituição linguística das falas leonesas, do ocidente de Zamora, pelo idioma oficial, o espanhol. O contacto entre os dois lados da fronteira foi, desde sempre, muito intenso, tanto na raia seca, como na fronteira traçada pelo rio Douro, com a exceção dos períodos de guerra entre os dois Estados ibéricos (Gómez, 2013, pp. 48 e 336).

Este artigo tem o objetivo de melhor darmos a conhecer o contacto linguístico entre essas línguas e o grau de vitalidade que permanece na atualidade. Assim, pretendemos, por um lado, determinar quais as variedades linguísticas que, para além do português e o espanhol, estão em contacto com o mirandês. Neste sentido ocupar-nos-emos de duas variedades leonesas (ou asturo-leonesas), por serem duas variedades que partilham da mesma origem que o mirandês. Uma delas é o alistano, variedade de asturo-leonês, falado na Comarca de Aliste na província de Zamora (Castela e Leão), que contacta com o mirandês ao longo da denominada raia seca; a outra é o saiguês, a variedade asturo-leonesa falada na Comarca de Saiago, em Zamora, que se estende no sentido norte-sul paralelamente ao rio Douro, confinando com o mirandês falado aquém Douro.



Mapa 1 - Localização das variedades objeto deste estudo e a fronteira entre Espanha e Portugal.

Por outro lado, analisaremos também, através da bibliografia disponível sobre as duas variedades mencionadas, pretendemos saber qual é o grau de vitalidade que estas têm na atualidade.

Observaremos também quais os pontos de contacto e as diferenças que existem entre elas e o mirandês do ponto de vista sociolinguístico.

2. OS ESTUDOS SOBRE O ASTURO-LEONÊS

Os primeiros estudos científicos e de conjunto sobre o idioma leonês ou asturo-leonês remontam aos inícios do século XX. Já em 1903 Menéndez Pidal, numa missiva endereçada a Miguel de Unamuno, manifestava o seu interesse pelo estudo do leonês e do aragonês. Não obstante, estes idiomas eram vistos, por Menéndez Pidal, como dialetos históricos do espanhol e não como idiomas autónomos, como assim o demonstra o excerto da referida carta que publicou Diego Catalán, na introdução da edição comemorativa de *El dialecto leonés* (2018 [1906]).

Mi intención es hacer dos libritos, uno sobre el leonés y otro sobre el aragonés, que sean la base para una historia de la Lengua española que algún día escribiré. Sé que la tarea es muy grande, pues tengo que perderme primero en pormenores y luego organizar conjuntos; pero, si tengo vida, espero realizar mi idea (Menéndez Pidal, 2018 [1906], p. VII).

Este excerto deixa patente qual era a visão que este autor tinha: o leonês era uma espécie de variedade histórica do espanhol, e foi esta abordagem que predominou até hoje. Antes do trabalho de Menéndez Pidal, os estudos sobre o asturo-leonês incidiam sobre variedades locais do idioma. Pode dizer-se, como assinala Carmen Díaz Castañón, que a filologia espanhola nasceu impulsionada pela filologia sueca (Díaz Castañón, 1980, p. 4), pois foi A. W. Munthe que estudou, *in situ*, uma variedade de asturiano ocidental (a de Villoril de Bemeda) e publicou um trabalho onde recolhe os resultados das suas pesquisas¹. Por outra parte, uns anos antes, em Portugal, José Leite de Vasconcelos publicou, em 1882, uma obra de 39 páginas sobre o mirandês. Esta obra de José Leite de Vasconcelos foi galardoada, em 1883, no concurso da Société des Langues Romanes, Montpellier, França (Gómez Bautista, 2013, p. 4) e chegou a receber os elogios de Schuchardt (Díaz Castañón, 1980, p. 4). Contudo, a monografia de Menéndez Pidal abriu novas perspetivas para a filologia pois, entre outros aspetos, trouxe uma visão de conjunto das variedades asturo-leonesas, inédita até à data, como ele próprio referiu:

Presentar formando un conjunto ciertas particularidades dialectales de todas estas regiones, que hasta ahora se habían mirado como aisladas ó independientes, para hacer ver, en lo que puede alcanzarse hoy, la relativa unidad del leonés moderno, especialmente del occidental, desde Miranda á Luarca. Los asturianos suelen mirar su bable como cosa muy peculiar, casi exclusiva de ellos; por el contrario, un zamorano ó un salmantino creerá que el habla vulgar de su tierra es castellano, á veces mal hablado, sin pensar que haya restos de un dialecto de origen y desarrollo diverso del castellano,

¹ Referimo-nos à obra de Ake Munthe intitulada *Anteckningar om folkmälet i en trakt af vestra Asturien*, publicada em Upsala em 1887.

y, en fin, el lenguaje de Miranda ha sido considerado como dialecto portugués. Todo esto se explica por faltar un cuadro de conjunto del dialecto leonés (Menéndez Pidal, 2018 [1906], p. 128).

Este panorama não tem mudado muito, apesar de ter passado mais de um século. De facto, esta falta de consciência linguística tem dificultado a recuperação destas variedades que, em algumas ocasiões, são dadas, erradamente, como desaparecidas, quando, o que na verdade acontece é que os seus falantes consideram que falam um castelhano “mal falado”, julgamento comum sobre o modo como se fala na área que aqui nos ocupa: as zonas de fala asturo-leonesa limítrofes com a Terra de Miranda (Portugal), território que é também de fala asutor-leonesa.

Depois do eminente contributo de Menendez Pidal com o seu *Dialecto Leonés* (1906) há que salientar os trabalhos de Fritz Krüger (1923, 1925), fruto dos inquéritos que realizou na comarca zamorana de Seabra (em leonês Senabria; em castelhano Sanabria) entre 1923 e 1925. Também se revestiu de enorme importância o trabalho desenvolvido para a elaboração do Atlas Linguístico da Península Ibérica (ALPI) e que permitiu o estudo sistemático e a delimitação geográfica de uma série de fenómenos linguísticos, embora os inquéritos incidissem, preferencialmente, em aspetos fonéticos. Estes inquéritos realizaram-se entre 1931 e 1936. A guerra civil e o regime totalitário que se seguiu em Espanha fizeram com que muitos dos colaboradores do ALPI tivessem de se exilar, fazendo com que o projeto ficasse esquecido durante largos anos.

Desde finais dos anos quarenta e durante as décadas seguintes, vão surgindo trabalhos sobre as variedades asturo-leonesas em áreas geográficas concretas.² Apesar de fragmentárias, constituem contribuições importantes, para o conhecimento do idioma, com diferentes graus de interesse (vid. Díez Castañón, 1980, pp. 7-8).

3. SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA, VITALIDADE E ESTATUTO LEGAL DAS VARIEDADES OBJETO DESTE ESTUDO

Na última alteração ao estatuto de região autónoma de Castela e Leão, no artigo 5.2, faz-se referência à língua leonesa. Transcrevemos o texto completo do artigo, onde se fala também do castelhano e do galego:

Artículo 5. La lengua castellana y el resto del patrimonio lingüístico de la Comunidad.

1. El castellano forma parte del acervo histórico y cultural más valioso de la Comunidad, extendido a todo el territorio nacional y a muchos otros Estados. La Junta de Castilla y León fomentará el uso correcto del castellano en los ámbitos educativo, administrativo y cultural. Así mismo, promoverá su aprendizaje en el ámbito internacional

² Para este tipo de trabalho, reveste-se de grande interesse o estudo de José María Baz (1966), *El habla de la Tierra de Aliste*.

especialmente en colaboración con las Universidades de la Comunidad, para lo cual podrá adoptar las medidas que considere oportunas.

2. El leonés será objeto de protección específica por parte de las instituciones por su particular valor dentro del patrimonio lingüístico de la Comunidad. Su protección, uso y promoción serán objeto de regulación.

3. Gozará de respeto y protección la lengua gallega en los lugares en que habitualmente se utilice.

De notar o facto de se referir, em primeiro lugar, a língua castelhana e mencionar o resto do Estado e mesmo outros Estados onde esta língua é falada. Mais surpreendente ainda é a afirmação de que se fomentará o uso correto do idioma, o que extravasa amplamente o âmbito de aplicação de um estatuto de autonomia e usurpa funções que são próprias dos agentes linguísticos, do Estado espanhol e das instituições que tutelam, prescrevem e descrevem os usos normativos do idioma.

Por outro lado, o ponto dois é uma tentativa falhada de aprofundar o que recolhe o artigo 64 da lei de património cultural de Castela e leão (2002), pois não vai além de uma declaração de intenções sem consequências na prática. Apesar de a tentativa de concretização do estatuto, o leonês carece de um reconhecimento e de um marco legal que permita a sua conservação e normalização. Por enquanto, apenas existe uma cátedra de leonês na universidade de Leão que desenvolve um importante trabalho de investigação e há também algumas associações culturais em Leão e Zamora que trabalham na preservação do idioma leones falado nestas duas províncias³. Apesar disso, a regulamentação (anunciada na expressão “*serán objeto de regulación*”) que permitiria pôr em prática o estipulado no estatuto para a promoção do leonês ainda está por elaborar e implementar.

No lado português, a situação sociolinguística do mirandês não está isenta de problemas e dificuldades, muitas delas comuns ao leonês de Zamora (baixa transmissão geracional, diglossia, reservada para os usos e funções linguísticas menos prestigiadas...) (vid. Merlan, 2009). No entanto o mirandês conta com uma lei promulgada pela Assembleia da República na qual se reconhecem alguns direitos linguísticos aos falantes do idioma (Lei 7/99 de janeiro de 1999), mas não se pode afirmar que se reconheça o idioma como língua oficial ou cooficial como muitas vezes se afirma. Além disso, o idioma da Terra de Miranda conta com uma tímida presença nas escolas da região de fala mirandesa, desde meados dos anos oitenta (vid. Despacho Normativo n.º 35/99 publicado em Diário da República a 20 de julho de 1999), mas contando com uma literatura pujante (Gómez Bautista, 2018).

³ Note-se que nas zonas limítrofes com a Galiza, na comarca das Portelas e na zona mais ocidental da região de O Bierzo (oeste de Leão), fala-se galego.

4. GRAU DE VITALIDADE E TRAÇOS EM COMUM DO MIRANDÊS E DAS VARIEDADES LEONESAS DE ZAMORA

Ramón Menéndez Pidal na sua monografia *El Dialecto Leonés* de 1906 estabeleceu que o mirandês e as variedades leonesas do ocidente de Zamora fazem parte do leonês ocidental⁴. O filólogo espanhol apoiou-se, para distinguir o leonês ocidental dos outros dois grandes blocos em que organizou as variedades asturo-leonesas (e do galego-português e do castelhano) em função de 2 traços: a ditongação ou não de [e] e [o] breves do latim; e a presença dos ditongos grafados <ou> e <ei> em palavras com *caldeiro* e *outro* (Menéndez Pidal, 2018 [1906], p. 139). A seguir, apresentamos um gráfico, para as variedades leonesas objeto deste estudo, elaborado com base nas respostas presentes nos inquéritos do ALPI (inquéritos recolhidos entre 1934 e 1935), revistos e analisados por Juan Carlos González Ferrero (2007), como apresentados no quadro 1. Os dados recolhidos nesses inquéritos dizem respeito sobretudo a traços fonéticos, fonológicos e léxicos. Estes últimos, não serão incluídos nesta nossa análise, pois tornariam este trabalho excessivamente extenso.

Fenómeno	Leonês de Saiago (Fariza)	Leonês de Aliste (Vilarino Tras la Sierra)	Leonês de Senabria (San Ciprián de Senabria)
L-	Lexicalizado, em retrocesso (menos de 20%)	0%	75%
Pl-, Cl-, Fl->Ch-	0%	Lexicalizado	Lexicalizado
-ct-	0%	0%	Lexicalizado
F-	Lexicalizado	96,15%	94,44%
Ou	0%	73,33%	80,88%
Pl-, Bl-, Cl->Pr-,Br-, Cr-	94,12%	100%	100%

Quadro 1 - Vitalidade das variedades leonesas faladas em Zamora⁵.

Os dados apresentados anteriormente indiciam que, das comarcas objeto desta análise, é a de Saiago que, no início do século XX, tinha sofrido, de forma mais intensa, o processo de

⁴ Ramón Menéndez Pidal estabeleceu três grandes áreas dialetais para o asturo-leonês que o filólogo espanhol denominou da seguinte forma: leonês ocidental; leonês central; e leonês oriental (Menéndez Pidal, 2018 [1906], 139-143).

⁵ Quadro elaborado a partir dos dados recolhidos por Juan Carlos González Ferrero (2007).

castelhanização, que terá começado por volta do século XIII e que, nessa comarca, esse fenómeno estaria quase consumado nas primeiras décadas do século XX.

Há que assinalar que o leonês é falado ainda nas comarcas zamoranas de Aliste, Senabria e Carballeda. Para Borrego Nieto, no seu estudo sobre o leonês na parte mais ocidental de Leão e no noroeste de Zamora, o leonês mantém «cierta coherencia de código distinto, capaz de alternar con el castellano en determinados hablantes» (Borrego Nieto, 1996, p. 139). Porém, os dados apresentados por González Ferrero, e segundo autores como Borrego Neto, o leonês, na comarca de Saiago, terá sido substituído pelo castelhano, não obstante ainda terem ficado elementos leoneses (sobretudo no domínio do léxico), no castelhano da zona, assim como na toponímia. Porém, para autores como María del Carmen Bobes Naves, quando explica as diferentes aceções do termo “sayagués”⁶, refere que o leonês em Saiago é ainda uma língua viva: «Sayagués geográfico, que sería una modalidad del leonés general usada en Sayago, que es una lengua viva sin cultivo literário» (Bobes Naves, 2016).

González Ferrero, ao comparar a situação linguística do leonês em Zamora descrita no Caderno I do ALPI e a descrita pela dialetologia tradicional, diz:

[E]l Área Leonesa comprendería las comarcas de la Sanabria Leonesa, La Carballeda, Aliste, el tercio Oeste de Los Valles y la parte más occidental de Tierra de Tábara, Tierra de Alba y Sayago, y sus límites por el Este serían la conservación de F- (-F-) > f, la de los diptongos decrecientes ei, ou, y, en la parte al Norte del Duero, la palatalización de L- (-L-) > ll. Frente a esto, el estudio que hemos realizado —teniendo en cuenta el carácter sistemático o lexicalizado de los fenómenos— reduce el Área Leonesa a la Sanabria Leonesa, La Carballeda y la parte occidental de Aliste, mientras que el resto del área que la Dialectología tradicional considera leonesa coincidiría, en líneas generales, con la que hemos llamado Subárea Castellanizada Occidental (Otero de Bodas, Losacio de Alba, Fariza). (González Ferrero, 2006, p. 202).

Cabe-nos, a nós, linguistas e filólogos contemporâneos, recolher no terreno materiais que permitam estabelecer, de forma rigorosa, qual o ponto da situação em relação à vitalidade das falas leonesas da província de Zamora.

5. DESAFIOS QUE ENFRENTAM ESTAS VARIEDADES

O principal desafio colocado a estas variedades está relacionado com a baixa transmissão geracional, agravada, nestas regiões do interior, pela perda de população que afeta, com muita intensidade, os territórios da periferia interior de Espanha e Portugal, onde se inserem a Terra de Miranda e as comarcas de Aliste e Saiago.

⁶ A autora fala em *saiagués geográfico* (o leonês falado em Saiago), *saiagués de Herrera Gallinato* e o *Saiagués literário*, língua literária com finalidade cômica que pouco tem a ver com o leonês de Saiago, também denominado *fala pastoril* (Bobes Naves, 2016).

Outro dos desafios é dotar de um reconhecimento político e de um enquadramento legal adequado que permita a normalização do idioma e o prestígio. Neste sentido, é fundamental que se introduza o ensino da língua e da literatura leonesas no sistema de ensino de Castela e Leão e se amplie e melhore o ensino de mirandês nas escolas da Terra de Miranda.

Um terceiro pilar é apoiar e incentivar o estudo destas variedades. É preocupante que em 2020 não saibamos ao certo em que zonas de Zamora (e leão) o leonês é uma língua viva, nem quantos falantes tem este idioma. Do lado mirandês, as coisas estão um pouco melhor, em termos de investigação e conhecimento científico do idioma, mas ainda há muito caminho por percorrer.

6. CONCLUSÃO

Se, por um lado, a fronteira física nunca foi entrave, exceto em períodos de crise ou guerra, para as trocas entre comunidades que mantinham ligações estreitas desde antes da formação da nacionalidade, o que sem dúvida favoreceu a preservação do mirandês até os nossos dias. Por outro lado, a fronteira serviu de travão à expansão do idioma castelhano.

Nas variedades leonesas, objeto de análise nesta breve apresentação, o processo de castelhanização encontrava-se muito avançado nos anos trinta do século passado, salvo nas faixas mais ocidentais de Zamora.

Atualmente, a vitalidade destas variedades asturo-leonesas é diversa. Na Terra de Miranda o idioma próprio tem bastante vitalidade, embora a transmissão geracional seja, de facto, um problema. Já, no lado de Zamora, o que encontramos são vestígios leoneses no castelhano falado nesta região, sendo cada vez mais difícil encontrar falantes de leonês à medida que nos afastamos da fronteira e nos adentramos em território espanhol. Contudo, Os dados que apresentamos, anteriormente, permitem concluir que o *continuum* linguístico ainda perdura nos nossos dias através da raia seca, isto é, na zona de fronteira que une a comarca de Aliste à zona raiana, Terra de Miranda. É esta zona do mirandês raiano, onde o mirandês tem mais vitalidade apesar dos graves problemas de despovoamento que atinge com especial virulência esta região.

Sobre a questão tão discutida de saber se o mirandês é um enclave linguístico ou se ainda podemos falar de um *continuum* asturo-leonês, tudo parece indicar que caminhamos, a passos largos, em direção a um cenário em que o mirandês e as variedades asturo-leonesas de Deilão, Petisqueira, Guadramil e Rio de Onor são o que resta do velho domínio linguístico asturo-leonês fora de Leão e Astúrias. Contudo, o leonês de Aliste (vizinho do mirandês raiano), segundo os dados recolhidos

no Caderno I do ALPI (para Zamora 1934-1935), parece ter mais vitalidade do que outras falas leonesas da província de Zamora.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALPI. Cuaderno I do Atlas lingüístico da Península Ibérica (ALPI), analisados por Juan Carlos González Ferrero (2007). *Límites del dialecto leonés en la provincia de Zamora según los materiales del Cuaderno I do ALPI (1934-1935)*, Revista de Dialectología y Tradiciones Populares, julio-diciembre. Vol. LXII, nº 2, 165-206.
- Baz, J. M. (1967). EL Habla de la Tierra de Aliste. *Revista de Filología Española*, anejo LXXXII, Madrid: CSIC.
- Bobes Naves, M. C. (2016). *El sayagués*. Alicante: Biblioteca Virtual Cervantes. Disponível em www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc224v5
- Borrego Nieto, J. (1996). Leonés. In M. Alvar (ed.). *Manual de dialectología hispánica. El español de España* (pp. 139-158). Barcelona: Editorial Ariel.
- Díaz Castañón, C. (1980). El dialecto leonés. *Boletín AEPE* n.º 23, outubro.
- González Ferrero, J. C. (2006). Límites del Dialecto Leonés en la provincia de Zamora según los materiales del Cuaderno I del ALPI (1934-1935). In M. Villayandre Llamazares (ed.). *Actas del XXXV Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística*. León: Universidad de León, Dpto de Filología Hispánica y Clásica.
- Gómez Bautista, A. (2013). *El mirandés: historia, contexto y procesos de formación de palabras* (Tese de doutoramento inédita). Disponível em: <http://eprints.ucm.es/23981/1/T35037.pdf>
- Gómez Bautista, A. (2018). *Introdução à História da Literatura Mirandesa*. Toledo / Quito: Ianua Editora.
- González Ferrero, J. C.s (2007). Límites del dialecto leonés en la provincia de Zamora según los materiales del Cuaderno I del ALPI (1934-1935). *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, julio-diciembre, vol. LXII, n.º 2, 165-206.
- Krüger, F. (1923). El dialecto de San Ciprián de Sanabria. Anejo IV *Revista de Filología Española*.
- Krüger, F. (1925). Mezcla de dialectos. In VV. AA. (ed.). *Homenaje a Menéndez Pidal*. Madrid. Tomo 2.
- Menéndez Pidal, R. (2006). *El dialecto leonés*. León: El Búho Viajero. Edición facsímil conmemorativa dos cen anos da primeira edição desta obra (1906).
- Merlan, A. (2009). *El mirandés: situación sociolingüística de una lengua minoritaria en la zona fronteriza portugués-española*. Oviedo: Academia de la Llingua Asturiana.
- Munthe, A. (1887). *Anteckninger om folkmälet i en trakt af vestra Asturien*. Upsala.
- Piel, J.-M. (1989). *Estudos de Lingüística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Vasconcelos, J. L. (1882). *O Dialecto Mirandês*. Porto: Livraria Portuense.
- Zamora Vicente, A. (1996). *Dialectología española*. Madrid: Gredos.

**COMO DURA O TEMPO.
EXPRESSÕES COM VALOR ASPECTUAL
EM LÍNGUA DE SINAIS PORTUGUESA**

Isabel Sofia Calvário Correia
Rui Pedro Santos de Oliveira
Joana Rita Silva Conde e Sousa

**COMO DURA O TEMPO.
EXPRESSÕES COM VALOR ASPECTUAL
EM LÍNGUA DE SINAIS PORTUGUESA**

**HOW DOES TIME LAST.
TIME EXPRESSIONS AND VERBAL ASPECT
IN PORTUGUESE SIGN LANGUAGE**

Isabel Sofia Calvário Correia
Rui Pedro Santos de Oliveira
Joana Rita Silva Conde e Sousa

(Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra)

Resumo

A Língua de Sinais Portuguesa (LSP) é o idioma da comunidade surda portuguesa, sendo o veículo de comunicação e expressão cultural dessa minoria linguística. Esta língua, reconhecida na constituição da República Portuguesa, artigo 74.º, alínea h), como língua de ensino da comunidade surda, ainda não tem reconhecimento oficial, sendo os estudos linguísticos em seu torno escassos. Apesar de haver já algumas publicações que ilustram pesquisas atuais (Correia & Custódio, 2019; Correia, 2019; Carmo, 2016; Carmo, 2010) a descrição gramatical, sobretudo no que diz respeito à classe verbal e à materialização do tempo e aspeto verbal, carece de estudos sistemáticos. Todavia, o valor aspectual verbal é muito produtivo nas línguas visuais, sendo, muitas vezes, formalmente mais evidente do que nas línguas orais (Rathman, 2005).

Palavras-chave

Língua de Sinais Portuguesa, aspeto verbal, expressões de tempo em LSP, comunidade Surda.

Abstract

Portuguese Sign Language is the language of Portuguese deaf community, being their linguistic and cultural vehicle of expression. In spite of being recognized in the Portuguese Republic Constitution article 74th, point h) as a compulsory language in deaf 's education, it is not yet recognized as an official language. The academic linguistic studies about Portuguese Sign Language are still scarce but there are some recent publications (Correia, & Custódio, 2019; Correia, 2019; Carmo, 2016; Carmo, 2010). However in what concerns verbal aspect and time expressions we still have a long way to reach systematic descriptions. Verbal aspect is very productive in visual languages and, in fact, it is often much more productive than in oral languages (Rathman, 2005).

Keywords

Portuguese Sign Language, verbal aspect, time expressions, Deaf community.

INTRODUÇÃO

Nesta nossa proposta, pretendemos descrever de forma sucinta a materialização linguística do aspeto durativo em algumas expressões verbais e expressões temporais em Língua de Sinais Portuguesa (LSP). Assumimos uma perspetiva diacrónica, pois partimos do uso de expressões de tempo com valor aspectual por um informante adulto há mais de uma década. Posteriormente, a partir de licitação pedimos a um grupo de informantes, de faixa etária entre os 18 e os 25 anos, nativos, estudantes no ensino superior, que aplicassem em frases os vocábulos que materializam o aspeto durativo acima referido.

É nosso propósito agrupar as expressões de duração temporal em classes e verificar se ainda são produtivas no uso da língua atual ou, se pelo contrário, são desconhecidas e substituídas por outras ou por mecanismos equivalentes. Para isso, começamos por uma breve descrição da LSP, uma vez que ainda não é uma língua comum nos estudos académicos, para prosseguirmos com o desenho metodológico e discussão dos resultados obtidos.

LÍNGUA DE SINAIS PORTUGUESA¹

A linguagem é uma característica humana que nos diferencia dos animais, apesar de sabermos que estes comunicam entre si. Esta capacidade inata da linguagem humana permite que nos expressemos infinitamente através de uma língua, comunicando pensamentos e frases (Quadros & Karnopp, 2004; Sousa, 2010). Esse é o caso da Língua de Sinais Portuguesa (LSP) que permite, a todos que a usam, poderem expressar o pensamento e a sua forma de ver o mundo (Sousa, 2010).

¹ Usamos a terminologia Língua de Sinais Portuguesa, proposta apresentada em Correia & Custódio (2019) em vez de Língua Gestual Portuguesa (LGP) termo usado pela maioria até ao momento. Em situações ambíguas poderemos usar LSP/LGP.

A Língua de Sinais Portuguesa é o idioma da comunidade surda portuguesa, sendo o veículo de comunicação e expressão cultural dessa minoria linguística. Esta língua está reconhecida na Constituição da República Portuguesa em 1997, no seu artigo 74.º, alínea h): «Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades». Assim, este reconhecimento é dado à Língua de Sinais Portuguesa como língua de ensino da comunidade surda, porém, ainda carece de reconhecimento como língua oficial.

1. ESTRUTURA DA LÍNGUA DE SINAIS PORTUGUESA

Os Universais Linguísticos contemplam a existência da arbitrariedade, da recursividade, da convencionalidade e da economia linguística como características produtivas das línguas. Tomemos como exemplo, os sinais de LÁPIS e de LOJA, onde se pode comprovar que não existe correspondência direta entre o sinal e o referente linguístico².

Por outro lado, existem nas línguas de sinais, e naturalmente na LSP, sinais icónicos. Estes têm uma similitude com o mundo extralinguístico, havendo uma correspondência icónica entre o significado e o significante. Podemos referir que essa transparência também existe nas línguas orais, sendo que alguns autores consideram as onomatopeias como sendo icónicas, por imitarem o som real do objeto ou animal (Quadros e Cruz, 2011). Na LSP podemos indicar que o sinal de CHUVA³ ou BOLA⁴ são icónicos, pois o sinal de CHUVA representa a água que cai do céu, sendo que a configuração de mão e o movimento ilustram a iconicidade, e o mesmo acontece com o sinal de BOLA, pois é a representação de um objeto esférico. Todavia, a iconicidade depende também de valores culturais e de natureza subjetiva, ou seja, da interpretação que o sujeito faz dos referentes, não sendo os sinais icónicos universais. Assim, um sinal icónico numa língua de sinais pode ser arbitrário em outra ou esse sinal pode ter características distintas de representação do referente. Para uma melhor ilustração do que afirmamos, basta uma consulta ao sinal BOLA na plataforma *spreadthesign* para se verificar que o significante não é comum em todas as línguas de sinais.

Os sinais referenciais são aqueles “que se caracterizam por apontar para o referente (...) alguns exemplos de gestos referenciais são aqueles que utilizamos para nos referirmos a alguns pronomes pessoais” (Silva, Alves, & Correia, 2013, p. 65). Desta forma, tome-se como exemplo FIGADO, CORAÇÃO, NARIZ, OLHOS, entre outros. Acrescente-se que não é apenas mera

² Todos os exemplos que usamos no nosso estudo e que não estejam representados por figuras foram retirados de: www.spreadthesign.com. Usamos maiúsculas na transcrição em português dos sinais.

^{3 4} Sinais disponíveis em www.spreadthesign.com.

apontação, pois, como se pode observar pela consulta dos exemplos na plataforma mencionada a configuração de mão não é sempre a de INDICAR.

Tal como qualquer idioma, a LSP tem léxico dinâmico que permite formar um número infinito de frases e um conjunto de unidades mínimas, que abaixo descrevemos, que permitem a criação de novos vocábulos convencionados pelo uso efetivo da comunidade linguística, uma vez que, até ao momento, os registos lexicográficos são escassos.

a. Unidades Mínimas

Os estudos linguísticos acerca das línguas visuais começaram a ser desenvolvidos por William Stokoe, nos anos 60 do século XX, tendo por base a *American Sign Language* (ASL). Os seus estudos pioneiros permitiram identificar as características de uma língua humana nas línguas visuais totalmente estruturadas e com desenvolvidos sistemas de comunicação, “que partilham os mesmos Universais Linguísticos das Línguas Oraís” (Correia, 2013, p. 47), porém as línguas visuais usam o espaço tridimensional para se expressar. A transmissão da língua de sinais é feita por estimulação visual, enviando de forma sequencial e simultânea gestos, frases e discursos (Sousa, 2015). Os sinais são formados por unidades mínimas indivisíveis que designamos queremas. Esta terminologia advém daquela proposta por Stokoe:

terminologia criada pelo primeiro linguista do séc. XX que estudou uma língua gestual, William Stokoe. (...), ao estudar a *American Sign Language* (...) nomeadamente as suas unidades mínimas, ou seja, algo que equivale aos nossos fonemas, vulgo sons, entendeu que chamar ‘fonema’, palavra que tem na sua origem o vocábulo grego *phonos* que significa som, a unidades mínimas de uma língua gestual, era equívoco. Então, determinou chamar-lhes queremas, palavra que tem a sua raiz o vocábulo grego *kyros*, que significa mão.” (Correia, 2014, p. 162)

Os queremas – unidades mínimas indivisíveis da Língua de Sinais Portuguesa, e de todas as outras línguas visuais existentes no mundo, correspondem aos seguintes elementos de um sinal:

- Configuração de Mão: a forma que a mão faz na produção de um sinal (Quadros & Cruz, 2011).

- Localização: o local onde é produzido o sinal. O sinal pode ser executado no espaço neutro, ou seja, sem ponto de contacto, no corpo do emissor, com ponto de contacto. Neste último caso, o sinal pode ser executado na mão-não dominante, como, por exemplo, se verifica em APOIAR.

- Movimento: considerado, por vários estudos (Correia, 2020; Quadros & Cruz, 2011; Silva et al., 2013), como sendo um dos parâmetros mais complexos e produtivos das línguas de sinais. O movimento que o sinal produz pode ser considerado não apenas um querema, bem como um morfema morfológico do plural, morfema gramatical de número, entre outros (Correia, 2020). Enquanto querema, o movimento de dedos e de pulso é considerado por alguns linguistas como

hierarquicamente dependente do querema configuração de mão (Sandler & Lillo-Martin, 2006), contribuindo para a caracterização silábica do sinal (Correia, 2020; Sandler & Lillo-martin, 2006;). Veja-se, por exemplo, o sinal de COR ou TRABALHAR

- Orientação de Mão: a direção que a palma da mão toma na execução do sinal. Veja-se, a título de exemplo, os sinais de GÊMEOS e CÃO.

- Expressão Não Manual (ENM): nas línguas de sinais existem as expressões faciais gramaticais, que segundo Quadros e Karnopp (2004) possuem funções sintáticas e lexicais. Assim, a ENM pode marcar orações afirmativas, interrogativas e exclamativas, entre outras, usando o “arquear de sobrancelhas, inclinar do tronco/ombros, abrir/semicerrar os olhos” (Silva, et al., 2013). No caso esse parâmetro tem valor suprasegmental, ou seja, marca, entre outros, a intencionalidade comunicativa e a prosódia. Enquanto unidade mínima, possui valores gramaticais vários, como a marcação da negação, entre outros, pode também reproduzir segmentos da língua maioritária (Woll, 2009).

Todas estas unidades mínimas são discretas e possuem valor contrastivo, ocorrendo na formação de pares mínimos. A título de exemplo veja-se o par TERÇA-FEIRA e PEIXE em que o querema movimento possui caráter distintivo.

Acrescente-se que, pelo seu caráter visuomaneal, os queremas são executados em simultâneo, não tendo o grau de sequencialidade que caracteriza os fonemas de uma língua oral. Todavia, as línguas de sinais possuem um grau de sequencialidade observável em alguns sinais, através das pausas e movimentos, e, também, em sinais compostos (Correia, 2014; Correia, 2020; Sandler & Lillo-Martin, 2006;).

b. Morfologia

Tal como em qualquer língua viva, também os estudos da morfologia das línguas de sinais têm vindo, gradualmente, a aumentar, quer em Portugal quer no estrangeiro (Correia, 2014; Correia, 2020; Nascimento, 2011; Quadros & Karnopp, 2004; Rodero-Takahira, 2012).

Segundo Silva, Alves e Correia (2013) em concordância com Duarte (2009) a formação de novo léxico poderá ser composta por processos de produtividade e de criatividade. A produtividade poderá englobar “gestos formados por Derivação, Composição e Processo Datilológico” (Silva et al., 2013, p. 71). Os processos de formação de sinais ainda carecem de investigação apurada, no que concerne a LSP, mas verifica-se, tal como em outros idiomas, que a repetição ou cessação de movimento é responsável pela verbalização e nominalização. O recurso a classificadores, que adiante descreveremos sucintamente, também é produtivo em processos de criação de novas

palavras. Veja-se, como exemplo, o sinal MORANGO⁵ em que após o sinal VERMELHO se acrescenta um classificador de forma. Em termos de composição, verifique-se o sinal de MELANCIA composto por VERMELHO+ MELÃO.

i. Género

A LSP, em termos de marcação de género, define-se como um idioma de género natural (Corbet, 1991). Assim, o masculino é marcado apenas em casos de desambiguação e o feminino marca-se de duas formas:

- Variação lexical: existem dois sinais, um para o masculino, outro para o feminino como no par PAI/MÃE;
- Anteposição de um marcador antes do sinal, como em RAPAZ/RAPARIGA.

ii. Número

Em questão de número, a LSP apresenta diferentes formas de indicar o plural:

- Quantificador Existencial: uso de quantificador existencial a seguir ao nome ou adjetivo, como por exemplo, CARRO MUITO (Fig. 1)⁶
- Quantificador numeral: uso de quantificador numeral, em quantidades mensuráveis, a seguir ao nome ou adjetivo, por exemplo CARRO DOIS (Fig.2)⁷
- Reduplicação: a repetição do movimento do sinal dá a indicação de plural, como é exemplo o sinal de CRIANÇAS⁸
- Redobro: um gesto unimanual é a forma singular como PESSOA e executado de maneira bimanual é o nome no plural, como PESSOAS



Figura 1 - CARRO MUITO

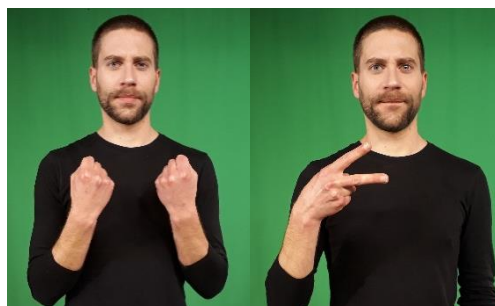


Figura 2 - CARRO DOIS

⁵ Consulte-se em www.spreadthesign.com a variante 2.

⁶ Imagem do arquivo dos autores.

⁷ Imagem do arquivo dos autores.

⁸ O sinal pode ser consultado em www.spreadthesign.com no separador “frases”.

iii. Classificadores

Os classificadores são morfemas “que se comportam como gestos” (Correia & Nascimento, apud Silva et al., 2013, p. 75) sendo que fazem parte da construção de novos morfemas e sinais. Os classificadores podem ter a função de “substituir, descrever, especificar e qualificar as pessoas, animais e objetos também incorporam ações e locais para esses referentes” (Carmo, 2016, p. 10). Os verbos classificadores podem ser observados em exemplos como ‘um elefante a andar’, ‘uma cobra a rastejar’ ou ainda ‘um crocodilo a nadar’ (Fig. 3)⁹, pois neles podemos identificar a forma como cada um destes animais se move. Assim, percebemos que os classificadores verbais são marcadores de concordância, pois incorporam a forma de locomoção de cada animal, descrevendo-a.



Figura 3 - Classificadores verbais: Andar ELEFANTE; andar COBRA; andar/nadar CROCODILO

O nosso estudo não se centra nos classificadores, mas fica apenas a nota de que há, para além dos classificadores verbais, os classificadores nominais descritivos, classificadores nominais atributivos e classificadores nominais especificadores (Carmo, 2016). Como exemplo, o classificador de PESSOA (Fig. 4)¹⁰.



Figura 4 - Classificador de PESSOA

⁹ Imagem do arquivo dos autores.

¹⁰ Imagem do arquivo dos autores.

iv. Verbos

Nas línguas de sinais podem ser identificados quatro tipos de verbos: os indicativos, os locativos, os neutros ou planos e os classificadores (Johnson, 2006; Santana, 2012). Os verbos indicativos ou verbos de concordância “referem-se aos que indicam o sujeito e o destinatário da ação, sendo exemplos DAR, PERGUNTAR, DIZER, ENVIAR (...) (Santana, 2012, p. 374). Assim, a direcionalidade do movimento determina o complemento indireto. Os verbos locativos são aqueles cujo afixo locativo- deslocação no espaço-os identifica, como “POR A MESA” (Sandler & Lillo-Martin, 2006), aqueles que em termos semânticos se referem a um lugar/espaço como MERGULHAR ou SUBIR (Santana, 2012). Os verbos incorporados ou classificadores são aqueles que se localizam no espaço exato da ação, como DOER OS DENTES (Martins, Costa, Cottim, & Morais, 2019). Os verbos classificadores são aqueles que alteram a forma consoante o objeto/sujeito a que já aludimos acima na secção iii. Os verbos planos ou neutros são os que não sofrem qualquer alteração formal relacionada com os argumentos. Temos como exemplo PERCEBER.

No que respeita à marcação de tempo, a Língua de Sinais Portuguesa é uma língua visuo-espacial que beneficia do espaço tridimensional. A produção de enunciados é realizada em frente ao emissor usando a proximidade ou a lonjura de um sinal para o colocar numa referência temporal: PASSADO, PRESENTE, FUTURO. Quanto mais perto do corpo o sinal for feito, significa que o sinal está mais perto do PRESENTE, caso ao sinal seja acrescentada alguma partícula de passado ou de futuro, podemos estar perante marcações temporais. Para além disso, há outros marcadores temporais tais como expressões adverbiais ou morfemas gramaticais, materializados na ENM, que podem marcar a temporalidade e a aspetualidade. Por exemplo, para distinguir VEJO/VI¹¹ usa-se um marcador não manual.

c. Sintaxe

A ordem sintática da LSP poder-se-á considerar distinta da ordem sintática da Língua Portuguesa, uma vez que a ordem natural das palavras em Português será SVO (Sujeito-Verbo-Objeto). A ordem pura das línguas de sinais seria OSV (Quadros & Karnopp, 2004), mas observa-se SOV, OSV. A estrutura SVO é cada vez mais observada. Esta estrutura frásica apesar de não ser natural na LSP é

(...) cada vez mais notória a existência de uma forte influência por parte da língua oral (LO) neste caso da Língua Portuguesa (LP) na estrutura gramatical da LSP. Esta evidência é reflectida no

¹¹ O sinal VI pode consultar-se em www.spreadthesign.com no separador “frases”.

modo de execução de várias orações na LGP, que começam a apresentar uma ordem gramatical idêntica à ordem gramatical das orações na LP. Isto parece ser resultado da Educação Bilingue dos indivíduos surdos, onde a Língua Portuguesa parece invadir ou contaminar a estrutura da LGP. (Carmo, 2016, p. 2)

No que concerne a sintaxe existem também as marcações não manuais, como sendo um componente obrigatório para a marcação de enunciados, quer sejam “frases negativas, interrogativas, afirmativas, condicionais, relativas, construções com tópico em foco” (Quadros & Cruz, 2011, p. 26), sendo realizadas através da inclinação do tronco, da direção do olhar, elevar das sobrancelhas, semicerrar os olhos, entre outros (Corina, Bellugi & Reilly, 1999; Rodrigues, 2017).

A sintaxe na LSP é uma área gramatical na qual foram feitos alguns estudos (Correia, 2009; Bettencourt, 2015; Carmo, Silva e Martins, 2017) sendo que o nosso trabalho também não se centra neste território gramatical, ficando esta temática para estudos futuros.

2. TEMPORALIDADE E ASPETO EM LÍNGUA DE SINAIS PORTUGUESA

Conforme Amaral, Coutinho & Delgado Martins (1994) afirmaram, sendo a LSP uma língua natural, a marcação temporal assenta sobre o pressuposto de que o tempo se divide em presente, passado e futuro. Em estudos anteriores (Correia 2016; 2019) complementamos esta investigação notando que as línguas de sinais se servem de marcadores sintáticos ou morfológicos para situar os eventos no tempo. Desta forma, o querema movimento assume funções morfélicas ao constituir-se como um marcador temporal, nomeadamente através do traço [+/- amplitude] (Correia, 2020). Assim, quanto maior/menor for a amplitude mais/menos remoto ou mais/menos longínquo será o evento (Fig. 5 e 6¹²).



Figura 5 - Passado remoto

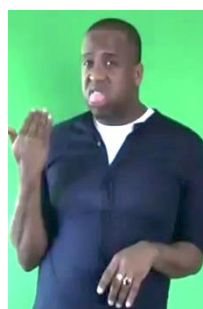


Figura 6 - Passado recente.

Ao realizarmos este estudo, e também pela observação e contactos diários com a comunidade surda, verificámos que a amplitude do movimento pode ter outros significados,

¹² Imagens de arquivo dos autores.

nomeadamente, localização no espaço em termos de distância e, também, adquire um valor aspectual de duração, ou seja, quanto maior a amplitude, mais tempo durará o evento. Esta nossa observação empírica assenta em estudos realizados para outras línguas de sinais:

O que se observa com esse primeiro grupo de sinais, nos dados desta pesquisa, é que eles podem ocorrer não apenas para marcar tempo, mas também estão relacionados ao aspecto, principalmente, ao se avaliar as modificações de parâmetros que os sinais de PASSADO e FUTURO podem sofrer para expressar, ou seja, as flexões empregadas para denotar uma graduação aspectual.

PASSADO, por exemplo, pode acontecer com uma ampliação do espaço de realização, mais para trás do ombro e com uma expressão facial que reforça o valor de um evento ter acontecido "há muito tempo" em um passado mais distante, não ontem ou apenas no passado mais próximo (...). Essa ampliação do espaço para a realização do sinal também aparece para marcar um futuro mais distante, com o movimento em arco sendo estendido para cima da cabeça do sinalizador (Finau, 2004, pp. 64-65).

O morfema movimento de mão tem sido reconhecido como uma unidade significativa que, além de outras marcações, como a de número dos nomes ou argumento nos verbos direcionais (Correia, 2020), possui também um valor morfémico de aspeto quando manipulado numa forma verbal:

Fischer was the first to note that several forms of reduplication in ASL mark aspectual distinctions, among other functions (...) slow reduplication on a 'durative' verb elongates an event (= 'continuative'); slow reduplication on a 'non-durative verb' iterates an event (= 'iterative'); and fast reduplication carries 'habitual' meaning. In addition, Fischer and Gough (1972) note that a sign glossed FINISH can have aspectual meaning. (Rathman, 2005, p. 27)

Pelo que acabámos de citar, depreende-se que o parâmetro movimento, nomeadamente algumas subclasses como a amplitude (Correia, 2016) ou a reduplicação marcam o valor aspectual (Santana, 2012). Uma outra unidade mínima significativa que confere valor aspectual aos verbos é ENM. Como é notado em diversas línguas de sinais, os componentes não-manuais, nomeadamente aqueles que são articulados com a boca, língua, dentes e bochechas possuem valores gramaticais. Estes podem ser prosódicos, ou seja, conferem uma maior intensidade ao vocábulo¹³, como é visível na figura que representa o passado remoto, enfatizando o valor já conferido pelo movimento. Todavia, ENM não tem apenas um valor enfático. Vários estudos (Pfau & Qer, 2010; Wilbur et al., 2012) categorizam ENM com valor de negação, *accomplishment*, duração, entre outros. Para além disso, ENM tende a ser classificada como labializações/oralizações (*mouthings*) quando a palavra, ou parte dela, da língua oral é labializada simultaneamente à execução do sinal: "mouthings refer to components which are easily as spoken language lexemes and consist of movements made with the mouth as if a word or part of a word is being pronounced" (Fontana, 2008, pp. 106-107).

Estas labializações são entendidas pelos investigadores (Fontana, 2008; Podlesny, 2015; Woll, 2009) como resultado do contacto entre a língua oral maioritária e a língua de sinais,

¹³ ENM com valor de intensidade tem propriedades distributivas podendo ocorrer em verbos, expressões temporais, nomes e adjetivos.

nomeadamente, no contexto da educação de surdos em que os alunos aprendem a oralizar e a escrever a língua maioritária. Estas labializações podem não ter valor linguístico ou podem servir para desambiguar dois sinais homónimos como nota Bencie Woll (2009, p. 209) referindo que, por exemplo, a labialização de “ASIAN” e “BLUE” em língua de sinais britânica (BSL) aquando a execução destes dois sinais, com configurações manuais idênticas, permite distinguir este par. A nosso ver, tal fenómeno não se observa, pelo menos de forma sistemática, na Língua de Sinais Portuguesa. Todavia, é necessária investigação neste domínio.

O operador não-manual articula também componentes que em nada se relacionam com a palavra da língua oral (*mouth gestures*): “a repertoire of mouth actions which are not derived from spoken language, which form an obligatory accompaniment to some manual signs in a range of sign languages” (Woll, 2009, p. 204).

Este fenómeno é muito produtivo na LSP sendo a ENM um dos componentes que pode conferir valor gramatical ao sinal. Veja-se um exemplo. Em diversas línguas de sinais (Woll, 2009) a articulação de uma fricativa interdental semelhante ao [θ] comumente associado aos grafemas <th> do inglês atribui um valor de frequência, habitualidade ao verbo/expressão a que é associado. Veja-se os verbos VER e ASSISTIR.

Como se pode observar consultando o *spreadthesign*, o marcador não-manual modula o verbo atribuindo-lhe não apenas um valor gramatical aspectual, mas, e por isso, um valor semântico. Este valor é articulado em conjunto com o movimento que num segundo caso é reduplicado. Esta conjunção entre a alteração do movimento que atribui valor aspectual (Rathman, 2005), uma vez que no exemplo VER é apenas realizado um movimento e no segundo verbo o movimento é mais curto e repetido conferindo o valor de duração, e a adição de ENM parece confirmar a hipótese de Bencie Woll, ou seja, que os componentes não-manuais “ecoam” certos movimentos articulatórios realizados pela mão. (Woll, 2009, p. 211).

O valor de ENM representado no sinal ASSISTIR dificilmente terá valor icónico, pois, e citando a mesma autora “the oral activities in echo phonology are themselves non-visually motivated. It is impossible to reconstruct from a syllable such as [ʃ] the meaning exist” (Woll, 2009, p. 221). Porém a emissão de [θ] está em diversas línguas de sinais associada à duração, ao aspeto contínuo e duracional (Finau, 2004). Este valor ocorre, muitas vezes, associado à repetição do movimento do verbo, o que sucede nos exemplos ilustrados e foi verificado em outras línguas de sinais (Rathman, 2005), ou seja, o parâmetro movimento de mão articulado com ENM confere valores gramaticais os sinais, neste caso, um valor aspectual.

Ainda que o parâmetro ENM seja arbitrário, como diz Bencie Woll (2009), não deixa de ser interessante que as mesmas ENM se materializem noutras línguas de sinais, com valores gramaticais idênticos, como acima afirmámos.

Esta breve descrição sobre a temporalidade e o valor aspectual marcados pelos queremas movimento de mão (MM) e ENM prende-se com os vocábulos que escolhemos para este estudo.

3. CLASSES DE SINAIS ESCOLHIDAS PARA ESTE BREVE ESTUDO

Nas linhas acima, procurámos entender os mecanismos gramaticais, materializados em unidades mínimas, o MM e ENM, que atribuem significado à forma verbal ou adverbial a que se associam. Nos parágrafos seguintes, procuramos brevemente explicar a relação entre as formas verbais e adverbiais que analisámos e o diálogo da LSP com a iconicidade e a linguagem gestual.

Como explanámos na secção iv, há alguns verbos nas línguas de sinais denominados verbos classificadores que assumem a forma do referente e/ou do agente. Nos exemplos que escolhemos (Fig. 7 – 11)¹⁴ nenhum deles se encaixa nesta tipologia uma vez que a configuração de mão não tem, *a priori*, qualquer semelhança com o referente.



Figura 7 - Sinal Alvo de AINDA NÃO.LONGO



Figura 8 - Sinal Alvo AINDA NÃO.QUASE



Figura 9 - Sinal Alvo DEMORAR MUITO TEMPO

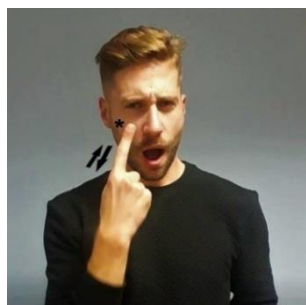


Figura 10 - Sinal Alvo DURAR MUITO TEMPO



Figura 11 - Sinal Alvo ESPERAR MUITO TEMPO

¹⁴ Imagens do arquivo dos autores.

Todas as formas verbais e adverbiais têm como traço semântico um valor temporal: algo que ainda não aconteceu, variando o tempo que falta para a conclusão do que se pretende, no caso dos advérbios. No que concerne as formas verbais, os sentidos podem parafrasear-se da seguinte forma: algo que está longe de terminar (Fig. 9), algo que dura muito tempo e a que acresce o traço de [+ fastidioso] (Fig. 10) e algo que precisa de um longo tempo de espera (Fig. 11). Neste último caso, o verbo tem como significado esperar [+muito tempo]. Considerando que, como acima afirmámos seguindo a hipótese de Bencie Woll (2009), ENM é arbitrária, tendo em conta que as formas verbais se adequam a contextos particulares que se prendem com modulações de tempo, consultámos um perito nesta língua, o primeiro professor surdo de LSP em Portugal, Prof. José Humberto Bettencourt, a quem agradecemos, e procurámos entender por que motivo alguns exemplos se encaixam apenas em contextos semânticos específicos, nomeadamente o que representámos na figura 10, usado em situações que implicam algo longo e fastidioso. Segundo Bettencourt¹⁵, a ENM presente nesse vocábulo reproduz o bocejar pois quanto mais esperamos, mais sonolentos ficamos e mais bocejamos. Esta interessante informação parece ir de encontro ao que acima afirmámos sobre a arbitrariedade de ENM. Ainda que, tal como Bencie Woll (2009) consideramos que ENM precisa de estudos mais consistentes, este fenómeno de algumas ENM com valor icónico-cultural estão já documentadas na literatura:

(...) mouth gestures can be iconic or motivated. Some signs (...) require mouth gestures which convey an iconic dimension in terms of phonosymbolism. Other mouth gestures function metaphorically: the air emission which co-occurs with the sign RELEVIED (figure 5) and mirrors the movement of the manual sign seems to imply the reduction of a state of anxiety. (Fontana, 2008, pp. 108-109)

Desta forma, numa perspetiva sincrónica o sinal é arbitrário e, cremos, mesmo em termos diacrónicos o significante também o é, porém, a sua raiz assenta em particularidades bio-culturais. No vocábulo em apreço, ENM acompanha o movimento, tal como Rathamn (2005); Woll (2009) e outros estudiosos já apontaram, possuindo um valor gramatical aspectual, de duração e um valor semântico culturalmente motivado. Se notarmos o sinal referido na figura 19, que como afirmámos pode ser traduzível por “algo que demora muito tempo, longo”, ENM parece também possuir valor cultural, pois, como sabemos de forma empírica, soprar ar com intensidade possui o significado cultural de algo aborrecido, longo e até difícil. Esta aceção pode levar-nos a supor que ENM seria um tipo de ideofone uma vez que representa, de forma icónica, uma característica imagética/sensorial, como define Dingemanse (2019, p. 14): “a member of an open lexical class of marked words that depict sensory imagery”. O mesmo autor dedica uma secção do capítulo sobre

¹⁵ Informação gentilmente cedida em conversa informal, após pergunta sobre este vocábulo, no dia 30-01-2020.

ideofones às línguas de sinais uma vez que a existirem ideofones eles não se constituiriam como uma classe lexical. Dingemanse (2019, p. 26) propõe:

So are there ideophones in sign languages? Not in the sense of an open lexical class of marked words depictive of sensory imagery, current evidence suggests. There are important similarities in mode of signification, and in the gradient modification of semiotic substance to derive analogous modifications in meaning, but these are best captured in more general terms.

Convém recordar que na sua dissertação sobre o aspeto em ASL Rathamn (2005, p. 54) já havia colocado esta hipótese referindo-se à reduplicação do movimento: “(...) it is possible that the aspectual morphemes involving reduplication are originally rooted in ideophones. They can be grammaticized from ideophones, just as other grammatical elements in ASL, have been grammaticized from (iconic) gesture”. Assim, no exemplo em apreço, MM com amplitude e ENM de sopro conteriam não apenas uma marca gramatical aspectual, mas, também, um valor semântico representando longa duração.

Se atentarmos no sinal representado na figura 11, que traduzimos “como esperar durante muito tempo”, verificamos que aqui ENM já não é sopro, mas apenas bochecha inflada o que, nas palavras do nosso consultor José Bettencourt, significa algo cheio, sendo, a nosso ver, “cheio” interpretável como uma grande quantidade, neste caso, de tempo. Para além disso, se atentarmos na forma da mão, ela pode remeter para a imagem do pedinte- a mão está estendida- que aguarda longamente por alguém que o satisfaça dando-lhe a esmola almejada.

Por último, uma breve consideração sobre os sinais traduzíveis por “ainda não” (Fig. 7 e 8). Como acima afirmámos, estas duas expressões adverbiais de tempo, apenas se distinguem, em termos de significante, pela ENM e em termos de significado pela perspetiva temporal, ou seja, o segundo indica que “algo ainda não está concluído, mas está prestes a estar” e o primeiro codifica que “algo ainda não está concluído e demora muito até que esteja”.

Mais uma vez retenhamos o que acima dissemos para ENM bochecha inflada, isto é, algo que ainda demora a acontecer, ou, nas palavras de Bettencourt, “longo e cheio”. Desta forma, cremos que ENM atribui de forma icónica-cultural esse valor a este vocábulo.

Se atentarmos no segundo vocábulo, ENM parece-nos arbitrária, tal como acima Woll (2009) afirma no que concerne a “mouth gestures”. Todavia, e contando nós com a consultoria de um nativo com amplo conhecimento metalinguístico, o Professor Bettencourt, aventamos a hipótese de esta ENM não ser uma representação arbitrária ou icónica de algo, mas sim uma labialização (mouthings). Segundo Bettencourt, a vocalização [pe] virá da palavra “espera”, reduzida por truncamento para “pera”, comum na expressão oral, com o sentido de “espera apenas mais um pouco; está quase; está para breve”.

Quanto ao caráter arbitrário de ENM supomos que, numa análise apenas sincrónica, pode-se reconhecer que não há relação direta entre as vocalizações e seus sentidos gramaticais e/ou semânticos. Para além disso, ENM pode ocorrer agregada a vários sinais, mas com significados distintos não estando convencionados os seus valores. Requer-se maior investigação adotando uma perspetiva diacrónica.

No que respeita ao movimento, confirma-se o que anteriormente dissemos (Correia, 2020), ou seja, a amplitude possui um valor gramatical de temporalidade indicando uma maior ou menor duração e um maior ou menor afastamento relativamente ao momento de enunciação.

Considerando que os sinais acima descritos possuem muita informação semântica e gramatical, motivada, sobretudo, por MM e ENM, sabendo que os valores de ENM não estão convencionados e, para além disso, que os vocábulos que escolhemos são variações aspectuais específicas de duração de tempo/ esperar é pertinente aferir se esses valores se mantêm na língua em uso.

4. METODOLOGIA

Tratando-se de um trabalho de investigação sobre usos de vocabulário específico da LSP e considerando que estes eram conhecidos pela geração anterior, escolhemos participantes jovens, a fim de aferir se ainda eram reconhecidos e distinguidos estes sinais da LSP. Um dos autores deste estudo, enquanto aluno do mestrado em Língua Gestual Portuguesa e Educação de Surdos, na Universidade Católica Portuguesa, no ano 2006, no âmbito das Unidades Curriculares Linguística da Línguas Gestuais I e Linguística da Línguas Gestuais II, realizou um trabalho académico que tinha como propósito aferir a expressão de tempo na LSP. O trabalho *Gramatical facial expression: Time Adverbs that express duration in Portuguese Sign Language* teve como informante um surdo adulto, de 51 anos, a quem foi solicitado que elencasse e exemplificasse, em frases, formas de expressar o tempo em LSP. O informante produziu várias, algumas das quais continham os sinais escolhidos para este estudo. Assim, e advindo da nossa experiência enquanto docentes e intérpretes deste idioma, procurámos verificar se os mais jovens possuem conhecimento metalinguístico sobre estes dados.

Após a assinatura do consentimento informado (Anexo I) e a explanação dos objetivos, os participantes responderam a um questionário, que pode ser consultado em anexo (Anexo II).

Este questionário tem seis questões com a finalidade de podermos caracterizar os participantes quanto à sua surdez, se é congénita ou adquirida, se são implantados, com que idade é que começaram a aprender LSP, se estudaram numa escola de referência para o ensino bilingue de alunos surdos (EREBAS) ou não, se estiveram numa turma integrada e se usam a LSP em casa. Para uma melhor compreensão e caracterização da amostra, foi atribuída uma letra do alfabeto a

cada participante. Após a visualização de um vídeo onde são apresentados cinco sinais, já mencionados anteriormente, relacionados com a duração temporal na perspetiva do sujeito, foi pedido aos participantes que gravassem um vídeo em que produzissem uma frase para cada uma das expressões de tempo. Esta gravação foi realizada dentro de uma sala de aula, que dispõe de doze computadores com câmaras e com uma “cortina” que os separa de forma a não se verem uns aos outros, não lhes foi imposto nenhum tempo limite, todos começaram ao mesmo tempo e só poderiam sair do seu local no fim de todos gravarem para evitar possíveis influências.

Após esta filmagem procedemos à análise dos vídeos para percebermos se os alunos conhecem e/ou sabem aplicar as expressões de tempos apresentadas. De seguida, descrevemos os resultados do questionário.

Convidámos alunos surdos que frequentam o ensino superior na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, e o resultado dos questionários revela que a amostra é composta por oito participantes com idades compreendidas entre os 19 e os 23 anos, como é possível observar na tabela 1.

Idades dos Participantes

18	19	20	21	22	23
0	2	4	1	0	1
--	D; E	A; B; F; G	C	--	H

Tabela 1 - Variável das idades dos participantes

Em relação à identidade de género quatro dos participantes são do sexo feminino (B; E; F; G) e os restantes quatro do sexo masculino (A; C; D; H). Cinco dos participantes são surdos congénitos (A; B; C; G; H) e três ficaram surdos devido a algum problema de saúde (D; E; F). Na questão se eram implantados, quatro responderam que sim (A; E; F; G), três responderam que não (B; D; H) e uma pessoa não respondeu (C). As idades com que os participantes começaram a aprender LGP/LSP¹⁶ são variáveis, como é possível observar no gráfico 1.

¹⁶ Considerando que a terminologia LSP ainda não está difundida, optámos por usar a designação LGP nos questionários, uma vez que esta é a que os informantes identificam com mais facilidade. Não quisemos condicioná-los, explicando-lhes a opção LSP para que não se desviassem do pretendido.

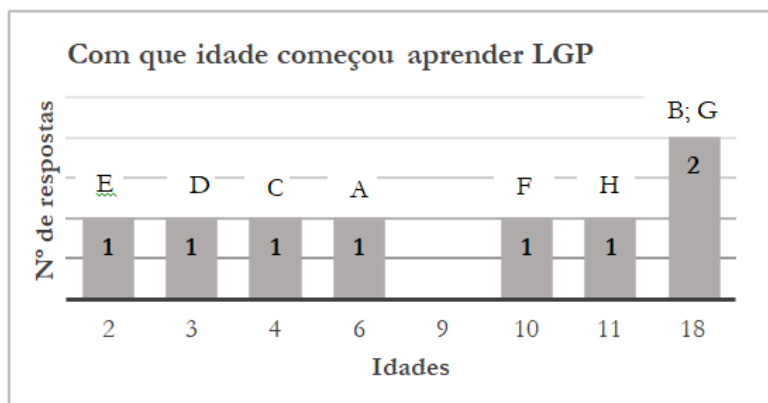


Gráfico 1 - Variável das idades que começou a aprender LGP

Seis dos participantes (A; C; D; E; F; H) estudaram numa EREBAS e dois (B; G) numa escola que não se encontra nesta lista. Destes seis que estudaram numa EREBAS, entraram para a escola em anos de escolaridade diferentes como é visível na tabela 2.

5.º ano	(C; H)	2
10.º ano	(A)	1
Não respondeu	(D; E)	2
Outra	(F)	1

Tabela 2 - Ano escolar em que começou a estudar numa EREBAS

Na questão se estudou numa escola regular, cinco dos participantes (B; D; F; G; H) responderam que sim, dois (A; D) responderam que não e uma pessoa (E) não respondeu. Dos que responderam que sim, quatro (B; F; G; H) estudaram numa turma integrada e uma pessoa (D) não respondeu. Na última questão, se usam a LGP/LSP em casa podemos ver os resultados no gráfico 2, as duas pessoas (B; C) que responderam que sim, uma (C) especificou que usa português gestual¹⁷, e a outra (B) oraliza ao mesmo tempo que sinaliza para que a família possa aprender.

¹⁷ Uso dos sinais com a sintaxe da Língua Portuguesa.

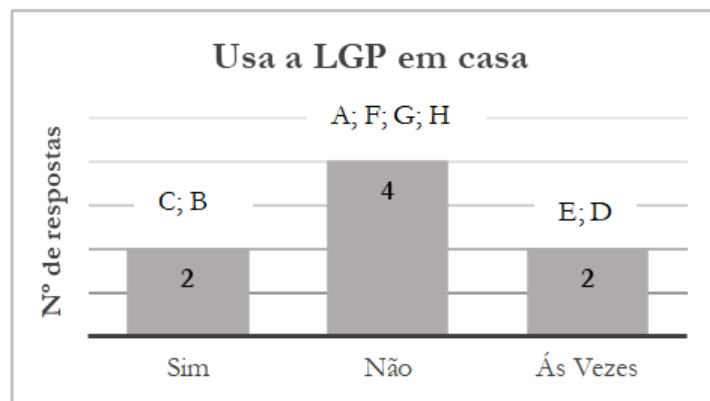


Gráfico 2 - Resultado da questão "Usa a LGP em casa?"

Podemos constatar que metade dos participantes (B; F; G; H) aprenderam a LSP já numa idade avançada e apesar de seis (A; C; D; E; F; H) dos participantes terem estudado numa escola de EREBAS nenhum teve a disciplina de Língua de Sinais Portuguesa desde o seu primeiro ano de escolaridade, também podemos verificar que só duas pessoas (C, B) é que usam a LSP em casa com os seus familiares/pais e quatro (A; F; G; H) apenas usam a língua no ambiente escolar ou quando estão com os seus pares. Apesar de a amostra ser composta por pessoas surdas bilingues, o facto de terem apreendido a LSP tarde e não a produzirem no seu dia a dia, estando com muito contacto com a Língua Portuguesa poderá vir a influenciar as suas respostas ou demonstrar a falta de conhecimentos dos sinais apresentados.

5. ANÁLISE DOS SINAIS

I. Sinal "ESPERAR"

Em relação a este sinal, dos oito participantes apenas quatro (participantes B, C, E e H) conseguiram aplicá-lo corretamente nos seus exemplos, os participantes D e G não conheciam o sinal pois não apresentaram nenhuma frase. Os participantes A e F confundiram o sinal alvo ESPERAR (Fig. 12)¹⁸ com o sinal FALTAR ALGO (Fig. 13)¹⁹.

¹⁸ Imagem do arquivo dos autores.

¹⁹ Imagem do arquivo dos autores.



Figura 12 – Sinal alvo ESPERAR



Figura 13 - Sinal produzido FALTAR ALGO

Analisemos agora ao pormenor estes resultados. O sinal ESPERAR é utilizado quando nos referimos a ações que tenham um tempo de duração longo ou que no nosso entender enquanto participante dessa ação nos pareça que o tempo é longo. Dos participantes que reconhecem o sinal, o participante B executa-o de uma forma diferente que se assemelha ao sinal de FALTAR ALGO, no entanto, no seu exemplo conseguimos perceber que o significado que lhe atribuí é o de “esperar” e não o de “falta algo”, apesar de termos concluído que o participante conhece o significado do sinal, este não o realiza na sua forma pura, pois, a informante executa o correspondente a FALTAR ALGO mas com sentido de “esperar”, ou seja há um erro na execução do significante e sua relação com o significado, como apenas é visível no vídeo em contexto de frase.

Analisando agora os dois participantes (A e F) que confundem o sinal ESPERAR com o de FALTAR ALGO, isto deve-se ao facto de ambos os sinais terem três queremas exatamente iguais e dois queremas diferentes, ou seja, o querema de configuração de mão, de orientação e de localização são iguais em ambos os sinais referidos anteriormente, por sua vez o sinal ESPERAR possui um movimento neutro enquanto o sinal FALTAR ALGO tem o ligeiro movimento de flexão dos dedos. O querema expressão não manual no sinal ESPERAR é a inflação da bochecha e libertação do ar, repetidamente, por sua vez a expressão não manual no sinal FALTAR ALGO é a labialização do fonema/p/.

Concluimos que sendo dois significantes semelhantes onde temos uma alteração mínima em dois queremas, os jovens informantes não conhecem o valor do tempo que está patente no sinal ESPERAR [muito tempo], vindo a associar os sinais acima mencionados como sendo só um.

II. Sinal “DURAR MUITO”

Em relação ao sinal alvo DURAR MUITO (Fig.14)²⁰ dos oito participantes apenas o participante C conseguiu aplicar o sinal corretamente na frase que produziu, dois dos participantes (E e H) terão uma ideia do sinal, porém não a conseguem aplicar corretamente nos seus exemplos. Os restantes participantes não apresentaram qualquer frase para este sinal, sendo que o participante B referiu não o conhecer. Os participantes A e F confundiram o sinal DURAR MUITO com o sinal de EXPERIMENTAR. Esta confusão poderá estar relacionada com o facto dos queremas - Configuração de Mão, Orientação de Mão e Localização – serem idênticos, mudando o querema ENM. Podemos observar que, apesar de parecer que o participante F está a produzir a mesma ENM, a sua inclinação de ombros e a direção do olhar não se coadunam com o sinal base, mas sim com o sinal de EXPERIMENTAR. Se observarmos a figura 15²¹ concluímos que a ENM é bastante distinta do sinal DURAR MUITO. Podemos observar nesta figura que a boca está cerrada e o encolher dos ombros denota um pedido ou uma sugestão.

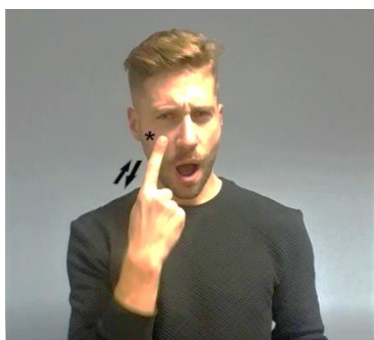


Figura 14 - Sinal alvo DURAR MUITO

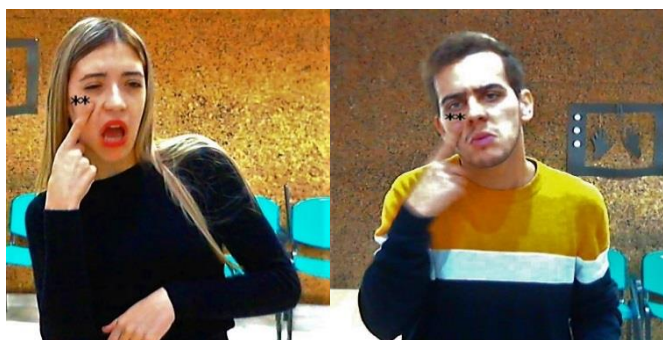


Figura 15 - Sinal produzido EXPERIMENTAR

Ao analisar estes resultados no que ao sinal DURAR MUITO diz respeito, vemos que o mesmo é utilizado quando nos referimos a ações que tenham um tempo de duração longo, ou que, no nosso entender enquanto participante dessa ação nos pareça que o tempo é longo. Acrescente-se a este facto, a noção de ser algo aborrecido, pelo que a ENM poderá indicar esse enfadamento de algo que para o participante se prolongue por muito tempo, habitualmente num período de horas.

Quanto ao facto de o participante B ter referido não conhecer o sinal, poder-se-á dizer que por não ter tido uma educação bilingue, não terá tido ainda contacto com estas expressões da língua de sinais, que se estão a revelar mais antigas e pouco conhecidas dos jovens surdos.

²⁰ Imagem do arquivo dos autores.

²¹ Imagem do arquivo dos autores.

III. Sinal “DEMORAR MUITO”

No que concerne ao sinal alvo DEMORAR MUITO (Fig. 16)²², tal como aconteceu com o sinal anteriormente analisado de DURAR MUITO, apenas o participante C conseguiu elaborar uma frase aplicando corretamente este sinal. Os outros participantes B, D, G e H não fizeram nenhuma frase. Apenas o participante B referiu que não o conhecia. Os participantes A, E e F confundiram o sinal com outro sinal parónimo, ou seja, conseguimos identificar que o querema de – Configuração de Mão e Orientação de Mão são semelhantes, porém o querema Localização não é o mesmo. No caso da ENM um dos participantes infla a bochecha porém não de forma adequada ao sinal, e na figura 17 ²³é notória a ausência do inflar da bochecha.

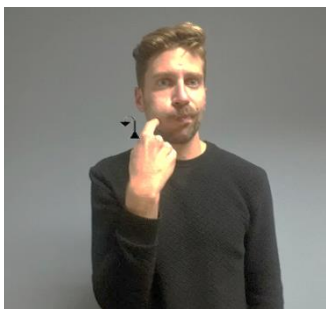


Figura 16 - Sinal alvo DEMORAR MUITO



Figura 17 - Sinal produzido DIZER

Compreendemos que tal como foi demonstrado pelos exemplos anteriores, mais de metade dos participantes também desconheciam este sinal, tendo não só atribuído este sinal a algo diferente bem como, noutras situações, o desconhecimento do sinal foi identificado pelos demais.

IV. Sinal “AINDA NÃO”

Relativamente ao par adverbial AINDA NÃO (Fig. 18 e 19)²⁴, um par mínimo com o traço distintivo em ENM, verifica-se que nenhum dos informantes o distingue. Apenas o informante C usa os dois, porém, ao observarmos as frases produzidas, vemos que os utiliza

²² Imagem do arquivo dos autores.

²³ Imagem do arquivo dos autores.

²⁴ Imagens do arquivo dos autores.

como sinónimos, não os reconhece. Uma informante diz saber que são distintos, mas, como desconhece o seu significado e uso, não produziu nenhuma frase.



Figura 18 - Sinal Alvo de AINDA NÃO.LONGO



Figura 19 - Sinal Alvo AINDA NÃO.QUASE

6. CONCLUSÃO

Pela breve descrição que fizemos ao longo deste artigo, podemos entrever que a LSP dispõe de léxico específico, com variações nas suas unidades mínimas, para se referir às modulações temporais e à perspetiva do emissor sobre elas. No estudo que apenas invocámos realizado nos anos 90, que tinha como participante um adulto surdo, constata-se que essas variações eram reconhecidas e claramente distinguidas no uso de frases que esse informante produziu espontaneamente.

Foi nosso intuito aferir se uma geração mais jovem de surdos reconhecia esses sinais e se os aplicava em frases com sentido. Considerámos variantes tais como a exposição à língua e o ensino bilingue. Nenhum destes jovens teve uma aquisição da língua de sinais como língua materna, uma vez que todos referem que em casa a usam adaptada ou em forma de sistema de comunicação, o que induz a inferir que os seus familiares não a conhecem. Desta forma, esta poderá ser uma variante fulcral que explica a razão de nenhum dos jovens conhecer a totalidade das expressões temporais-alvo com precisão.

Notamos também que apenas um participante revelou um conhecimento razoável dos sinais, não reconhecendo as diferenças apenas em um par. O facto de este informante ter tido contacto com a LSP ainda durante a fase de aquisição da língua, tendo referido que contactou com o idioma em associações de surdos²⁵, poderá contribuir para que tenha um léxico ativo mais rico, reconhecendo e aplicando as formas puras da língua que os seus pares geracionais revelam desconhecer ou usar com hesitação. Quando nos referimos a formas puras da língua, partimos da

²⁵ O participante esclareceu, em conversa posterior, que tinha contactado com a língua em associações de surdos.

aceção de léxico *frozen*, porém, com algumas nuances. Por léxico puro/*frozen* entendemos: “a specific sign for a particular meaning, which is characterized by a fixed handshape, location, orientation and movement (and possibly a non-manual part)” (Shermer, 2016, p. 178). Acresce o facto de esses sinais terem uma execução fixa e serem de uso frequente. Ora, como vemos, os sinais que licitámos enquadraram-se nesta definição, mas o seu uso parece estar a perder-se. Veja-se que um dos sinais-alvo, o de ESPERAR MUITO, foi o mais identificado pelo grupo. A hipótese que colocamos é a de que este vocábulo foi alvo de ensino formal na licenciatura em Língua Gestual Portuguesa que seis dos oito participantes frequentam. Ainda assim, o participante C, não sendo aluno desta licenciatura, identificou o vocábulo e, de entre os que não o identificaram, um deles é aluno do referido curso. É, assim, importante juntar a esta nossa hipótese o facto de ambos os que não usaram corretamente o sinal serem dois jovens surdos implantados, com pouco contato precoce com a LSP.

Observando o reconhecimento destes sinais na perspetiva do sujeito e do seu uso, verificamos que o contacto desde cedo com a LSP, através de modelos nativos, parece ser essencial. Para além disso, o ensino formal e sólido da língua pode enriquecer o léxico ativo dos utilizadores, ainda que há um outro vetor importante a considerar, o recurso a implante. Se recordarmos a caracterização dos nossos informantes, verificamos que metade respondeu que era implantado e uma pessoa não respondeu, possivelmente, por sentir que é uma pergunta invasiva. A relação da comunidade surda com aparelhos corretores ou reabilitacionais da surdez é muito particular, sendo que alguns dos seus representantes consideram com precaução ou até recusa o uso de implantes cocleares (Sparrow, 2005). Na verdade, este recurso almeja que o surdo tenha ganhos auditivos e uma melhor oralidade o que pode ser visto como uma ameaça ao desenvolvimento da visualidade e da aquisição e aprendizagem da sua língua primeira, uma língua de sinais. Seja como for, não é âmbito deste artigo explorar as potencialidades ou riscos do implante coclear, mas reconhecer que o treino oral, aliado ao ensino do português como L2, pode contribuir para que os utilizadores deixem de usar formas já cristalizadas em gerações anteriores preterindo-as por outras. Um estudo que poderia ser interessante levar a cabo, este já em torno do conhecimento metalinguístico de duas línguas, o português e a LSP, seria pedir a estes informantes que traduzissem os vários sentidos temporais que estes sinais exprimem [+/- longo/ fastidioso/demorado].

O estudo que referimos acima, para um futuro, poderá também responder a um outro fator que caracteriza todas as línguas vivas, ou seja, há vocábulos que se ganham, outros que se perdem, outros ainda que substituem os anteriores. Tomemos como exemplo um vocábulo icónico para TELEFONE. Em alguns contextos e línguas de sinais (Shermer, 2016) estes vocábulos são substituídos por outros quando a realidade extralinguística também se altera: “the three NGT signs

for ‘telephone’ in (6) illustrate that an old sign can be replaced by a new sign when the iconic relation to referente is changing or no longer be present” (Schmer, 2016, p. 179). Não cremos ser esta uma justificação para que os sinais-alvo deste breve estudo não sejam reconhecidos: a sua base icónica é nula, não se referem a novos conceitos/referentes, mas marcam, sim, diferenças aspectuais de temporalidade. Desta forma, será interessante, como já referimos, perceber se os sentidos temporais expressos por estes sinais que agora não são conhecidos, são representados por outros significantes. A título de exemplo, o verbo ESPERAR, como é visível na entrada do glossário que consultamos, o *spreadthesign*, tem outras materializações. O sinal que figura na entrada do glossário não tem como sentido a distinta duração do tempo. Como a explicaria o informante? Através de unidades mínimas e suas subclasses, como a intensificação de ENM e velocidade do MM? Estes parâmetros, como vimos, já contribuem para as modulações temporais nos sinais que apresentamos aos participantes. Será que teremos no futuro mais sinais com marcas “flexionais” manifestas nas unidades mínimas, e menos sinais monossémicos e adstritos a contextos específicos? É uma resposta que ainda não temos e que carece de investigação apurada e exaustiva. Porém, estamos em crer que o não uso dos sinais descritos neste estudo também se pode dever ao facto de esta geração jovem estar mais exposta ao português, em termos de ensino formal e em termos sociais e, por isso, tender a adaptar construções da L2 à sua L1, não reconhecendo os mecanismos naturais da LSP. Notemos que em português as modulações temporais aspectuais são, na maior parte das vezes, complementadas por advérbios, quantificadores e outras expressões, não havendo uma modificação da forma lexical. Será esta a resposta para a LSP? Por ora, continuemos a apostar no ensino formal e na divulgação da LSP a fim de ser a língua e o seu uso a dar-nos resposta. Assim, se todas as crianças tiverem acesso a este idioma, se ele for ensinado em todos os graus de ensino, a dinâmica da língua *per se* será a resposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, M.A., Coutinho, A. & Delgado Martins, M.R. (1994). *Para uma gramática da língua gestual portuguesa*. Lisboa, Portugal: Caminho.
- Bettencourt, M. (2015). *A ordem de palavras na Língua Gestual Portuguesa: Breve estudo comparativo com o Português e outras línguas gestuais* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade do Porto, Porto.
- Bettencourt, M. (2020). *A expressão não manual: perspetiva diacrónica*. Entrevista em diferido. Coimbra.
- Carmo, P. (2010). *Aquisição da língua gestual portuguesa: estudo longitudinal de uma criança surda dos 10 aos 24 meses* (Dissertação de mestrado). Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Carmo, H. (2016). *Uma primeira abordagem aos classificadores da língua gestual portuguesa* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

- Carmo, H., Silva, V. M. da & Martins, E. (2017). Os verbos em negação na Língua Gestual Portuguesa. *Cadernos De Saúde*, 9, 15-25. Disponível em <https://doi.org/10.34632/cadernosdesaude.2017.2861>
- Corbett, G. (1991). *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Corina, D. P., Bellugi, U. & Reilly, J. (1999). Neuropsychological studies of linguistic and affective facial expressions in deaf signers. *Language and Speech*, 42 (2-3), 307 – 331. doi: 10.1177/00238309990420020801
- Correia, I. (2009). O parâmetro expressão na Língua Gestual Portuguesa: unidade suprasegmental. *EXEDRA Revista Científica*, (1), 57-68. Disponível em <http://exedra.esec.pt/docs/01/57-68.pdf>
- Correia, I. (2013). Pensar as línguas: Língua gestual portuguesa e conhecimento explícito – *Introdução*. In C. F. Alves (Org.), *Da teoria à prática: A voz dos usuários da língua gestual portuguesa* (pp. 47-50). Custóias: Associação de Tradutores e Intérpretes de LGP.
- Correia, I. (2014). Morfologia derivacional na língua gestual portuguesa: Alguns exemplos. *EXEDRA Revista Científica*, (9), 159-172. Disponível em : <http://exedra.esec.pt/wp-content/uploads/2015/05/n9-C4.pdf>
- Correia, I. (2016). *Género, número e tempo em língua gestual portuguesa* (Pós-doutoramento não publicado). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Correia, I. (2019). *Marcação de tempo em língua de sinais portuguesa* (Pós-doutoramento não publicado). Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Correia, I. (2020). O parâmetro movimento em língua de sinais portuguesa. *Dedica: Revista de Educação e Humanidades*, março (17), 41-56. doi: 10.30827/dreh.v0i17.9354
- Correia, I., Custódio, P. (2019). Do gesto ao sinal: reflexões sobre terminologia linguística. In I. Correia, P. Custódio & R. Campos (Eds.), *Línguas de sinais: Educação, cultura, identidade* (pp. 59-74). Lisboa: Ex-Libris.
- Dingemanse, M. (2019). Ideophone as a comparative concept. In K. Akita & P. Pardeshi (Eds.), *Ideophones, Mimetics and Expressives* (pp. 13-33). John Benajmins Publishing Company.
- Duarte, L. (2009). *Processos de formação de gestos terminológicos em LGP no domínio das Ciências Naturais* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Finau, R. A. (2004). *Os sinais de tempo e aspecto na libras* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Fontana, S. (2008). Mouth actions as gesture in sign language, *Gesture* 8(1), 104-123. doi: 10.1075/gest.8.1.08fon
- Johnson, R. (2006). *Morphology and simple syntax* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Martins, M., Costa, A., Cottim, J. & Morais, I. (2019). Classifying verbs in portuguese sign language. *Sensos-e*, VI(1), 83-89. Disponível em : <https://parc.ipp.pt/index.php/sensos/issue/view/135>
- Nascimento, S., Correia, M. (2011). *Um Olhar Sobre a Morfologia dos Gestos*. Lisboa: Universidade Católica.
- Pfau, R., & Quer, J. (2010). Nonmanuals: their gramatical and prosodic roles. In D. Brentari (Ed.), *Sign Languages* (pp. 381-402) Cambridge: Cambridge University Press.

- Podlesny, O. (2015). Investigating disjunction in american sign language: The importance of nonmanual signals and the influence of English (Dissertação de mestrado não publicada). Carleton University, Ontario.
- Quadros, R. & Cruz, C. (2011). *Língua de sinais: Instrumentos de avaliação*. Porto Alegre: Artmed.
- Quadros, R. & Karnopp, L. (2004). *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed.
- Rathman, C. (2005). *Event structure in american sign language* (Dissertação de mestrado não publicada). University of Texas, Texas.
- Rodero-Takahira, A. (2012). Questões sobre compostos e morfologia da LIBRAS. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, *Revista Científica*, 41 (1): p. 262-276. São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1231>
- Rodrigues, R. (2017). *Compreensão da língua gestual portuguesa em crianças surdas proposta de um instrumento de avaliação* (Dissertação de mestrado não publicada). Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Porto.
- Sandler, W., & Lillo-Martin (2006). *Sign language and linguistic universals*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Santana, N. (2012). Aspecto verbal em LGP. *EXEDRA Revista Científica*, Português: Investigação e Ensino, 374-377. Disponível em: <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=arte&cat=9&idart=262>,
- Schemer, T. (2016). Lexicon. In A. Baker, B. Bogaerde, R. Pfau, & T. Schermer (Eds.), *The Linguistics of Sign Languages: An Introduction* (pp. 173-195). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Silva, J., Alves, C. F., Correia, I. (2013). Pensar as línguas: Língua gestual portuguesa e conhecimento explícito – Língua gestual portuguesa: Dimensões e processos. In C. F. Alves (Org.), *Da teoria à prática: A voz dos usuários da língua gestual portuguesa* (pp. 55-79). Custóias: Associação de Tradutores e Intérpretes de LGP.
- Sousa, J. (2010). *As crianças ouvintes filhas de pais surdos e a aquisição da língua gestual portuguesa e catalã: Histórias de vidas cruzadas* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Sousa, J. (2015). *Entre duas línguas e uma princesa: a invisibilidade da interpretação em Língua Gestual Portuguesa* (Trabalho de natureza profissional Título de Especialista), Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra.
- Sparrow, R. (2005). Defending deaf culture: The case of the cochlear implants. *The Journal of Political Philosophy*, 13(2), 135–152. Disponível em: https://researchmgt.monash.edu/ws/portalfiles/portal/252777366/3227796_oa.pdf
- Wilbur, R., Malaia, E., & Shay, R. (2012). Degree Modification and Intensification in American Sign Language Adjectives. In M. Aloni, V. Kimmelman, F. Roelofsen, G. Sassoon, K. Schulz & M. Westera (Eds), *Logic, Language and Meaning: 18th Amsterdam Colloquium 2011* (pp. 92-101). Netherlands: Revised Selected Papers. <https://pdfs.semanticscholar.org/730f/90ee35de3ba0b0180106f78010dca0b5ce00.pdf>
- Woll, B. (2009). Do mouths signs? Do hands speak?: Echo phonology as a window on language genesis. In R. Botha & H. Swart (Eds.), *Language Evolution: the view from restricted linguistic systems* (pp. 203-224). Utrecht, Netherlands: LOT Occasional Series.

ANEXOS

Anexo I – Modelo do Consentimento Informado

Consentimento Informado
 Isabel Correia, Joana Conde e Sousa & Pedro Oliveira
COMO DURA O TEMPO. EXPRESSÕES COM VALOR ASPECTUAL EM LÍNGUA DE SINAIS PORTUGUESA
 PROPÓSITO: APRESENTAÇÃO NAS I JORNADAS DE LÍNGUAS MINORITÁRIAS NA UA, DATA _____

Eu, _____ (nome), declaro que tomei conhecimento do pedido de autorização para participar no estudo, que entendi todas as explicações que me foram prestadas, que pude esclarecer todas as questões inerentes às condições da minha colaboração e que é de minha livre vontade participar neste estudo.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura

Autorização excecional

Declaro que autorizo a utilização de imagens recolhidas exclusivamente para a elaboração da dissertação, divulgação em encontros científicos e possível publicação, desde que previamente verificadas por mim.

Assinatura

Anexo II – Modelo do Consentimento Informado

Questionário – I Jornadas em Línguas Minoritárias

O presente questionário destina-se à recolha de informação individual com o objetivo de elaborar uma investigação linguística da língua gestual portuguesa. Os resultados desta pesquisa serão apresentados no dia 6 de dezembro em Aveiro, inserido nas I Jornadas em Línguas Minoritárias.

Toda a informação será tratada de forma confidencial e o anonimato é assegurado por todos os elementos da equipa.

Idade: _____

Género: M ___ F ___

1. Surdo de Nascimento ___ Ficou surdo mais tarde ___

2. Implantado? Sim ___ Não ___

3. Com que idade é que começou a aprender LGP? _____

4. Estudou numa escola EREBAS? Sim ___ Não ___
 (Caso tenha respondido NÃO passe para a pergunta 5)
 4.1) Em que ano escolar entrou? _____

5. Estudou numa escola regular? Sim ___ Não ___
 (Caso tenha respondido NÃO passe para a pergunta 6)
 5.1) Numa turma integrada? Sim ___ Não ___

6. Usa a LGP em casa? Sim ___ Não ___

Obrigado! ©

**DUAS LÍNGUAS E DUAS INTERLÍNGUAS?
INFLUÊNCIA DO PORTUGUÊS
NA LÍNGUA DE SINAIS PORTUGUESA**

Isabel Sofia Calvário Correia

Neuza Alexandra Marcelino Santana

Rafaela Cota da Silva

**DUAS LÍNGUAS E DUAS INTERLÍNGUAS?
INFLUÊNCIA DO PORTUGUÊS NA LÍNGUA DE SINAIS PORTUGUESA**

**TWO LANGUAGES AND TWO INTERLANGUAGES?
PORTUGUESE INTERFERENCE IN PORTUGUESE SIGN LANGUAGE**

Isabel Sofia Calvário Correia

Neuza Alexandra Marcelino Santana

Rafaela Cota da Silva

(Escola Superior de Educação , Instituto Politécnico de Coimbra)

Resumo

Neste trabalho pretendemos aferir se há interferência da Língua Portuguesa na Língua de Sinais Portuguesa e se o contacto entre as línguas se plasma em modificações estruturantes na língua minoritária. Para tal, após uma breve contextualização teórica, apresentamos produções de histórias em formato de imagem sinalizadas por 8 informantes surdos. Posteriormente, descrevemos os resultados obtidos nas produções dos informantes. Por fim, sugerimos algumas hipóteses em torno do contacto linguístico e do grau de interferência da Língua Portuguesa na Língua de Sinais Portuguesa.

Palavras-chave

Língua de Sinais Portuguesa, interferência da língua portuguesa, línguas em contacto, comunidade Surda, Ensino Bilingue.

Abstract

In this paper we intend to assess if there is interference of the Portuguese Language in the Portuguese Sign Language and if the contact between the languages is shaped by structural changes in the minority language. To this end, after a brief theoretical contextualization, we present story productions in an image format signed by 8 deaf informants. Later, we describe the results obtained in the informants' productions. Finally, we suggest some hypotheses about the linguistic contact and the degree of interference of the Portuguese language in the Portuguese Sign Language.

Keywords

Portuguese Sign Language, Portuguese language interference, contact languages, Deaf community, Bilingual education.

1. INTRODUÇÃO

Desde que o ensino de surdos foi estruturado a partir do Dec. Lei 3/2008, Portugal conta com uma rede de Escolas de Referência para o Ensino Bilingue de Alunos Surdos (EREBAS). Assim, e como também está plasmado no Dec. Lei 54/2018, a língua de acesso ao currículo é a Língua de Sinais Portuguesa (LSP) e o português é aprendido como língua segunda. Esta metodologia tem permitido que o contacto com o português seja norteado pelo ensino explícito, algo que no passado não ocorria. A LSP começou por ser uma língua proibida fomentando-se a aprendizagem da oralidade com métodos pouco ortodoxos. Hoje em dia, ambos os idiomas são utilizados e aprendidos por um número cada vez maior de pessoas. Por isso, parece pertinente perceber de que forma a língua maioritária influencia a língua minoritária, ainda que a primeira seja de modalidade oro-auditiva e seja aprendida na sua forma gráfica e a segunda visuo-manual, e como isso se materializa na língua em uso. Questionaremos algumas premissas como a noção de léxico puro e, até, de identidade linguística, bem como observaremos a convivência de fenómenos de criação vocabular e rearranjo sintático tendo como referência algo que já é visível e descrito noutras línguas visuais.

Para podermos observar de forma breve a ocorrência de alguns destes fenómenos recorreremos à gravação de vídeos em que um grupo de 8 jovens surdos produz frases em LSP tendo apenas como motivação uma história com imagens. Desta forma, poderemos entender se é clara a influência do português e o nível de hesitações entre o uso de estruturas dos dois idiomas por estes jovens, fruto dessa educação bilingue. Este parco número pode ser insuficiente, porém, não conhecemos dados estatísticos que quantifiquem o número de alunos surdos no ensino superior, todavia, a nossa experiência de mais de uma década, diz-nos que ainda será um número reduzido.

2. LÍNGUA DE SINAIS PORTUGUESA

2.1. Língua Gestual Portuguesa ou Língua de Sinais Portuguesa?

O estatuto de língua natural da Língua Gestual Portuguesa (LGP) é corroborado pela existência de universais linguísticos, ou seja, pelo facto desta língua possuir propriedades linguísticas comuns às outras línguas. Apesar das ainda moderadas investigações neste idioma, a primeira obra que se evidenciou pela abordagem aprofundada às propriedades estruturais da LGP conta com cerca de 25 anos (Amaral, Coutinho & Martins, 1994), o que, comparado com os estudos realizados na Língua Portuguesa (LP), parece incipiente face à antiguidade da língua maioritária. No entanto, ao consultarmos o estudo de índole histórica de Carvalho (2007), constatamos a

existência de fontes documentais longínquas, referentes às pessoas surdas e à sua língua, que remontam ao 5.º milénio antes de Cristo. As línguas gestuais surgiram no seio de comunidades de surdos e a LGP não é exceção, o que vem confirmar a tese de que é uma língua natural.

Além desta característica, Amaral, Coutinho & Martins (1994, pp. 37-44) enumeram as evidências linguísticas da LGP, como: a predominância de signos arbitrários, convencionados pela comunidade linguística, diferente de país para país; a LGP é um sistema linguístico regido por regras de estruturação e organização; a existência de propriedades como a criatividade e a recursividade; a contrastividade da língua e a existência de pares mínimos; a dupla articulação também existe na LGP; adquire-se de forma natural num ambiente linguístico propício; é um sistema linguístico em constante evolução e renovação; possui dialetos, apresentando diferenças lexicais, principalmente entre os territórios sul e norte do país (Santos, 2015).

Não obstante a existência dos universais linguísticos, a LGP, como qualquer outra língua gestual, possui características exclusivas das línguas de modalidade visual, como a simultaneidade (gestual) na emissão de enunciados, “o uso do espaço e a organização e a ordem daí resultantes” (Amaral, Coutinho & Martins, 1994, p. 42). É uma língua de expressão manual e receção visual, podendo recorrer a signos icónicos e unidades suprasegmentais organizadas pela querologia em alternativa à fonética e fonologia, pela inexistência de unidades mínimas sonoras. A querologia surge da etimologia grega, cuja raiz *Khiros* se refere a mão, sendo constituída por 5 queremas básicos, como a configuração manual, a localização da mão, a orientação das mãos, o movimento e a expressão não-manual (ENM) (Correia, 2020; Stokoe, 2005).

Apesar da denominação Língua Gestual Portuguesa ter começado a ser utilizada em Portugal, estudos recentes de Correia & Custódio (2019) e Correia (2020) questionam a terminologia até então aplicada. Os argumentos expostos são: o facto de nos registos portugueses do século XIX referentes a esta língua se utilizar o termo *signaes*; a terminologia mundial de outras línguas de comunidades de surdos se basear no termo *sinais*¹; e a existência do *signo* linguístico. Além destes indícios da terminologia patente ser a sugerida por estes autores, avançam ainda com a indagação de que o termo *gestual* é ambíguo, na medida em que se pode referir a gestos sem valor linguístico ou expressões corporais ou faciais de reação inata dos seres humanos, sem a associação significado-significante. Pelos motivos apresentados por estes autores, iremos usar a designação Língua de Sinais Portuguesa (LSP) ao longo deste artigo.

¹ *Langue des Signes Française, Lengua de Signos Española, Lengua de Signes Catalana, Lingua Italiana dei Segni* e, em Portugal, *Língua Gestual Portuguesa*.

2.2. LSP enquanto língua minoritária

O território nacional é caracterizado pela coexistência de diferentes línguas que estão permanentemente em contacto e em evolução. Portugal apresenta uma língua utilizada pela grande maioria da população nativa, a Língua Portuguesa. No entanto, através da Lei 7/99 de 29 de janeiro o Mirandês, apesar do número reduzido de pessoas que o usa, foi reconhecido como língua do país, passando assim a reconhecer-se a existência de duas línguas. Anteriormente a essa data, em 1997, já a Língua Portuguesa de Sinais havia sido reconhecida na Constituição da República Portuguesa “(...) enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades” (Constituição da República Portuguesa, artigo 74, h) não sendo, porém, considerada uma língua oficial.

Apesar das inúmeras diferenças entre o Mirandês e a LSP há uma característica que é comum, nomeadamente o facto de ambos os idiomas serem considerados minoritários. Nos seus estudos sobre línguas minoritárias, Nardi refere que “é considerada minoritária a língua falada por um grupo de pessoas num país que tem uma língua nacional diferente” (2003, p. 1). Por sua vez, a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias diz-nos que para uma língua ser considerada minoritária esta tem que ser utilizada “num determinado território de um Estado por nacionais desse Estado que constituam um grupo numericamente inferior à restante população do mesmo Estado” e acrescenta ainda que o estatuto de línguas minoritárias requer que estas “sejam diferentes da(s) língua(s) oficial(is) desse Estado” (1992, p. 2). Todavia, contrariamente ao que acontece com o Mirandês cuja comunidade de falantes habita num espaço geográfico limitado e definido, a comunidade de falantes de LSP, comunidade surda², encontra-se espalhada por todo o território nacional. Esta particularidade faz com que a LSP apresente variações linguísticas regionais entre diferentes zonas do país, ou seja, dialetos que se caracterizam por serem usados pela população surda que reside em território nacional, mas em áreas pequenas e geograficamente afastadas. Efetivamente, a população surda forma uma comunidade linguística minoritária que utiliza e partilha uma língua de sinais, valores e hábitos culturais e modos de socialização próprios (Skliar, 2004).

As línguas minoritárias encontram-se sempre em contacto com uma língua maioritária, mas esta relação não se baseia apenas na mera convivência, depende também da forma, intensidade, regularidade e contexto em que acontece esta coabitação. Na realidade, sabemos que a “língua não dominante com menor representação e representatividade cujo desenvolvimento pode ser ameaçado” (Ferreira & Martins, 2017, p. 185) e que isso, por si só, representa uma barreira na

² A comunidade surda não é constituída exclusivamente por pessoas surdas. Desta comunidade fazem parte todas as pessoas que conhecem e utilizam a LSP como forma de expressão e comunicação, nomeadamente intérpretes de LSP, docentes de ensino especial e familiares de pessoas surdas.

expansão e nível de expressividade, neste caso, da LSP. Neste sentido, podemos afirmar que as línguas minoritárias são suscetíveis de sofrerem influência da língua maioritária e que tal pode ser refletido nas progressivas mudanças do uso e produção da LSP e possíveis consequentes alterações linguísticas fruto dessa contaminação oriunda da língua maioritária. Na realidade, podemos perspetivar a “língua franca³, qual plana invasiva que esgota o substrato o húmus comum, debilita a língua minoritária (...)” (Roberto, 2017, p. 163) cabendo então aos utilizadores da língua minoritária a tarefa de a retirar da clandestinidade e dignificá-la enquanto língua minoritária.

Por outro lado, surge uma questão relevante e de certo modo importante para as línguas minoritárias e que se relaciona com o prestígio. Num país com uma língua oficial e maioritária onde coexistem línguas minoritárias é difícil que a sociedade tenha o mesmo olhar e consideração perante as línguas diferentes da dominante. As barreiras que são travadas por uma língua minoritária podem ser penosas na medida em que há uma necessidade constante de afirmação linguística bem como uma luta para que o reconhecimento do estatuto de língua seja efetivo.

O facto da modalidade da LSP ser distinta da LP (visuo-manual vs oro-auditiva) faz com que muitas pessoas encarem a primeira língua como sendo uma produção desregrada de sinais que não obedecem a critérios exigidos pelas línguas. Esta errada perspetiva resulta num desprestígio desta língua minoritária e que, consequentemente, poderá levar a constrangimentos na sua promoção e divulgação na sociedade. Todavia, tal como a Língua Portuguesa, a LSP, apesar de ter um número menor de falantes, é uma língua viva que perante as novas realidades sociais se encontra em constante mudança, evolução e adaptação, realidade que é possível identificar através da constatação do uso de novos vocábulos que são frequentemente introduzidos na língua.

Tradicionalmente, a LSP era transmitida de geração em geração através do uso dos sinais e do contacto entre pessoas surdas mais velhas e mais novas, interações essas que aconteciam em contexto formal nas escolas ou num contexto informal através de convívios, palestras, encontros e outras atividades que se desenrolavam no seio da comunidade surda. Apesar de minoritária, a LSP apresenta diferentes registos linguísticos que são comuns às línguas maioritárias e que podem ser poesia, romances e contos (Ferreira & Martins, 2017).

A necessidade de preservar a língua fazia com que o recurso ao registo em vídeo fosse uma ferramenta extremamente utilizada pela comunidade fazendo assim com que ao longo dos anos fosse possível visualizar registos dos sinais. No entanto, quando falamos de línguas minoritárias e da importância da sua afirmação perante a maioria, percebemos que há necessidade de recorrermos a novos usos, nomeadamente a escrita, registo que permite consolidar a estrutura da língua bem

³ Por língua franca entendemos a língua que serve de contacto entre povos que usam línguas diferentes. Neste contexto, entenda-se como língua maioritária ou dominante.

como torná-la perene. De realçar a existência do sistema de escrita das línguas de sinais, o *Signwriting*⁴ que apesar de já ser um recurso utilizado em Portugal necessita, indubitavelmente, de mais divulgação e promoção bem como de uso efetivo assente em bases estruturadas e sólidas de conhecimento.

Nas sociedades modernas, as novas tecnologias assumem-se como uma ferramenta fundamental na promoção e divulgação das línguas minoritárias (Ferreira & Martins, 2017). É inegável o valor e a importância que assumem hoje em dias as diferentes plataformas *online* bem como grupos de partilha nas redes sociais onde é possível haver troca de informações, conhecimentos e esclarecimentos sobre a língua. No que diz respeito à LSP, este instrumento de partilha e interação linguística é constantemente utilizado o que contribui também para um maior conhecimento das variações dialetais, bem como para uma mais rápida apropriação e divulgação de novo vocabulário.

3. INTERFERÊNCIA LINGUÍSTICA: PORTUGUÊS – LÍNGUA DE SINAIS PORTUGUESA

3.1. Ensino do Português e educação de Surdos

Desde que o ensino de surdos foi estruturado a partir do Dec. Lei 3/2008, Portugal conta com uma rede de Escolas de Referência para o Ensino Bilingue de Alunos Surdos (EREBAS). Assim, e como também está plasmado no Dec. Lei 54/2018, a língua de acesso ao currículo é a LSP e o português é aprendido como língua segunda. Esta metodologia tem permitido que o contacto com o português seja norteado pelo ensino explícito:

As escolas de referência para a educação e ensino bilingue constituem uma resposta educativa especializada com o objetivo de implementar o modelo de educação bilingue, enquanto garante do acesso ao currículo nacional comum, assegurando, nomeadamente:

- a) O desenvolvimento da língua gestual portuguesa (LGP) como primeira língua (L1);
- b) O desenvolvimento da língua portuguesa escrita como segunda língua (L2) (Dec. Lei 54/2018).

Para além deste normativo legal, existe também o Programa de Português L2 para alunos surdos (2011) que ressalta a importância do português escrito no ensino bilingue:

A língua portuguesa, no seu modo escrito, assume o lugar de língua escrita e torna-se, hoje mais do que nunca, o meio de comunicação por excelência entre os surdos e a maioria ouvinte. Além disso, no mundo actual, a assumpção das tecnologias de informação e de comunicação veio trazer à escrita novos contextos de utilização quotidiana (...) Também a este nível a aquisição da língua portuguesa, na sua vertente escrita, abre caminho à plena integração dos surdos, ao permitir-lhes interagir em

⁴ Sistema criado por Valerie Sutton em 1974 na Dinamarca.

situação de plena igualdade quer com outros surdos, quer com ouvintes. O bilinguismo torna-se, assim, a essência comunicativa para os surdos, pois permite a comunicação imediata, *in praesentia*, através da LGP, e a diferida, *in absentia*, através do português, propiciando o acesso aos valores, às crenças, ao conhecimento, enfim, à cultura do mundo em que se insere (Baptista (coord.), 2011, p. 16).

Ainda que as afirmações acima possam ser questionáveis uma vez que, como o Programa também defende em outros momentos, o acesso pleno à comunicação apenas é efetivo através da língua primeira dos surdos, uma língua visual, sendo a escrita, com esse fim, uma ferramenta redutora, não podemos negar a importância e autonomia conferidas à pessoa surda através do domínio da escrita. Este relevo educacional e social contribui para que o sistema educativo, onde se incluem como peça chave, os encarregados de educação, valorize e enfatize a necessidade de uma sólida aprendizagem do português. Convém lembrar que a maioria das crianças e jovens surdos são filhos de pais ouvintes e que estes, por sua vez, raramente dominam a LSP. Como afirma Sousa (2010, p. 37):

A maioria dos surdos, cerca de 90% a 95%, nasce em famílias ouvintes (...). Daqui se pode concluir que, apesar da língua gestual ser a língua natural das pessoas Surdas, muitas delas têm acesso à sua língua tardiamente, adquirindo-a como segunda língua.

Desta forma, o português parece adquirir também contornos de “língua emocional” uma vez que, numa primeira leitura, seria este idioma que potenciaría laços familiares. Todavia, esta é, a nosso ver, uma perspetiva simplista e centrada na maioria ouvinte que, de forma mais ou menos consciente, tenta aculturar a minoria.

A noção de identidade e cultura surdas, consolidadas na obra basilar de Paddy Ladd (2003), torna patente que a comunidade surda é uma minoria linguístico-cultural cuja língua visual se deve enaltecer e afirmar como marca identitária. A valorização da língua como pertença a um grupo entende-se no conceito de *Deafhood*, proposto por Ladd (2003), como posição e afirmação do Surdo e não da surdez, sobretudo através da língua, encarada num poema final do autor como marca genética: “we’ve got the language in our bloodstream” (Ladd [1988], 2003, p. 462).

Convém acrescentar que a minoria surda sofreu repressão e privação linguística ao longo de séculos. A história de educação de surdos, sempre aliada à necessidade de instruir a comunidade na leitura e na escrita da língua maioritária, teve um período obscuro denominado oralismo que resultou de um conjunto de decisões aprovadas no Congresso de Milão em 1880, evento organizado apenas por ouvintes, em que se chegou a oito resoluções sobre a educação de surdos. Uma delas foi a proibição de qualquer língua visual e a imposição da fala, nomeadamente “que estas crianças sejam separadas daquelas que estejam muito avançadas [na instrução da fala], para começarem a receber uma educação exclusivamente oral e terminar a educação efetuada por gestos” (Carvalho, 2007, p. 68).

Estas políticas educativas mantiveram-se até aos anos 90 do século XX em que, progressivamente, se caminhou para o modelo bilingue e bicultural que desembocou no Decreto-Lei 54/2018 que citámos no início desta secção. Este modelo pretende fomentar a identidade positiva no aluno que reconheça e divulgue a cultura da sua comunidade:

No espírito do Decreto- Lei e da Lei está o reconhecimento da interconexão inseparável língua-cultura (...) e está também o reconhecimento da LGP como uma língua com o mesmo estatuto da LP; a LGP é uma verdadeira língua e não um meio de superar incapacidades (...) o professor de Língua Gestual, para além de dar aulas a turmas de alunos Surdos deve (...) disseminar os valores e a cultura Surda (Coelho & Correia, 2019, pp. 54-55).

Pelo breve sumário que fizemos, entende-se que a educação de surdos e as políticas que a norteiam são um fator importante para podermos discutir eventuais interferências linguísticas. No passado, as línguas visuais saíram do palco da escola e foram inclusive reprimidas e proibidas. A comunidade surda amordaçada, para usar uma expressão de Harlan Lane (1997) usava a sua língua natural apenas na clandestinidade. Formavam-se códigos linguísticos exclusivos de comunidades escolares, em Portugal centradas nas principais cidades, Porto, Coimbra e Lisboa, que saíam do circuito em Associações de Surdos e casamentos na comunidade. Os sinais eram diversos e com um grau relativo de fixação, próprio de um idioma não registado e apenas de herança geracional. Com o fim da repressão oralista, as línguas de sinais de todo o mundo ganharam lugar nas políticas governamentais e passaram não apenas a ser livres, como objeto de estudo e ensino explícito. Por sua vez, a importância do português não foi descurada, tentando-se o ensino de um idioma oro-auditivo na sua vertente escrita, impreterivelmente, e na sua vertente oral, sempre que a criança/jovem o deseje e tenha o acompanhamento necessário para uma educação respeitosa da oralidade.

A estas políticas educativas que primam pela igualdade linguística, há um outro caminho que pretende juntar dois mundos, o visual e o auditivo. Referimo-nos, não aos tradicionais aparelhos retroauriculares, mas ao implante coclear, fenómeno em crescimento no nosso país. Não é propósito deste texto abordar uma perspetiva reabilitacional da surdez, visto que nos centramos na língua, logo, encaramos as pessoas surdas como minoria linguístico-cultural e não como portadores de deficiência. Porém, retomando Martinet (1995) as línguas são dinâmicas pois são usadas por utilizadores. No caso em apreço, o implante coclear pretende que o Surdo consiga ouvir ou ouvir melhor. Esta intenção, que a pessoa pode lograr ou não, pode ser um fator que espolette uma maior interferência da língua maioritária na língua natural. Tal deve-se, cremos, não apenas ao facto de um implante requerer uma cirurgia numa parte do cérebro, mas, e sobretudo, por necessitar de um acompanhamento pós-cirúrgico longo que implica exposição formal e orientada

à língua oral. Desta forma, o indivíduo surdo, ser bilingue e bi-cultural, tem vários matizes no que concerne ao seu domínio e utilização do português e da LSP.

3.2. Interferência Linguística na LSP: aquém e além da língua maioritária

Em primeiro lugar, é importante perceber que tipo de bilinguismo caracteriza a comunidade surda uma vez que é exposta a duas línguas de modalidade diferente, muitas vezes em momentos distintos da sua vivência:

Deaf individuals do not acquire spoken English in the same way that a second language is acquired by unimodal bilinguals. For example, early speech bilinguals may be exposed to two languages in the home or one language may be used in the home and another in the community. In contrast, spoken language is not accessible in the environment of a deaf person and deaf children require special intervention, including training in speech articulation, speech perception, and lip reading, unlike hearing children acquiring a spoken language. (Emmorey, Borinstein & Thompson, 2005, p. 1).

Desta forma, os surdos seriam bilingues bi-modais, devido à modalidade das línguas com que contactam, e bi-culturais pois inserem-se de forma distinta, como acima descrevemos brevemente, em culturas distintas, a cultura surda, e, no caso português, a cultura portuguesa. Todavia, como também já expressámos, o contacto com o português dá-se através da escrita e pode dar-se através da oralidade com acompanhamento e/ou procedimento cirúrgico. Até que ponto o implante coclear torna o sujeito mais permeável à interferência linguística é uma questão que pode aflorar no decurso da nossa investigação, mas que não almejamos responder com acuidade considerando o tempo e espaço de que dispomos e, também, o alcance deste breve estudo. Porém, de que língua estamos a falar? Qual é a interferência linguística a que nos referimos? Numa primeira leitura, a interferência seria sobre a língua segunda, ou seja, a menos natural e a que é objeto de ensino formal e explícito. Brochado (2003 p. 4513) afirma que a apropriação da escrita do português pelo surdo é um

processo, constituído por etapas que se sucedem no tempo, cujo ponto de partida é a língua materna (L1) e o ponto de chegada é a língua meta (L2). Cada uma dessas etapas ou constituem o que se denomina *interlíngua* (IL), termo criado por Selinker (1972) para se referir ao sistema linguístico empregado por um falante não nativo. É um sistema que apresenta traços da língua materna, traços da língua meta e outros propriamente idiossincráticos, cuja complexidade é progressiva em um processo criativo que atravessa sucessivas etapas marcadas por novos elementos que o aprendiz interioriza.

Assim, como qualquer pessoa que aprende uma língua nova, os naturais processos de interferência seguiriam diversos estádios, refletindo-se em erros que posteriormente vão sendo minimizados por auto e heterocorreção e pelo uso da língua. A interlíngua seria, desta forma, uma parte natural do processo que caminha para o aprimoramento da aprendizagem de L2. Os erros dados pelos aprendizes são sobretudo morfossintáticos e nas palavras funcionais, ou seja, conetores de discurso sem informação lexical. Tais desvios justificam-se pelo facto de o sistema de conetores

nas línguas de sinais ser completamente distinto do das línguas orais. O estudante surdo de L2 tende assim a omitir ou a “hiper-corriger-se”, usando em demasia conectores discursivos. Outro dos desvios verificado na apropriação da escrita por alunos surdos prende-se com o uso de construções sintáticas da língua de sinais na L2 uma vez que estas, a priori, têm uma organização sintática tipo SOV/OSV enquanto que as línguas orais consideradas neste estudo, as variedades do português, são SVO (Brochado, 2003).

Esta interferência já foi analisada num breve estudo anterior a partir de frases escritas em português europeu por estudantes surdos nos primeiros anos do ensino superior (Correia, 2012, p. 66), destacando-se a interferência estrutural, ou seja, em termos morfossintáticos:

De uma forma geral, o desvio começa, ou evidencia-se de forma mais clara, na desarrumação sintática. Ora, este fenómeno explica-se pois, como atrás disse, a sintaxe das duas línguas é bastante diferente (...). Assim, o discente escreve palavras na frase sem conectores de discurso, ou seja, sem palavras funcionais que tornam os enunciados lógicos e articulados.

A ausência de conectores de flexão verbal e também o uso de expressões lexicais destacam-se na produção escrita do aluno surdo. Estamos cientes de que outros erros e desvios se prendem com o utilizador, o uso e contacto com L2, os processos e métodos de aprendizagem, ou seja, nem todos os fenómenos podem ser explicados por L2/L1 (Brochado, 2003).

O nosso objetivo neste breve estudo é compreender um fenómeno pouco linear, ou seja, a interferência de L2 em L1/LN. Não pretendemos analisar a interlíngua ou quaisquer fenómenos de transferência linguística de L1 para L2, mas sim o inverso. Será que a L2, alvo de ensino formal nas EREBAS e língua social para o jovem surdo pode interferir na sua língua natural? Esta questão é pertinente por diversas razões, sendo uma das quais o facto de os surdos serem bilingues bi-modais e, também, de serem instruídos na vertente escrita, ainda que não exclusivamente, do português. Vários estudos (Emorey, Borinstein, & Thompson 2005; Monteiro, 2015) têm sido feitos com bilingues de línguas bi-modais, particularmente CODA (Children of Deaf Adults) ouvintes procurando aferir não apenas ritmos de aquisição das línguas (Petitto & Marentette, 1991), mas também que interferências o utilizador manifesta com o uso de ambas. No caso, o nosso estudo centra-se não em CODA mas em jovens surdos com o intuito de perceber que fenómenos podemos observar do contacto entre uma língua oro-auditiva e uma língua visuo-manual.

Uma das distinções importantes feita pelos investigadores nesta área é entre *code-blending* e *code-switching*, a primeira muito produtiva em utilizadores de línguas de modalidade distintas:

O code-switching, ou alternância de línguas, é definido por Grosjean (1982, p. 145- 146) como “o uso alternado de dois ou mais códigos por indivíduos bilingues numa mesma interação conversacional” (...). Diferentemente do code-switching, o code-blending, já caracterizado como uso simultâneo de duas línguas dentro do discurso, somente é possível em línguas de diferentes modalidades. Nas línguas orais é predominante o funcionamento de um canal articulatorio, o da fala,

o que torna fisiologicamente impossível a sobreposição de línguas. Ao usar uma língua de sinais – que utiliza basicamente as mãos, além de outros recursos expressivos e referências do próprio corpo e suas adjacências – os órgãos da fala estão disponíveis para atuação, o que pode proporcionar ao falante a utilização simultânea dos dois códigos, ou seja, o *code-blending* (Mesquita & Duarte, 2016, p. 41).

Como se depreende, o utilizador destas línguas parece ser mais permeável a este género de influências. A questão que parece ser pertinente colocar é a de que se tal processo é momentâneo, obedece a determinados contextos ou se torna fixo a ponto de interferir significativamente com a produção da LSP.

Acima descreveu-se a LSP como um idioma em que um conjunto de unidades mínimas se combinam para formar unidades maiores. Um desses queremas, a Expressão Não-Manual pode, entre outros valores, representar uma interferência do idioma maioritário. Assim, a pessoa surda pode labializar palavras que acompanham os sinais que produzem com diferentes funcionalidades: “mouthings refer to components which are easily as spoken language lexemes and consist of movements made with the mouth as if a word or part of a word is being pronounced” (Fontana, 2008, pp. 106-107).

Para além do fenómeno de *code-blending* centrado na labialização, verifica-se a existência de interferência lexical. Não se trata do designado *code-mixing*, isto é, o utilizador não deixa de sinalizar para começar a oralizar, mas, sim, de o uso de recursos da língua de sinais que não são considerados puros, ou seja, o que poderíamos designar por lusismos na LSP. Tal como em português se observa o uso do verbo realizar com o sentido de “aperceber-se de algo”, ou seja, com o sentido da forma inglesa “to realize”, um anglicismo, também em LSP se verifica o uso de sinais mais próximos do português, por exemplo, usar um verbo matricial como COMER⁵ na sua forma neutra (figura 1) e não na sua forma de verbo classificador (figuras 2 e 3), isto é, com significantes diversos consoante o agente/objeto:



Figura 1 – COMER na forma neutra⁶

⁵ Para identificar referências a exemplos de sinais da LSP, recorreremos ao seu registo através de glosa - palavras escritas em maiúsculas e a transcrição de frases segue a ordem sinalizada e não a da LP.

⁶ Exemplo retirado de <https://www.spreadthesign.com/pt.pt/search/>



Figura 2 – COMER com talheres (verbo classificador – objeto)⁷



Figura 3 – Um pássaro a COMER (verbo classificador – agente)⁸

Para além desta interferência que recai sobre escolhas lexicais mais próximas de L2, no caso em apreço menos icónicas e mais opacas, importa compreender de que forma a sintaxe de L2 influencia a sintaxe de L1. Acima descrevemos brevemente estudos que mostram a influência da ordem sintática de L1 em L2. Todavia, também é reconhecida influência contrária, isto é, a sintaxe da língua maioritária impõe-se sobre a da língua minoritária, como foi já descrito para a LIBRAS ou a ASL (Quadros & Karnopp, 2004; Sandler & Lillo-Martin, 2006). Tal opção pode ser consequência das escolhas lexicais acima enunciadas, da labialização e de outros fenómenos que, co-existindo numa língua visual, a levam a acomodar-se a estruturas da língua oro-auditiva.

3.3. Além da Língua Portuguesa: a linguagem gestual

Recentemente (Goldin-Meadow & Brentari, 2017) tem começado o interesse dos académicos sobre elementos paralinguísticos que acompanham o discurso dos utilizadores de uma língua visual. Nestas línguas, os utilizadores fazem gestos que co-ocorrem com os sinais com

⁷ Idem.

⁸ Idem.

significados enfáticos ou outros, tal como acontece nas línguas orais (Goldin-Meadow & Brentari, 2017). Todavia, é necessário ter em conta que, tratando-se de uma língua visual, alguns dos sinais que fazem poderão ter advindo de gestos usados no quotidiano da maioria ouvinte, mas que a minoria surda assimilou e tornou significativo na sua língua, a saber “It is likely that all conventional sign languages, shared within a community of deaf (and sometimes hearing) individuals, have their roots in homesign (...) and perhaps also in the co-speech produced by hearing individuals from the community” (Goldin-Meadow & Brentari, 2017, p. 15).

Assim, para além de dialogar de perto com a língua maioritária, quer em sociedade, quer no ensino formal, o utilizador surdo tem também recursos não-verbais à disposição não apenas para acompanhar o discurso, mas para o transformar. Será, também, sobre estas potencialidades que nos interrogaremos nas secções seguintes em que mostramos produções de jovens surdos na sua Língua Primeira.

4. METODOLOGIA

Tendo em conta os pressupostos teóricos acima elencados e as alterações que se têm vindo a evidenciar nos usos da Língua de Sinais Portuguesa, por parte de jovens surdos, ao longo dos últimos anos, partimos da questão: as interferências, ou transferências, são usadas em contextos diferentes pelos sujeitos? Além da procura da resposta para esta pergunta, pretendemos, ainda, perceber se os sujeitos usam apenas recursos de L2 quando não “existe” recurso em L1 ou se o fazem por desconhecerem os recursos existentes. Outro dos objetivos deste estudo foi identificar os motivos pelos quais os recursos são desconhecidos pelos utilizadores da LSP e se estarão relacionados com o contexto de aquisição e a aprendizagem da LN e da L2.

A amostra compreendeu estudantes de vários cursos do ensino superior, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, tendo recolhido os dados para a caracterização dos informantes através de questionários, sendo oito jovens, quatro do sexo feminino e quatro do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 19 e os 23 anos tal como é possível conferir na tabela 1.

Idades	18	19	20	21	22	23
Participantes	0	2	4	1	0	1

Tabela 2. Idade dos participantes

Todos os oito informantes são filhos de pais ouvintes, cinco são surdos congénitos e os restantes três ficaram surdos ao longo da sua primeira infância, tendo a aquisição da LN ocorrido

numa fase tardia, tal como se pode ver na tabela 2. Em casa, apenas dois responderam usar a LSP, dois indicaram fazê-lo às vezes e metade dos inquiridos não comunicam em LSP no seio familiar.

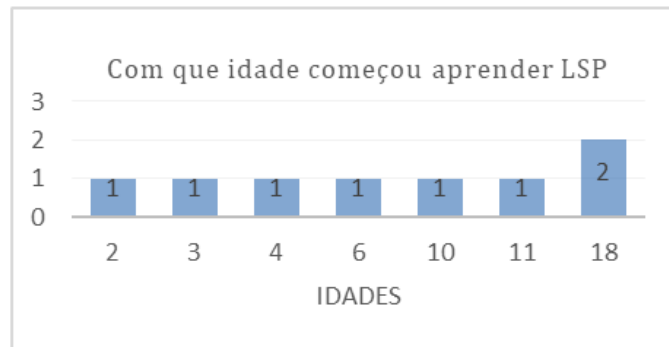


Tabela 3. Idade de aprendizagem da LSP

No que concerne à educação dos jovens que compõem a nossa amostra, seis estudaram numa EREBAS, tendo integrado este ensino específico a partir do 5.º ano de escolaridade.

As informações recolhidas quanto à comunicação no seio familiar, idade com que começaram a aprender a língua de sinais e a escolarização em EREBAS (bem como o grau de ensino com que entraram nestas escolas) são fatores a ter em conta aquando da nossa análise, pelo facto de poderem estar relacionados com o tipo de resultados obtidos, na medida em que o modo em que o indivíduo se expressa no dia a dia e a fase em que adquire a LN pode afetar a competência linguística na distinção de regras gramaticais das duas línguas (LP e LSP), levando à possibilidade de apresentarem interferências linguísticas na sua expressão em LSP.

Após a assinatura do consentimento informando (Anexo 1) e depois de devidamente esclarecidos, pediu-se aos informantes que narrassem três histórias por imagens (e sem informação escrita, de modo a não haver influência por o discurso de partida se encontrar em LP).



Figura 4. História 1



Figura 5. História 2



Figura 6. História 3

As narrações das histórias foram registadas em vídeo e posteriormente analisadas, por forma a identificar possíveis interferências da LP na LSP.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. Estrutura frásica

A organização sintática da LP é predominantemente SVO (Sujeito-Verbo-Objeto), mas a da LSP, de acordo com as características específicas da modalidade visual apresentadas no início do nosso artigo e pelo facto de não ter sido criada a partir do português oral, não segue a estrutura da LP.

Segundo Amaral, Coutinho & Martins (1994, p. 122), “a sintaxe da LSP é definida pelo espaço sintático, espaço em frente ao sinalizante definido como o espaço de referência onde se organizam as relações morfológicas e sintáticas”, ou seja, sugerem que algumas ações verbais sejam regidas pela localização dos vários elementos da frase no espaço e, a partir deles, sejam estabelecidas relações entre si, sem uma ordem sintática específica ou simples de descrever. Existem, no entanto, segundo os mesmos autores, frases da LSP organizadas em SVO, SOV e OSV, sendo esta última mais frequente em algumas frases simples.

Estudos mais recentes relacionados com frases complexas tendem a incidir em questões exclusivas da modalidade visual, identificando conexões manuais (ou lexicais) e não-manuais como recursos facilitadores das conexões interfrásicas em línguas de sinais, sendo na LSP mais comum a existência de “interligações prosódicas, ou seja, expressas por conectores não-manuais” (Martins & Mata, 2016, p. 129). No estudo destas autoras, conclui-se que estas conexões são transmitidas, principalmente, pelo movimento das sobrelanceiras, que varia de acordo com diferentes valores:

“levantadas (condição e inferência), franzidas (contraste) e expressão neutra (adição e tempo)” (Martins & Mata, 2016, p. 137).

Outra investigadora portuguesa identifica os classificadores como unidades centrais de organização frásica, na medida em que, sendo “morfemas que categorizam nomes em grupos de acordo com características comuns (...) combinam-se com outros morfemas marcando o movimento ou a localização de uma entidade no espaço ou a relação espacial entre as entidades” (Carmo, 2016, p. 12). Acrescenta ainda que, sendo os classificadores referentes visuais, com um grande grau de iconicidade, pela representação da configuração manual associada a outros queremas, dão “a possibilidade de criação de uma estrutura semântico-sintática complexa” (Carmo, 2016, p. 10). Ainda que a existência de classificadores não seja exclusiva das línguas de sinais, estes morfemas referem-se a palavras de medida, ou seja, indicam informações comuns à quantidade e/ou à forma, pelo que são muito complexos e a execução de um classificador em LSP associado a um movimento concreto e localização espacial (e de acordo com contextos/ideias predefinidas anteriormente) podem ser, por si só, frases.

Estas investigações denotam a especificidade sintática inerente à modalidade visual das línguas de sinais, sendo a organização frásica influenciada por fatores predominantemente não-manuais associados a signos lexicais, tornando a ordem da LSP difícil de definir, do ponto de vista sintático, estando distinta da LP (SVO).

Ainda assim, no nosso estudo e nas imagens recolhidas, a maior parte dos informantes surdos que narraram as histórias em LSP usaram a ordenação SVO, denotando uma forte influência da LP.

Neste primeiro exemplo abaixo apresentado, importa referir que a frase em LP seria “o menino viu os sapatos” e a informante não organiza os elementos da frase em LSP da forma que seria mais comum, como MENINO SAPATOS VER ou SAPATOS MENINO VER.

De seguida, podemos constatar que a informante organiza os elementos da frase de acordo com as palavras da LP:



Figura 7. Produção da frase MENINO VER SAPATOS

Num segundo caso, a frase em LP seria “quero cortar o cabelo”, pelo que o informante, ainda que recorrendo a um verbo classificador (CORTAR-CABELO), segue a ordem da LP, quando a ordem padrão seria CORTAR-CABELO QUERER.

Atentemos, portanto, no excerto recolhido:



Figura 8. Produção da frase (EU) QUERER CORTAR-CABELO

5.2. Oralização

A oralização em simultâneo com a produção dos sinais está, indubitavelmente, assente nas bases da língua oral com a qual as pessoas surdas convivem e identifica-se através da articulação oral de uma palavra que corresponderá a um sinal. Esta característica, também conhecida como *mouthing* está cada vez mais a ser utilizada pelas pessoas surdas o que implica, conseqüentemente, que haja menor ocorrência da ENM própria dos sinais uma vez que enquanto se oraliza não se consegue produzir as ENM.

Assim, pela análise das histórias produzidas em LSP pelos informantes surdos foi possível constatar a existência de oralização em grande parte dos textos de sinais que passamos a exemplificar abaixo:

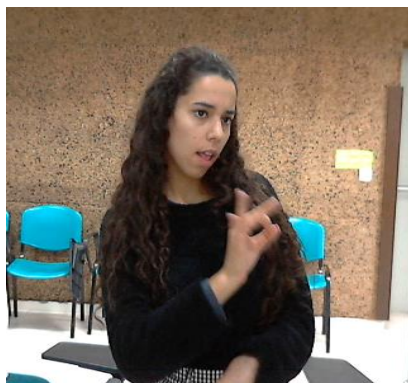


Figura 9. Oralização AMARELO

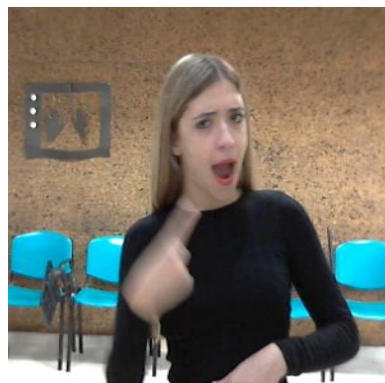


Figura 10. Oralização MASSA



Figura 11. Oralização PAGAR



Figura 12. Oralização MÃE

Efetivamente e tal como exposto na metodologia, neste contexto podemos colocar a hipótese que a oralização aconteça pelo facto de os jovens surdos serem implantados e aparelhados e, conseqüentemente, serem cada vez mais oralistas. Poderá ser também por fatores sociais: muitos vivem rodeados de contextos familiares apenas constituídos por pessoas ouvintes o que os obriga a terem que oralizar para interagirem com o meio envolvente e para se fazerem entender, bem como o facto de a comunidade surda viver inserida numa sociedade maioritariamente ouvinte e pelas pessoas surdas terem necessidade de se movimentarem e agirem em meios frequentados apenas por pessoas ouvintes. Por outro lado, a oralização pode ser usada entre surdos com baixa competência linguística que recorrem à leitura labial como um apoio na comunicação.

5.3 Interferência lexical

A LSP apresenta uma gramática independente da LP bem como significativas diferenças na estrutura organizativa da língua sendo que, evidentemente, a primeira assenta numa base em que a disposição e organização dos elementos da língua é feita de forma visual e espacial. Em termos exemplificativos dessas diferenças podemos referir que, enquanto as línguas orais recorrem a estruturas como “em”, “no”, “sobre”, entre outras, as línguas de sinais produzem estruturas que codificam imensa informação e que são linguisticamente produtivas, nomeadamente, os classificadores (Emmorey, Borinstein & Thompson, 2005).

Todavia, nos dias que correm e por diversos motivos, é cada vez mais visível nas produções feitas por pessoas surdas a interferência lexical da LP na LSP. Este fenómeno foi um dos motivos para a realização desta pesquisa uma vez que se torna imperativo perceber que tipos de interferências existem e como é que são manifestadas. A interferência do Português na LSP pode acontecer de diferentes formas e nos exemplos a seguir passamos a explicar algumas dessas ocorrências.

No primeiro exemplo, o informante surdo produz uma estrutura frásica que pretende significar “a mãe e o seu menino” e fá-lo através da produção dos sinais MÃE MAIS MENINO utilizando um sinal com significado de MAIS mas que tem o sentido de adicionar algo ou acrescentar algo não sendo, por isso, adequando a este contexto. Assim, este informante recorre a um sinal cujo significado em português se assemelhava ao uso que o informante pretendia atribuir. Todavia, verificamos que, ainda assim, a estrutura frásica em português “a mãe mais o menino” é comum no registo corrente, popular da LP, o que sugere um contacto oral frequente com pessoas ouvintes.

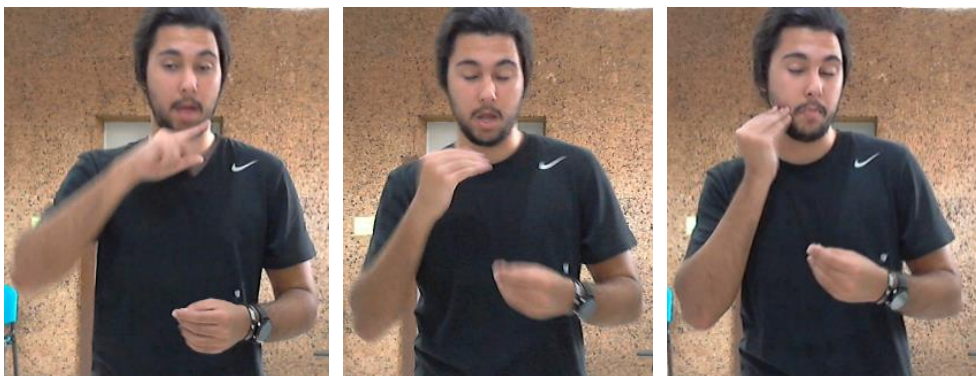


Figura 13. Produção da frase MÃE MAIS MENINO

Em vez dessa estrutura, o informante poderia ter recorrido ao uso de classificadores produzindo os sinais de MÃE e MENINO identificando assim os dois referentes e, posto isso, produzir dois classificadores de pessoa, colocando-os lado a lado. Esta produção seria suficiente para identificar que a mãe e o filho/menino iriam juntos produzir alguma ação.

No próximo exemplo verificamos que a informante surda recorre à produção de um sinal que não diz respeito ao conceito que a mesma pretende referir. Assim, para dizer “caixa registadora” a informante produz o sinal de CAIXA com sentido de caixote, caixa de cartão e/ou caixa de arrumação seguido do sinal de PAGAR.



Figura 14. Produção do sinal CAIXA

Podemos depreender que a informante terá pensando na questão de o significante em português ser idêntico (caixa para objeto de cartão usado para arrumação e caixa para utensílio utilizado para o registo de valores que devem ser pagos por um serviço) tendo utilizado esse recurso para significar um conceito totalmente distinto. Podemos ainda colocar a hipótese de que a interferência lexical ocorre quando há necessidade de preencher um vazio semântico.

Por último, apresentamos um exemplo em que a informante surda pretende dizer que acendeu uma boca do fogão usando para isso o sinal de FOGO e o sinal de ACENDER.UM.FÓSFORO.



Figura 15. Produção da frase ACENDER FOGO

O sinal de FOGO produzido é linguisticamente utilizado quando nos queremos referir a uma fogueira, um incêndio ou, em geral, quando falamos de fogo e labaredas de grande tamanho e intensidade. Neste contexto, quando pretendemos referir-nos a uma boca do fogão que, naturalmente, apresenta uma chama de fraca intensidade poderíamos, primeiramente, enunciar o objeto FOGÃO e, depois disso, referir a boca do fogão. Mais uma vez, acreditamos que esta produção reflete uma influência e interferência do significado que em português é atribuído ao referente fogo, sendo esse conceito transposto para esta sinalização e resultando assim na produção desadequada do sinal de FOGO.

5.4. Interferência da Linguagem Gestual

Dos 8 informantes que participaram neste estudo, três usaram elementos paralinguísticos da linguagem gestual. Todavia, não o fizeram para acompanhar o discurso ou para o realçar, mas sim para o substituir. Assim, o informante abaixo apresentado afasta as mãos para dizer que não quer laca, que está bem assim, tal como faria um ouvinte ou um não utilizador de uma língua visual:

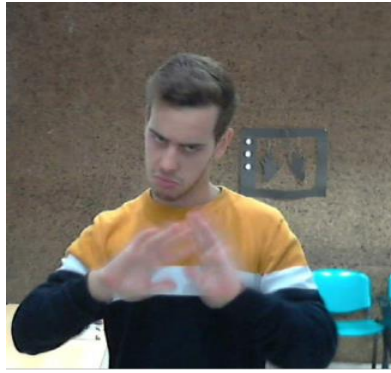


Figura 16. Linguagem gestual – ‘Não quer laca’

Este informante não usou qualquer recurso lexical, preferindo incluir um elemento imagético-cultural no discurso, ou seja, recorreu a gestos com significado na cultura portuguesa em que se insere.

No exemplo seguinte percebe-se que a informante em vez de usar uma estrutura com classificadores para executar o verbo EXPERIMENTAR-BOTA aponta para os pés, e mima a ação de experimentar esse calçado.



Figura 17. Linguagem gestual – ‘Ver se fica bem’

Esta informante parece não ter como léxico ativo estruturas classificadoras que lhe permitiam transformar em discurso aquilo que ela apenas mimou. Respeitando a estrutura pura da LSP, a frase deveria conter um classificador de pé [+ humano], localizado no espaço sintático da LSP, e não no espaço corporal, como executa a informante, ou seja, de forma semiótica, “calçar-se-ia a bota na mão” que, na frase, é uma estrutura classificadora com valor argumental de Predicado+ Objeto Direto.

Tal como o informante anterior, não usou qualquer recurso linguístico, mas apenas imagético. Neste caso em apreço o que mima é ainda mais universal do que o informante anterior, uma vez que imita uma ação. A informante deixa, assim, de ter um discurso linguístico, para usar exclusivamente linguagem gestual através da mímica de uma ação.

6. CONCLUSÃO

O título que propusemos para este trabalho, “Língua de Sinais Portuguesa, uma língua, duas interlínguas?” não encontra ainda uma resposta sólida. A designação “interlíngua” justifica-se pois verificamos que o registo de língua usado pelos jovens que captámos em vídeo afasta-se do que é o ensino formal da LSP. Pelo nosso conhecimento empírico deste idioma, não são visíveis as mesmas interferências em gerações anteriores. O vocabulário usado por adultos mais velhos parece ser mais rico e variado mais opaco, isto é, com parca influência da linguagem gestual e do português, e mais diversificado, nomeadamente no recurso a construções classificadoras e uso de sinais arbitrários, muitos deles com amplos sentidos contextuais. Esta nossa afirmação resulta apenas do nosso contacto com a comunidade de utilizadores de LSP carecendo de dados que a comprovem e que reservamos para uma futura investigação em que apresentaremos as mesmas imagens a nativos adultos com formação superior para podermos verificar se estamos perante uma variação diastrática ou se, pelo contrário, a LSP se afasta cada vez mais dos seus alvares estando agora pejada de lusismos.

Todavia, cremos que o nosso breve estudo avança já algumas pistas: a organização sintática é a que parece ter mais interferência o que releva que o idioma maioritário contamina a estrutura base da língua minoritária. A estrutura SVO é a mais recorrente nos vídeos analisados. O facto de se alterar a sintaxe condiciona o léxico, nomeadamente, o menor uso de verbos incorporados ou classificadores (Martins, 2019) e o recurso a sinais monossémicos, ou seja, específicos para um contexto que se empregam como polissémicos, como é visível no exemplo registado para FOGO em acender o fogão.

A interferência lexical, advinda de exemplos como o anterior mas não exclusivamente, denota o abandono de sinais da LSP a favor de empréstimos lusos, nomeadamente recorrendo a palavras polissémicas em português que não o são em LSP, como se vê no exemplo em que a informante utiliza um sinal icónico CAIXA, para se referir ao terminal de pagamento. Parece claro que se atribui erradamente propriedades a um sinal quando este não as tem devido ao facto de tal ocorrer na língua portuguesa para o mesmo conceito.

A crescente labialização do português em simultâneo com a execução do sinal demonstra a crescente influência da língua portuguesa que é usada em contextos onde não seria necessária pois não faz parte do sinal, nem sequer é pertinente para o desambiguar de um outro eventualmente parónimo ou muito semelhante. Para além disso, se o informante recorre à oralização da palavra em português isso inibe-o de executar a componente não-manual, um dos queremas essenciais para alguns sinais e, noutros casos, uma componente suprasegmental indispensável.

O uso de linguagem gestual não é uma interferência da língua maioritária, mas sim da cultura portuguesa e ocidental. Desta forma, o seu uso preterindo recursos linguísticos da LSP também pode revelar a progressiva perda de vocabulário específico a favor de uma comunicação não-verbal mais universal e mais simplista.

Considerando que os informantes produziram a história sabendo que iria ser vista por pessoas proficientes em LSP, o uso destas interferências não se tratou de adaptação do discurso (*code-mixing* ou *code-blending*) considerando os recetores.

As observações que acima resumimos podem ser entendidas como parte do processo dinâmico de qualquer língua viva. Assim, os idiomas podem perder vocábulos, ganhar outros, usar empréstimos mais ou menos adaptados. O seu uso e lugar sociais determinam estas dinâmicas. Porém, o que questionamos é se no caso da LSP este fenómeno decorre apenas do uso natural da língua. Como vimos, o ensino do português como L2 contribui, naturalmente, para uma maior interferência e, também de forma natural, um sujeito que domine dois ou mais idiomas que utiliza no quotidiano tende a sofrer de maior influência. Ambas as línguas estão em permanente contacto.

Todavia, a interrogação que tal fenómeno nos suscita é se este processo dinâmico de mudança e contaminação é de facto apenas natural ou também motivado pelo facto de a LSP não ser suficientemente divulgada em território luso, por exemplo, apenas é oferta de escola em EREBAS quando os utilizadores de LSP estão geograficamente dispersos e atuam em diversos contextos. Será que o peso simbólico do português não leva o nativo da LSP a preferir a sua língua primeira a favor de uma outra com um peso político e social maiores?

A nosso ver, esta resposta poderá surgir quando o ensino formal da LSP for mais abrangente, com medidas de difusão e implementação sólidas. Se esta língua minoritária ocupar um maior espaço social, os seus utilizadores também sentirão como seu esse lugar. Para além disso, o ensino da LSP deve conter diretrizes mais assertivas, nomeadamente, revisão de conteúdos programáticos nos Programas Curriculares de LGP aprovados em 2007 pelo Ministério da Educação para o ensino de LSP como língua primeira. Se houver uma investigação mais premente e a sua divulgação, sobretudo com e para a comunidade surda, incentivando a reflexão metalinguística, veremos se o uso da Língua de Sinais Portuguesa segue vivo e dinâmico ou, pelo contrário, o português sinalizado dará lugar a um código misto, sem identidade, alicerçado na tradução literal (Carmo, 2016), que se designaria, pela sua gesticulação do português, de “Língua Portuguesa de Sinais/Gestos”.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, M., Coutinho, A., & Martins, M. (1994). *Para uma gramática da Língua Gestual Portuguesa*. Lisboa: Editora Caminho.

- Baptista, J. (Coord.). (2011). *Programa de Português L2 para Alunos Surdos*. Ministério da Educação.
- Brochado, S. (2003). *A apropriação da Escrita por Crianças Surdas Usuárias da Língua de Sinais Brasileira* (Tese de doutoramento, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras) Retirado de https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102476/brochado_smd_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Brochado, S. (2009). Língua e Discursos: Tendências Educacionais Atuais em Relação aos Alunos Surdos. In *Anais do VI Congresso Internacional da Abralín*. João Pessoa, 4- 7 de março de 2009. pp. 4511-451. Retirado de http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009_vol_2/PDF-VOL2/Microsoft%20Word%20-%20Sonia%20Maria%20Dechandt%20Brochado.pdf
- Carmo, H. (2016). *Uma Primeira Abordagem aos Classificadores de Língua Gestual Portuguesa* (Dissertação de Mestrado), Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa). Retirado de <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/22600>
- Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias. (1992). Ministério Público: Procuradoria-Geral da República, Gabinete de Documentação e Direito Comparado.
- Carvalho, P. (2007). *Breve História dos Surdos – no Mundo e em Portugal*. Lisboa: Surd’Universo.
- Coelho, O. & Correia, F. (2019). O Modelo Bilingue na Educação de Surdos em Portugal, In I. Correia; P. Custódio & R. Campos (Eds.), *Línguas de Sinais: Cultura, Educação, Identidade*, (pp. 41-57). Lisboa: Edições Ex-Libris.
- Constituição da República Portuguesa. Capítulo III: Direitos e deveres culturais. Artigo 74º Ensino, ponto 2, alínea h.
- Correia, I. (2009). O Parâmetro da Expressão na Língua Gestual Portuguesa: unidade suprasegmental. In *EXEDRA, Revista da Escola Superior de Educação de Coimbra* (1), 57-68. Retirado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3398317>
- Correia, I. (2012). Entre Línguas se (Des)constrói um texto. Interferência Linguística da LGP no Português. *EXEDRA, Revista Científica da Escola Superior de Educação de Coimbra, número temático, Investigação e Ensino*, (pp. 54-66) Retirado de <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=23&idart=252>
- Correia, I. (2020). O parâmetro movimento em Língua de Sinais Portuguesa. *Dedica. Revista de Educação e Humanidades* (17), 41-56. Retirado de https://www.academia.edu/946643/O_Par%C3%A2metro_Express%C3%A3o_na_L%C3%ADngua_Gestual_Portuguesa
- Correia, I., & Custódio, P. (2019). Do Gesto ao Sinal: Reflexões sobre terminologia linguística. In I. Correia; P. Custódio & R. Campos (Eds.), *Línguas de Sinais: Cultura, Educação, Identidade*, (pp. 59-74). Lisboa: Edições Ex-Libris.
- Dec. Lei nº3/2008, Diário da República n.º 4/2008, Série I de 2008-01-07.
- Dec. Lei nº 54/2018, Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06.
- Emmorey, K., Borinstein, H., & Thompson, R. (2005). Code-blending between Spoken English and American Sign Language. In J. Cohen; K. T. McAlister, K. Rolstad & J. MacSwan (Eds), *Proceedings of the 4th International Symposium on Bilingualism*, (pp. 663-673). Somerville, MA: Cascadilla Press. Retirado de <http://www.lingref.com/isb/4/051ISB4.PDF>
- Ferreira, S. & Martins, C. (2017). Capital Tradutológico e Defesa da Língua Mirandesa In A. Bautista, L. Moutinho & R. L. Coimbra (Coord.), *Ecolinguismo e Línguas Minoritárias*. (pp. 183-222). Aveiro: UA Editora.

- Fontana, S. (2008). Mouth actions as gesture in sign language, *Gesture* 8(1), 104-123. Retirado de https://www.researchgate.net/publication/233714375_Mouth_actions_as_gesture_in_sign_language
- Goldin-Meadow, S. & Brentari, D. (2017). Gesture, sign, and language: The coming of age of sign language and gesture studies. *Behavioral and Brain Sciences*. Retirado de <https://cpb-us-w2.wpmucdn.com/voices.uchicago.edu/dist/c/1286/files/2018/09/The-coming-of-age-of-sign-language-and-gesture-studies-22km95q.pdf>
- Grosjean, F. (1982). *Life with two languages: an Introduction to Bilingualism*. Harvard University Press.
- Ladd, P. (2003). *Understanding Deaf Culture. In Search of Deafhood*. Clevedon, Buffalo, Toronto, Sidney: Channel View Publications.
- Lane, H. (1997). *A Máscara da Benevolência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lei n.º 7/99 de 29 de janeiro da Assembleia da República. Diário da República: I série-A, N.º24.
- Martins, M. & Mata, A. (2016). Conexões interfrásicas manuais e não manuais em LGP: Um estudo preliminar. *Linguística – Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, vol. 11, 119-138.
- Martins, M., Costa, A., Cottim, J. & Morais, I. (2019). Classifying verbs in Portuguese Sign Language. *Sensos-e*, vol. VI(1), 83-89. Retirado de <https://parc.ipp.pt/index.php/sensos/issue/view/135>
- Martinet, A. (1995). *Função e Dinâmica das Línguas*. Coimbra: Almedina.
- Monteiro, M. S. (2015). *A Interferência do Português na Análise Gramatical da LIBRAS: o caso das preposições* (Tese de doutoramento). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Mesquita, R. & Duarte, L. (2016). Considerações acerca do Code-Blending ou Sobreposição de Línguas e suas Relações Com o Code-Switching. *Revista Sinalizar*, 1(1), 37-47. Retirado de <https://www.researchgate.net/publication/299605128>
- Nardi, J. (2003). *Línguas Minoritárias e Memória*. Campinas/São Paulo.
- Petitto, L. A. & Marentette, P. (1991). Babbling in the manual mode: Evidence for the ontogeny of language. *Science*, 251, 1483-1496. Retirado de https://www.academia.edu/332984/Petitto_L.A._and_Marentette_P._1991_.Babbling_in_the_manual_mode_Evidence_for_the_ontogeny_of_language._Reprinted_from_Science_vol._251_pages_1483-1496
- Quadros, R. M. & Karnopp, L. B. (2004). *Língua de sinais brasileira. Estudos Linguísticos*. São Paulo: Artmed.
- Roberto, M. (2017). A Natureza Adjuvante ou Oponente das Línguas Francas na Sustentabilidade das Línguas Minoritárias In A. Bautista, L. Moutinho & R. L. Coimbra (Coord.), *Ecolinguismo e Línguas Minoritárias*. (pp. 161-182). Aveiro: UA Editora.
- Sandler, W. & Lillo-Martin, D. (2006). *Sign language and linguistic universals*. Cambridge: University Press.
- Santos, P. (2015). *A Evolução de Signos Gestuais na Cidade do Porto: Cores, Números e Dias da semana. Uma Investigação Linguística* (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Retirado de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/89552?mode=full>
- Skliar, C. (2004). *Educação e Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação.

- Sousa, J. (2010). *As crianças ouvintes filhas de pais surdos e a aquisição da língua gestual portuguesa e catalã: histórias de vida cruzadas* (Dissertação de Mestrado), Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Católica Portuguesa.
- Stokoe, W. ([1960]2005). Sign Language Structure: An Outline of Visual Communication Systems of the American Deaf. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, 10, 3-37. Retirado de <https://doi.org/10.1093/deafed/eni001>

**OS FALANTES FUNCIONAIS DE ORIXE GALEGA:
ENTRE A INSTRUMENTALIZACIÓN
E O CAMBIO LINGÜÍSTICO**

Lidia Gómez Martínez

**OS FALANTES FUNCIONAIS DE ORIXE GALEGA:
ENTRE A INSTRUMENTALIZACIÓN E O CAMBIO LINGÜÍSTICO**

**THE FUNCTIONAL SPEAKERS OF GALICIAN ORIGIN:
BETWEEN INSTRUMENTALIZATION AND LINGUISTIC CHANGE**

Lidia Gómez Martínez¹

(Seminario de Sociolingüística - Real Academia Galega, Santiago de Compostela)

Resumo

Coñécense como falantes funcionais aqueles e aquelas que empregan habitualmente dúas ou máis linguas. No contexto galego este grupo lingüístico ten un peso do 23,5% e distínguense tres tipos de falantes funcionais segundo a súa orixe: funcionais de orixe galega (15%), de orixe castelá (6,7%) e doutras orixes (1,8%). No marco dun proxecto onde se estuda a mocidade galega desde diferentes ópticas metodolóxicas (técnicas autoinformes, técnicas experimentais, etnográficas a entrevistas en profundidade)², este artigo ten como finalidade afondar nas prácticas lingüísticas dos coñecidos como falantes funcionais de orixe galega que, a pesar de ser os máis numerosos son os menos estudados. Con este fin realízase unha pequena investigación a partir de tres biografías lingüísticas obtidas a través de entrevistas en profundidade. Tras constatar que as prácticas lingüísticas destas persoas se rexen pola acomodación lingüística como norma social ou subxectiva, estúdase o impacto que estes usos, aparentemente instrumentais das linguas, poden ter no futuro da galega.

Palavras-chave

Grupos lingüísticos, falantes funcionais, usos lingüísticos, entrevistas en profundidade, biografías lingüísticas.

¹ Para calquera comunicación coa autora pode empregarse o enderezo electrónico sociolinguistica.lidia@academia.gal

² Trátase do proxecto “O galego segundo a mocidade” realizado no Seminario de Sociolingüística da Real Academia e financiado pola Deputación de Pontevedra.

Abstract

Functional speakers are those that use two or more languages daily. In the Galician context, this linguistic group constitutes the 23,5% of the population and three types of functional speakers are distinguished according to the language of their parents with them when children: functional speakers of Galician origin (15%), functional speakers of Castilian origin (6,7%) and functional speakers of other origins (1,8%). In the framework of a project where Galician youth is studied from different methodological approaches (self-report, experimental and ethnographical techniques and in-depth interviews), this paper aims to go deeply into the mixed use of languages that the speakers identified as functionals speakers of Galician origin which, despite of being the most numerous, are the less studied. With this purpose is that this investigation is made from three linguistic biographies obtained from in-depth interviews. After establishing that the linguistic uses of these people are governed by the linguistic accommodation as a social norm, the impact that these uses, apparently instrumental, can have in the future of Galician language is studied.

Keywords

Linguistic groups, functional speakers, linguistic use, in-depth interviews, linguistic biographies.

INTRODUCCIÓN

Os datos demolingüísticos máis recentes indican que o galego segue sendo a lingua maioritaria da poboación, aínda que a distancia coas cifras do castelán é mínima, de apenas catro puntos porcentuais. A seguinte táboa permítenos observar como mudou a lingua habitual dos galegos e galegas dende inicios do século XXI, cando máis de vinte puntos porcentuais marcaban a diferenza entre o uso maioritario do galego (de xeito exclusivo ou con predominancia) con respecto do castelán.

Táboa 1. Lingua habitual dos galegos e galegas. IGE 2003, 2008, 2013 e 2018

	2003	2008	2013	2018	
<i>En galego sempre</i>	42,98%	29,96%	30,84%	30,33%	-12%
<i>Máis galego ca castelán</i>	18,22%	26,44%	20,06%	21,55%	+3,3%
<i>Máis castelán ca galego</i>	18,73%	22,45%	22,00%	23,14%	+4,4%
<i>En castelán sempre</i>	19,56%	20,05%	25,95%	24,21%	+4,6%
<i>Outras situacións</i>	0,50%	1,10%	1,15%	0,77%	+0,2%

A estes datos na diminución do uso da lingua galega debe sumárselle a caída da transmisión interxeracional. Loredó Gutiérrez (2015, p. 21) estuda a evolución da transmisión interxeracional da lingua galega, que está presente nas xeracións dos nados entre os anos trinta ata os nados na década de 1990, sendo máis acusada entre os anos sesenta e principios dos oitenta. A chave desta

caída máis pronunciada pode atoparse no cambio das condicións socioeconómicas, que provocaron o coñecido como éxodo rural: a xente do rural e das vilas marchaba cara ás cidades (hábitat tradicionalmente asociado coa lingua castelá) en busca dunhas mellores condicións de vida. De feito, un factor decisivo na erosión dunha lingua é un cambio revolucionario nas condicións económicas, como o producido polo éxodo rural, o que provoca unha maior interacción entre os grupos lingüísticos e cambios nas influencias económicas dun grupo sobre outro (Giles e Coupland, 1991, p. 148). Os grandes cambios producidos, así como os prexuízos que nas cidades había cara ó galego provocaron que moitas parellas escollesen o castelán e non o galego para transmitírllelo ós seus fillos e fillas:

A vinculación dos galegofalantes co predominio demográfico do mundo rural provocou que, nas fases de mobilidade social dos traballadores e das familias rurais que accedían ás sociedades urbanas emerxentes, mobilidade que comezara xa no século XIX, un dos elementos sacrificados nese proceso de cambio foi, precisamente, o lingüístico: o abandono do galego e a adquisición do castelán. Asemade, as clases medias urbanas termaban do uso do castelán, en parte debido á secular castelanización dos ámbitos urbanos de Galicia, pero tamén debido á procura dun novo elemento simbólico diferenciador fronte aos que acababan de chegar. (Lorenzo Suárez, 2009, p.153)

Medio século despois, asistimos a movementos poboacionais semellantes, onde as persoas, e especialmente a xente nova, deixan vilas e aldeas para desprazarse cara ás cidades galegas, en concreto as que integran o coñecido como eixe atlántico (Ferrol, A Coruña, Santiago de Compostela, Pontevedra e Vigo) ou cara ás súas periferias, onde se concentran os centros de estudos superiores, as ofertas laborais pero tamén o ocio.

Táboa 2. Movementos migratorios na provincia da Coruña segundo o tamaño do concello. IGE 2017 e 2018

			CONCELLOS DE DESTINO	
			Entre 20,000 e 49,999 habitantes	Máis de 50,000 habitantes
CONCELLOS DE ORIXE	Menos de 2000 habitantes	2017	75	103
		2018	79	139
	Entre 2,000 e 4,999 habitantes	2017	270	430
		2018	257	438
	Entre 5,000 e 9,999 habitantes	2017	971	1086
		2018	1,109	1339

Moitos dos mozos e mozas que se trasladan seguen a ter o galego como lingua inicial, pois era a maioritaria dos seus hábitats, mais estes desprazamentos, ben impliquen unha mudanza prolongada no tempo ben desprazamentos diarios, poden provocar cambios, como se observa na Táboa 1, nos seus usos lingüísticos ou na súa lingua habitual, o que será o obxecto de estudo deste artigo.

A intención aquí non é estudar os usos lingüísticos dende unha perspectiva estática senón dinámica, observando a súa evolución ó longo do tempo. Así, o concepto de grupo lingüístico, introducido en Galicia a través do volume “Lingua e Sociedade en Galicia. A evolución sociolingüística 1992-2013”, permite analizar a evolución das prácticas lingüísticas dende unha perspectiva xeracional. Os grupos lingüísticos determínanse ó combinar o Índice de uso oral do galego (IUL9) e a lingua transmitida polos proxenitores; na publicación establécense os seguintes:

- 1) Galegofalantes de orixe galega
- 2) Neofalantes (galegofalantes de orixe castelá)
- 3) Castelanfalantes de orixe castelá
- 4) Desgaleguizados (castelanfalantes de orixe galega)
- 5) Castelanfalantes de parellas mixtas / outras linguas
- 6) Falantes funcionais
 - a) De orixe galega
 - b) De orixe castelá
 - c) Doutras orixes

Un dos grupos lingüísticos que máis peso ten é o denominado como Funcionais, falantes que se caracterizarían por empregar diariamente dúas (ou máis) linguas. De entre os tres tipos de falantes funcionais que se distinguen, o obxecto de estudo desta investigación son os de orixe galega, os máis numerosos (15%), pero tamén os que menos estudados se atopan.

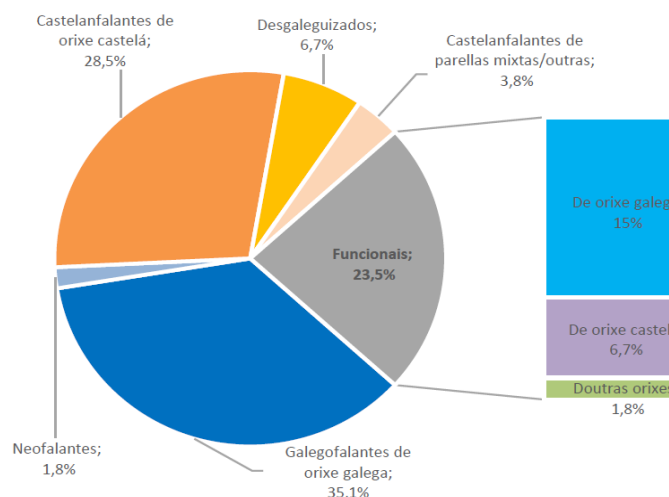


Figura 1. Grupos lingüísticos en Galicia (RAG, 2016: 114)

O obxectivo principal desta pequena investigación é ofrecer unha descrición xeral das prácticas lingüísticas deste tipo de falantes, para o cal partimos de dúas hipóteses, cuxa confirmación ou desmentido constitúen os obxectivos secundarios:

- Os falantes funcionais de orixe galega constrúen o seu comportamento lingüístico en base a unha norma social que consiste na acomodación á lingua dos interlocutores
- Os falantes funcionais de orixe galega empregan a lingua castelá dun xeito instrumental

Para isto, estudáranse as biografías lingüísticas, obtidas mediante entrevistas en profundidade e entendidas como reportes biográficos nos que o narrador pon unha ou varias linguas (e a súa adquisición e uso) no centro da súa narración; o estudo das biografías lingüísticas non se limita a un individuo senón que se intenta estudar a importancia das linguas e variedades para este e, a través del, para a sociedade (Wolf Farré, 2018, p. 46).

METODOLOXÍA

Un dos métodos máis empregados na recollida de datos cualitativos nos estudos de corte social son as entrevistas. Dos tres tipos de entrevistas recoñecidos (Díaz Bravo, Torruco García, Martínez Hernández e Varela Ruiz, 2013, p. 163), empregouse neste estudo a denominada semiestructurada ou en profundidade, definida como “una “conversación amistosa” entre informante y entre visitador, convirtiéndose este último en un oidor, alguien que escucha con atención, no impone ni interpretaciones ni respuestas, guiando el curso de la entrevista hacia los temas que a él le interesan” e cuxo propósito é “comprender la vida social y cultural de diversos grupos, a través de interpretaciones subjetivas para explicar la conducta del grupo” (Díaz Bravo, Torruco García, Martínez Hernández e Varela Ruiz, 2013, p. 163).

Un dos propósitos deste tipo de entrevistas é crear un clima propicio para que os e as participantes se sintan cómodos para expresarse, é dicir, o obxectivo é que a entrevista pareza menos entrevista e máis unha conversa. É por isto que no curso destas eu, como entrevistadora, pero tamén como parte da comunidade que se estuda, realicei comentarios sobre a miña experiencia como moza galegofalante nun contexto determinado, intentando sempre que condicionase o menos posible as respostas dos e das participantes.

As entrevistas, así como outros métodos de análise cualitativa como os grupos de discusión, non permiten, a diferenza de métodos cuantitativos como as enquisas, abranguer corpus amplos. Así, a xeneralización dos resultados obtidos resulta limitada, mais un achegamento cualitativo como o que se pretende neste estudo non procura verdades xerais, senón unha comprensión máis profunda daquelas situacións nas que indaga (De Fina, 2003, p. 223).

O corpus desta investigación está composto por tres entrevistas realizadas entre os anos 2017 e 2018. As persoas participantes, dúas mulleres e un home, naceron entre os anos 1992 e 1999. A súa participación conseguiuase mediante o *snowball sampling*, unha técnica de selección de participantes a través da identificación dun suxeito inicial que serve para identificar outros posibles participantes e contactar con eles (Atkinson e Flint, 2004, p. 1043). É necesario indicar tamén que algunha das persoas entrevistadas eran coñecidas pola propia investigadora, o que, por unha banda, permite o contraste de información e experiencias pero, por outra, pode condicionar o desenvolvemento da entrevista e as posibles reflexións que poidan emerxer. A continuación preséntase unha táboa na que se condensou a información relevante dos e das informantes, cuxo anonimato intenta manterse, razón pola cal as súas intervencións e as mencións que a eles e elas se fagan no texto serán mediante os identificadores da grella; a maiores elimináronse os nomes de terceiras persoas que saísen nas conversas, mais non os topónimos por considerar que a xeografía é un elemento relevante á hora de analizar as prácticas lingüísticas dos mozos e mozas de Galicia.

Táboa 3. Datos dos participantes no estudo

Identificador	Sexo	Ano de nacemento	Lugar de nacemento	Lugar de residencia
AN	Masculino	1997	Val do Dubra	Val do Dubra
BE	Feminino	1992	Teo	Teo
MAR	Feminino	1993	Abegondo	Ferrol

É preciso especificar aquí que as entrevistas seleccionadas forman parte dun corpus máis amplo que se insire no proxecto “O galego segundo a mocidade”, actualmente en curso no Seminario de Sociolingüística da Real Academia Galega e financiado pola Deputación de Pontevedra. As entrevistas están pensadas para analizar o impacto da entrada no mundo laboral dos mozos e mozas galegos nas súas prácticas lingüísticas, é dicir, non foron deseñadas *ad hoc* para unha investigación sobre falantes funcionais. Con todo, os datos recollidos poden achegar luz sobre o tema que agora estamos a tratar. Os temas tratados dentro desta entrevista e que nos serven para profundar sobre aspectos centrais á hora de comprender as prácticas lingüísticas dos falantes funcionais son os seguintes: Lingua e infancia, Lingua habitual na familia, Lingua habitual estendida, Alternancia de códigos e Lingua habitual no traballo.

As entrevistas, cuxa duración media é dunha hora, foron transcritas por min, empregando o programa *F4transkript*; trátase de transcricións laxas, non estandarizadas, xa que o interese non era o estudo formal da fala senón o contido. Para analizalas botouse man do programa de análise cuantitativa *Atlas.ti*, onde se creou unha base de datos coas transcricións das conversas, o que facilitou a sistematización e extracción das citas de interese mediante a creación dun sistema de códigos que se elaborou en función dos bloques temáticos que compoñen o guión das entrevistas. Á hora de redactar este artigo intentouse simplificar as citas para axudar á comprensión global do texto, omitíndose intervencións sen relevancia dos entrevistadores, o máis das veces respostas curtas do tipo *si, non, vale* ou preguntas que, polo contexto, resultan obvias. Debido á lonxitude das transcricións, estas non se inclúen, mais no Anexo I ofrécense os bioresumos das persoas que participaron no estudo.

CORPO

Howard Giles e Nikolas Coupland expoñen no primeiro capítulo do seu libro *Language: context and consequences* (1991) tres enfoques sobre como se relacionan lingua e contexto: a lingua constrúese sobre o contexto, a lingua reflicte o contexto e a lingua determina o contexto (1991, p. 1-31).

Na primeira destas aproximacións asúmese que a lingua se basea no contexto no que se codifican as mensaxes e que os interactuantes comparten certos coñecementos sen os cales non sería posible unha comunicación significativa; neste caso, a meirande parte do uso que se fai da lingua ten a súa base sobre as presuposicións e os coñecementos compartidos respecto dos contextos sociais. En canto ó enfoque *a lingua reflicte o contexto*, os usos lingüísticos atópanse prescritos e proscritos pola situación na que se fala, incluíndo as características dos participantes; este paradigma baséase na idea de que posuímos repertorios lingüísticos (verbais e non verbais) que

seleccionamos para cumprir coas demandas normativas da situación. Por último, está o enfoque no que *a lingua determina o contexto*: un falante pode intentar influenciar o seu interlocutor ou interlocutora a través de escollas lingüísticas estratéxicas que manipulen o contexto; é dicir, un enunciado é o contexto para calquera enunciado que o siga.

Destes tres enfoques o máis axeitado para interpretar os datos obtidos quizais sexa o segundo, a lingua reflicte o contexto, pois os e as informantes terían un repertorio lingüístico composto polas linguas (e as variedades) galega e castelá, que seleccionan en función da situación comunicativa na que se atopan para adaptarse ás demandas normativas desta.

Para explicar o comportamento declarado polos e polas informantes é de gran axuda introducir aquí o concepto de norma subxectiva, compoñente social da Teoría da Acción Razoada (Azjen e Fishbein, 1980). Esta norma subxectiva está composta por dous factores: as crenzas normativas e a motivación; para este artigo en concreto, ímonos centrar no primeiro dos factores, é dicir, nas crenzas normativas e que é o que a persoa cre que as demais persoas ou grupos importantes para el ou ela pensen de que leve a cabo esa conduta, neste caso a escolla da lingua galega ou a castelá nunha determinada conversa.

Así, cando se lles pregunta ós e ás entrevistadas se cambian de lingua do galego ó castelán ou viceversa á resposta máis común é “cando me falan en castelán falo en castelán e cando me falan en galego falo en galego”. Recoñecen entón unha norma subxectiva que podería formularse como *falar no que che falen*, a converxencia lingüística como norma. Porén, é preciso reparar na formulación desta norma, pois a converxencia establécese nun sentido determinado: cara á lingua do interlocutor/a, é dicir, outórgaselle ó outro a potestade de establecer a lingua da interacción.

Diz Ferreira é unha das poucas persoas que traballou sobre os falantes funcionais no contexto galego, polo que será un dos referentes principais. Este autor (2017, p. 24) considera a escolla de código como unha estratexia comunicativa moi rendible á hora de construír e negociar identidades na conversa cotiá, porque axuda non só a manifestar proximidade ou distanciamento respecto dos nosos interlocutores mediante a selección de estilos converxentes ou diverxentes, senón tamén porque permite observar o proceso de construción do marco interpretativo que guía a conversa e, en consecuencia, orienta a produción contextualizada das (autor)representacións identitarias na medida que “se presentan ante su interlocutor con una mayor o menor proximidad que, al fin, se podría entender como un mecanismo de definición de “mi/nuestro” grupo frente a “su” grupo” (2017, p. 5) que, simplificando, no contexto galego se concretaría en *galegofalantes* e *castelanfalantes*.

É nas secuencias de apertura das conversas onde se negocian e establecen as representacións identitarias dos falantes mediante a aproximación ou afastamento dos estilos

conversacionais dos interlocutores que reflicten a compoñente psicolóxica que se manifesta nas actitudes dos falantes (ás que se accede a partir das estratexias de acomodación ou diverxencia) e na súa valoración dos patróns de fala dos interlocutores. Así, a identificación por adopción dos patróns discursivos do outro supón a aproximación ó seu grupo social, cultural, lingüístico (neste estudo ó dos castelanfalantes) na medida en que é valorado de xeito positivo (Diz Ferreira, 2017, p. 3). O feito de que os nosos informantes cedan ós seus interlocutores o establecemento da lingua indica que están a adoptar unha posición de seguridade, pois se son os outros os que desvelan ou perfilan primeiro a súa identidade os e as galegofalantes funcionais teñen máis información para crear unha identidade conversacional afín que se eles iniciaran a conversa, aspecto que se tratará con máis profundidade posteriormente. É por isto que, se o interlocutor ou interlocutora non falan na lingua habitual ou inicial dos nosos informantes, estes cambian de código, algo que manifestan a través da seguinte metáfora:

AN: teño falado con miña nai de porque falo castelán se primeiro me falan eles xa en castelán eu xa cambio automaticamente **o chip** e xa lles falo en castelán

Bohner e Dickel (2011, p. 402) sinalan no seu artigo “Attitudes ad attitude change” como as persoas adoitan expresar sentimentos e actitudes a través de metáforas baseadas en experiencias físicas concretas, é dicir, que o emprego destas non sería un mero ornamento do discurso senón que tería a súa razón de ser na base neuronal que liga as actitudes coa percepción física, as respostas corporais e os movementos. Así, a metáfora escollida polos nosos informantes remite ó mundo da electrónica e ó feito de realizar unha determinada acción de xeito automático, coma quen preme un interruptor para prender ou apagar a luz ó entrar ou saír dunha habitación ou coma quen, conducindo, cambia de marcha. O que teñen en común as accións que se acaban de poñer como exemplo e o comportamento das persoas que participan no estudo é o feito de que, antes de realizar estas accións de xeito automático é preciso un proceso de aprendizaxe e interiorización. Así, dende cativos, estes informantes aprenderon que, para adaptarse á norma social, debían converxer na lingua dos seus interlocutores ou interlocutoras e, posteriormente, interiorizárono. Esta interiorización non se deduce só a través da metáfora do *cambio de chip* que acabamos de observar, senón que é un aspecto que eles e elas mesmas expresan nas entrevistas a través doutro termo:

MAR: o rapaz non era non era de aquí | pero bueno | el entendía o gallego pero non | a **costumbre** eso de que el me falaba en castelán e eu pois faláballe tamén

AN: xa é **costumbre** | porque o ter eso de ter familia que non entende o galego a veces pois xa || si eles me falan en castelán eu xa | cambio | **antes si que notaba de facía o esforzo por cambiar de idioma para que me entendesen ahora xa || debe ser co paso dos anos que xa me sale natural o sea inconscientemente**

Ó que os informantes lle están a chamar *costume* é en realidade a historia conversacional, concepto desenvolvido nos anos 80 por Golopentia-Eretescu e revisado por ela mesma nos últimos anos (2018) para facer referencia ó conxunto de interaccións que tiveron lugar entre dous ou máis suxeitos. Con todo, o máis interesante destas citas é a última parte da intervención de AN “antes si que notaba de facía o esforzo por cambiar de idioma para que me entendesen agora xa me sale natural o sea inconscientemente”, é dicir, automatizouse o uso do castelán que, nun inicio, supoñía un esforzo extra. A automatización deste comportamento é tal que os propios suxeitos poden deixar de ser conscientes de que lingua están a usar e ata de mudar sen decatarse:

MAR: porque: | normalmente pois ó mellor | se arranco unha conversación ó mellor | arráncoa en galego pero se alguen se me pon a: falar en castelán | pois | non sei | sáleme así sin máis contestar en castelán o sea: | ou dinme que sale | pero tamén hai veces | aínda o outro día estaba con dúas amigas | e decíanme que estaba falando aí: medio monólogo | e como que cambiaba: de galego a castelán | eu sola | daquela pois | non son consciente de:

Unha maneira de interpretar o comportamento declarado polos nosos informantes é a través da Teoría da Acomodación Lingüística (Giles e Ogay, 2007), presente tamén nas análises sobre os falantes funcionais que realiza Diz Ferreira (2017), que permite estudar as acomodacións comunicativas (é dicir, non só lingüísticas), as motivacións que subxacen a elas e tamén as consecuencias. Segundo esta teoría, semella que os individuos empregan a comunicación para facer ver as súas actitudes cara ós outros e, como tal, a acomodación lingüística (ou a súa ausencia) constitúe un barómetro da distancia social entre os participantes nunha conversa. Neste sentido distínguense tres estratexias comunicativas: a diverxencia, o mantemento ou a acomodación. A primeira consiste na acentuación das diferenzas entre un mesmo e a persoa coa que interactúa, a segunda na preservación do estilo propio de cada un independentemente do que amosen os interlocutores ou interlocutoras, e a terceira, na adaptación do comportamento comunicativo co obxectivo de asemellarse ós interlocutores. Así, os falantes converxentes (ou funcionais neste caso), adoitan ser percibidos como máis eficientes comunicativamente pero tamén como máis cooperativos:

ANI: E ti cando cambias a lingua por exemplo que un neno cando che fala en castelán ¿en que lingua falas?

AN: Pois eu neso || son moi **flexible** e si || o mellor eu podo explicarlle un xogo en galego || pero despois eles me preguntan en castelán pois || respóndolle en castelán || neso si eu non me poño **exigente** ou **tiquismiquis**

Como demostra este fragmento da entrevista de AN, non só os e as que se acomodan son percibidos de maneira positiva, senón que aqueles que non o fan (é dicir, ou ben diverxen ou ben manteñen a súa lingua) son vistos de maneira negativa, como indican os adxectivos *esixente* ou

tiquismiquis. A razón está en que os actos de converxencia reducen as diferenzas interpersoais mentres que os diverxentes as acentúan (Giles e Coupland, 1991, p. 64-65); é dicir, os nosos informantes interpretan ás persoas que non se adaptan como insolidarias ou pouco colaborativas por manter a súa lingua habitual. Porén, manter a lingua habitual dun ou dunha mesma non é só manter o idioma, senón que é tamén preservar a identidade grupal (Giles e Coupland, 1991, p. 66), o que entraría en conflito directamente coa norma social á que obedecen os falantes funcionais de orixe galega “falar no que che falen” que, tal é como está formulada, non lles permite facer visible a súa pertenza ó grupo dos galegofalantes a non ser que a persoa que teñen en fronte se identifique como tal, motivo polo que lle outorgan a potestade de escoller a lingua na que se desenvolverá a interacción.

Xa se indicou ó inicio deste apartado que esta semella ser unha posición de seguridade que permite unha maior liberdade á hora de adaptar a identidade conversacional á do interlocutor ou interlocutora. Nun escenario equilibrado, este *modus operandi* podería considerarse como neutral, máis nun escenario con dúas linguas en contacto e que podería cualificarse como diglósico, este comportamento resulta prexudicial para a lingua minorizada. Así narra AN o que sucede cando el inicia a interacción:

AN: se falo eu primeiro igual || **se me escapa** galego e tal se me escapa bueno (risas) me sale galego

Non debe pasarse por alto o emprego do verbo *escapar*, definido pola Real Academia Galega como ‘saír e afastarse dun sitio onde se estaba retido’. O informante considera que o galego non é a lingua que debería empregar ó iniciar unha conversa cunha persoa descoñecida, coa que non estableceu aínda unha historia conversacional. Tampouco debería pasarse por alto o feito de que se autocorrixo e cambia o verbo *escapar* por *saír*; é dicir, é consciente de que o que acaba de dicir non é socialmente desexable, polo menos no contexto no que se atopa: unha entrevista sobre o emprego que os mozos e mozas fan da lingua galega no ámbito laboral. O que vén a sinalar esta pequena cita é que a lingua galega leva asociadas certas connotacións que poden limitar o seu uso e que crean a percepción en certos falantes de que empregar o galego déixaos expostos ou pode dificultar as súas interaccións con persoas descoñecidas. Do outro lado teríamos a lingua castelá, que se caracterizaría non tanto por estar asociada a connotacións positivas (que tamén) senón por ser neutral:

Nun contexto de mobilidade social e xeográfica, as percepcións sociais de galego e castelán comezaron a diverxer. Neste punto combináronse a «discriminante estigmatización» do galego e a «constatación pragmática» do castelán [...] ás que lles debemos sumar un terceiro aspecto non menos importante: a asunción por parte dos habitantes das cidades do castelán como un código neutro e non marcado, fronte á percepción do galego como un código excesivamente semantizado

con elementos valorativos dubidosos ou negativos por canto remitían a unha realidade sociolóxica que se quería ver lonxe. O resultado deste proceso valorativo foi o lento avance do castelán como variedade lingüística neutral, ubicua e adubada de características simbólicas positivas para o avance social –real ou simbólico. (Lorenzo Suárez, 2009, p.153)

No contexto descrito por Lorenzo Suárez, a lingua castelá convértese nun instrumento que permite adaptar máis facilmente a identidade conversacional á dos interlocutores e, por tanto, as probabilidades de conseguir os obxectivos na interacción serían maiores. Nesta liña, tamén os falantes funcionais entrevistados consideran a lingua castelá como garante de éxito na comunicación, especialmente con aquelas persoas das que descoñecen a súa procedencia:

BE: a ver se vexo que me están falando castellano como non sei si son de Galicia ou de fóra pois falo en castellano pero normalmente contesto en galego | por exemplo onte chamáchesme: pola tarde **eu sabía quen eras contestei en galego** (risa)

Entran aquí en xogo dimensións como a utilidade ou importancia da linguas, nas que a lingua castelá supera ó galego incluso en situacións en que ningunha das linguas oficiais de Galicia ten unha proximidade maior á lingua materna da outra persoa:

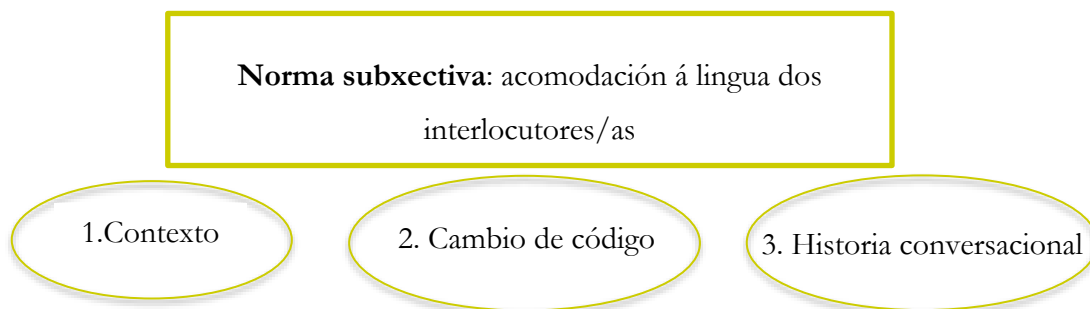
AN: as actividades as explicaba en castelán porque había algún | había un neno que era adoptado que era de: Senegal creo e ese si que o galego pouco | pouquiño intentaba algo pero debía estar aprendendo aínda e:

AN actúa aquí movido tamén polo automatismo, que lle impide reflexionar por que emprega o castelán no canto do galego, a súa lingua inicial e habitual, cando a lingua do rapaz co que traballa semella non ten maior proximidade con ningunha das dúas. A suposta neutralidade da lingua castelá e o feito de concibila como unha garantía de éxito na comunicación fan que para os falantes funcionais de orixe galega, en contextos descoñecidos, sexa preferible o seu uso ó emprego da que declaran como lingua habitual (galego). Lembremos que perciben ás persoas que non empregan estratexias de acomodación de xeito negativo. Polo tanto, se eles, que posúen altas competencias tanto en galego como en castelán, se decatan pola opción marcada (social e xeograficamente, entre outras) aínda en contextos nos que a intercomprensión está garantida, estarían incumprindo a norma subxectiva que rexe os seus usos lingüísticos. A cambio de reducir a distancia social e de seren percibidos máis positivamente renuncian, en maior ou menor medida, á identidade grupal que se corresponde coa súa lingua inicial e habitual.

CONCLUSIÓNS

Semella evidente que os falantes funcionais estudados constrúen as súas prácticas lingüísticas en base a unha norma subxectiva que dita a acomodación lingüística ó interlocutor ou interlocutora (identificados polos informantes como *contexto*), que determina simplemente con falar

a lingua da interacción. Se esta lingua é distinta da dos funcionais de orixe galega, estes adáptanse; a repetición deste comportamento remata por automatizalo (*cambio de chip*), o que lles impide reflexionar sobre as razóns que os levan a mudar de lingua e, tamén, a asociar unha determinada persoa ou grupo de persoas cun idioma determinado (*historia conversacional*).



Téndonos achegado á descrición do comportamento dos falantes funcionais de orixe galega e tras confirmar a primeira das hipóteses formuladas na introdución (os falantes funcionais de orixe galega constrúen o seu comportamento lingüístico en base a unha norma social que consiste na acomodación á lingua dos interlocutores e interlocutoras) é necesario dar resposta á segunda das hipóteses: estes falantes usan a lingua castelá de xeito instrumental.

O feito de que os e as informantes empreguen estratexias de acomodación e a lingua castelá no canto da súa lingua habitual, semella ser unha estratexia para situarse nunha posición non comprometida, pois mediante o emprego desta lingua teñen unha maior liberdade á hora de construír unha identidade conversacional afín á da persoa que teñen en fronte. Esta maior liberdade ven dada pola consideración que teñen do castelán como garante de éxito nas comunicacións e tamén como idioma neutral, que non delata procedencia social nin xeográfica. Porén, non semella que os falantes funcionais de orixe galega empreguen o español movidos por razóns ideolóxicas, como tampouco é este o tipo de motivos que os levan a falar en galego. Galego e castelán non son máis que ferramentas que lles permiten cumprir a norma subxectiva e, así, potenciar a súa imaxe positiva. É dicir, os datos indican que se trata de usos instrumentais, mais para comprender a súas implicacións é preciso interpretalos no seu contexto concreto.

Os movementos migratorios internos nos últimos tempos en Galicia caracterízanse polos desprazamentos (ben de carácter diario ben de carácter permanente) dos mozos e mozas do rural ou das vilas cara ás cidades e as súa periferias, porque é alí onde se concentran as ofertas de formación superior, de emprego e tamén de ocio. Así, se o 15% que supoñen os falantes funcionais de orixe galega obedece unha norma social que establece a converxencia coa lingua dos interlocutores e a meirande parte dos interlocutores que van atopar nos ámbitos de destino teñen como lingua o castelán o seu uso instrumental de ambas linguas realmente está prexudicando á

lingua galega, á que ós propios falantes funcionais de orixe galega lle restan visibilidade nos ámbitos nos que máis desprazada se atopa. En definitiva, de continuar acatando a norma social da adaptación comunicativa de xeito automático, moitos destes falantes, e especialmente os que rematen por establecerse en ámbitos urbanos, veranse inmersos nun proceso de cambio lingüístico cara ó castelán por pura inercia, cuxas consecuencias non afectarán só ás gráficas de uso de galego e castelán senón tamén á xa fráxil transmisión lingüística interxeracional da lingua galega.

BIBLIOGRAFÍA

- Atkinson, R. and Flint, J. (2004). Snowball Sampling. In M. S. Lewis-Beck, A. Bryman e T. F. Liao (eds.). *The SAGE Encyclopedia of Social Science Research Methods* (pp. 1044-1045). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Azjen, I. e Fishbein, M. (1980). *Understanding attitudes and predicting social behaviour*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc.
- Bohner, G. e Dickel, N. (2011). Attitudes and attitude change. *Annual Review of Psychology*, 62, 391-417.
- De Fina, A. (2003). *Identity in narrative: a study of immigrant discourse*. Ámsterdam: John Benjamins.
- Díaz-Bravo, L., Torruco-García, U., Martínez-Hernández, M. e Varela-Ruiz, M. (2003). La entrevista, recurso flexible y dinámico. *Investigación en Educación Médica*, 2(7), 162-167.
- Diz Ferreira, J. (2017). A construción da identidade rural na interacción bilingüe a través da negociación da escolla de código en secuencias de apertura. *Estudos de lingüística galega*, 9, 23-48.
- Giles, H., & Ogay, T. (2007). Communication Accommodation Theory. In B. B. Whaley e W. Samter (Eds.), *Explaining communication: Contemporary theories and exemplars* (pp. 293-310). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Giles, H. e Coupland, N. (1991). *Language: context and consequences*. Milton Keynes, PA: Open University Press.
- Golopentia-Eretescu, S. (2018). Conversational history: Introduction. *Sociolingüistic Studies*, 12, I, 5-8.
- Golopentia-Eretescu, S. (2018). Conversational history revisited. *Sociolingüistic Studies*, 12, I, 9-53.
- Loredo Gutiérrez, X. (2015). Aproximación á situación sociolingüística en Galicia. A evolución da transmisión lingüística interxeracional do galego. *A letra miúda. Revista de Sociolingüística para o ensino*, 6, 1-30.
- Lorenzo Suárez, A.M. (2009). A sociolingüística de Galicia. In H. Monteagudo (coord.). *Sociedades plurilingües: da identidade á diversidade*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- Real Academia Galega (2016). *Lingua e sociedade en Galicia. A evolución sociolingüística 1992-2013*.
Dispoñible en: <https://academia.gal/documents/10157/704901/Lingua++sociedade.pdf>
- Wolf Farre, P. (2018). El concepto de la biografía lingüística y su aplicación como herramienta lingüística. *Lengua y habla*, 22, 45-54.

**LÍNGUAS EM CONTACTO:
ALGUNS CONTRIBUTOS DO PORTUGUÊS
PARA A PRONÚNCIA DO JUDEU-ESPAÑHOL
DOS SEFARDITAS DE TESSALÓNICA**

Luís Fernando Pinto Salema

Lurdes de Castro Moutinho

**LÍNGUAS EM CONTACTO:
ALGUNS CONTRIBUTOS DO PORTUGUÊS PARA A PRONÚNCIA
DO JUDEU-ESPAANHOL DOS SEFARDITAS DE TESSALÓNICA**

**LANGUAGES IN CONTACT: SOME CONTRIBUTIONS
FROM THE PORTUGUESE LANGUAGE IN THE PRONUNCIATION
OF JUDEO-SPANISH OF THE SEPHARDIC JEWS IN THESSALONIKI**

Luís Fernando Pinto Salema
Lurdes de Castro Moutinho

(Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, Universidade de Aveiro)

Resumo

O judeu-espanhol foi a principal língua falada pelos sefarditas, os descendentes dos judeus expulsos dos reinos de Castela e de Aragão, em 1492, e de Portugal, em 1496-7. Vendo-se obrigados a uma migração forçada, estes judeus encontraram refúgio no Império Otomano, onde foram chegando, em sucessivos fluxos migratórios. Neste quadro, Tessalónica assumiu-se como um importante centro de acolhimento da diáspora dos judeus ibéricos. O estudo que se apresenta pretende sistematizar alguns contributos do português para a pronúncia do judeu-espanhol, resultantes do contacto entre línguas, nessa cidade, e procura encontrar a resposta para três questões fundamentais: i) Quais as principais influências do português, na pronúncia do judeu-espanhol de Tessalónica? ii) Como ocorreu o contacto entre as línguas? iii) Que circunstâncias favoreceram esse contacto? As conclusões apontam para a existência de influências do português no sistema de sibilantes, ao nível da pronúncia da consoante fricativa [f] inicial e na integração fonética de vocábulos. As migrações e o contacto entre vários dialetos, simultaneamente inteligíveis, permitiram a criação de uma língua de fusão, com um substrato múltiplo, baseado no português e no espanhol, num contexto histórico e sociolinguístico de elevada complexidade.

Palavras-chave

Fonética, judeu-espanhol, línguas em contacto, migrações, português, sociolinguística.

Abstract

Judeo-Spanish was the main language spoken by Sephardic people, the descendants of the Jews expelled from the kingdoms of Castile and Aragon in 1492, and from Portugal, in 1496-7. On being obliged to forcibly migrate, these Jews found refuge in the Ottoman Empire, where they arrived in successive migratory flows. In this context, Thessaloniki became an important center for the reception of the Iberian Jewish diaspora. The present study seeks to systematize some contributions of the Portuguese language in the pronunciation of Judeo-Spanish, which results from the contact between languages in that city, and aims to find the answer to three fundamental questions: i) What are the main influences of the Portuguese language on the pronunciation of Judeo-Spanish in Thessaloniki? ii) How did the contact between the languages occur? iii) What circumstances favored that contact? The conclusions lead us to believe that there are influences of the Portuguese language in the sibilants system, in the pronunciation of the initial fricative consonant [f] and in the phonetic integration of words. Migrations and contact between several simultaneously intelligible dialects, fostered the creation of a fusion language with a multiple substrate, based on Portuguese and Spanish, in a highly complex historical and sociolinguistic context.

Keywords

Phonetics, Judeo-Spanish, languages in contact, migration, Portuguese, sociolinguistics.

1. INTRODUÇÃO

Durante aproximadamente três séculos, a diáspora dos judeus ibéricos construiu, na região dos Balcãs, uma identidade distinta, no quadro do mosaico étnico, religioso e linguístico do Império Otomano. No que diz respeito aos sefarditas refugiados nessa região, para a construção dessa identidade contribuiu a sua hispanização, através da adoção de uma língua comum, o judeu-espanhol. Essa língua, cuja gênese se encontra na Península Ibérica, durante a Idade Média, foi levada pelos judeus para o lugar do exílio, que assim conservaram a sua herança linguística e cultural. Familiarizados, também, com o hebraico e o aramaico, que utilizavam para rezar, os judeus sefarditas vão estar em contacto com outras línguas da região balcânica, mas também com o português, devido às trocas comerciais e aos fluxos migratórios, que mantiveram os laços com as variedades faladas na Península Ibérica. É nesta diversidade de línguas que a cultura judaica se assume como um lugar de encontro entre múltiplas tradições, enriquecendo-se com elas, mas sem renunciar às suas especificidades.

São vários os autores que referem o impacto do português no sistema linguístico do judeu-espanhol, ao nível da morfologia, do léxico, da fonética e da fonologia (Bornes-Varol, 2005, p. 388; Faingold, 1993, p. 42; Quintana, 2002, p. 107; 2006^a, pp. 242-312; 2009, pp. 228-230; 2014, p. 66).

O presente estudo pretende sistematizar as influências do português, no judeu-espanhol falado em Tessalónica, cidade que acolheu uma numerosa comunidade de judeus sefarditas. A abordagem centra-se nas questões ligadas à fonologia e à fonética do judeu-espanhol e naquilo de que ele é subsidiário do português. Esta abordagem é norteada por três grandes questões: i) quais as principais influências do português na pronúncia do judeu-espanhol de Tessalónica? ii) como ocorreu o contacto entre as línguas? iii) que circunstâncias favoreceram esse contacto?

Na primeira parte deste trabalho, discutem-se os vários nomes usados para designar a língua dos judeus ibéricos, na Península dos Balcãs. Depois, descreve-se essa língua, dando-se especial destaque ao seu contacto com outras, nomeadamente com o português. Nesta abordagem, apontam-se algumas razões sociológicas e não-linguísticas que justificam o facto de o judeu-espanhol se ter imposto como a língua de comunicação entre os sefarditas do Império Otomano. A parte fundamental deste estudo centra-se nas influências do português, na pronúncia do judeu-espanhol de Tessalónica, nomeadamente ao nível do sistema de sibilantes, na manutenção da consoante [f] inicial e na integração fonética de vocábulos.

Uma vez que os estudos sobre o judeu-espanhol raramente se centram nas influências do português, este trabalho procura dar outra visibilidade aos contributos dados por esta língua para o sistema do judeu-espanhol, já identificados nas principais investigações sobre a temática em apreço.

2. O JUDEU-ESPANHOL, LÍNGUA DOS JUDEUS SEFARDITAS

Um dos problemas existentes, quando se pretende estudar a língua falada pelos judeus ibéricos que se refugiaram nas cidades do Império Otomano, é a multiplicidade de designações que lhe é dada. Trata-se de um problema de denominação, de uma questão de sociolinguística que está longe de reunir consenso. Esta língua tem recebido várias designações: *judío*, *judezmo*, *spanyol*, *espanioliko*, *ladino*, *dialecto sefardi* ou *judeu-espanhol* são as mais comuns, embora haja quem proponha a designação *judeu-ibero-romance*, para realçar o substrato múltiplo da língua (Faingold, 1993, p. 42). No meio académico, o termo privilegiado tem sido *judeu-espanhol*, provavelmente devido ao seu elevado valor descritivo, e será, também, adotado, neste trabalho.

No contexto desta plêiade de designações, as maiores divergências têm surgido na utilização dos termos *judeu-espanhol* e *ladino*. Se as restantes denominações são tidas como sinónimas, o reconhecimento desta relação de sinonímia entre *judeu-espanhol* e *ladino* não tem sido unânime. Sobretudo a partir das reflexões de Haïm Vidal Sephiha, na década de 70 do século XX, reserva-se o termo *ladino* ou *judeu-espanhol calque* (Séphiha, 1975, p. 117) para as traduções dos textos sagrados e litúrgicos, escritos em hebraico, nomeadamente a *Bíblia*, não sendo, por isso, uma língua utilizada

na comunicação diária (Díaz-Mas, 1992, p. 75). «Ladinar» era fazer uma transposição da *Bíblia* para os caracteres latinos, decalcando, palavra a palavra, o texto hebraico, de acordo com as estruturas da língua de origem, ou seja, o léxico é espanhol, mas a sintaxe é hebraica ou aramaica (Séphiha, 1975, p. 117). Trata-se, por assim dizer, de uma interlíngua, de uso litúrgico, entre o espanhol e o hebraico, uma língua de decalque (Bengio, 2015; Duchowny, 2003, p. 69; Sephiha, 1977, pp. 253-255), com uma clara preocupação de índole pedagógica. É, pois, uma língua artificial, um hagioleto (Séphiha, 1977, p. 253) que se torna de difícil compreensão para quem não conhece a base hebraica que lhe está subjacente (Bengio, 2015; Díaz-Mas, 1992 p. 76).

Para além da problemática ligada à designação, o estudo do judeu-espanhol implica que se tenha em conta a relação genealógica dessa língua com o castelhano antigo e, simultaneamente, as relações de parentesco com partes do sistema de outras línguas, tanto iberorromânicas como pertencentes a outras famílias (Hernández González, 2001, p. 4; Quintana, 2006^a, xxii). De facto, por um lado, no contexto da diáspora sefardita, o judeu-espanhol vai cruzar-se com as línguas faladas nos países de acolhimento e a distância relativamente à Península Ibérica vai facilitar o desenvolvimento independente do espanhol falado pelos sefarditas dessas mesmas comunidades, depois de 1492. Por outro, os sucessivos fluxos migratórios de judeus portugueses para as cidades do Império Otomano originaram o contacto entre o judeu-espanhol e a língua portuguesa, num espaço geográfico caracterizado por um mosaico linguístico revestido de enorme complexidade. Na verdade, e se pensarmos nas cidades situadas na península dos Balcãs, ao lado do espanhol e do português, falava-se grego, búlgaro, servo-croata, italiano, hebraico e turco. É sobre este mosaico cultural e linguístico que se lança, agora, um breve olhar.

3. AS MIGRAÇÕES DOS JUDEUS IBÉRICOS PARA TESSALÓNICA

A expulsão dos judeus de Castela e de Aragão ocorreu em 1492, quando os reis Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela promulgaram o *Decreto de Alhambra*. Perto de cem mil terão procurado refúgio em Portugal, mas também aqui a hostilidade para com as comunidades judaicas conheceu um crescendo (Tavares, 1984, pp. 161-163). Após um período de tolerância, o rei D. Manuel I assinou, no dia 5 de dezembro de 1496, um decreto que obrigava os judeus a abandonarem o país, concedendo-lhes um prazo limite para o fazerem, o dia 31 de outubro de 1497. Muitos fugiram, outros optaram pela conversão. O batismo forçado de alguns judeus, as sucessivas perseguições e os entraves à fuga, que caracterizaram o intervalo de tempo que mediou entre 1497 e 1506, culminaram, em 1506, no massacre de Lisboa, quando 2000 cristãos-novos foram mortos. Inicia-se, então, uma nova diáspora, que forçou os judeus ibéricos a uma migração

em massa, pela Europa¹, nomeadamente para locais do Império Otomano, onde foram chegando, em sucessivos fluxos migratórios, até ao século XVIII, data em que foi abolida, em Portugal, a distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos (1778). Contudo, é entre 1550 e 1590 que se dá o maior fluxo de saída de judeus portugueses para as cidades sob domínio Otomano (Quintana, 2009, p. 223), devido à atuação do Santo Ofício, que, entretanto, fora fundado em 1536, e à política de pureza de sangue implementada em Portugal.

Neste contexto, a cidade de Tessalónica assumiu-se como um importante centro de acolhimento da diáspora dos judeus ibéricos (Azevedo, 1915, p. 105; Danon, 1900, p. 206; Lamouche, 1907, p. 969; Quintana, 2014, p. 68; Wagner, 1924, p. 3)².

O Império Otomano, à data governado pelo Sultão Bayezid II, garantia a proteção e encorajava a deslocação dos judeus para os seus territórios (Duchowny, 2003, p. 68; Hagouel, 2013, p. 2; Hernández González, 2001, p. 4; Wagner, 1924, p. 3). Este «convite» aos judeus constituía uma importante estratégia demográfica da ideologia imperial, que impedia o domínio étnico grego sob a urbe. No final do século XV, Tessalónica torna-se uma cidade quase exclusivamente povoada por judeus e era respeitosamente referida como *la čika Irušaláym* (a pequena Jerusalém). Fundaram-se sinagogas que receberam o nome dos países ou de cidades dos países dos judeus aí imigrados (Franco, 2004, p. 129; Soler, 2009, p. 67): *Lisboa Yashan* (1510), *Portugal* (1525), *Évora* (1535) ou *Lisboa Hadasb* (1536). Dotada de instituições próprias, a comunidade judaica da cidade goza de uma autonomia e de um poder económico únicos no contexto do Império Otomano. Porto de entrada, também, para locais mais a oriente, transforma-se no novo centro de comércio da comunidade sefardita. Esta «experiência tessalonicense» (Melammed, 2011, p. 91) inicia-se com os judeus espanhóis, que se integram na vida da cidade e que, mais tarde, recebem a diáspora portuguesa, num contexto onde se movimentam judeus de Portugal, Espanha, Itália e Grécia (Melammed, 2011, p. 91). De facto, um recenseamento datado de meados do século XVI indica que, apesar de a população sefardita ser uma minoria, entre a população judaica, os judeus de Aragão e de Portugal

¹ No caso dos judeus portugueses, Londres, Amesterdão, Hamburgo, Tessalónica e cidades costeiras do mar Adriático, como Dubrovnik e Split, na atual Croácia, terão sido os principais locais de acolhimento, embora a sua diáspora tenha, ao longo dos séculos, visado vários continentes (Golan, 2014, pp. 2-3). Importa salientar que os diferentes locais receberam maiores fluxos de judeus em momentos diferentes. O norte da Europa foi o local privilegiado nas primeiras migrações, no final do século XV. O desenvolvimento de trocas comerciais, no Mediterrâneo, levou a que as cidades balcánicas, dada a sua proximidade com Itália, assistissem, até ao século XVIII, a sucessivos fluxos migratórios de judeus portugueses. Neste contexto, a cidade de Tessalónica assume uma particular importância, porque recebeu judeus oriundos de vários pontos da Europa e do Médio Oriente. Aliás, crê-se que, no final do século XVIII, mais de dois terços dos habitantes da cidade fossem de origem judaica, muitos deles descendentes de judeus da Península Ibérica (Lamouche, 1907, p. 969).

² Para uma caracterização bastante completa da comunidade judaica de Tessalónica, no século XVI, em vários domínios (e. g. organização e administração, impostos, matrimónio, usufrutos financeiros), veja-se Danon (1900, pp. 206-230). Sobre a presença dos judeus nessa cidade, desde a Antiguidade até aos nossos dias, veja-se Hagouel (2013).

superavam o número de judeus de Castela (Golan, 2014, p. 55), o que, certamente, influenciou a configuração do mosaico linguístico balcânico da época.

Tessalónica transformou-se, também, num importante polo religioso, cultural e educativo (Wagner, 1924, p. 4). O esplendor cultural do judaísmo tessalonicense do século XVI expressa-se em hebraico mas também em judeu-espanhol e estende-se a múltiplas áreas do saber, como a literatura, a astronomia, os estudos religiosos, a exegese bíblica, as ciências naturais e a medicina. Foi, aliás, para esta cidade que se deslocou Amato Lusitano³, médico português, depois de ter estudado medicina em Salamanca e após um périplo por Antuérpia e Ferrara (Azevedo, 1915, p. 108; Levi, 2005, pp. 186-187). É este contexto, caracterizado pelas trocas comerciais e pelo esplendor cultural da cidade, que favorece o contacto entre o português e o judeu-espanhol, falados pelos judeus sefarditas.

4. O JUDEU-ESPAÑHOL EM CONTACTO COM O PORTUGUÊS

Do ponto de vista linguístico, na Península Ibérica, a partir da segunda metade do século XIII e até ao momento da sua expulsão, a população judaica abandonou, progressivamente, o uso do hebraico e participou no processo de adesão ao romance. A utilização do hebraico cingia-se às cerimónias litúrgicas, às festividades e aos conceitos do mundo e da ética judaica (Hernández González, 2001, p. 3). Apesar de não existir unanimidade relativamente aos usos linguísticos dessas comunidades, são vários os estudos que defendem que judeus e cristãos utilizavam a mesma língua que a restante população, embora com algumas especificidades (Díaz-Mas 1992, p. 72; Duchowny, 2003, p. 69; Hernández González, 2001, p. 3).

Do ponto de vista histórico, o judeu-espanhol está relacionado com o castelhano do século XV, mas, devido ao seu desenvolvimento, sem um contacto com o espanhol ibérico, difere do castelhano antigo e do espanhol moderno (Quintana, 2002, p. 108). Para este *status quo* contribuíram, também, as origens diversas dos sefarditas, que fomentaram a variedade de elementos assimilados pelo judeu-espanhol. Para além de conter elementos hebraicos e aramaicos, como todas as línguas faladas pelos judeus, o judeu-espanhol tem influências do árabe hispânico, do aragonês, do catalão e do português, mas também do italiano e de outras línguas, o que resulta do contacto com falantes na Península Balcânica e no Médio Oriente⁴. No contexto da diáspora

³ Amato Lusitano, de nome próprio João Rodrigues de Castelo Branco (1511-1568), nasceu em Castelo Branco, estudou medicina em Espanha e, em 1521, regressou a Portugal. Em 1534, devido às perseguições aos judeus, partiu para Antuérpia. Passou os últimos anos da sua vida em Tessalónica, cidade onde viria a falecer. Antes, porém, em 1541, aceitou um lugar de professor na Universidade de Ferrara, onde gozou de elevado prestígio (Levi: 2005, pp. 186-187).

⁴ Quintana (2014, p. 66) refere-se, ainda, às influências do francês, resultantes do facto de esta ser a língua de cultura, sobretudo a partir do final do século XIX. O maior ou menor grau dessas influências decorre das similitudes existentes entre as línguas em contacto e de aspetos sociais e políticos, contemporâneos do momento em que ele ocorre. No final do século XIX e no século XX, as escolas da Aliança Israelita Universal irão influenciar as estruturas básicas da língua,

sefardita, o judeu-espanhol foi, também, uma língua que surgiu numa comunidade que se encontrava em situação de mutação social, daí a importância dos fatores sociais e históricos contemporâneos do contacto entre as línguas e das mudanças linguísticas deles decorrentes.

Um caso representativo do contacto do judeu-espanhol com outras línguas diz respeito às influências recebidas do português, na sequência da imigração portuguesa dos judeus e dos criptojudeus, sobretudo desde finais do século XV até ao século XVII (Quintana, 2014, p. 65). Durante este período, o Império Otomano não cessará de acolher *conversos* hispano-portugueses e é nessa época que «Des lusismes s'intègrent alors au judéo-espagnol ou influencent son évolution» (Bornes-Varol, 2005, p. 388).

Assim, parece lícito considerar que o primeiro contacto entre o judeu-espanhol e o português ocorreu nas primeiras décadas após o estabelecimento dos judeus ibéricos no Império Otomano. Esta migração forçada obrigou os grupos a uma reorganização interna que eliminasse as diferenças e conduzisse à sua integração num único grupo, mais homogéneo, resultando na criação das comunidades sefarditas. A consequência principal deste processo é o facto de os grupos de falantes passarem a utilizar o judeu-espanhol, incluindo os portugueses. Esta *shifting population*, ou seja, a «comunidade que muda», consciente de que tal processo seria determinante para a inserção social desejada, tem, simultaneamente, a consciência de ser numérica e socialmente pouco relevante, quando comparada com a comunidade falante da língua-alvo (LA), pois o judeu-espanhol seria a língua da maioria do grupo (Quintana, 2006^a, pp. 122, 276-277). Verifica-se, assim, que entre essas línguas se estabeleciam relações de força: no contexto das comunidades sefarditas de Tessalónica, regista-se uma progressiva apropriação do judeu-espanhol, que assume o estatuto de LA, por parte dos falantes de outras línguas. No entanto, essa LA foi também influenciada pelas línguas de origem (LO) e a absorção de elementos linguísticos não-castelhanos, no judeu-espanhol, foi uma realidade que contou com o contributo da língua portuguesa (Faingold, 1993, p. 47; Quintana, 2014, p. 67; Wagner, 1924, p. 4), nem sempre devidamente valorizado (Faingold, 1993, p. 42).

Em meados do século XVI, o judeu-espanhol falado e escrito encontrava-se num estado de *pré-koiné* (Minervini, 2006, p. 23; Quintana, 2014, p. 70), sendo a língua veicular dos judeus do Mediterrâneo, usada nos negócios e na comunicação diária. Em resultado disso, as outras línguas e outros dialetos - outras línguas românicas ibéricas como o aragonês, o português e o catalão, mas

num período em que se procurou revitalizar a aprendizagem e a utilização do judeu-espanhol. As regiões do Império Otomano constituem a sua área privilegiada de implementação, onde o Estado enfraquecido lhe possibilita uma maior liberdade de ação. Estes estabelecimentos de ensino aplicam o programa das escolas primárias francesas, combinado com o ensino das matérias judaicas e das línguas locais. A obra da Aliança Israelita Universal chega ao fim com o nascimento dos estados-nações exclusivistas, nesta região.

também o judeu-italiano e o judeu-grego - tornaram-se marginais face ao domínio do judeu-espanhol, antes de desaparecerem completamente do reportório de línguas utilizado pelas comunidades sefarditas, nos últimos anos do século XVI (Quintana, 2014, p. 70).

Esse processo linguístico de uniformização (Wagner, 1924, p. 4), de criação de uma língua comum, a tal *koiné* (Díaz-Mas, 1992, p. 73; Hernández González, 2001, p. 4; Faingold, 1993, p. 45; Minervini, 2006, p. 21; Quintana, 2006^a, e.g. pp. 298-310) fez parte de um outro processo mais vasto de reorganização interna das comunidades sefarditas. A adaptação mútua das diferentes modalidades dialetais contribuía, também, para a construção de uma comunidade mais homogénea e para a eliminação das indesejáveis diferenças entre o grupo (Quintana, 2014, p. 70), que importava não deixar transparecer. De facto, este grupo compósito, com uma identidade original e polimórfica, encontra no judeu-espanhol o veículo de expressão de uma comunidade, ainda que com usos variáveis, de acordo com os indivíduos, prefigurando uma forma de multilinguismo identitário (Juillard: 2001/2, p. 20).

O contacto entre o judeu-espanhol e o português representa um caso único no âmbito luso-hispânico: o encontro entre estas duas línguas peninsulares ocorre a milhares de quilómetros do seu espaço geográfico de origem, longe das principais comunidades que as falam e num contexto de contacto entre línguas e de comunidades minoritárias, onde a afinidade religiosa ditava o sentimento de pertença.

A transferência direta de palavras, os empréstimos e a acomodação do sistema de sibilantes do português foram algumas das alterações que ocorreram nesse processo de contacto e de acomodação entre o judeu-espanhol e o português⁵.

5. CONTRIBUTOS DO PORTUGUÊS PARA A PRONÚNCIA DO JUDEU-ESPANHOL

Num estudo realizado recentemente, nos Estados Unidos da América, com falantes de judeu-espanhol, descendentes dos sefarditas que passaram por Tessalónica, vários informantes realçaram as semelhanças com o português: “me parese a mi komo portugez, komo avlan los portugezes; los sonidos son muy suaves.” (Kirschen, 2015, p. 102). Tais afirmações não são

⁵ O contacto do judeu-espanhol com o português ocorreu entre meados do séc. XVI e o séc. XIX, envolvendo os judeus que chegaram ao Império Otomano, pouco depois da expulsão de Castela, de Aragão e de Portugal, mas também os criptojudeus, i. e. os judeus e os seus descendentes que foram forçados a converter-se ao Cristianismo. No contexto deste trabalho, não se referem mudanças linguísticas ocorridas depois de meados do século XIX.

surpreendentes, pois o judeu-espanhol de Tessalónica partilha algumas semelhanças com o português, (Alvar, 2000, p. 21; Kirschen, 2015, p. 102; Quintana, 2006^a, p. 106)⁶.

Do ponto de vista fonético, o judeu-espanhol estava dividido em duas grandes variedades: a oriental abrangia a Turquia, a Grécia e a parte ocidental da Bulgária. As comunidades sefarditas de grande parte da Sérvia, da Bósnia, de Bitola (na atual Macedónia do Norte), Dubrovnik e Split (na atual Croácia) pertenciam à área ocidental (Quintana, 2006^a, pp. 358; 2014, p. 73)⁷. Existia, ainda, uma área de transição entre estas duas, que compreendia parte da Bulgária e a Roménia.

Uma das principais características do judeu espanhol falado em Tessalónica, e que é partilhada com as regiões mais ocidentais, é a conservação da consoante [f] inicial. Este processo reflete o tratamento da consoante latina [f], nos territórios da Península Ibérica. Aquando da expulsão dos judeus de Espanha, as palavras grafadas com <f> latino encontravam-se num processo de mudança linguística: mantinha-se essa consoante em Portugal e nos falares rústicos de Aragão; em Castela-a-Nova e na Andaluzia mantinha-se a grafia com <h> e em Castela-a-Velha verifica-se o desaparecimento da consoante inicial. Esta última variante aparece em ladinamentos da *Bíblia*, ainda que os textos orientais do século XVI atestem duas soluções: a presença da consoante expirada (mais frequente) e a manutenção do <f> (minoritária), mas que prevalece em Tessalónica (Ayoun e Séphiha, 2002, p. 333; Hernández González, 2001; Hualde, 2013, p. 166; Quintana, 2006, p. 94). As palavras que se seguem ilustram o tratamento dado ao [f] inicial, nas línguas em contacto e no seu principal substrato, o latim (Soler, 2009, p. 173):

6 Como este trabalho se centra, apenas, no âmbito da fonética e da fonologia, na variedade do judeu-espanhol falado em Tessalónica, não nos debruçamos sobre a morfologia ou o léxico. Sobre estes aspetos, veja-se, por exemplo, Quintana (2006^a, p. 151; 2014, p. 73).

7 No que diz respeito à composição do léxico, o judeu-espanhol apresenta três áreas: a oriental inclui a Turquia, o este da Bulgária e Israel. Aqui, predominam os itens de origem castelhana e o contacto intenso com o turco levou à utilização de empréstimos lexicais desta língua. A área central inclui as comunidades da Grécia, da atual Macedónia do Norte, do ocidente da Bulgária, da Sérvia e da Roménia, com Tessalónica no centro, de onde as inovações partiam, em direção a outras comunidades. Por último, a área ocidental inclui as comunidades da Bósnia e as situadas em cidades portuárias do mar Adriático, (Quintana, 2006^a, pp. 444-445; 2014, p. 73). A influência do léxico português, nos documentos escritos em 1560, constitui a evidência mais frequente do contacto entre o judeu-espanhol e os falantes do português, levando à incorporação de palavras (Quintana, 2014, p. 74) e ao aparecimento de formas híbridas, resultantes desse contacto entre línguas, como é o caso de «lembraçión, i. e. «lembraça» (Quintana, 2014, p. 74).

LATIM	JUDEU-ESPAÑHOL TESSALÓNICA	PORTUGUÊS	ESPAÑHOL
FILIVS	fijo [ˈfiʒo]	filho	hijo
FACERE	fazer [faˈzer]	fazer	hacer
FABVLARE	favlar [favˈlar]	falar	hablar
FARINA	farina [faˈrina]	farinha	harina
FVMVS	fumo [ˈfumo]	fumo	humo
FVRNVS	forno [ˈforno]	forno	horno

A preferência pelo [f] em detrimento da ausência do som inicial (*fijo* em vez de *hijo*) foi determinada pelo contacto entre as populações e entre línguas. No século XVI, a comunidade judaica de Tessalónica contava com uma maioria de população oriunda de Portugal e de Itália, que tinham conservado, nos seus idiomas, o [f] inicial latino. Durante o século XVII, o contacto dos sefarditas com os comerciantes de origem portuguesa foi mais intenso na parte ocidental do mar Mediterrâneo, o que terá contribuído para a generalização das formas que eram comuns, em português. O emudecimento definitivo do [f] não se verificou no judeu-espanhol de Tessalónica, devido à origem da sua população, nem na parte mais ocidental dos Balcãs, local onde o contacto com os comerciantes judeus portugueses era mais frequente e foi decisivo para a conservação deste som e para a inclusão de lexemas portugueses:

La influencia ejercida por el portugués en la conservación de [f-] se ve corroborada porque el recorrido de esta isoglosa coincide con el de otros isolexos que delimitan la zona en la que lexemas heredados del castellano fueron sustituidos por lexemas portugueses: *djindjivres*, *sambeshuga*, *trempe* o *trempis* o *almesha*. (Quintana, 2006^a, p. 116).

Um outro traço que também parece resultar das influências do português é a passagem de uma vogal simples a ditongo, quando seguida de uma consoante nasal. Este contributo surge apenas atestado na palavra *reine(s)*/[ˈrejneŋ], que significa *rim/rins*. Trata-se do único exemplo em que a sequência constituída por uma consoante líquida, seguida da vogal [e] e de uma consoante nasal passa a ser constituída pelo ditongo [ej]. Esta transformação poderá ser influência de uma forma dialetal, semelhante à que acontece na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Portugal, onde ocorrem as formas *meinos*/[ˈmejnɯ] (realizada [ˈmenuŋ], na variante central do português europeu) e *piqueino*/[piˈkejnu] ([pˈkenu], na variante central), registadas por Leite de Vasconcellos no seu ensaio *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (Crews, 1957, p. 241).

O judeu-espanhol é o único dialeto histórico do domínio linguístico espanhol que conserva a distinção entre sibilantes surda e sonora (Hualde, 2013, p. 160; Quintana, 2009, p. 230), o que constitui um exemplo do importante contributo do português para o sistema fonológico da língua

sefardita. O seu tratamento é idêntico ao do português, sonorizando, quando em posição intervocálica, como acontece na palavra [‘kaza].

O sistema de sibilantes do judeu-espanhol comunga de outras características que o aproximam do português. Como resultado de um processo de perda do elemento oclusivo inicial das dentais africadas /t̪s/ e /d̪z/, que terá ocorrido, na língua portuguesa, por volta de 1500 (Teyssier, 2001, p. 49-52), no judeu-espanhol deu-se a fusão das consoantes fricativas alveolares com as fricativas dentais, ainda antes do século XVIII (Quintana, 2006, p. 69), mantendo-se a oposição surda/sonora, à semelhança do que aconteceu nos dialetos centro-meridionais do português europeu, em que se registou a confusão da pronúncia das predorsodentais com a das ápico-alveolares, em favor das primeiras, uma vez perdido o elemento oclusivo da africada. Assim, a africada /t̪s/ > /s/ e a africada /d̪z/ > /z/, dando origem a um sistema de sibilantes sincrético, reduzido a duas unidades que se distinguem pela presença ou ausência de vozeamento. No judeu-espanhol de Tessalónica, em meados do século XVI, coexistiam variantes fonéticas da pronúncia destas sibilantes, resultantes da convivência das várias normas iberorromânicas (Quintana, 2006^a, p. 73). Assim, os quantificadores numerais, por exemplo, pronunciavam-se com a fricativa [z]: on[z]e, do[z]e, tre[z]e, cator[z]e, quin[z]e, entre os falantes de espanhol e de português, processo em curso na língua portuguesa, desde meados do século XVI (Quintana, 2006^a: pp. 73 e 245; Teyssier, 2001, p. 50). No entanto, e apesar de a perda do elemento oclusivo da africada [d̪z] estar consolidada no século XVI, em Tessalónica, os falantes de origem catalã e aragonesa continuavam a utilizá-la: [‘dod̪z̪e] e [‘tred̪z̪e].

A simplificação do sistema de sibilantes do judeu-espanhol é, assim, um dos principais fenómenos que resulta do contacto dessa língua com o português (Quintana, 2009, pp. 244-245). Em síntese, esse contacto concretizou-se, pois, na generalização de uma articulação dental das fricativas, tal como é característico do português do século XVI, e no desaparecimento da africada.

Ainda no que diz respeito às sibilantes, o /s/ antes de /k/ é pronunciado [ʃ], registando-se um processo de palatização idêntico ao que ocorre em português, em palavras como *moshka*/mo[ʃk]a (‘mosca’) ou *bushkar*/bu[ʃk]ar (‘buscar’) (Hualde, 2013, pp. 164-165). Esse processo resulta da ocorrência da sibilante fricativa dentoalveolar não vozeada, que se encontra no final da sílaba inicial e está seguida de uma consoante oclusiva velar, também não vozeada. Neste contexto, verifica-se um movimento de elevação do dorso da língua e de anteriorização, o que origina a palatalização da fricativa dentoalveolar, em posição de coda, típica do português. Este «chiamento» do /s/ implosivo terá resultado, segundo Teyssier (2001, pp. 54-55), do processo de transformação do sistema de sibilantes do português europeu, que terá ocorrido entre o século XVI

e o século XVIII e que originou o sincretismo das fricativas *a* que já se fez referência, acarretando, também consequências como a palatalização da fricativa, no contexto em análise.

Outra característica do judeu-espanhol de Tessalónica é a ausência de metátese no grupo constituído pela sequência [rd̪], que não evolui para [dr̪]. As formas léxicas *vedruras*/ve[dr̪]uras (em vez de *verduras*) e *vedrades*/ve[dr̪]ades (*verdades*) ilustram essa transposição. A metátese, apesar de ter sido um fenómeno fonético comum a várias áreas dos Balcãs, deu-se mais tardiamente em Tessalónica, devido à influência dos judeus portugueses, dado que este tipo de transposição não é frequente em português. Quintana (2006^a, p. 109) considera que «Todas las comunidades sefardíes en las que no tiene lugar la metátesis se encuentran dentro del área en la que la influencia lingüística de los judíos portugueses fue intensa». Para além disso, como salienta a autora, documentos do século XVI comprovam a existência da metátese em Istambul, fenómeno que só surge mais tarde em Tessalónica (Quintana, 2006^a, p. 109).

Para além dos contributos ao nível do sistema fonológico e da fonética, importa realçar a integração de formas léxicas alógenas, de origem portuguesa, também com impacto ao nível do judeu-espanhol falado em Tessalónica. Entre elas destacam-se *afastado*, *amargor*, *apetite*, *arreigado*, *burako*, *emprestimo*, *koncidrar*, *koncidrasion*, *kontente*, *natureza*, *somenos*, a par de formas verbais que não apresentam a ditongação característica do espanhol, como *amostre* ou *desperte* (Quintana, 2009, pp. 229-231). A estes termos juntam-se outros como *knidar*/ [kwi'dar], *knidado*/ [kwi'dado] ou *lagartija*/ [lagar'tiʒa] (Quintana, 2006^a, pp. 196-200). O judeu-espanhol integrou também a forma léxica longe [ˈlonʒe], que coexistiu com a forma de origem castelhana *lesbos*. Para Quintana (2006^a, p. 245), a ocorrência da primeira forma deve-se às influências do português, assim como as variantes [ˈlonʒi] e [ˈlonʒo], utilizadas em Tessalónica e noutras regiões mais ocidentais dos Balcãs. Tais formas foram introduzidas pelos judeus portugueses, durante o século XVII, devido às trocas comerciais.

Um dos vocábulos portugueses integrado foneticamente no judeu-espanhol foi *sanguessuga*. Quintana (2006^a, pp. 247-249) considera que a forma portuguesa constitui o étimo de todas as formas registadas nas comunidades judaicas dos Balcãs. Em Tessalónica, regista-se uma forma com a palatalização do [-s-] intervocálico: [sambɛʃuɣa], uma outra com a assimilação da vogal [e] à vogal da primeira sílaba, originando a forma [sambaʃuɣa] e uma terceira com a assimilação do [-s-] inicial, [ʃambaʃuɣa]. Recorde-se que, à época, o lexema português se pronunciava [sambɛʃuɣa], e terá sido introduzido depois de 1492, pelos sefarditas de origem portuguesa que se encontravam na costa Adriática. Aliás, para a difusão das influências do português, quer a nível da pronúncia, quer a outros níveis, as trocas comerciais dos judeus portugueses com o espaço geográfico do Império Otomano desempenharam um papel decisivo. Esses contactos assumiram duas grandes formas: uma delas concretizou-se com as comunidades sefarditas da costa do Adriático, nomeadamente

Dubrovnik e Split; a outra materializou-se através da *Via Egnatia*, uma rota comercial que partia do mar Adriático, cruzava a atual Macedónia do Norte, chegava a Tessalónica e a Istambul. Até Tessalónica, a rota era controlada pelos judeus portugueses, desde 1535, daí o português ter tido uma influência considerável no judeu-espanhol falado nestas cidades (Quintana, 2002, p. 98).

O contacto do judeu-espanhol com outras línguas, no ecossistema linguístico da Península Balcânica, nem sempre permite indicar com precisão os locais em que determinadas formas são utilizadas. À luz da teoria das ondas, gizada por Hugo Schuchardt e Johannes Schmidt, segundo a qual as inovações linguísticas se propagam a partir de núcleos, como as ondas de um lago, quando se atiram pedras para dentro de água, é possível considerar que, até ao século XVIII, Tessalónica e Istambul são os dois principais centros da cultura sefardita no espaço balcânico e, por isso, influenciam outras variedades do judeu-espanhol. Contudo, nem sempre é possível determinar com exatidão a expansão dessas ondas, sobretudo quando se estudam as comunidades fundadas nos séculos posteriores à expulsão dos primeiros judeus ibéricos. Nestas, nem sempre é fácil estabelecer uma relação entre a variedade linguística do seu local de origem e a variedade que se vai desenvolver no solo balcânico. De facto, dentro deste espaço, há comunidades que se deslocam entre cidades, levando consigo particularidades linguísticas, mais ou menos mescladas, que se misturam, num outro momento, com outras línguas faladas nos espaços que essas comunidades elegem para se fixar. Por exemplo, a comunidade de Bucareste, criada no século XVIII, era constituída, fundamentalmente, por população procedente de Istambul (Quintana, 2002, p. 130). Verifica-se, assim, que os fatores externos à esfera linguística vão desempenhar um papel importante na configuração das variedades de judeu-espanhol faladas na região: as questões económicas ou políticas e as migrações, forçadas ou voluntárias, originaram sucessivos processos de nivelação linguística. No entanto, estes processos não chegam a ser completos e estão longe de obedecer a um padrão único. Arcaísmos, formas populares e eruditas, elementos iberomânicos e eslavos, turcos e hebraicos e até formas interdialetais coexistem, num polimorfismo de base ibérica potenciado por fatores de índole sociolinguística, económica e política.

CONCLUSÃO

Neste artigo, procurou-se analisar o impacto do português na formação do judeu-espanhol, tendo-se estudado o contacto entre essas duas línguas, na cidade de Tessalónica, uma das mais importantes comunidades sefarditas do Império Otomano. Nas diferentes secções deste trabalho, discutiram-se os efeitos desses contactos, através da análise de aspetos do sistema fonológico e da fonética, transferidos do português para o judeu-espanhol, assim como os contextos históricos que favoreceram as situações de contacto e a policromia desta língua.

A análise realizada mostra-nos os complexos efeitos do contacto entre variedades muito próximas, sendo o judeu-espanhol, também, um produto do contacto entre várias línguas faladas na Península Ibérica. De facto, após o fluxo migratório que ocorreu no final do século XV, foram recorrentes as migrações de judeus portugueses para os Balcãs, nomeadamente para Tessalónica.

Os impactos deste contacto verificam-se, sobretudo, ao nível do sistema das consoantes sibilantes, na manutenção da consoante fricativa labiodental surda [f], com valor etimológico, em posição inicial, e na integração fonética de algumas formas léxicas, aqui não consideradas. Estes aspetos parecem contribuir para a ideia de que duas línguas próximas, o português e o espanhol, foram introduzindo sucessivos reequilíbrios no diassistema do judeu-espanhol. Apesar do mosaico linguístico característico da Península Balcânica e da sua movência, o judeu-espanhol manteve o seu núcleo ibérico, assumindo-se como uma língua de confluência.

A análise realizada limitou-se aos contributos do português para a pronúncia do judeu-espanhol, numa cidade específica. Contudo, a neutralização de vogais átonas finais e a redução de ditongos são fenómenos atestados noutras variedades dessa língua, faladas noutras áreas geográficas, nomeadamente mais a ocidente, e que também comprovam a influência do português.

O judeu-espanhol (a par do yiddish) foi classificado pelo Conselho da Europa como uma língua minoritária desterritorializada, devendo, por isso, ser protegida. De facto, hoje, o judeu-espanhol é uma língua quase em extinção, com as comunidades que têm algum conhecimento da língua pulverizadas pelo mundo (Quintana, 2014, p. 66). Mas, em pleno século XXI, em Tessalónica, a herança dessa presença permanece em antropónimos que, de forma mais ou menos próxima, ainda evocam a presença da língua lusa: Alvo, Castro, Leal, Manuel, Miranda, Parente, Pereira, Pinto, Rosa.

Neste contexto, em que parece assistir-se ao crepúsculo de uma língua, os estudos sobre o judeu-espanhol revestem-se de uma importância ainda maior, permitindo a existência de um *corpus* de reflexões, abarcando os diferentes níveis de análise linguística e olhando para a temática sob diversos pontos de vista. Lançar um profundo olhar português sobre essa língua parece-nos, pois, urgente e fundamental, contribuindo, assim, para a preservação de um idioma rico e diversificado. O provérbio sefardi que encerra este trabalho é um sinal de esperança de que o judeu-espanhol irá permanecer: *Kuando muncho eskurese es para amanecer*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alvar, M. (2000). *El ladino, judeo-español calco*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- Ayoun, R. & Séphiha, H. V. (2002). *Los sefardíes de ayer y de hoy: 71 retratos*. México D.F.: Edaf.

- Azevedo, J. L. (1915). Judeus portugueses na dispersão I e II. *Revista de História*, 14 e 15, (4-6, 6-9), 105-217.
- Bengio, A. (2015). Kuando muncho eskurese es para amanecer. *Atalaya*, 14. Disponível em: <http://atalaya.revues.org/1238>
- Bornes-Varol, M.-C. (2005). La langue judéo-espagnole en Turquie aujourd'hui. *Outre-Terre* 2005/1 (10), 387-389. doi: 10.3917/oute.010.0387.
- Crews, C. (1957). Miscellanea Hispano-Judaica. *Vox Romanica*, 16, 224-245. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5169/seals-16301>
- Danon, A. (1900). La communauté juive de Salonique au XVI siècle. *Revue des Etudes Juives*, Tome XL., 206-230.
- Díaz-Mas, P. (1992). *Sephardim - The jews from Spain*. Chicago & London: The University of Chicago Press.
- Duchowny, A. T. (2003). Percurso histórico do judeu espanhol. *Papia - Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*. 13. 67-76.
Disponível em: <http://www.revistas.ufflch.usp.br/papia/article/view/1810/1621>
- Faingold, E. D. (1993). El elemento portugués en el judeo-ibero-romance. *Papia - Revista de Crioulos de Base Ibérica*, 2 (2), 42-49.
- Franco, M. (2004). Diversão Balcânica: os israelitas portugueses de Salónica. *Análise Social*, XXXIX (170), 119-147. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218704861X4bGT3ny7Zm31GA0.pdf>.
- Golan, J. (2014). *Trading in Tongues: The Linguistic Identity of the Nação Portuguesa*. Durham: Trinity College of Duke University.
- Hernández González, C. (2001). *Un viaje por Sefarad: la fortuna del judeoespañol*.
Disponível em: http://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_01/hernandez/p01.htm
- Hagouel, P. I. (2013). The History of the Jews of Salonika and the Holocaust: An Exposé. *Sephardic Horizons*. Disponível em: <http://www.sephardichorizons.org/Volume3/Issue3/hagouel.html>
- Hualde, J. I. (2013). Language contact and change in the sound system of judeo-spanish. In S. Mahir (Eds). *Judeo-Spanish in the time of clamoring nationalisms* (pp. 151-178). Istanbul: Libra Kitapçılık ve Yayıncılık.
- Juillard, C. (2001/2). Une ou deux langues? Des positions et des faits. *La linguistique*, 37, 3-32.
Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-la-linguistique-2001-2-page-3.htm>.
- Kirschen, B. (2015). *Judeo-Spanish Encounters Modern Spanish: Language Contact and Diglossia among the Sephardim of Los Angeles and New York City*. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/3095h9tn>
- Lamouche, L. (1907). Quelques mots sur le dialecte espagnol parlé par les Israélites de Salonique. *Romanische Forschungen*, 23 (2), 969-991. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27935700>
- Levi, J. A. (2005). Portugal meets Italy: the Sephardic Communities of the Diaspora on Italian Soil (1496-1600). *Cadernos de Estudos Sefarditas*, (5), 159-206.
- Melammed, R. L. (2011). Adapting and Adopting Conversos and the Sephardi Diaspora. *Hispania Judaica Bulletin*, (8), 85-94. Disponível em: http://www.hum.huji.ac.il/upload/_FILE_1378106222.pdf

- Minervini, L. (2006). El desarrollo histórico del judeoespañol. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, 4 (2 (8)), 13–34. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41678238>
- Quintana, A. (2014). Judeo-Spanish in contact with Portuguese – a historical overview. In P. Amaral; A. M. Carvalho (Ed.). *Issues in Hispanic and Lusophone Linguistics - diachrony, synchrony, and contact* (pp. 65-92). Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Quintana, A. (2009). Aportación lingüística de los romances aragonés y portugués a la coine judeoespañola. In D. M. Bunis (ed.) *Languages and Literatures of Sephardic and Oriental Jewry* (pp. 221-255). Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/101554690/CursoDeLadino-com-ar-Aportacion-linguistica-de-los-romances-aragones-y-portugues-a-la-coine-judeoespanola-Aldina-Quintana>.
- Quintana, A. (2006^a). *Geografía lingüística del judeoespañol. Estudio sincrónico y diacrónico. Sephardica 3*. Berne, Berlin, Brussels, Frankfurt, New York, Oxford, Vienna: Peter Lang.
- Quintana, A. (2006). Variación diatópica en judeoespañol. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, 4 (2 (8)), 77–97. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41678241>
- Quintana, A. (2002). Geografía lingüística del judeoespañol de acuerdo con el léxico. *Revista de Filología Española*, 82 (1/2), 105-13. Disponível em: 10.3989/rfe.2002.v82.i1/2.146
- Sephiha, H. V. (1977). Archaismes lexicaux du ladino (judéo-espagnol calque). *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*. (2), 253-261. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/cehm_0396-9045_1977_num_2_1_975
- Séphiha, H. V. (1975). Ladino (judéo-espagnol calque) et commentateurs. *Revue de l'histoire des religions*, tome 188 (2), 117-128. doi: 10.3406/rhr.1975.6131
- Soler, N. P. (2009). *El judeo-español en Salónica. Influencias lingüísticas* [PDF]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=38722>
- Tavares, M. J. (1984). Revoltas contra os judeus no Portugal medieval. *Revista de História das Ideias*, (5), 161-173.
- Teyssier, P. (2001). *História da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Wagner, M. L. (1924). *Os judeus hispano-portugueses e a sua língua, no oriente, na Holanda e na Alemanha. Separata do Arquivo de história e bibliografia*, I., 3-18.

Agradecimentos: Agradecemos à Professora Aldina Quintana Rodríguez, da Faculdade de Humanidades da Hebrew University of Jerusalem, por nos ter enviado os seus artigos e outras referências bibliográficas indispensáveis para a realização da revisão da literatura, sobre o judeu-espanhol.

*ANÁLISE DA CONXUGACIÓN VERBAL NO CORPUS DE
TEXTOS GALEGOS ESCRITOS POR ESTUDANTES NO
ÁMBITO ACADÉMICO (CORTEGAL)*

María Álvarez de la Granja

**ANÁLISE DA CONXUGACIÓN VERBAL NO *CORPUS DE TEXTOS GALEGOS*
*ESCRITOS POR ESTUDANTES NO ÁMBITO ACADÉMICO (CORTEGAL)*¹**

**AN ANALYSIS OF VERB CONJUGATION IN THE *CORPUS DE TEXTOS*
GALEGOS ESCRITOS POR ESTUDANTES NO ÁMBITO ACADÉMICO
(CORTEGAL)**

María Álvarez de la Granja

(Instituto da Lingua Galega-Universidade de Santiago de Compostela)

Resumo

O obxectivo deste traballo é analizar a presenza de formas non estándares da conxugación verbal no *Corpus de textos galegos escritos por estudantes no ámbito académico (CORTEGAL)* que se está a desenvolver no Instituto da Lingua Galega da Universidade de Santiago de Compostela. Este corpus está conformado por un conxunto de 1000 redaccións escritas por estudantes de segundo de Bacharelato de Galicia, no marco do exame de Lingua e Literatura Galegas da proba de Avaliación do Bacharelato para o acceso á Universidade do curso 2016-2017. Centrámonos en formas verbais diferenciais con respecto ao castelán no código normativo do galego, co obxectivo de avaliar a posible influencia desta lingua na conxugación verbal do galego rexistrada no corpus, sen perder de vista o feito de que moitas das formas coincidentes co castelán son habituais no galego popular, ben sexa por transferencia desde o español, ben sexa por xeración directa no galego. Concretamente, as formas estudadas son a P4 do Copretérito, do Antepretérito e do Pospretérito de Indicativo (en relación coa súa acentuación), o tema de pretérito dalgúns verbos irregulares e algunhas formas concretas do Pretérito de Indicativo, o Presente de Subxuntivo dunha selección de verbos, o Presente de Indicativo dalgúns verbos con alternancia <i/e> ou <u/o> na vogal radical, o Futuro e o Pospretérito de Indicativo de certas formas verbais, o Copretérito do verbo *ir* e as formas compostas co verbo *haber*. Os resultados amosan que en xeral o alumnado galego coñece as formas normativas, pero que ao tempo existen algunhas dificultades xeneralizadas nun conxunto relativamente reducido de casos, onde a realización maioritaria coincide normalmente coa que encontramos no castelán.

Palavras-chave

Flexión verbal, corpus, escritura académica, contacto lingüístico, galego, castelán.

¹ Este proxecto foi elaborado no marco do proxecto *Corpus de textos galegos escritos por estudantes no ámbito académico. Ferramenta para a análise da competencia escrita en lingua galega* financiado por FEDER/Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades – Agencia Estatal de Investigación/ Proxecto PGC2018-096069-B-100. O corpus tamén contou coa axuda financeira da Secretaría Xeral de Política Lingüística da Xunta de Galicia.

Abstract

This paper analyzes the presence of non-standard verb conjugation forms in the *Corpus de textos galegos escritos por estudantes no ámbito académico* (CORTEGAL) developed by the Instituto da Lingua Galega (Galician Language Institute) of the University of Santiago de Compostela. This corpus consists of 1000 essays written by students in the last year of secondary education in Galicia, as part of the Galician Language and Literature exam included in the University admission test during the academic year 2016-2017. We focus on verb forms in which the set of rules of the Galician language differs from that of Spanish, with an aim to assessing the possible influence of the latter in the conjugation of the verbs used in the Galician corpus, without disregard to the fact that many of the forms that coincide with the Spanish ones are of common use in popular Galician language, be that as a consequence of transference from Spanish, or as a direct creation in Galician. Specifically, we analyze the P4 of the Imperfect, Past Perfect and Conditional tenses (concerning stress), the preterite stem of some irregular verbs and some specific forms of the Preterite Indicative, the Present Subjunctive of a selection of verbs, the Present Indicative of some verbs with alternance of the stem vowel <i/e> or <u/o>, the Future tense of the Indicative and the Conditional of specific verb forms, the Imperfect of the verb *ir*, and the forms that include the auxiliary verb *haber*. Our findings show that, generally, Galician students have a good knowledge of normalized forms, but also that there are some generalized difficulties in a relatively small set of forms, where the majority use normally coincides with the one found in Spanish.

Keywords

Verbal inflection, corpus, academic writing, linguistic contact, Galician, Spanish.

1. OBXECTIVOS

O obxectivo deste traballo é analizar a presenza de formas non estándares da conxugación verbal no *Corpus de textos galegos escritos por estudantes no ámbito académico* (CORTEGAL), que se encontra en fase de elaboración no momento de redactar este traballo. Dada a importante influencia do castelán no galego, estudada por diferentes autores desde distintas perspectivas (vid. por exemplo, entre outros moitos traballos Dubert García, 2005; Kabatek, 2000; Iglesias Álvarez, 2016; Silva Valdivia, 2013), e tendo en conta que esta influencia non é allea ao ámbito da morfosintaxe (Silva Valdivia, 2006), seleccionamos unha serie de formas diferenciais con respecto ao castelán no código normativo do galego, co obxectivo de avaliar a posible influencia desta lingua na conxugación verbal do galego rexistrada no corpus. Concretamente, as formas estudadas son as seguintes:

1. P4 do Copretérito, Antepretérito e Pospretérito de Indicativo, desde a perspectiva da súa acentuación paroxítona ou proparoxítona.
2. Tema de pretérito e algunhas formas do Pretérito de Indicativo de determinados verbos galegos irregulares.
3. Presente de Subxuntivo dun conxunto de verbos irregulares en galego ou en castelán.
4. Futuro e Pospretérito de Indicativo dunha selección de verbos irregulares en castelán.
5. Copretérito do verbo *ir*.
6. Formas compostas co verbo *haber*.

Debe terse en conta, en calquera caso, que as formas non estándares presentes en CORTEGAL e coincidentes co castelán (ou que deixan translucir influencia desta lingua) poden ser de diferente tipo considerando a súa relación co galego popular²:

1. Formas presentes no galego popular como resultado dunha transferencia do castelán.
2. Formas presentes no galego popular xeradas no propio galego e que non resultan dunha transferencia do castelán, aínda que o seu espallamento pode estar vinculado coa coincidencia con esta lingua.
3. Formas non presentes no galego popular.

A presenza en CORTEGAL das formas sinaladas en 1 e 2 poderá explicarse nalgúns casos, sobre todo en alumnado que ten o galego como lingua inicial ou en alumnado galegofalante, por transferencia desde a súa variedade dialectal, que contén tales formas; e noutros casos, sobre todo en alumnado que ten escaso contacto co galego, por transferencia directa desde a súa L1, o castelán, á hora de elaborar as redaccións. A este respecto, debe terse en conta que segundo a última enquisa do Instituto Galego de Estatística, realizada en 2018, un 38% das persoas entre 15 e 29 anos residentes en Galicia teñen unicamente o castelán como primeira lingua. Desafortunadamente, tal e como comentaremos a seguir, carecemos de datos sobre as características sociolingüísticas dos informantes que nos permitan analizar os datos atopados desde esta perspectiva.

Por outro lado, cando levemos a cabo a análise dos datos, ofreceremos información sobre a presenza e extensión no galego popular das formas rexistradas en CORTEGAL, pero non entraremos a debater se tales formas foron xeradas no propio galego ou se resultan dunha transferencia do castelán. Con todo, nalgúns casos recolleremos as opinións que algúns autores ofrecen a este respecto.

² Entendemos por *galego popular* unha variedade do galego que "aparece en enunciados generalmente hablados, más alejados del mundo oficial" e que "es adquirida como lengua materna en el seno de la familia de modo informal". O mesmo autor distingue entre galego popular rural e urbano (Dubert García 2005, p. 274).

Finalmente, cómpre sinalar que existen tamén en CORTEGAL unhas poucas formas dialectais non coincidentes co castelán (por exemplo *esteña*) e esporadicamente algunha forma que nin está presente no galego popular nin é explicable desde o castelán (por exemplo, *poden*, que resulta dun proceso de regularización do verbo irregular *poder*). Destas variantes tamén daremos conta no noso traballo.

2. METODOLOXÍA

CORTEGAL está conformado por 1000 textos manuscritos redactados en xuño e setembro de 2017 por estudantes de 2º de Bacharelato de Galicia no marco da proba denominada ABAU, Avaliación do Bacharelato para o acceso á Universidade, tradicionalmente coñecida como Selectividade. Máis concretamente, os textos corresponden á proba de comentario que o alumnado debe realizar no exame de Lingua e literatura galegas, en que se solicita a redacción dun texto de carácter argumentativo sobre un tema dado. O tema está sempre vinculado cun texto que introduce o exame e sobre o que se formulan diferentes preguntas. Nas probas do curso 2016-2017 os temas son os seguintes:

XUÑO 2017

Opción A (texto inicial de Fran Alonso en *Dorna* 27, 2001)

Nos últimos anos a gastronomía e a cociña acadaron moita popularidade. Redacta un texto expoñendo a túa opinión sobre este fenómeno: as súas causas, o que ten de moda pasaxeira ou de cambio cultural máis duradeiro...

Opción B (texto inicial de J. Luís Sucasas en *Vieiros*, 2009)

Redacta un texto sobre a importancia que teñen o consumo e a produción (ou o consumismo e a produtividade) no noso modo de vida actual.

SETEMBRO 2017

Opción A (texto inicial de Xavier Quiroga de *Zapatillas rotas*, 2014)

Expón, de maneira argumentada, a túa opinión persoal sobre o problema que reflicte o texto e, en xeral, sobre este tipo de conflitos familiares entre pais e fillos adolescentes.

Opción B (texto inicial de Mercedes Queixas, en *Palavra Comum*, 09/10/2015)

A autora móstrase crítica co feito de que a infancia e a mocidade soñe con ser futbolista ou modelo moi maioritariamente (líña 10). Redacta un texto expoñendo de maneira argumentada o teu acordo ou desacordo co seu punto de vista.

Dado que os exames son anónimos, carecemos de información sobre as persoas que os elaboran, agás o seu nivel de estudos (2º de Bacharelato), a cualificación obtida no comentario e na proba completa de lingua e literatura galegas, así como a comisión delegada (CD) a que pertencen. Para a realización das probas ABAU, todo o alumnado é distribuído en diferentes CD de acordo co centro de ensino de orixe. Estas CD abranguen unha zona xeográfica relativamente ampla, así como centros públicos ou privados. Ademais, unha mesma CD pode recoller tanto estudantes de

procedencia rural como de orixe urbana, de modo que este dato non se pode empregar para establecer unha tipoloxía do alumnado.

Malia a escaseza de información sociocultural e sociolingüística sobre o alumnado, o que impide extraer conclusións sobre a influencia das correspondentes variables na súa competencia lingüística, cabe destacar a importancia das probas ABAU na sociedade galega e daquela, o valor e a representatividade dos textos. Téñase en conta a este respecto que a cualificación obtida nas probas ABAU (xunto coa obtida no Bacharelato) determina o acceso do alumnado aos títulos universitarios. Isto garante que este elabora a redacción con seriedade e de que utiliza a variedade estándar da maneira que mellor sabe. Non é menos certo, con todo, que o escenario en que se realiza a redacción pode introducir un compoñente de tensión e nerviosismo que condicione o proceso de escritura.

De acordo co que se explica con máis detalle en Álvarez de la Granja (2018), traballo ao que remitimos para coñecer máis características de CORTEGAL, a mostra está elaborada tendo en conta a distribución real do alumnado en CD en cada unha das oportunidades de exame (xuño e setembro). Agora ben, dado que boa parte do alumnado que realiza o exame na oportunidade de setembro é alumnado que xa realizou a proba en xuño e non a superou, reducimos lixeiramente a proporción de exames de setembro para diminuír o peso das persoas que fan a proba dúas veces. Deste xeito, na nosa mostra a distribución de exames de xuño e setembro é de aproximadamente 90% / 10%, mentres que a distribución real é de ao redor do 85% / 15%.

Como se pode comprobar liñas arriba, en cada oportunidade o alumnado pode escoller entre dúas opcións de exame. A distribución dos exames foi do 50% para cada un dos temas en cada unha das oportunidades. Máis alá desta cuestión, a selección foi completamente aleatoria.

No momento de elaboración deste traballo, todos os textos están transcritos, con indicación das formas riscadas polo alumnado e das claramente engadidas (entre liñas, superpostas...). A transcripción realizouse dentro da plataforma TEITOK (Janssen, 2016), que tamén se utilizará para a visualización dos textos, os cales poderán consultarse tanto na súa versión final como na versión con supresións e engadidos. Con todo, aínda non levamos a cabo o labor de tokenización, lematización e anotación dos textos.

Por tal motivo, para a realización deste traballo acudimos á ferramenta AntConc (<http://www.laurenceanthony.net/software.html>), que nos permitiu facer concordancias sobre os 1000 textos gardados en formato txt. De acordo cos datos que nos fornece AntConc, CORTEGAL está conformado por 231.814 formas (tokens) e 16.630 palabras diferentes (types). Con todo, debe terse en conta que neste cómputo se inclúen as formas riscadas, que, tal e como se indicou, tamén foron transcritas. Nalgúns casos (por exemplo, na análise da acentuación) as buscas realizáronse

coa introdución de caracteres comodín (**ábamos*, **abamos*, **íamos*, *iamos*) e sempre tivemos en conta a posibilidade de encontrar pronomes enclíticos acompañando os verbos analizados (**ábamol**, *ábamonos* etc.). Así mesmo, consideramos sempre a posibilidade de que as formas se escribisen con faltas de ortografía, entre elas a omisión ou adición de acento gráfico. Os resultados das buscas foron filtrados manualmente e os datos que ofrecemos corresponden sempre ao número de estudantes, non ao número de formas, de maneira que se unha forma é proporcionada en varias ocasións por un mesmo informante só se computa unha vez.

3. RESULTADOS E DISCUSIÓN

Neste apartado presentamos e analizamos os resultados obtidos en relación coa acentuación da P4 do Copretérito, Antepretérito e Pospretérito de Indicativo (3.1), co tema de pretérito e con algunhas formas concretas do Pretérito de Indicativo de verbos irregulares (3.2), co Presente de Subxuntivo dunha selección de verbos irregulares en galego ou castelán (3.3), co Presente de Indicativo dalgúns verbos con alternancia <i/e> ou <u/o> na vogal radical (3.4), co Futuro e Pospretérito de Indicativo dun conxunto de verbos irregulares en español (3.5), co Copretérito do verbo *ir* (3.6) e coa presenza de formas compostas co verbo *haber* (3.7).

Recordamos, por outro lado, que as cifras e porcentaxes que se ofrecen nas táboas que figuran nos seguintes subapartados corresponden a estudantes e non a formas, de xeito que as cifras indican o número de informantes que ofreceron exemplos de cada tipo, con independencia de que inclúsen unha ou varias formas. Se un único individuo emprega distintas variantes correspondentes ao mesmo verbo e á mesma persoa ou tempo analizado (por exemplo, *esté* e *estea*) compútase dobremente.

Nas táboas só facemos constar as variantes para as que obtivemos exemplos, pero sempre foron buscadas, ademais das formas normativas, as formas coincidentes ou con posible influencia do castelán, así como outras formas dialectais de cuxa existencia no galego temos constancia (concretamente, as recollidas para cada verbo por Fernández Rei, 1990)³. Os datos que ofrecemos sobre a distribución dialectal das formas extraémolos desta obra, que tira a información esencialmente dos datos do *Atlas Lingüístico Galego* (en diante ALGa), cuxas enquisas se realizaron nos anos setenta do século XX (García, & Santamarina, 1990). Se en Fernández Rei (1990) non obtemos a información que precisamos, acudimos tamén de forma directa ao ALGa.

Nas táboas destacamos en cursiva as formas galegas normativas. Ademais, cando estudamos un verbo (por exemplo *poñer*) con derivados (por exemplo, *supoñer* ou *compoñer*) que

³ No caso de que para a forma normativa non obtiveramos exemplos, excepcionalmente si a facemos constar nas táboas.

seguen o mesmo patrón de conxugación, os derivados quedan representados pola forma non afixada. Puntualmente, ofrecemos información en nota a pé do verbo derivado concreto recollido no corpus.

3.1. Acentuación da P4 do Antepretérito, Copretérito e Pospretérito de Indicativo

No proceso de codificación normativa do galego, en cuxa variedade popular conviven a acentuacións paroxítona e proparoxítona da P4 e da P5 do Antepretérito, Copretérito e Pospretérito de Indicativo, a pronuncia seleccionada para a variedade estándar, nas tres conxugacións verbais, é a paroxítona, tal e como se recolle nas *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego* (en adiante NOMIGA), que xustifican a selección "por seren as formas tradicionais e manteren unha gran vitalidade no galego actual" (Real Academia Galega & Instituto da Lingua Galega, 2012, p. 106). A acentuación proparoxítona que, como acabamos de indicar, tamén se rexistra no territorio galego, coincide coa que encontramos na variedade estándar do español, aínda que a pronuncia paroxítona, a etimolóxica, non é allea ao español (Pato, 2012). Así pois, no código normativo galego encontramos as formas *cantaramos / cantabamos / cantariamos; coméramos / comiamos / comeriamos* e *partíramos / partiámos / partiríamos*, con acentuación no morfema modotemporal nos dous primeiros tempos e na segunda sílaba deste morfema no Pospretérito. Canda estas formas conviven no galego, coincidindo co español estándar, os verbos con acentuación proparoxítona, co acento recaendo na vogal temática no caso do Copretérito e do Antepretérito e na primeira sílaba do morfema modotemporal no caso do Pospretérito: *cantáramos / cantábamos / cantaríamos; coméramos / comíamos / comeríamos* e *partíramos / partiámos / partiríamos*. O mesmo é aplicable á P5, substituindo a terminación *-mos* por *-des*.

Así pois, o esperable sería o uso das formas paroxítonas en CORTEGAL, posto que o emprego das proparoxítonas sería considerado un erro de acentuación, con posible incidencia na cualificación final. Na táboa 1, que presentamos a continuación, ofrecemos os resultados encontrados no corpus relativos á distribución da acentuación, tanto das formas regulares, como as arriba mencionadas, como das irregulares (*tiñamos, eramos...*)⁴. Debe terse en conta, en calquera caso, que, dado o carácter dos textos de CORTEGAL, o número de exemplos encontrados non é moi elevado, especialmente no caso do Antepretérito. Precisamente, o tipo de textos determina a ausencia no corpus da P5 destes tempos verbais, razón pola que queda excluída da análise.

⁴ Non computamos un exemplo con énclice pronominal en que non se acentúa graficamente a palabra en ningunha sílaba: *disfrutariamolá*.

	Ac. paroxítona (normativa)	Porcentaxe	Ac. proparoxítona (non normativa)	Porcentaxe
Antepretérito	5	62,5%	3	37,5%
Copretérito	15	60%	10	40%
Pospretérito	45	34,6%	85	65,4%
<i>Total</i>	66	40,2%	98	59,8%

Táboa 1. Acentuación na P4 do Antepretérito, Copretérito e Pospretérito de Indicativo

Como se pode observar na táboa 1, no caso do Antepretérito e do Copretérito, entre o alumnado que emprega estes tempos verbais, son maioría as persoas que ofrecen as formas normativas, situándose arredor do 60%, mentres que para o Pospretérito, que é a forma máis frecuente en CORTEGAL⁵, as porcentaxes se inverten, sendo a forma proparoxítona a que se sitúa por riba do 60%. Dúas persoas empregan no mesmo texto a acentuación paroxítona e proparoxítona, curiosamente en ambos os casos repetindo o mesmo verbo (un caso no Copretérito, *queriamos* e *queríamos* e outro no Pospretérito, *poderiamos* e *poderíamos*). Ademais, encontramos tres informantes que empregan a acentuación proparoxítona, non normativa, no Pospretérito, pero a acentuación paroxítona no Copretérito (dous casos) ou no Antepretérito (un caso).

Desde o punto de vista dialectal, segundo indica Fernández Rei (1990, p. 85), as formas paroxítonas ocupaban nos anos setenta todo o centro e sur de Galicia, mentres que no resto do territorio se produciu o desprazamento acentual. Con todo, percíbese unha regresión do emprego das formas paroxítonas (Ferreiro, 1999, p. 309), feito que as NOMIGA atribúen á súa consideración como vulgares ao tomarse o castelán como modelo de corrección (Real Academia Galega, & Instituto da Lingua Galega, 2012, p. 106)⁶.

Aínda que os datos sobre a distribución territorial ofrecidos por Fernández Rei (1990, p. 85) corresponden ao Copretérito e ao Antepretérito, o mapa do ALGa (vol. I, nº 19) sobre o Pospretérito ofrece un reparto das formas paroxítonas e proparoxítonas moi similar ao das outras dúas formas verbais, de modo que as diferenzas atopadas en CORTEGAL entre o Antepretérito e o Copretérito, fronte ao Pospretérito, non parecen poden explicarse apelando ao distinto grao de presenza de cada un dos tempos verbais no territorio galegofalante (cando menos de acordo cos datos dos anos setenta). É posible, daquela, que a acentuación paroxítona no Copretérito e no Antepretérito (aínda que os datos que posuímos, sobre todo para esta última forma, son escasos)

⁵ A presenza considerablemente superior do Pospretérito en relación cos outros tempos verbais explícase pola moi frecuente aparición dos verbos modais *deber* e *poder*: *deberíamos*, *poderíamos*.

⁶ Os datos de Louredo Rodríguez (2019, pp. 117-124), obtidos en 2014, confirman esta perda da acentuación paroxítona ao longo das diferentes xeracións, o mesmo que os de Soto Andión (2014, p. 234), correspondentes ao interior da provincia de Pontevedra (municipios de Cotobade e Forcarei).

esteá máis asentada entre o noso alumnado ca a acentuación paroxítona no Pospretérito por razóns que teñen que ver co proceso educativo, co emprego máis tardío e menos frecuente do Pospretérito nos textos do alumnado e daquela, no seu caso, cunha corrección menos frecuente e menos prolongada da súa acentuación.

3.2. Tema de pretérito e Pretérito de Indicativo

Seleccionamos un conxunto de verbos cuxo tema de pretérito, ou algunha persoa en particular, é irregular e diferente en galego e castelán. Os verbos seleccionados inicialmente foron *caber, dar, estar, haber, poder, poñer / pór, querer, saber, ter, traer, ver* e *vir*, cos seus derivados correspondentes, pero do tema de pretérito de *caber* non obtivemos ningún exemplo no corpus. Nalgúns casos ofrecemos información sobre a presenza de determinado tema, independentemente da persoa en que apareza, e noutros casos analizamos unha persoa concreta. Na táboa 2 presentamos aqueles casos en que só atopamos a persoa ou o tema de pretérito propios do código normativo, indicando tanto valores absolutos como porcentaxes de estudantes.

Tema de pretérito		
ESTAR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>estiv-</i>	30	100%
HABER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>houb-</i>	28	100%
QUERER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>quix-</i>	7	100%
TRAER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>troux-⁷</i>	6	100%

Táboa 2. Tema de pretérito: formas verbais irregulares das que só rexistramos exemplos normativos

Na táboa 3 presentamos os resultados obtidos para os verbos con formas non estándares en CORTEGAL.

⁷ Rexistramos un exemplo de *atraxo*, calcado sobre o español *atrajo*: Dado que en galego, a diferenza do español, o tema de pretérito do verbo *atraer* coincide co de presente (*atraen*), non incluímos esta forma na análise.

Tema de pretérito		
DAR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>de-</i>	44	97,8%
<i>di-</i> ⁸	1	2,2%
PODER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>puid-</i>	14	70%
<i>poid-</i>	5	25%
<i>pod-</i> (podeu)	1	5%
POÑER / PÓR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>puix-</i>	37	94,9%
<i>pus-</i>	29	5,1%
SABER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>soub-</i>	2	66,7%
<i>sup-</i>	1	33,3%
TER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>tiv-</i>	66	97,1%
<i>tuv-</i>	2	2,9%
P3 do Pretérito de Indicativo		
DAR ¹⁰		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>deu</i>	24	92,3%
<i>dou</i>	2	7,7%
VER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>viu</i>	10	83,3%
<i>veu</i>	2	16,7%

Táboa 3. Tema de pretérito e Pretérito de Indicativo: formas verbais das que rexistramos exemplos non normativos

Como se pode observar nas táboas anteriores, a presenza de formas non estándares no grupo de verbos estudados é moi escasa. A porcentaxe máis alta de voces non normativas é do 33,3%, pero nun caso (verbo *saber*) en que só se rexistran tres exemplos do correspondente tema de pretérito. En valores absolutos, a cifra máis alta corresponde aos cinco exemplos do radical *poid-* correspondente ao verbo *poder*, que supón un 25% do alumnado que emprega o tema de pretérito deste verbo¹¹. No 36% dos verbos estudados todos os exemplos rexistrados corresponden á forma normativa.

⁸ O exemplo encontrado é *dímonos*.

⁹ Os dous exemplos corresponden ao verbo *supoñer*: *supusese* e *supuso*.

¹⁰ Non hai exemplos da P1.

¹¹ Cómpre sinalar que se rexistran en CORTEGAL dous exemplos do xerundio *poidendo*, que emprega este mesmo

Debe terse en conta, por outro lado, que en moitos casos a forma normativa non é a máis frecuente no galego popular ou ben que, sendo a máis frecuente, existen outras formas no territorio galegofalante cunha extensión considerable¹². Con todo, estas formas non teñen ou apenas teñen presenza en CORTEGAL. Así, de acordo cos datos que ofrece Fernández Rei (1990, pp. 92-103), o "radical castelán" *estuv-*, do que non temos ningún exemplo en CORTEGAL, é o máis estendido no territorio galegofalante. Tampouco temos exemplos do radical *troug-* para o verbo *traer*, que se rexistra por case todo o galego; así como do radical *pud-* do verbo *poder*, coincidente co castelán, nin do radical *soup-* do verbo *saber*, que empregan boa parte dos galegos. Ademais, é mínima a presenza do "radical castelanizado" *tw-*, do verbo *ter*, con só dous exemplos, a pesar de que "aparece por todo o territorio".

3.3. Presente de Subxuntivo

Neste apartado seleccionamos unha serie de verbos cuxo Presente de Subxuntivo é irregular no código normativo galego ou ben é regular neste e irregular en castelán. Os verbos seleccionados inicialmente foron *caber*, *caer*, *dar*, *estar*, *haber*, *poder*, *poñer* / *pór*, *querer*, *saber*, *saír*, *ser*, *ter*, *traer*, *valer*, *ver* e *vir*, cos seus derivados irregulares, así como os verbos acabados en *-cer* e *-cir*, regulares en galego, pero que en castelán toman unha fricativa interdental na P1 do Presente de Indicativo (*parezco*, *conduzco*) e en todo o Presente de Subxuntivo (*parezca*, *conduzca*). Con todo, non encontramos ningún exemplo de uso do Presente de Subxuntivo do verbo *caber*, de modo que queda excluído da análise. Nas táboas 4 e 5 ofrecemos os resultados obtidos para cada caso, seguindo a mesma estrutura das táboas 2 e 3. Na exemplificación das diferentes formas encontradas, utilizamos a P1/P3 para representar todo o paradigma do Presente de Subxuntivo.

Presente de Subxuntivo		
POÑER / PÓR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>poña</i>	17	100%

Táboa 4. Presente de Subxuntivo: formas verbais das que só rexistramos exemplos normativos

radical, así como un exemplo de *puidendo*. Como en calquera verbo, o xerundio constrúese sobre o tema de presente: *podendo*.

¹² Lembremos, en calquera caso, que traballamos con datos dos anos setenta, pois non hai unha descrición completa máis recente.

Presente de Subxuntivo		
CAER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>caia</i>	3	60%
<i>caiga</i>	2	40%
DAR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>dea</i>	5	18,5%
<i>dé</i> ¹³	22	81,5%
ESTAR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>estea</i>	22	30,1%
<i>esté</i>	50	68,5%
<i>esteña</i>	1	1,4%
HABER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>baxa</i>	49	94,2%
<i>haia</i>	3	5,8%
PODER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>poida</i>	81	73 %
<i>poda</i>	30	27%
QUERER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>queira</i>	40	71,4%
<i>quera</i> ¹⁴	16	28,6%
SABER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>saiba</i>	13	81,3%
<i>sepa</i>	3	18,7%
SAÍR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>saia</i>	5	71,4%
<i>salga</i>	2	28,6%
SER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>sexa</i>	311	90,1%
<i>sea</i>	32	9,3%
<i>seña</i>	2	0,6%
TER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>teña</i>	117	99,2%
<i>tenga</i> ¹⁵	1	0,8%

¹³ Na procura de exemplos da P1 ou P3 do Presente de Subxuntivo *de*, con omisión do acento, non realizamos unha filtraxe manual de todas as concordancias da palabra *de* no corpus. Buscamos *de* en determinados contextos (*lle de, se de, que de...*). Isto implica que pode haber algún exemplo de *de* como P1 ou P3 do Presente de Subxuntivo de *dar* que non fose computado.

¹⁴ Non está computado un exemplo con vibrante: *querramos*.

¹⁵ O exemplo corresponde ao Presente de Subxuntivo do verbo *manter*: *mantenga*.

TRAER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>traia</i>	4	80%
<i>traiga</i> ¹⁶	1	20%
VALER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>valla</i>	0	0%
<i>valga</i>	1	100%
VER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>vexa</i>	19	90,5%
<i>vea</i>	2	9,5%
VIR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>veña</i>	7	87,5%
<i>venga</i> ¹⁷	1	12,5%
VERBOS ACABADOS EN -CER E -CIR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>-za</i>	46	79,3%
<i>-zca</i>	12	20,7%

Táboa 5. Presente de Subxuntivo: formas verbais das que rexistramos exemplos non normativos

Fronte ao que ocorría nos verbos analizados no apartado precedente, aquí encontramos tres casos en que a forma maioritaria non é normativa (verbos *dar*, *estar* e *valer*, aínda que neste último caso só temos un exemplo, de modo que non é representativo). Ademais, nos casos en que a forma normativa é maioritaria, as porcentaxes das formas non normativas son superiores ás que atopabamos nas formas do tema de pretérito e en oito delas supérase o 10% (*caer*, *poder*, *querer*, *saber*, *sair*, *traer*, *vir* e os verbos acabados en *-cer* e *-cir*). Só nun caso (*poñer* / *pór*) se rexistra unicamente a forma normativa, e non hai ningún exemplo do Presente de Subxuntivo propio do castelán. Por outro lado, unha persoa escribe no mesmo texto *estea* e *esté*, catro escriben *poida* e *poda* e once *sea* e *sexa*.

As tres formas non normativas maioritarias en CORTEGAL están presentes na lingua popular, de acordo cos datos do ALGa e de Fernández Rei (1990). Este último sinala ao respecto de *dé*, *des...* que as "formas castelás que concorren con *dea*, *deas...*, son paradigmas rexistrados só nuns pouquiños puntos" (1990, p. 93); con respecto a *esté*, *estés*, indica que "as formas castelás rexistráronse en puntos de Ourense, xeralmente a carón de *estea*, *esteas...*" (1990; p. 95) e en relación con *valga* (1990, p. 102), Fernández Rei sinala que o "radical castelán" foi a única forma recollida

¹⁶ Este único exemplo corresponde ao Presente de Subxuntivo do verbo *atraer*: *atraiga*.

¹⁷ O único exemplo rexistrado corresponde ao Presente de Subxuntivo do verbo *convir*: *convenga*.

en moitos puntos da provincia de Pontevedra. Nótese que en ningún dos tres casos a forma era maioritaria no galego popular nos anos setenta, pero parece que o seu uso se incrementou nesta variedade desde ese momento. Así, Louredo Rodríguez (2019, p. 145), no seu traballo sobre o galego do Ribeiro, rexistra un claro avance da forma *esté*, a máis frecuente na segunda e na terceira xeracións, aínda que só un lixeiro avance da forma *dé* con respecto ao seu uso na primeira xeración. Pola súa banda, Soto Andi3n (2014, p. 235) rexistra *esté* e *dé* en falantes mozos.

Debe sinalarse, por outro lado, que as formas *estea* e *dea* se transferiron desde o galego ao castelán de Galicia (Rojo, 2004, p. 1094), e aínda que cada vez son menos frecuentes nesta variedade do español, poden aínda atoparse exemplos con facilidade ("yo ya decía cuando *esteamos* en julio diremos ay qué tiempos aquellos que pasamos tan mal"¹⁸, "Os diré, que no voy a ser una persona que le *dea* mucho tute al coche como vosotros"¹⁹). Como sinala Rojo (2004, p. 1094), estas formas empregadas no castelán de Galicia teñen consideración social baixa e é posible que este feito tivese influencia indirecta na diminución do seu emprego en galego e no aumento do uso das formas coincidentes co castelán.

Por outro lado, son maioritarias no galego popular, ou ben, non o sendo, presentan unha frecuencia bastante elevada as seguintes formas: *poda* (27%, trinta estudantes en CORTEGAL), *sepa* (18,7%, tres estudantes), *sea* (9,3%, trinta e dous estudantes, a pesar de ser a máis frecuente no galego popular e de que *sexa*, co 90,1% e trescentos once estudantes, apenas se rexistre naquel), *traiga* (20%, un estudante). Con respecto ao subxuntivo das formas en *-cer* e *-cir*, o mapa 88 do volume I do ALGa ofrece información sobre o Presente de Subxuntivo do verbo *agradecer*. Obsérvase que a terminación coincidente *-ezca*, coincidente co castelán, se recolle en varios puntos da metade sur de Galicia e é probable que avanzase considerablemente nos últimos anos²⁰.

3.4. Presente de Indicativo dos verbos con alternancia <i/e> (tipo *seguir*) e <u/o> (tipo *subir*)

Neste apartado presentamos os resultados encontrados para unha selección de verbos da terceira conxugación que no galego normativo teñen alternancia vocálica no Presente de Indicativo. Son verbos cuxa vogal radical alterna entre <i> (na P1) e <e> ([ɛ] na P2, P3 e P6, [e] na P4 e na P5) ou entre <u> (na P1, P4 e P5) e <o> ([ɔ] na P2, P3 e P6), e que seguen daquela estes modelos

¹⁸ Exemplo extraído do corpus oral do castelán de Galicia ESLORA (2018), que contén conversas de falantes de Galicia gravadas entre os anos 2007 e 2015. Na versión dispoñible no momento de elaborar este traballo, o corpus contén algo menos de 650.000 palabras ortográficas e ofrece 3 resultados para *estea* (en todo o paradigma) e ningún para *dea*.

¹⁹ <https://www.bmwfaq.org/threads/bmw-330d-automatico-2001.736214/> ("Ubicación: Galicia", 13 de marzo de 2013) (data da consulta 01/05/2020).

²⁰ Dubert García (2005, p. 283) que ofrece datos correspondentes a Santiago de Compostela, sinala que no galego popular urbano se encontran exemplos de *parezco* / *parezca*. Louredo Rodríguez (2019, p. 111) destaca "o aumento na frecuencia da variante *conozco*, entre os máis novos, e a diminución de *conozco*".

de conjugación: *sigo, segues, segue, seguimos, seguides, seguen; subo, sobes, sobe, subimos, subides, soben*. Os verbos foron seleccionados tendo en conta a probabilidade de que estivesen minimamente representados en CORTEGAL de acordo coa súa semántica. Na táboa 6 ofrécense os resultados para a P2, P3 e P6 dos verbos *seguir, sentir, servir* e derivados, e na táboa 7 os correspondentes aos verbos *acudir, cubrir, consumir, cumprir* ('ser necesario') (só da P3 e P6, polo seu carácter impersoal), *subir, xurdir* e derivados²¹. Na primeira columna figuran sempre as tres persoas con independencia de que estean todas elas presentes ou non no corpus.

P2, P3 e P6 do Presente de Indicativo		
SEGUIR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>segue, segues, seguen</i>	95	87,2%
<i>sigue, sigues, siguen</i>	14	12,8%
SENTIR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>sente, sentes, senten</i>	6	30%
<i>sinte</i>	13	65%
<i>siente</i> ²²	1	5%
SERVIR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>serve, serves, sirven</i>	36	87,8%
<i>sirve, sirves, sirven</i>	5	12,2%

Táboa 6. Presente de Indicativo: verbos con alternancia <i/e> tipo *seguir*

P2, P3 e P6 do Presente de Indicativo		
ACUDIR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>acode, acodes, acode</i>	3	27,3%
<i>acude, acudes, acude</i>	8	72,7%
CONSUMIR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>consume, consumes, consomen</i>	10	15,2%
<i>consume, consumes, consomen</i>	56	84,8%
CUBRIR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>cobre, cobres, cubren</i>	3	37,5%
<i>cubre, cubres, cubren</i>	5	62,5%
CUMPRIR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>cómpre, cómpren</i>	22	95,7%
<i>cumpre, cumpren</i>	1	4,3%

²¹ Non incluímos o verbo *sufrir* dada a existencia da forma estándar, aínda que non recomendada, *sofrer*, á que poden corresponder os exemplos con vogal radical <o>.

²² O exemplo encontrado é do derivado *consentir: consenten*.

SUBIR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>sobe, sobes, soben</i>	5	27,8%
sube, subes, suben	13	72,2%
XURDIR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>xorde, xordes, xorden</i>	13	76,5%
xurde, xurdes, xurden	4	23,5%

Táboa 7. Presente de Indicativo: verbos con alternancia <u /o> tipo *subir*

Os resultados varían claramente en función do verbo. Nalgúns é máis frecuente a variante normativa (*seguir, servir, cumprir* e *xurdir*), mentres que no resto predomina a forma sen alternancia (*sentir, acudir, cubrir, consumir* e *subir*), cunha porcentaxe que se sitúa entre o 84,8% de *consume / consumes / consumen* e o 62,5% de *cubre / cubres / cubren*. Por outro lado, unha persoa combina no mesmo texto dous derivados de *seguir* con e sen alternancia (*conseguen* e *persigue*) e outra escribe *segue* e *consíguese*. Ademais, unha terceira escribe no mesmo texto dúas veces *consume(n)* e unha *consume*.

Segundo se sinala nas NOMIGA, os verbos tipo *seguir*

tenden a eliminar a tripla alternancia e a incorporarse ao modelo do grupo anterior (*advertir*), máis regular morfoloxicamente. En realidade, o paradigma dado para *servir* e similares é o histórico, pero ten xa moi escaso apoio na fala popular, en que se tende a utilizar *sirvo, sirves, sirve* etc., segundo o modelo de *advertir* (Real Academia Galega & Instituto da Lingua Galega, 2012, p. 125).

Esta tendencia á perda da alternancia tamén opera no segundo grupo de verbos:

Actualmente hai unha tendencia a regularizar o paradigma dos verbos do tipo *fluxir*, mantendo como vocalismo radical sempre *u* (*fluxo, fluxes, fluxe* etc.); esta tendencia é paralela á que tamén opera nos verbos do tipo *servir* (*sirvo, sirves* etc.); con todo, a alternancia nos verbos do tipo *fluxir* mantén maior vitalidade ca nos do tipo *servir* (Real Academia Galega & Instituto da Lingua Galega, 2012, p. 128).

Os datos sinalados nas NOMIGA para a lingua popular difiren dos encontrados en CORTEGAL, onde a porcentaxe de formas con alternancia vocálica é superior nos verbos tipo *seguir* (80,6%) ca nos verbos tipo *subir* (39,2%). Segundo o que acabamos de indicar, no galego popular a alternancia é pouco frecuente e está en retroceso, de modo que é esencialmente no ámbito do ensino onde se aprende a flexionar estes verbos de acordo co modelo do galego normativo. Agora ben, deixando a un lado os derivados, debe terse en conta que só existen cinco verbos que seguen o modelo de *seguir*, fronte aos vinte e catro verbos que se conxugan como *subir*. Este feito pode explicar que as formas que seguen o modelo normativo sexan máis frecuentes no primeiro grupo, posto que a listaxe de verbos con alternancia é máis doadamente memorizable. Por outro lado, é merecente de destacar o feito de que no caso dos verbos con <u/o> no radical, as formas en que é maioritaria a forma sen alternancia (*acude, cubre, consume, sube*) son coincidentes

co castelán, mentres que aquelas en que predominan os exemplos con alternancia (*cómpre, xorde*) non existen nesta lingua ou son moi pouco frecuentes nela²³.

Finalmente, cómpre sinalar a existencia dunhas poucas formas dos verbos estudados en que o alumnado xeneraliza o emprego de <e> ou <o> no radical. Encontramos no corpus algúns exemplos (nunca máis de tres) de *sega(n)*, *serva(n)*, *senta* (correspondente ao verbo *sentir*), *descobrir*, *consomer*²⁴, *consoman* ou *xorda*. Ás veces o que atopamos é un cambio de conxugación do verbo, con modificación da VT (*seguemos, seguer*) ou a extensión da alternancia a verbos homónimos (*compren* co valor de 'acatar' ou de 'realizar, desempeñar'). Estes exemplos, canda os resultados mostrados nas táboas 6 e 7 e canda a existencia dalgunhas autocorreccións, non sempre na dirección correcta (unha persoa corrixe *consome* para *consume*) mostran a existencia de inseguridade e dificultades na conxugación destes verbos nunha parte considerable do alumnado.

3.5. Futuro e Pospretérito de Indicativo

Na seguinte táboa ofrecemos os datos atopados para o Futuro e o Pospretérito de Indicativo dunha serie de verbos, regulares neses tempos no galego normativo, a diferenza do que ocorre no español. Nas táboas a P1/P3 representa todo o paradigma.

Futuro e Pospretérito de Indicativo		
CABER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>cabará, cabería</i>	2	100%
POÑER / PÓR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>porá, poría</i> ²⁵	3	100%
SABER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>sabará, sabería</i>	2	100%
VALER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>valará, valería</i>	1	100%

Táboa 8. Futuro e Pospretérito de Indicativo: formas verbais das que só rexistramos exemplos normativos

²³ *Cumplir* recóllese nalgúns dicionarios de español co valor de *convenir*, pero o seu uso é moi pouco frecuente e percíbese como arcaico.

²⁴ A mesma persoa noutro lugar do texto escribe *consomer*, risca e pon *consumer*, e finalmente, corrixe para *consumir*. E antes, noutro enunciado, escribira directamente *consumir*.

²⁵ Non hai exemplos co verbo *poñer*. Os tres informantes usan o verbo *pór* ou *supor*.

Futuro e Pospretérito de Indicativo		
HABER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>haberá, habería</i>	52	98,1%
<i>habrá, habría</i>	1	1,9%
PODER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>poderá, podería</i>	133	93%
<i>podrá, podría</i>	10	7%
QUERER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>quererá, querería</i>	2	40%
<i>querrá, querría</i>	3	60%
SAÍR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>sairá, sairía</i>	1	20%
<i>saerá, saería</i>	3	60%
<i>saldrá, saldría</i>	1	20%
TER		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>terá, tería</i>	111	94,9%
<i>tendrá, tendría</i>	6	5,1%
VIR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>virá, viría</i>	2	50%
<i>vendrá, vendría</i>	2	50%

Táboa 9. Futuro e Pospretérito de Indicativo: formas verbais das que rexistramos exemplos non normativos

Como se pode observar nas táboas 8 e 9, só en dous casos predomina unha forma non normativa (*querer* e *sair*), e noutro verbo encontramos o mesmo número de exemplos da forma normativa e non normativa (*vir*), pero trátase nos tres casos de verbos con escasos exemplos en CORTEGAL, o que fai pouco representativos os datos atopados. No resto dos casos, ben non rexistramos ningún exemplo de formas non normativas, ben a súa presenza é escasa e non chega ao 10%. Por outra banda, unha persoa emprega tanto a forma *podería* como a forma *podría*.

No volume I do ALGa só temos información sobre o Futuro e o Pospretérito de *haber* e de *poñer* / *pór*, así como sobre o Futuro de *saber* e de *sair*. Nos catro verbos, en maior ou menor medida, rexístranse as formas coincidentes co castelán *habrá* / *habría*, *pondrá* / *pondría*, *sabr* e *saldrá*, pero estas son sempre minoritarias.

Por outro lado, Dubert García (2005, p. 283), exemplificando con *valer*, *salir*²⁶ e *poñer*, sinala que este tipo de verbos teñen no galego popular unha conxugación perfectamente regular no

²⁶ O mesmo autor (2005, p. 283, nota 12) sinala que *salir* é a forma máis frecuente no galego popular. En CORTEGAL

Futuro e no Pospretérito de Indicativo, pero que no galego popular urbano aparecen formas castellanizadas, sen vogal temática e con interfixo tras a raíz: *valdrei, valdría; saldrei, saldría* etc. O mesmo autor (2005, pp. 283-284) indica que a transferencia non afecta á terminación verbal (rexístrase *saldrei*, pero non *saldre*). O mesmo sucede en CORTEGAL, onde non se encontra ningunha forma rematada en *-ré*.

3.6. Copretérito do verbo *ir*

Na táboa 10 ofrecemos os datos encontrados para o Copretérito do verbo *ir*, que ten no galego popular as realizacións *ía* e *iba*. A P1/P3 representa todo o paradigma.

Copretérito de Indicativo		
IR		
	Número de estudantes	Porcentaxe
<i>ía</i>	16	80%
<i>iba</i>	4	20%

Táboa 10. Copretérito do verbo *ir*

Como se pode observar son maioritarias as formas normativas, aínda que a coincidente co castelán, *iba*, aparece nun 20% do alumnado que emprega este tempo verbal.

Segundo Fernández Rei (1990, p. 97) a forma máis habitual no galego popular é *iba*, mentres que *ía* só se rexistra no suroeste de Ourense e nalgunhas falas pontevedresas.

3.7. Tempos compostos co verbo *haber*

Finalmente, analizamos en CORTEGAL a presenza de tempos compostos co verbo *haber*, que en principio eran alleos ao galego popular moderno, aínda que están penetrando cada vez con máis forza por transferencia do español (Dubert García, 2005, p. 285). Nesta táboa, a porcentaxe representa o número de estudantes que empregan o tempo composto sobre o total de 1000 que conforman a mostra de CORTEGAL. Unha vez máis, a P1/P3 representa todo o paradigma.

encontramos 12 exemplos do verbo *salir* en calquera das súas formas flexivas. O verbo *saír* é moito máis frecuente.

Tempos compostos co verbo <i>haber</i>		
	Número de estudantes	Porcentaxe sobre o número de estudantes de CORTEGAL
ha + participio	13	0,13%
houbese / houbera + participio	3	0,3%
haber + participio	5	0,5%
habería + participio	2	0,2%
había + participio	1	0,1%

Táboa 11. Tempos compostos co verbo *haber*

Como se pode observar, os casos máis frecuentes son os do denominado Pretérito Perfecto Composto (*ha* + participio). Chama a atención que dos dez informantes que empregan esta forma na P1 ou na P3, oito omiten o <h> inicial do verbo *haber*: *a dado, a estado, a experimentado* etc. Dúas persoas empregan tempos compostos diferentes, de modo que a cifra total de estudantes que usa tempos compostos é de vinte e dous, isto é, tan só un 2,2% do alumnado que conforma a mostra.

Tal e como sinala Dubert García (2005, pp. 285-286), no galego popular rural non existen apenas tempos compostos (agás algúns rexistros de *houbera cantado* para o pasado irreal). Con todo, o mesmo autor sinala que no galego popular urbano empezan a aparecer algúns compostos de diferente tipo (*había cantado, habería cantado, haberá cantado, houbera cantado*, e sobre todo *haber cantado*). Non menciona, con todo, *ha cantado*, a forma máis frecuente en CORTEGAL. Unha vez analizados todos os textos en que aparece o Pretérito Perfecto Composto, descubrimos en todos eles outros elementos que mostran que as persoas autoras dos textos, tal e como cabería esperar, non teñen o galego popular como lingua inicial (pronomes átonos enclíticos cando deberían ir proclíticos, formas do castelán inexistentes no galego popular, como *hace, tampoco* ou *pocos*, flexións que mostran adaptacións desde o castelán impropias do galego, como *manteñemos*, uso de *dous* en combinación cun substantivo feminino etc.)²⁷. No resto dos textos con tempos compostos, podemos encontrar ou non elementos deste tipo.

4. CONCLUSIÓNS

Unha vez presentados e analizados os resultados atopados, estas son as principais conclusións que podemos extraer:

²⁷ Na versión final dun destes textos non encontramos problemas deste tipo, pero si na inicial, que posteriormente é corrixida.

1) O alumnado galego de 2º de Bacharelato, e sempre en relación coas formas estudadas, domina en xeral a conxugación verbal propia do código normativo.

2) Con todo, existen algúns casos en que se aprecian dificultades. Cinguirémonos ás formas verbais empregadas por dez estudantes ou máis, no conxunto das súas variantes, o que supón un total de trinta e tres formas das cincuenta analizadas (deixamos a un lado os tempos compostos, en que non establecemos comparación entre formas normativas e non normativas).

a) En sete deses trinta e tres casos a forma máis frecuente non coincide coa estándar: acentuación do Pospretérito, Presente de Subxuntivo do verbo *dar* e do verbo *estar* e Presente de Indicativo dos verbos *sentir*, *acudir*, *consumir* e *subir*. En todos estes casos, as formas maioritarias están presentes, e cada vez en maior medida, no galego popular. Ademais, tales formas son sempre coincidentes co castelán, agás no caso de *sinte* (cast. *siente*).

b) Entre os verbos en que a forma normativa é maioritaria, encontramos porcentaxes superiores ao 10% de formas non normativas en once casos: acentuación proparoxítona do Copretérito (40%), tema de pretérito do verbo *poder* (*poid-*, 25%), P3 do Pretérito de *ver* (*veu*, 16,7%), Presente de Subxuntivo de *poder* (*poda*, 27%), *querer* (*quera*, 28,6%), *saber* (*sepa*, 18,7%) e dos verbos acabados en *-cer*, *-cir* (*-zca*, 20,7%), Presente de Indicativo de *seguir* (*sigue*, 12,8%), *servir* (*sirve*, 12,2%) e *xurdir* (*xurde*, 23,5%) e Copretérito do verbo *ir* (*iba*, 20%). En todos os casos, as formas que superan o 10% están presentes no galego popular, e na súa maioría coinciden co castelán. Nas quince formas restantes, a porcentaxe de formas non normativas é inferior ao 10%.

3) De acordo co exposto, as formas dialectais non normativas e non coincidentes co castelán son moi escasas en CORTEGAL, aínda que teñan un amplo uso no galego popular. A porcentaxe máis alta que alcanzan é ese 25% no tema de pretérito de *poid-* (cinco exemplos). Ademais das indicadas no parágrafo anterior, rexistramos un único exemplo de *esteña*, dous de *seña* e dous de *dou* (P3 do Pretérito de *dar*).

4) No sentido contrario, formas apenas representadas ou con pouca extensión no galego popular, pero que teñen carácter normativo, como *sexa* ou *ía*, presentan porcentaxes de uso moi elevadas en CORTEGAL.

5) As formas non normativas e non presentes no galego popular (como *poden* ou *tendrá*) son tamén moi escasas e nunca alcanzan o 10% (cingúndonos ás formas proporcionadas por dez ou máis estudantes).

6) É relativamente frecuente encontrar exemplos de estudantes que empregan no mesmo texto a forma normativa e unha variante non normativa (por exemplo, *sexa* e *sea*), o que é indicio de que

as formas estándares foron aprendidas, pero non están suficientemente consolidadas. Isto dá lugar a que no texto asomen interferencias, ben do castelán, ben do galego popular.

7) Os tempos compostos co verbo *haber* teñen escasa presenza en CORTEGAL, pois tan só son empregados por un 2,2% do alumnado.

Así pois, os principais problemas encontrados, e aqueles aspectos nos que cumpriría insistir en maior medida no proceso de ensino e aprendizaxe do código normativo do galego, teñen que ver coa acentuación na P4 e P5 de Copretérito, Antepretérito e Pospretérito de Indicativo, co Presente de Subxuntivo de determinados verbos, sobre todo de *dar* e *estar* e coa alternancia vocálica <u/o> dos verbos da terceira conxugación. A maior parte das formas que ocupan o espazo das formas normativas existen no galego popular e coinciden co castelán, mentres que outras formas dialectais diverxentes do castelán apenas están representadas nos textos do alumnado galego de segundo de Bacharelato.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Álvarez de la Granja, M. (2018). Corpus de textos de estudantes galegos (CORTEGAL). Aspectos metodolóxicos. In M. Díaz, G. Vaamonde, A. Varela, M. C. Cabeza, J. M. García-Miguel, & F. Ramallo (Eds.), *Actas do XIII Congreso Internacional de Lingüística Xeral* (pp. 55-62). Vigo: Universidade de Vigo.
<http://cilx2018.uvigo.gal/actas/resumos/655842.html>
- Dubert García, F. (2005). Interferencias del castellano en el gallego popular, *Bulletin of Hispanic Studies*, 8(3), 271-291. <https://doi.org/10.3828/bhs.82.3.1>
- ESLORA: *Corpus para el estudio del español oral*, versión 1.2.2. (2018). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela <http://eslora.usc.es> [01/05/2020]
- Fernández Rei, F. (1990). *Dialectoloxía da lingua galega*. Vigo: Xerais.
- Ferreiro, M. (1999⁴). *Gramática histórica galega. 1. Fonética e morfosintaxe*. Santiago de Compostela: Laiovento.
- García, C., & Santamarina, A. (Dir.) (1990). *Atlas lingüístico galego. Vol. I Morfoloxía verbal*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa; Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Instituto Galego de Estatística. (2019): *Enquisa estrutural a fogares. Coñecemento e uso do galego*. Santiago de Compostela: Instituto Galego de Estatística.
https://www.ige.eu/web/mostrar_actividade_estadistica.jsp?idioma=gl&codigo=0206004.
- Iglesias Álvarez, A. (2016). Castelanismos e galeguismos. A súa relación co estándar, *Estudos de lingüística galega*, 8, 107-125. <http://dx.doi.org/10.15304/elg.8.3074>
- Janssen, M. (2016). TEITOK: Text-Faithful Annotated Corpora. In N. Calzolari, K. Choukri, T. Declerck, S. Goggi, M. Grobelnik, B. Maegaard, J. Mariani, H. Mazo, A. Moreno, J. Odiijk, & S. Piperidis (Eds.), *Proceedings of the Tenth International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC 2016)* (pp. 4037-4043). Portorož: European Language Resources Association (ELRA). http://www.lrec-conf.org/proceedings/lrec2016/pdf/651_Paper.pdf

- Kabatek, J. (2000). *Os falantes como lingüistas. Tradición, innovación e interferencias no galego actual*. Vigo: Xerais.
- Louredo Rodríguez, E. (2019). *Variación e cambio lingüístico en tempo aparente: o galego do Ribeiro* (Tese de doutoramento inédita). Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela. <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/19106>
- Pato, E. (2012). Cantabámos por cantábamos: forma ‘etimológica’ del español rural, *Archivo de filología aragonesa*, 68, 213-230. <https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/32/82/10pato.pdf>
- Real Academia Galega, & Instituto da Lingua Galega. (2012). *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. A Coruña: Real Academia Galega; Instituto da Lingua Galega: Santiago de Compostela.
- Rojo, G. (2004). El español de Galicia. In R. Cano (Coord.), *Historia de la lengua española* (pp. 1087-1101). Barcelona: Ariel.
- Silva Valdivia, B. (2006). *Castelanismos morfosintácticos no galego. Avaliación da competencia do alumnado*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Silva Valdivia, B. (2013). Galego e castelán: entre o contacto e a converxencia. In E. Gugenberger, H. Monteagudo, & G. Rei-Doval (Eds.), *Contacto de linguas, hibrididade, cambio: contextos, procesos e consecuencias* (pp. 287-314). Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, Instituto da Lingua Galega.
<http://consellodacultura.gal/mediateca/documento.php?id=2065>
- Soto Andión, X. (2014). Contacto y desplazamiento lingüístico en dos municipios del interior de Galicia, *Vox Romanica*, 73, 218-246. <https://elibrary.narr.digital/journal/vox/73/1>

**CORRETOR ORTOGRÁFICO E *CORPUS* LINGUÍSTICO:
MATAR DOIS COELHOS COM UMA SÓ CAJADADA**

Matthew Stephen Stuckwisch

**CORRETOR ORTOGRÁFICO E *CORPUS* LINGUÍSTICO:
MATAR DOIS COELHOS COM UMA SÓ CAJADADA**

**SPELL CHECKER AND LINGUISTIC CORPUS:
KILLING TWO BIRDS WITH ONE STONE**

Matthew Stephen Stuckwisch

(Department of Modern & Classical Languages & Literatures,
University of Tennessee at Chattanooga)

Resumo

O que faz falta para o estudo das línguas minoritárias é ainda muito. Uma das ferramentas mais importantes para o estudo de idiomas é o *corpus*. Embora seja bastante fácil hoje preparar um *corpus* básico, é bastante mais difícil criar um *corpus* etiquetado para a pesquisa de estruturas mais gerais, porque é preciso etiquetar as palavras nele introduzidas. Ao mesmo tempo, essas línguas também costumam estar num estado variável de normalização e estandarização, e elas e os seus falantes poderiam beneficiar de um corrector ortográfico. Proponho que, por mor de economia de recursos, é recomendável que quem quiser desenvolver um *corpus* também pense em fazer um corretor já que o trabalho para ambas as tarefas é muito parecido, senão quase idêntico. Este processo é aqui demonstrado empregando o asturiano como exemplo.

Palavras-chave

Corretor ortográfico, *corpus* linguístico, asturiano, línguas minoritárias.

Abstract

There is much missing in the study of minority languages. One of the most important tools for the study of languages is the corpus. Although today it is easy to prepare a simple corpus, it is more difficult to create a tagged corpus because it is necessary to tag each of the words in it. At the same time, these languages tend to be in a variable state of normalization and standardization, and they and their speakers can benefit from a spell checker. I propose that, in the face of limited resources, it is best that a researcher intending to develop a corpus also consider making a spell checker, as the work for both is very similar, if not virtually identical. This process is demonstrated using Asturian as an example.

Keywords

Spell checker, linguistic corpus, Asturian, minority languages.

INTRODUÇÃO

A investigação linguística requer muitas ferramentas diferentes que, por vezes, não são fáceis de criar, porque obrigam tanto a habilidades informáticas quanto a conhecimentos linguísticos. Para as línguas minoritárias, os recursos costumam ser muito limitados, o que, frente aos recursos disponíveis para as línguas dominantes e quando for possível, implica combinar esforços. No presente trabalho, o enfoque será em duas ferramentas linguísticas fundamentais que podem e devem desenvolver-se juntas para reduzir o investimento necessário para ambas, especialmente quanto ao apoio informático. Seguidamente, com o fim de demonstrar a facilidade do processo, apresentar-se-á um caso exemplar, e a importância deste método, usando a língua asturiana.

1. A IMPORTÂNCIA DOS CORRETORES ORTOGRÁFICOS

O propósito de um corretor ortográfico é simples. Ao processar uma sequência de palavras, deve detetar as palavras que foram escritas incorretamente e, se for possível, oferecer algumas recomendações para bem escrevê-las. É uma ferramenta que, para os falantes das principais línguas do mundo, é quase omnipresente no mundo informático, a ser incluída na maioria dos editores de texto e, mais recentemente, diretamente nos sistemas operativos, para ser usada em qualquer aplicação.

Mas a ferramenta é também importante no processo de standardização de uma língua. Como já mencionado, os utilizadores de computadores, tablets ou telemóveis estão já muito acostumados a tê-la à sua disposição. Aliás, segundo várias organizações como a Digital Language Diversity Project (Berger et al., 2018), um corretor ortográfico é um dos primeiros passos para a habilitação de línguas minoritárias no mundo informático. Sem esse recurso tecnológico, é difícil imaginar o uso da língua dentro das tecnologias.

Mesmo entre línguas dominantes e semelhantes, o corretor ortográfico também pode empregar-se com o fim de evitar interferência negativa de outras línguas, enquanto promove a interferência positiva. Nas Astúrias, por exemplo, muita gente a nível popular fala *amestáu*, que é um dialeto que mistura o castelhano e o asturiano. Tal fenómeno é normal em qualquer região de contacto ou fronteira. A falta de escolarização na língua asturiana dificulta-lhes saber que palavras ou até estruturas gramaticais pertencem aos idiomas específicos. Com um corretor, ao introduzir uma palavra como *cerdo*, o utilizador poderá saber que não corresponde ao asturiano (sendo *gochu*), porque não seria reconhecida nem poderia oferecer nenhuma sugestão adequada. Do mesmo modo, se não souber a palavra no asturiano, mas sim no castelhano, pode comprová-la e, se for

reconhecida, beneficiará de uma interferência positiva confirmada. Assim, ao escrever *alumna*, ficará confirmada a validade da palavra e, ao escrever *gato*, terá, entre outras, a sugestão de *gatu*, lembrando ao utilizador que, no asturiano, os substantivos masculinos singulares possuem a flexão *-u* e não *-o* como em castelhano.

Tabela 1. Diferentes versões de uma frase em idiomas ibéricos

língua	frase
asturiano	La xente que nun defende la llingua asturiana sedrán los responsables de la so destrucción.
castelhano	La gente que no defiende la lengua asturiana serán los responsables de su destrucción
mirandês	La giente que nun defiende la lhéngua sturiana seran ls respunsables de la sue çtruçon.
português	A gente que não defende a língua asturiana serão os responsáveis da sua destrução
asturiano (com erros ^a)	La xente que nun <i>defiende</i> la <i>llingua</i> asturiana sedrán los responsables de la <i>su</i> destrucción

^a Os erros —por interferência castelhana— realçam-se em tipo itálico.

Como deve ser evidente no exemplo na Tabela 1, a língua asturiana é muito parecida com as línguas dos seus arredores. O castelhano, língua dominante, exerce uma influência preocupante sobre o asturiano e, por causa dele, não será infrequente encontrar os erros da Tabela 1 em textos escritos ou mesmo, algumas vezes, na comunicação oral dos falantes. Como já mencionado, um corretor ortográfico pode destacar ditas interferências e oferecer boas sugestões se se tratar de formas parecidas (na Tabela 1, deve-se escrever *defende*, *llingua* e *so*). A falta de sugestões, por outro lado, poderia indicar a inexistência de uma palavra cognata. Este benefício não é exclusivo do asturiano: para outras línguas como o escocês (que é semelhante linguisticamente à língua inglesa) ou o mirandês (com o português), será igualmente aplicável.

Mas as línguas que não sofrem desta interferência, por serem muito diferentes das línguas maioritárias onde se falam, também podem beneficiar de um corretor. Apesar de não compartilharem grande quantidade de palavras com as línguas maioritárias que muitas vezes também dominam os seus falantes, o corretor ajuda com o processo de estandarização e correção. Embora não seja um professor, o ato de confirmar, corrigir e sugerir modela o processo de aprendizagem escolar, até para pessoas mais velhas.

2. A IMPORTÂNCIA DO *CORPUS* ETIQUETADO

A outra ferramenta fundamental na investigação linguística é o *corpus*. Mas nem todos os *corpora* são iguais. Têm vários níveis de estrutura, sendo, na forma mais simples, um conjunto de palavras que permite a busca de palavras exatas, talvez com *wildcards* ou sequências simples. Quanto mais fixa a ortografia interior das palavras numa língua, mais fácil será pesquisar uma determinada forma (permitindo que, por exemplo, no mirandês *corr** coincida com *corre*, *corrimos*, *correrdes*). No entanto, para línguas que apresentam modificações internas, como alternâncias vocálicas, harmonia vocálica ou outros tipos de apofonia, será mais difícil. A pesquisa *corr**, que pretende encontrar todas as palavras que são formas de *correr*, por exemplo, não serviria para as formas do presente, pois este apresenta uma alternância vocálica *o-uo* (*cuorre*). Aliás, tanto no mirandês quanto no português, coincidiria com diversos substantivos relacionados, como *corrida*, mas também *correspundença/correspondência*, *corrupção* (port.) ou *corríado* (mir.). Tais pesquisas podem destacar muitas palavras ou sequências não desejadas, ao mesmo tempo que falham em descobrir outras que sim se desejam.

Uma forma de melhorar as buscas é estabelecer um critério para captar só formas verbais, ou só palavras com alguma base particular. Assim, permitem-se pesquisas mais complexas e nítidas. Para línguas pouco ou nada flexionadas, como o inglês ou o chinês, é fácil construir um *corpus* com metainformações, por criar e consultar uma lista de metadados para cada palavra, porque o número de palavras é relativamente pequeno, dado cada lexema ter poucas formas. A palavra com mais variantes morfológicas para o inglês seria *be*.¹ Para cada palavra, portanto, podem ser especificados os seus metadados à mão.

Mas nas línguas mais flexionadas, como as línguas românicas, ou especialmente nas línguas aglutinativas, como muitas das línguas das Américas, se não é impossível, é suficientemente difícil para quase não valer o trabalho. Um verbo transitivo em português pode ter quase meia centena de formas, na flexão simples, e mais de mil contemplando os pronomes clíticos que, na correção ortográfica, se deverão contemplar. Não obstante, os padrões envolvidos costumam ser bastante fixos e previsíveis, o que permite a criação de um algoritmo que determine os mesmos metadados seguindo os padrões. Assim, uma palavra em português como *compravam* poderia ser processada como uma combinação dos elementos *compr-ava-m* (outras divisões seriam possíveis segundo modelo morfológico), com o primeiro elemento a indicar a palavra base *comprar*, o segundo a situar o tempo no pretérito imperfeito, e o terceiro *-m-* na terceira pessoa plural. Para qualquer flexão

¹ As formas de *be*, para além deste infinitivo, são: *am*, *art*, *is*, *are*, *was*, *wert*, *were*, *been*, *being*. Duas delas, *art* e *wert* já são arcaicas.

irregular, os metadados podem introduzir-se manualmente. Essa complexidade não seria talvez um grande problema, mas para calcular os metadados, seria preciso um informático para escrever um programa que, por sua vez, teria de consultar constantemente os linguistas para verificar se os pode calcular sem erro. Isso, claro, sem considerar os custos de o empregar.

3. DESENVOLVENDO AS DUAS FERRAMENTAS

Ambas as ferramentas podem implicar separadamente muito trabalho e obrigar a conhecimentos técnicos. Mas é evidente que podem ter diversos passos em comum, pontos de conexão onde é possível poupar quando se desenvolvem em conjunto.

Existem muitas bibliotecas diferentes para fins de correção ortográfica, mas o Hunspell (Németh, 2018), desenvolvido à base de MySpell (Hendricks, 2011), tem um alto nível de suporte em diversos sistemas operativos. Por esta razão, é recomendável o seu emprego quando os recursos informáticos (sobretudo na disponibilidade de peritos informáticos) são limitados e a compatibilidade é importante.

Os dados para Hunspell vêm em dois arquivos: um dicionário e uma listagem de afixos. Geralmente o dicionário contém uma lista de palavras numa forma base, com indicadores de flexão. A listagem de afixos, por seu lado, indica como modificar cada forma base para indicar pluralidade, género, etc.

O formato de Hunspell permite a inclusão de metadados para palavras e afixos para indicar a classe gramatical, mas é pouco utilizado.² O único dicionário conhecido neste formato que os contém é o húngaro — para o qual o Hunspell foi originalmente desenvolvido. Modificada minimamente a sintaxe para estes metadados, um exemplo de um afixo é o seguinte sufixo que serve para os adjectivos terminados em *-e*, que na forma feminina o troca por um *-a*.

```
SFX Ab Y 3
SFX Ab e a/L1      e gender:f  number:p
SFX Ab e es       e gender:mf number:p
SFX Ab e amente/L1 e                                category:adv
```

No dicionário, cada palavra leva indicações dos afixos admitidos para além dos metadados. A palavra *zoquete* tem a seguinte entrada:

```
zoquete/Ab gender:mn number:s category:adj
```

² Por causa disso, o formato não é tão bem desenvolvido como poderia ser para os metadados relacionados. Dentro do código-fonte do presente projeto, pode-se ver com mais nitidez as ligeiras mudanças realizadas para facilitar a inclusão e processamento dos metadados necessários para o *corpus*.

Ela indica que a forma base é adjetivo singular semiambíguo quanto ao género (masculino ou neutro) e que admite as flexões atrás mencionadas, ou seja, *zoqueta* (feminino e singular), *zoquetes* (plural e ambíguo quanto ao género) e *zoquetamente* (advérbio).³

Para corrigir a ortografia, efetivamente o Hunspell tenta «desflexionar» a palavra, reduzindo progressivamente os afixos até ficar com uma palavra base. Com sucesso, a palavra é bem soletrada; e com fracasso, não, e um editor de texto pode assinalar ao utilizador, quer que a palavra não foi bem soletrada, se houver sugestões,⁴ quer que não existe. Para criar um *corpus* etiquetado, é evidente que a maior parte do trabalho mais complexo já está realizada: ao «desflexionar» cada palavra num texto, somente é necessário recolher os metadados dos afixos, e associá-los à palavra base dentro do *corpus*.

4. O CASO DO ASTURIANO

Para demonstrar a possibilidade de facilmente combinar o trabalho para a criação do um corretor, usámos como caso exemplar a língua asturiana. O asturiano é uma língua do ramo asturleonês das línguas românicas e é falada na região setentrional de Espanha. É falado e entendido pela maioria dos habitantes das Astúrias, mas a alfabetização ainda não é universal entre os falantes. Em 2017, 62 % dos asturianos indicavam poder falá-lo, mas só 38 % indicavam uma capacidade de lê-lo e, ainda pior, apenas 25 % indicavam a capacidade de escrevê-lo (González Riaño et al., 2018, p. 147). Por isso, qualquer ferramenta que facilite a sua escrita — entre dar-lhes confiança ou proporcionar-lhes a mesma funcionalidade que têm para o castelhano — poderia fazer subir a proporção de asturianos que o escrevem.

Ao começar o projeto, o asturiano não contava com um corretor ortográfico adequado. Tinha um *corpus* grande mas básico e tinha uma vantagem importante no início deste projeto: a língua dispunha de um dicionário académico já publicado — O *Diccionariu de la Academia de la Llingua Asturiana* (2000). A Academia amavelmente ofereceu uma cópia digital do mesmo para facilitar este trabalho. Mesmo assim, ainda restava muito trabalho para preparar os dados, porque muitas entradas não vinham com toda a informação morfológica necessária para o projeto. Por exemplo, uma entrada para um substantivo ou adjetivo indicava quando uma palavra tinha duas ou

³ É certo que, morfológicamente, a forma adverbial se forma à base da forma feminina pelo que, estritamente, deve haver uma sequência de dois sufixos. Aqui enfrentamos uma limitação de Hunspell, que somente permite dois sufixos no total. O afixo *L* no exemplo adiciona o *l*. Cada língua terá de determinar, no caso de serem possíveis mais do que três sufixos, como fundi-los no arquivo. Talvez no futuro a dita limitação seja eliminada, para os arquivos de afixos melhor refletirem a morfologia de cada língua.

⁴ O método para gerir as sugestões é complexo e fora da avaliação. As sugestões de Hunspell são normalmente boas, mas, precisamente por ser uma ferramenta geral, as sugestões nunca vão ser tão boas como seriam se o corretor fosse feito exclusivamente para uma só língua (mas, para isso, seria preciso dedicar muito tempo e recursos ao seu desenvolvimento, algo que o presente trabalho tenciona evitar).

três variantes no singular — já que o plural é previsível a partir da forma singular — mas os verbos não indicavam o modelo de flexão, sobretudo se precisavam de ditongação. Apesar de muita desta informação estar presente nas *Normes Ortográfiques* da Academia, ainda foi preciso introduzir manualmente os dados e provê-los quando não estavam disponíveis.

Neste sentido, o grupo SoftAstur prestou a sua colaboração. SoftAstur é uma organização dedicada à localização e tradução de *software* livre para o asturiano. Como acontece com muitos pesquisadores e voluntários na área de línguas minoritárias, há um nível linguístico alto, mas um nível tecnológico incompatível. Para facilitar a introdução de dados, em vez de pedir-lhes para escrever o arquivo Hunspell à mão, criou-se uma folha de cálculo na qual figuravam fórmulas que refletiam os afixos, a qual permitia uma pré-visualização das flexões (Figura 1).

Figura 1. Captura de ecrã da interface usada para introduzir metadados sobre substantivos

	A	B	C	D	E	F
1		FLEXIONES	M	F	TIPU	IRREGULAR
2904	ballena	ballenes		X	reg.	
2905	ballenatu	ballenatos	X		reg.	
2906	balleneru	balleneros	X		reg.	
2907	balleneru	balleneros	X		reg.	
2908	ballesta	ballestes		X	reg.	
2909	ballesteru	ballestera ballesteros ballesteres	X	X	reg.	
2910	ballestrinque	ballestrinques	X		reg.	
2911	balletón	balletones	X		reg.	
2912	ballicón	ballicones	X		reg.	
2913	ballicu	ballicos	X		reg.	
2914	ballique	balliques	X		reg.	
2915	balliqueru	balliqueros	X		reg.	
2916	ballocu	ballocos	X		reg.	
2917	balneariu	balnearios	X		reg.	
2918	balobru	balobros	X		reg.	
2919	balón	balones	X		reg.	
2920	balonazu	balonazos	X		reg.	
2921	baloncestista	baloncestistes	X	X	inv.	
2922	baloncestu	baloncestos	X		reg.	
2923	balonmano		X		reg.	balonmanos
2924	balsa	balses		X	reg.	
2925	balsamina	balsamines		X	reg.	
2926	bálsamu	bálsamos	X		reg.	
2927	balse	balses	X		reg.	
2928	balsera	balseres		X	reg.	

Nota: A interface é simplesmente uma folha de cálculo (Google Sheets) que permitia a colaboração entre vários voluntários. Só precisavam marcar cada palavra como *M* (masculino) ou *F* (feminino), escolher o modelo de flexões (regular, invariável, ou irregular) e verificar se as flexões estavam bem formadas. Para as palavras irregulares, introduziam as flexões manualmente.

Para a maioria das palavras (as regulares), os colaboradores só tinham de marcar cada substantivo como masculino ou feminino. Se se tratasse de uma palavra irregular, as formas poderiam ser adicionadas individualmente. Desta forma, para além da criação inicial da folha, não

seriam precisos conhecimentos técnicos para a sua edição e poderiam trabalhar juntos muitos colaboradores.

Um *script* básico toma os dados da folha e produz um arquivo de dicionário Hunspell que se usa junto com os afixos predefinidos. O Hunspell vem já com um desflexionador que retorna palavras bases com os metadados correspondentes mas, para melhor integração no processamento, criou-se um analisador aparte que emprega os mesmos arquivos e dados.

5. RESULTADOS E EXEMPLO DE USO

Os resultados iniciais são já impressionantes. O pesquisador Matthew J. Burner está atualmente a desenvolver uma tese doutoral na Univeristy of Wisconsin–Madison sobre o emprego do neutro no asturiano (correspondência pessoal, 2019). Enquanto que os substantivos em asturiano normalmente são femininos ou masculinos, os adjetivos, na variedade central, possuem um terceiro género que indica abstração ou, quando aplicado a substantivos, incontabilidade ou materialidade. Curiosamente, o substantivo não muda e, portanto, para referir o que em português seria *a água fria*, diz-se *l'agua frío* (e não o feminino *fría*), para *o trabalho duro*, *el trabayu duro* (e não o masculino *duru*).

No momento, o investigador Burner realiza a sua pesquisa no *corpus* Eslema que é desenvolvido pela Universidá d'Uviéu numa colaboração dos departamentos de filologia e informática. Apesar do tamanho grande do *corpus* (mais de dez milhões de palavras), este não permite pesquisas segundo metadados para além de macrodados como género ou ano de publicação. Para Burner, há duas opções. A primeira é pensar em sequências de substantivos e adjetivos com os quais tem de realizar muitas pesquisas sem sucesso para encontrar alguma concordância. A segunda é pesquisar quer pelo substantivo, quer pelo adjetivo. Apesar de resultar em muitas concordâncias de texto, a plena maioria não serão exemplos da dita sequência porque um substantivo pode concordar no seu género inerente ou no neutro, e um adjetivo neutro pode não se referir a substantivos — resultando problemas parecidos com os descritos na secção sobre os *corpora*. Ambas as opções têm algo em comum: fazem perder muito tempo.

Com a técnica descrita no presente trabalho, pôde fazer-se buscas em textos usando uma sequência muito precisa: substantivo singular seguido por um adjetivo cuja forma possivelmente é a do neutro, sem importância do lexema. Embora no seu caso exista uma possibilidade de recolher também adjetivos masculinos devido à ambiguidade em algumas palavras (por exemplo, *intelixente*, que é comum aos três géneros, ou *encantador*,⁵ comum ao masculino e neutro), é possível limitar os

⁵ Aos adjetivos em asturiano que terminam em *-dor* pode ou não acrescentar-se um *-o* no neutro. Ao feminino, como em português, acrescenta-se sempre um *-a*.

resultados a formas não ambíguas, ou seja, as terminadas em *-o*. Mas, mesmo com a dita ambiguidade na forma, se as concordâncias são visualizadas com contexto, normalmente é possível verificar se é um uso verdadeiro do neutro.

Para comprovar a técnica, fez-se a pesquisa *substantivo-singular* seguido por *adjetivo-possivelmente-neutro* com o texto íntegro de *Un vasu d'agua* de Ángela Carvajal (2017), um poemário de aproximadamente três mil palavras. Eis na Tabela 2 as concordâncias dentro do seu contexto.

Tabela 2. Resultados da pesquisa SUST-SING ADJ-NEUT_(possível) no texto íntegro de *Um vasu d'agua*.

Texto anterior	Concordância	Texto posterior	Neutro?
sábanes felices Y la guasa	<i>de mio</i>	ma Se va el caimán se	x
Cantaba en cuantes me vía	<i>cola maleta</i>	nes manes Ónde andarál' caimán LA	x
al sentiles tiéntame nadar nesa	<i>agua doloroso</i>	descubrir la verdá que nun conozo	√
verdá que nun conozo paezme	<i>más urcente</i>	qu'escapar Y pégame otra vegada la	x
los sos peldaños la so	<i>madera claro</i>	serán d'otros los nuestros pasos Y	√
p'apertar nes manes pequeñes la	<i>rabia inocente</i>	VIDA Van yá dellos años nos	?
Ye güei rellumu mordiscu na	<i>fruta amargo</i>	de la muerte MARINA Lluve na	√
gris nun llagu d'agua verde	<i>y azul</i>	y qué guapes son les horas	x
Cerquina la espinera col so	<i>arume dulce</i>	arrodiando y embizcando'l corazón	?
y atendrème a los fechos	<i>rigor intelectual</i>	llámase esto pero namás ye descreimientu	?
estupor incompresible silenciu Conozo	<i>un probe</i>	dios ye un probe diablu al	x
Conozo un probe dios ye	<i>un probe</i>	diablu al que-y rezo con secretu	x
de la piel pero vago	<i>ente dos</i>	mundos que nun son DUERMES DIOS	x
Doite cuerda por pena y	<i>un poco</i>	pol ruíu que fai nel espaciu'l	x
páxines de pizarra escribe l'agua	<i>cola paciente</i>	claridá de quien yá too lo	x
de lo que foi piénsolo	<i>un poco</i>	per alto con una sonrisuca altiva	x
gota Ye bastante pa mi	<i>güei esti</i>	camín curtiu pel que llevo caminando	x
al fin Ye inestable'l mundu	<i>ye cierto</i>	y permanente la borrina ensinismao	x
CEMENTERIU INGLÉS Arbolón milenariu	<i>solombra verde</i>	tan grande como la vida Nun	?
misteriu la eternidá anda resignada	<i>y amable</i>	pente la yerba cuidando ensin que	x
y nun alcuentro Dame la	<i>mano too</i>	equí ye lo mesmo too equí	x
les plantes mentes escucho el	<i>movimientu musical</i>	númeru tres de Schubert unes cuantes	?
mentes escucho el movimientu musical	<i>númeru tres</i>	de Schubert unes cuantes veces de	x
de Schubert unes cuantes veces	<i>de siguió</i>	porque ye un puru vuelu Básta-y	x
flores que sostién L'agua verde	<i>y claro</i>	baxa burbusando y l'aire frescucu de	x
montesinos señalosos consumíos	<i>pola so</i>	frida abrazaos a les nubes como	x
facer otra cosa l'agua verde	<i>y claro</i>	que baxa burbusando esa filigrana de	x
duelen Sabemos que cásiqye too	<i>dura poco</i>	que cásiqye nada ye necesario Mui	x
dura poco que cásiqye nada	<i>ye necesario</i>	Mui al nuestro pesar la nuestra	x
y entama a respirar esa	<i>borrina triste</i>	y suañador la nuestra vida VELA	?
una neña camina pel pasillu	<i>cola to</i>	lluz ente solombres y al llegar	x

Nota: Os extratos carecem de pontuação. Texto originalmente em maiúscula apresenta-se em versalete.

^a Sabe-se que é neutro segundo a primeira palavra na concordância funciona como substantivo no seu contexto e a segunda palavra funciona como adjetivo que (1) modifica o substantivo e (2) fica flexionado no neutro. Para indicar que não cumpre as condições em absoluto, emprega-se x, que sim as cumpre, usa-se √, e quando é impossível determinar por serem idênticas a forma neutra do adjetivo e a masculina/feminina, marca-se com ?.

É fácil de notar, em alguns casos, que não se trata de sequências *substantivo-adjetivo*, devido a poderem ter formas idênticas alguns adjetivos e, por exemplo, verbos. A maioria dos resultados falsos é por conterem palavras frequentes não substantivos que podem, embora raramente, ser substantivos. Por exemplo, a palavra *y* quase sempre é conjunção coordenativa, mas também é definida pelo *Diccionariu* (2000) como substantivo feminino com a aceção de «Símbolu matemáticu [que representa un valor desconocíu]». Também se recolhem muitos exemplos de sequências cuja neutralidade é impossível de determinar, por conterem um adjetivo que não possui distinção entre as formas masculina e neutra. Por exemplo, ao dizer «borriña triste», a palavra *triste* não muda entre géneros. Apesar de que no dialeto central com que escreve Carvajal esperar-se-ia o neutro com algo incontável como *borriña* (*neblina*, em português) e ela usa-o de facto em frases como «ye cierto y permanente la borriña ensimismao»⁶, é possível que ao falar de «esa borriña», ela a contemple como feminina por considerá-la contável: muitas palavras em asturiano podem ser empregadas quer como contáveis, quer como incontáveis.

No total, três das concordâncias são indubitavelmente casos de neutro, outras cinco poderiam ser, segundo a interpretação contextual, deixando vinte e um casos falsos. Tal resultado poderia parecer mau, mas deve lembrar-se que, se a pesquisa excluísse palavras que raramente são substantivos, como *de* ou *ye*, a proporção entre positivos e falsos seria muito aceitável.⁷

Na Tabela 3, vê-se a drástica redução quando a pesquisa se limita a adjetivos que têm forma própria no neutro: ocorrem os mesmos três positivos, mas já só oito casos falsos. Ao excluir palavras como *de* ou *un*, reduz-se a dois falsos. Com um etiquetador especializado, seria possível diminuir o número de falsos — em troca de tarefas técnicas custosas —, mas como nestes exemplos, o número de falsos não é ingovernável.

⁶ A sequência *borriña ensimismao* é de facto exemplo de neutro mas não saiu nos resultados porque o verbo *ensimismar* não estava registado no *Diccionariu*. Eis aqui um exemplo de como o desenvolvimento do corretor poderia assinalar palavras que possivelmente precisam de registo. De igual forma, no futuro, o pesquisador poderia também acionar a base dos prefixos e sufixos quando a palavra base não aparece no dicionário.

⁷ Para comparação, uma busca de só adjetivos definitivamente neutros (terminados em *-o*, sem consideração do seu possível uso adverbial) encontra 33 exemplos frente a 143 para uma de adjetivos possivelmente neutros.

Tabela 3. Resultados da pesquisa SUST-SING ADJ-NEUT_(includável) no texto íntegro de *Um vasu d'agua*.

Texto anterior	Concordância	Texto posterior	Neutro?
al sentiles tiéntame nadar nesa	<i>agua doloroso</i>	descubrir la verdá que nun conozo	√
los sos peldaños la so	<i>madera claro</i>	serán d'otros los nuestros pasos Y	√
Ye güei rellumu mordiscu na	<i>fruta amargo</i>	de la muerte MARINA Lluve na	√
Doite cuerda por pena y	<i>un poco</i>	pol ruíu que fai nel espaciu'l	x
de lo que foi piénsolo	<i>un poco</i>	per alto con una sorrisuca altiva	x
al fin Ye inestable'l mundu	<i>ye cierto</i>	y permanente la borrina ensimismao	x
y nun alcuentro Dame la	<i>mano too</i>	equí ye lo mesmo too equí	x
de Schubert unes cuantes veces	<i>de siguió</i>	porque ye un puru vuelu Básta-y	x
flores que sostién L'agua verde	<i>y claro</i>	baxa burbusando y l'aire frescucu de	x
facer otra cosa l'agua verde	<i>y claro</i>	que baxa burbusando esa filigrana de	x
duelen Sabemos que cásiqye too	<i>dura poco</i>	que cásiqye nada ye necesario Mui	x

Nota: Os extractos carecem de pontuação. Texto originalmente em maiúscula apresenta-se em versaleta.

^a A neutralidade do adjetivo é confirmada só com o facto de modificar a palavra anterior em caso de esta ser uma palavra que funciona como substantivo. Emprega-se √ quando é exemplo, e x quando não é.

As duas pesquisas não podem recolher todos os exemplos do neutro no texto, devido ao frequente uso de hipérbato na poesia, mas demonstram a capacidade de realizá-las de forma mais nítida que com um *corpus* básico e, mais, realizadas à base de um simples corretor ortográfico. Burner pode criar outras sequências para tentar captar outros exemplos do uso do neutro ou expandir as mesmas para fontes maiores de texto mais amplas e extendidas. Outros investigadores poderiam usar o pesquisador no *corpus* para, por exemplo, encontrar concordâncias de uma reduplicação de pronomes oblíquos independentemente de serem pronomes enclíticos ou proclíticos (mas assegurando que o pronome concorda com o substantivo correspondente). Ou, mais simplesmente, poderiam realizar buscas para palavras em todas as suas flexões.

Fora do mundo académico, os falantes não investigadores do asturiano podem desfrutar do corretor ortográfico dado as suas experiências como utilizadores de computador não serem nada diferentes das com o castelhano. Na realidade, vários autores asturianos já o estão a empregar (Xandru Martino Ruz, Xesús González Rato, correspondências pessoais, 2019), mediante uma versão para LibreOffice. Aliás, quando encontram uma palavra não esteja registada no dicionário, tomam nota, quer para corrigir algum erro nos arquivos, quer para ela ser incluída em próximas edições do dicionário — um não esperado benefício do corretor que pode também facilitar a produção de um dicionário para as línguas que não contam com um dicionário compreensivo. Sem dúvida que algumas das palavras descobertas desta forma serão introduzidas na próxima edição do *Diccionariu*.

6. TRABALHO FUTURO

Espera-se que futuras investigações sejam realizadas com os desenvolvedores do Eslema para permitir o seu emprego neste *corpus*: eles têm como aspiração, desde 2008, a capacitação de pesquisas mais detalhadas como as realizadas no presente trabalho. Para facilitar as ditas pesquisas, desenhar-se-á também uma sintaxe de pesquisa que qualquer investigador possa aproveitar, já que, de momento, as pesquisas têm de ser programadas individualmente com código bastante complexo, à espera de desenvolver ou adoptar uma linguagem de domínio específico.⁸ Enquanto isso, as ferramentas de suporte criadas serão modificadas para serem mais generalizadas, bem documentadas, e distribuídas para facilitar trabalhos parecidos noutras comunidades linguísticas minoritárias (Stuckwisch, 2020).

CONCLUSÃO

Em resumo, atualmente a maioria dos dicionários em formato Hunspell — quer de línguas minoritárias quer de línguas dominantes —, carecem de informação linguística do tipo que facilitaria a criação de *corpora*⁹. Muitas línguas minoritárias nem têm corretor ortográfico, portanto, ao começar a criar um, é importante (e não difícil) combinar o trabalho para fazer um *corpus* etiquetado, visto que não requer muito trabalho adicional. Por exemplo, e sobretudo dada a sua semelhança com o asturiano, o mirandês e o aragonês poderiam quase copiar o modelo apresentado neste trabalho para aproveitar dos numerosos textos literários já escritos. Se para uma língua não existe nenhum dicionário, a poupança pode ser ainda maior: criando simultaneamente dicionário, corretor e *corpus*.

Apesar de que o processo pode precisar de um pouco de trabalho informático, conforme a experiência com o asturiano, o esforço do informático pode ficar muito reduzido enquanto a maioria do trabalho pode ser feito por pessoas que não possuam muitos conhecimentos informáticos e dentro de aplicações que já sabem utilizar. Assim, a expansão das ferramentas disponíveis tanto para os investigadores como para os falantes é possível numa só cajadada.

⁸ O autor conhece a CQL (Corpus Query Language, ou linguagem para consultas de *corpus*) desenhada por SketchEngine (Lexical Computing, s.d.), que já integra muitas das características desejadas, pelo que uma opção seria extendê-la para as outras descritas também neste trabalho.

⁹ Apesar de não existir um único sítio onde estejam todos os arquivos desenvolvidos para Hunspell, Titus Wormer (2020) inclui quase cem no seu repositório. Só o do húngaro fornece os metadados precisos para a criação de um *corpus* etiquetado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academia de la Llingua Asturiana. (2000). *Diccionariu de la Academia de la Llingua Asturiana*. Uviéu: Academia de la Llingua Asturiana.
- Academia de la Llingua Asturiana. (2014). *Normes Ortográfiques*. Uviéu: Academia de la Llingua Asturiana.
- Berger, K. C., Gurrutxaga Hernaiz, A., Baroni, P., Hicks, D., Kruse, E., Quochi, V., Russo, I., Salonen, T., Sarhimaa, A. & Soria, C. (2018). *The LDP Digital Language Survival Kit*. Retirado de http://www.dldp.eu/sites/default/files/documents/DLDP_Digital-Language-Survival-Kit.pdf
- Carvajal, A. (2017). *Un vasu d'agua*. Uviéu: Saltadera.
- González Riaño, X. A., Fernández Costales, A., & Avello Rodríguez, R. (2018). Marcu llegal de la llingua asturiana y aspectos sociollingüísticos y socioeducativos n'Asturies. Em *Informe sobre la llingua asturiana* (2.^a ed., pp. 139–181). Uviéu: Academia de la Llingua Asturiana.
- Hendricks, K. (2011). *Myspell*. <https://code.google.com/archive/a/apache-extras.org/p/ooo-myspell/>
- Lexical Computing (s.d.). *SketchEngine*. Retirado de <http://www.sketchengine.eu>
- Neira Álvarez, X., Viejo Fernández, X., Ferández Lorences, T., Suarí Colomer, R., Fernández Rubiera, F., (s.d.). *Eslema*. Retirado de <http://eslema.uniovi.es/corpus/busqueda.php>
- Németh, L. (2018). *Hunspell* (1.7.0). Retirado de <http://hunspell.github.io>
- Stuckwisch, M. S. (2020). *HunspellTagger* (0.1). Retirado de <http://www.github.com/alabamenu/hunspelltagger/>
- Wormer, T. (2020). *Dictionaries*. Retirado de <https://github.com/woorm/dictionaries/>

**PORTUGUÊS E KIMBUNDU:
HISTÓRIA E VARIAÇÃO LEXICAL**

Paulo Osório

António Cassange

**PORTUGUÊS E KIMBUNDU:
HISTÓRIA E VARIAÇÃO LEXICAL**

**PORTUGUESE AND KIMBUNDU:
HISTORY AND LEXICAL VARIATION**

Paulo Osório

(Universidade da Beira Interior, LabCOM/UBI, CLLC-UA)

António Cassange

(Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto)

Resumo

Refletir acerca do contacto linguístico entre o português e as diferentes línguas nacionais em Angola implica, necessariamente, uma incursão pela história da implantação da língua portuguesa no território angolano, bem como uma caracterização sociolinguística de Angola. Tratando-se de um país com um quadro linguístico complexo, diríamos que se trata de um território plurilingue e multicultural (Ferreira & Osório, 2018) e, por isso, pretendemos analisar, neste estudo, as relações de contacto entre o português e o kimbundu, observando-se, fundamentalmente, a existência de uma influência recíproca entre as duas línguas (Cassange, 2016; António & Osório, 2018). A nossa reflexão incidirá apenas em questões de variação lexical, nomeadamente através da análise de neologismos de base angolana, muitos deles influenciados pelo padrão do Português Europeu (PE). Exploraremos, igualmente, alguns vocábulos do kimbundu, enquanto formas distintas em relação à norma europeia do português, motivando, assim, a existência de duas gramáticas distintas (português e kimbundu). Indicaremos, também, as variantes lexicais existentes na gramática do kimbundu (Cassange, 2016), pelo que norteiam a nossa investigação três objetivos fundamentais: (i) catalogar os vocábulos do kimbundu pertencentes à língua portuguesa; (ii) identificar os vocábulos reciprocamente cedidos e (iii) analisar o valor semântico (desses vocábulos) adquirido na língua de entrada. Na verdade, a convivência das duas línguas tem como efeito imediato o fenómeno de “reciprocidade linguística” (Cassange, 2016), uma vez que se observam, não raro, muitas formas verbais similares às do PE, mas com os radicais do kimbundu (*zungar*, *maguelar*, *caxibacar*, *xaxatar*, entre outros), verificando-se, igualmente, uma situação semelhante com os nomes e adjetivos (*zungueiro*, *kaxibacador*, *maguelador*).

O nosso estudo apresentará, ainda, algumas considerações provenientes da aplicação de um inquérito a falantes do kimbundu (maioritariamente, em Malange), permitindo-nos concluir que esta língua é pouco utilizada, em virtude de ser considerada, pelos autóctones, uma língua de desprestígio social e linguístico face ao português.

Palavras-chave

Variação, contacto linguístico, português, kimbundu, léxico, neologismos.

Abstract

To reflect on the linguistic contact between Portuguese and the different national languages in Angola necessarily implies an incursion into the history of the implantation of the Portuguese language in Angolan territory, as well as a sociolinguistic characterization of Angola. As it is a country with a complex linguistic framework, we would say that it is a plurilingual and multicultural territory (Ferreira & Osório, 2018) and, therefore, we intend to analyze, in this study, the contact relations between Portuguese and Kimbundu, addressing, fundamentally, the existence of a reciprocal influence between the two languages (Cassange, 2016; António & Osório, 2018). Our reflection will focus only on issues of lexical variation, namely through the analysis of Angolan-based neologisms, many of them influenced by the European Portuguese (EP) standard. We will also explore some Kimbundu words, as different forms in relation to the European norm of Portuguese, thus motivating the existence of two different grammars (Portuguese and Kimbundu). We will also indicate the lexical variants that exist in the Kimbundu grammar (Cassange, 2016), which is why our research is guided by three fundamental objectives: (i) to catalog the Kimbundu words belonging to the Portuguese language; (ii) to identify the words reciprocally ceded and (iii) to analyze the semantic value (of those words) acquired in the input language. In fact, the coexistence of the two languages has the immediate effect of the phenomenon of “linguistic reciprocity” (Cassange, 2016), since many verbal forms similar to those of the EP are observed, but with the Kimbundu roots (*zungar, maguelar, caxibacar, xaxatar*, among others), with a similar situation occurring with names and adjectives (*zungueiro, kaxibacador, maguelador*). Our study will also present some considerations arising from the application of a survey to Kimbundu speakers (mostly in Malange), allowing us to conclude that this language is scarcely used, due to the fact that it is considered by the natives as a language of social and linguistic disrepute in relation to Portuguese.

Keywords

Variation, linguistic contact, Portuguese, Kimbundu, lexicon, neologisms.

1. INTRODUÇÃO

A presente investigação tem como objetivo primordial analisar a variação lexical, enquanto fator decorrente do contacto das duas línguas em análise, o português e o kimbundu, sublinhando-se, fundamentalmente, a existência de uma influência recíproca entre ambas (Cassange, 2016; António & Osório, 2018), num contexto que representa uma expressiva diversidade linguística com contornos muito particulares, no que ao contacto de línguas diz respeito (Ferreira e Osório, 2018).

O kimbundu é uma língua falada pelos povos do grupo etnolinguístico ambundu, geograficamente localizados nas províncias de Luanda, Bengo, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Malanje e, igualmente, nas zonas fronteiriças entre as províncias do Bengo, Cuanza-Norte e Malanje com a província do Uíge. Não menos importante, pode-se destacar, ainda, o Oeste da Lunda-Sul e o Sudeste da Lunda-Norte, sendo visível a existência de falantes junto da bacia do *Kwango*. Acresce, ainda, que o kimbundu convive harmoniosamente com o Songo (Sul), o Kikongo (Norte), o Cokwe e o Umbundu (Este). Em relação à variante padrão do kimbundu, os falantes nativos têm dado primazia à variante *Mbaka*, motivados por vários fatores, tais como: (i) a identidade da mesma, (ii) é a que granjeia maior prestígio por ser a que tem servido de instrumento de escolarização nesta

fase mais inicial. Até ao momento, não se vislumbram indícios de desvalorização das demais variantes, uma vez que a unidade entre os falantes desta língua é visível em todo o espaço geográfico de influência e, ao mesmo tempo, justifica-se a partir da mesma origem ancestral.

Em determinados espaços geográficos do território angolano, português e kimbundu convivem, sendo que se verifica, em termos linguísticos, interferência de uma língua sobre a outra. A convivência das duas línguas faz com que cada uma delas receba influência linguística da outra, observando-se, por exemplo, em formas verbais aportuguesadas com os radicais do kimbundu (*Zungar, maguelar, kaxibacar*), com nomes e adjetivos (*zungueiro, kaxibacador, maguelador*), entre outros. Verifica-se, também, que a posição dos morfemas em kimbundu decorre de modo inverso ao da língua portuguesa e, no exemplo acima, a flexão do morfema é final em português (*r = zungar*), ao passo que, em kimbundu, o morfema é inicial (*ku/zunga*): os kimbundos, os ambundos, em português; kimbundu/*ambundu*, em kimbundu.

O português em Angola vem assumindo características particulares que, por razões diversas, o vem separando da variedade europeia da língua portuguesa, nomeadamente no que respeita ao plano lexical. Se tomarmos o kimbundu, uma das línguas em análise nesta investigação, facilmente observamos que a introdução de termos do kimbundu no português nos mostra uma produtividade significativa da neologia. Na verdade, em Angola, país de diversidade linguística muito expressiva, os empréstimos são abundantes e o contacto entre o português e as línguas autóctones produz novas palavras, com novos sentidos e com novos significados. Uma análise ao português falado em Angola deixa, facilmente, perceber uma quantidade expressiva de novos termos que vão proliferando e, num contexto de interferência do português com o kimbundu, damo-nos conta de novos termos que afloram por força, precisamente, desse contacto. Evidencia-se, assim, que muitos neologismos existentes são provenientes de fatores diversos e que, muitas vezes, têm a ver com aspetos extralinguísticos, nomeadamente com os estatutos profissionais dos falantes, com os graus de instrução escolar dos mesmos, com as interferências geográficas, entre outros.

2. VARIAÇÃO LEXICAL: OS ANGOLANISMOS

Neste estudo, pretendemos observar que nos neologismos existentes e na variação lexical daí decorrente, encontramos, para além de marcas linguísticas específicas, um verdadeiro retrato social, abarcando diferentes áreas da vida quotidiana: da economia à política, à tecnologia, à faixa etária e, assim, sucessivamente. A renovação lexical é muito profícua, na medida em que ilustra, de maneira evidente, as transformações pelas quais o sistema de valores partilhados por um grupo passa no seio do social. A partir do momento em que o neologismo é criado adquire um uso

generalizado, a ponto de ser um vocábulo disponível para muitos falantes, que o difundem de forma consciente. Deste modo, por vezes, ocorre a *desneologização*, isto é, o seu impacto de novidade lexical simplesmente se dilui na complexidade de unidades lexicais correntes ou dicionarizadas. Para tal, não basta que o falante crie o neologismo, pois, para se tornar acervo lexical, o vocábulo tem de ser usado por representação significativa, ser difundido e percebido pelos interlocutores (cf. Chicuna, 2014). O processo de inserção de vocábulos em Angola é, todavia, ainda incipiente. A imprensa, a música, as mensagens religiosas e as escolas (nomeadamente superiores) vão catalogando alguns termos. Na verdade, também não se conhece a produção regular de dicionários. Acresce que as contribuições das línguas angolanas para o português se estendem às criações diárias no linguajar que transcendem os vários estratos sociais, sendo que a neologia se realiza por extensão semântica, por empréstimo, por abreviação vocabular, pelo recurso à formação de uma sigla, por acronímia ou por onomatopeia.

Na neologia formal, as palavras novas surgem, entre outros recursos linguísticos, por meio de siglas (ANANGOLA - Associação dos Naturais de Angola - ANA, palavra da língua kimbundu que significa filhos/filhas); por meio de onomatopeias (*burrutar* - verbo onomatopaico: imitação do som ao mastigar alimentos como o milho, mandioca, batata-doce, cenoura, cujo som é *burrutu, burrutu...* ex. Estás a *burrutar* isto há muito tempo); *vuzar* (verbo onomatopaico: fazer algo rápido e mal, do kimbundu *Ku vuzá*, arrancar); *buzumunar* (verbo onomatopaico: cair repentinamente - ex: Ela caminhava firmemente quando de repente ouvimos *bhuzú*, caiu no buraco) e por meio de trunicações (Angopesca - pesca de Angola). De sublinhar que muitos vocábulos caem em desuso e outros adquirem novas aceções. A criação de neologismos é um instrumento inovador e, na tentativa de inovar ou de afastar a pressão profissional, muitos técnicos produzem expressões inéditas, criando termos equivalentes aos dicionarizados e causando muita curiosidade ao falante. Nos centros hospitalares, por exemplo, ouvimos e lemos expressões do género: *fígado cirrotizado* (fígado com cirrose); *cirrotização hepática* (cirrose hepática); *medicalização* (medicação); *dor na topografia do braço* (dor na área do braço); “*O paciente internou*” (está internado); entre outros. Também, em muitas unidades hospitalares e em algumas literaturas médicas, presenciam-se vocábulos que merecem a atenção de um linguista. Na comunidade médica, as patologias são denominadas pelo recurso a expressões em kimbundu ou de explicações com o recurso a vocábulos da língua portuguesa: *mbuku* (deficiente dos membros); *mortelado* (mutilado/amputado); *apanhar pica* (tomar injeção); *tirar chapa* (exame de radiologia, raio x); *escandamento/esquentamento* (gonorreia, devido à sensação de aquecimento do órgão); *marreco* (corcunda); *jiba* (inflamação no processo cifóide, caixa torácica); *cortar a kinhunga ao kinhungueiro* (circuncisão, corte do prepúcio); *cabotomessu* (conjuntivite);

jogar (menstruar); *criança febrada* (febril); *katumbo* (degeneração dos vasos capilares, cabelos encaracolados).

Um dos nossos propósitos neste estudo consubstancia-se, então, em apresentar termos angolanos que se vêm usando no quotidiano ambundu. A recolha destes ilustra uma língua em expansão fora do próprio território nacional: *bancarização* - pagamentos de salários por via dos bancos comerciais; *biateiro* - ponta de lança no futebol que está sempre pronto a marcar golos; *camundongo/camundonga* - cidadão/cidadã natural de Luanda e residente numa outra cidade angolana. Há, igualmente, expressões, cujos significados foram idiomatizados e, mesmo conhecendo a língua, a sua decifração é diatópica:

Ex.1 - Esta moça manda **pacote**. (Refere-se às nádegas avolumadas).

Ex. 2 - Ele deu uma perfeita **rosca**. (Colocou a bola no lado mais distante da baliza, sem hipóteses de defesa do guarda-redes).

Ex.3 - O professor **tirou voado**. (Saiu apressadamente, sem ser notado).

Ex.4 - No interior do táxi, os passageiros têm de **emagrecer**. (Apertarem-se, para que todos caibam no assento).

O kimbundu é, deste modo, reconhecido como a língua autónoma no seio dos seus falantes e que muito têm reclamado para a sua hegemonia no contexto nacional. Nas variantes do kimbundu, nem sempre se descortinam as semelhanças. A variante Songó é um exemplo disso. Alguns estudiosos, por desconhecerem a estrutura funcional desta língua, colocaram-na no âmbito do domínio das variantes do kimbundu, embora, grosso modo, a intercomunicação entre ambas não seja impossível, porquanto um falante ambundu não descodifica aquilo que o falante *BaKimbundu* codifica, conforme podemos exemplificar: *Wamuya Kwebi?* (Estás a ir onde?). Este mesmo enunciado, em songó, reportar-se-ia: *Ibi Kuya Kwabi?* - pequenas alterações no código, impercetíveis para o falante do kimbundu.

De registar, no entanto, que, fruto do processo colonial, há imensos termos do kimbundu presentes no Português do Brasil (PB), nomeadamente nos domínios da botânica, das ciências, da religião, da culinária, entre outros: *batuque* (instrumento de percussão utilizado em cerimónias pagãs ou festivas; sessão do candomblé baiano ou de macumba carioca, ou do xangô pernambucano; junção da expressão do kimbundu "*bu atuka*" (onde salta); *bobó* (do kimbundu *mbombo* ou *bombó*; duro, seco, ressequido; mandioca fermentada ou posta de molho (*bombeca* do verbo *bombecar*) para produzir fuba. Verbo aportuguesado: *bombecar*); *bunda* (nádegas - do kimbundu *mbunda*); *capanga* (bolsa pequena que se usa do pescoço diagonalmente às costas, tiracolo. Significa também guarda-costas. Do kimbundu *kapanga* - apertado entre o sovaco. Tática aplicada na luta livre, logo *kapanga*

é um lutador. Entre os ambundu é comum a expressão “*meter na kapanga*, ou, *kafricar*”); *cochilo* (ato de cochilar; dormir. Do kimbundu *kunkoxila* – cabecear); *farofa* (farinha de mandioca torrada com gordura e, às vezes, ovos); *gingar* (bambolear, saracotear-se. Do kimbundu *Kujinga*- passear, rodopio de ancas); *moleque* (menino de pouca idade. Do kimbundu *muleke*); *quitanda* (pequeno estabelecimento para vender frutas, legumes, cereais; praça, feira, pequeno mercado. Termo do kimbundu *kutanda* - ir para longe); *xingar* (proferir insultos. Do kimbundu *kuxinga* - injuriar, ofender). Na verdade, a história do tráfico negreiro fez com que o kimbundu se introduzisse no contexto latino-americano, sendo, todavia, alguns termos, por força da cristianização, alterados na sua tradução para a língua portuguesa.

3. ESTUDO EMPÍRICO

A metodologia de recolha dos dados para a análise é suportada por dados fornecidos por um inquérito mobilizado para fins estatísticos (Ferreira, 1987), assente em dados de identificação pessoal, de caracterização de influências sofridas ao longo do percurso social e de avaliação do nível de aquisição das quatro competências fundamentais (ouvir, falar, ler e escrever).

3.1. Apresentação e tratamento de dados

Identificação

Sexo: Masculino 100 Sexo Feminino 50

Idades	Amostra (Frequência)
18-20	15
21-30	35
31-40	45
41-50	50
51-70	----
Acima de 70 anos	5

Identidade Linguística

Como aprendeu a falar kimbundu?

	Frequência	Percentagem
Na Família	100	66,67
Na Sociedade	28	18,67
Na Escola	22	14,67
Total	150	100,00

O inquérito mostrou que a maior parte dos falantes ambundu aprendeu a falar kimbundu na sociedade. Parte-se do pressuposto de que a comunidade é uma escola efetiva, uma vez que, por causa do espectro colonial, a família e a escola legaram o ensino da língua à sociedade. Assim, o contacto entre o kimbundu e o português efetiva-se com naturalidade, não tendo o falante ambundu opções de distinção.

Em termos gerais, que acha mais complexo?

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
Português	75	50,00
Kimbundu	75	50,00
Total	150	100,00

Apesar de ser a língua dos nativos, o kimbundu é sentido como uma língua complexa, quiçá pelo facto de não ser objeto de escolarização. Ainda assim, as dificuldades em português são visíveis, quer na oralidade, quer na escrita (cf. Gaspar, Osório & Pereira, 2012). Acresce o facto que muitos falantes não se relacionam bem, nem com uma língua, nem com a outra e, por tal motivo, assistimos à criação de termos facilitadores (vocábulos híbridos), provocando muita variação lexical.

Qual o grau de dificuldade?

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
Dificuldade Oral (Kimbundu)	75	33,33
Dificuldade Escrita (Kimbundu)	75	33,33
Dificuldade Oral (Português)	25	16,67
Dificuldade Escrita (Português)	25	16,67
Total	150	100,00

As dificuldades sentidas pelos falantes equivalem-se em ambas as línguas, quer na oralidade, quer na escrita. Alguns inquiridos mostraram que fazem a realização oral, utilizando, muitas vezes, o mesmo sistema fonológico, pelo que nem sempre são totalmente compreendidos pelos falantes.

Quando ensina, quem mostra mais interesse em aprender kimbundu?

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
Crianças	22	14,67
Jovens	32	21,33
Adultos	96	64,00
Total	150	100,00

Os adultos interessam-se mais em conhecer o kimbundu por razões identitárias, culturais ou outras. O facto de lhes ter sido vedado um ensino formal da língua faz com que, agora, se interessem por aprendê-la, mormente motivados por campanhas para o resgate de valores culturais angolanos.

Funcionamento da Língua

Com os falantes ambundu, comunica mais em:

	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
Kimbundu	75	50,00
Português	75	50,00
Total	150	100,00

Em princípio e pelos dados recolhidos, observamos que os falantes se entendem em ambas as línguas, até mesmo quando criam neologismos, sendo, inclusive, capazes de colocar palavras das duas línguas na mesma construção frásica. A frequência comunicativa em falantes bilingues ocorre de forma simultânea e, muitas vezes, inconsciente, pois, com muita naturalidade, comunicam nos dois sistemas linguísticos, como se se tratasse de apenas um só.

Porquê?

	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
É mais bonito	89	59,33
Tem mais aceitação	34	22,67
Força de hábito	27	18,00
Total	150	100,00

Nas regiões ambundu, existem outros grupos etnolinguísticos que não se inibem em dialogar nas suas línguas. Este hábito entre o ambundu é menos frequente, pois o ambundu tinha falares eruditos e populares. A preocupação em se exprimir na língua portuguesa sempre foi tida como um padrão de maior aceitabilidade social. No contacto com outros grupos bantu, os ambundu mudam de paradigma: alienam-se, resignam-se e equilibram a estatística na utilização das línguas, algo não comum entre os ambundu, já que forçam o uso do português e desistem, não raro, do uso do kimbundu.

Quando a conversa é em português, usa expressões em kimbundu?

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
Usa expressões em kimbundu	105	70,00
Não usa expressões em kimbundu	45	30,00
Total	150	100,00

Os dados ilustram ser usual a utilização simultânea das duas línguas: “bilinguismo funcional”. A convivência entre ambas as línguas não afasta os falantes e a metalinguagem surge apenas em falantes de outras zonas linguísticas que não a dos kimbundu. Nota-se que entre os profissionais, a responsabilidade do uso vernáculo dos dois sistemas linguísticos é vista de forma comum. Tal questão pode dever-se ao facto de não se poder balizar as fronteiras gramaticais de ambas as línguas, fruto do convívio recíproco. É bem natural, no meio de frases, incorporarem-se palavras de uma ou outra língua, sem necessidade de tradução.

Se sim, porquê?

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
É mais bonito	75	50,00
Não tem tradução em Português	75	50,00
Total	150	100,00

As razões invocadas anteriormente, uma vez mais, são reiteradas.

Como se sente ao ouvir falantes a misturar ambas as línguas?

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
Feliz	100	66,67
Triste	50	33,33
Total	150	100,00

Os inquiridos sugerem que o uso dos dois sistemas linguísticos não os incomoda. Contudo, os mais insatisfeitos sugerem que se autonomizem as duas línguas, a fim de que cada uma ocupe o seu próprio lugar no quadro linguístico nacional e até mesmo internacional.

Já usou palavras em português e terminando-as em kimbundu? (ex: *zungar*)

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
Usou	83	55,33
Não usou	67	44,67
Total	150	100,00

A maior parte dos inquiridos alega ter recorrido aos dois registos linguísticos para comunicar.

O que mais aprecia no kimbundu?

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
Verbos	37.5	25,00
Nomes	37.5	25,00
Pronomes	37.5	25,00
Interjeições	37.5	25,00
Total	150	100,00

O que mais o dificulta na língua portuguesa?

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
Verbos	0	0,00
Nomes	0	0,00
Pronomes	0	0,00
Tudo	150	100,00
Total	150	100,00

Há um conhecimento generalizado dos elementos gramaticais do português. Realçamos, todavia, o facto de existir muita dificuldade na assimilação da norma do PE, predominando a preferência pela oralidade (Mingas, 2000).

Sabe-se que a antroponímia joga um papel distinto na vida dos homens. Muitos dos nomes ambundu, expressos em kimbundu, são banalizados e, por vezes, até ridicularizados. Há registos de que vários ambundu rasuravam os seus dados em cédulas, como pretexto de uma fuga ao nome, ou requeriam novos assentos, por causa da depreciação pública, da onomástica representativa do nome e dos insultos de que padeciam na hora da tradução para a língua portuguesa. Alguns exemplos: *Adão Camauindur*: pessoa com bichos nos pés; *António Mangumbala*: crânio saliente; cabeçudo; *Bartolomeu Tarimba*: alpendre para loiça; *Conceição Maculur*: hemorroidas; *Joana Choeta*: pessoa com nádegas espalmadas; *Joaquim Cabolamassu*: dentes podres; *Lourenço Quijussa*: sujo; *Major Cafudissa*: ralhete; *Maria Sambuâmbua*: despassarada; *Martins Sonbi*: envorronhado; *Sampaio Dixinda*: ranho; *Teixeira Kivoa*: burro.

Os funcionários dos serviços públicos atendem em kimbundu?

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
Atendem em Kimbundu	0	0,00
Não atendem em Kimbundu	150	100,00
Às vezes atendem em Kimbundu	0	0,00
Total	150	100,00

Os nativos das regiões inquiridas não utilizam o kimbundu como meio de comunicação no funcionalismo público, pois julgam ser pejorativo falar kimbundu no local de trabalho.

Em que espaços se usa mais o kimbundu?

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
Nas Empresas	5	3,33
Nas Igrejas	100	66,67
Nas Ruas	45	30,00
Total	150	100,00

O kimbundu, de acordo com os dados acima, é mais usado nas igrejas através da transmissão do Evangelho. Nestes locais, reúnem-se pessoas de várias idades e de diferentes estatutos. Contudo, não se inibem em usar a língua nos cânticos, homílias ou em outros rituais religiosos. Em algumas igrejas, recorre-se a interpretes, passando a sessão a ser bilingue ou mesmo plurilingue, em função dos representantes das áreas linguísticas presentes nos locais de culto.

Conhece termos vindos do kimbundu para o português?

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
Não	50	33,33
Sim	100	66,67
Total	150	100,00

Conhece palavras vindas do português para o kimbundu?

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
Sim	100	66,67
Não	50	33,33
Total	150	100,00

Curiosamente, as tabelas ilustram resultados opostos, mostrando que há um maior conhecimento de expressões/palavras/termos vindos do kimbundu para o português do que o inverso. Na generalidade, os falantes têm alguma dificuldade em identificar os termos que foram importados para o kimbundu através da língua portuguesa.

Se sim, indique alguns.

Alambamento, Jindungo, Kamba, Macunde, Jikula mesu, Balumuka. [Exemplos dados pelos inquiridos]

3.2. Problematização de alguns dados

Na realidade angolana, a norma do kimbundu corresponde à variante Mbaka, a qual serviu de base para a tradução da Bíblia. Esta variante circunscreve-se à região de Ambaka, Kakuzu, Phungu-a-Ndongu e Samba-Kaju, embora, esta divisão, nem sempre tenha sido consensual, de acordo com as informações dos nossos inquiridos. Acresce que, das diferentes variantes do

kimbundu estudadas por diversos investigadores, incluindo Redinha (1975), não aparece a variante *ambaka*, justificável pela existência de um subgrupo *Ngola* ou *Njinga*.

Pela análise dos dados, ficou bem patente que a língua portuguesa e o kimbundu são dois sistemas gramaticalmente diferenciados (*vide* Costa, 2006). A leitura dos quadros seguintes revela, tomando somente alguns aspetos gramaticais, as diferenças de determinadas estruturas.

Em linguística africana, o nome é constituído por uma modalidade ou prefixo nominal e por um tema nominal, que pode ser simples, isto é, não analisável, derivado, complexo ou composto. Os temas do nominal podem ser classificados de acordo com a sua estrutura fonológica, número de sílabas, estrutura silábica e tons:

<i>Tipo: CV (consoante/ vogal)</i>	<i>CSV (consoante)</i>
mu –thu (pessoa)	Tu – bya (fogo)
u – ta (arma)	Ku –dya (comida)
mu – xi (árvore)	

Quadro 1 – Temas monossilábicos

<i>Tipo: VCV (vogal, consoante, vogal)</i>	<i>CVCV (consoante, vogal, consoante, vogal)</i>
W –oma (temor)	U – suku (noite)
	Ma – kinu (dança)
W – anda (rede)	Ma – kutu (mentira)
	Ku – bhonza (dificuldade)

Quadro 2 – Temas dissilábicos

U – tuwalelu (gosto)
Ki – semenu (peça para fazer cestos)

Quadro 3 – Temas polissilábicos

Uma das características importantes do funcionamento das línguas bantu é o sistema de classes que, geralmente, se denomina de prefixos nominais. Um prefixo nominal é o elemento caracterizador de todos os acordos (concordância) e está presente em todas as construções linguísticas: *i-nzo*; *ji-nzo* (casa/ casas); *mu-twe*; *mi-twe* (cabeça/ cabeças); *u-ta*; *ma-ta* (arma/ armas); *ki-tadi*; *i-tadi* (dinheiro/ dinheiros) → *inzo ya kitadi*/ *jinzô jya itadi* (casa de dinheiro/ casas de dinheiros) ou seja, banco/ bancos, por analogia. Estes exemplos documentam a ligação entre os

afixos prefixais nominais do singular e do plural em língua nacional kimbundu. No quadro seguinte, encontram-se os prefixos nominais (18), classes mormente existentes nas línguas bantu:

<i>Classes</i>	<i>Prefixo Nominal</i>	<i>Sentido</i>	<i>Exemplo</i>
1	Mu-,	Seres humanos e nomes de família	Muthu
2	a-	Idem	Athu
3	Mu-	Partes do corpo, mudança de tempo, objetos diversos	Mukutu, mundele, mulele
4	Mi-	Idem	Mikutu, mindele, milele
5	di-	Diferentes objetos	Dihonjo, dikamba, dikanu
6	Ma-	Idem, mas também massas incontáveis	Mahonjo-, makamba, makanu
7	Ki-	Vários objetos e serve de informação de aumento ou exagero	kitanda kisoko, kituxi kilukwaku, kimutwe, kinzu
8	i-	Idem	Itanda, isoko, ituxi
9	n-,	Nomes de animais, astros, objetos diferentes	Nguzu, ngombe
10	ji-	Idem	Jinguzu, jingombe
11	Lu-	Palavras de diferentes significados e a formação de exagero	Lukwaku, lumwenu
12	Ma	Partes do corpo e outros objetos. Esse PN é inexistente em várias línguas	Malukwaku, malumwenu
13	Tu-	Designa o diminutivo e formação de alguns nomes ordinários	Tulukwaku tumahonjo tubito, twana
14	u-	Nomes abstratos e os demais	Undandu, uloji, wanga
15	Ku-	Designa os infinitivos verbais e outros tipos de substantivos	Kunwa, kukayela, kuzeka, kusoneka
16	Bhu	Indica um lugar externo, em cima de ...	Bhulu, bhuthandu, bhoxi
17	Ku	Indica a direção onde vai ou vem	Kudima
18	Um	Indica o lugar interno ou sítio fechado	Muzuwo, mumasomo, mukondo

Quadro 4 – Prefixos nominais (Guthrie, 1948; Chatelain, 1888-1889)

O estudo empírico realizado, inquérito feito por meio de questionário, mostrou-nos que o kimbundu é uma língua pouco falada, em virtude dos habitantes das regiões onde existe esta língua terem sido influenciados pelos colonizadores portugueses. Assim, estes habitantes consideram que

ensinando o kimbundu aos seus filhos será, sociolinguisticamente, uma forma de desprestígio social. Defendemos, porém, que os meios de comunicação, sobretudo a Rádio Nacional e a Televisão Pública de Angola, poderiam acrescentar às suas grelhas de programas mais horas para o kimbundu, pois, no modelo atual, poucas pessoas ouvem estes programas por considerarem desinteressante ou por passarem em horários pouco recomendáveis. Acresce, ainda, que uma maior incidência de uso do kimbundu em alguns centros de utilidade populacional (tais como bancos, hospitais, parlamento, sala de aulas) propiciaria um uso mais consistente da língua.

CONCLUSÃO

Esta investigação permitiu-nos aferir alguns aspetos no que respeita ao contacto e à reciprocidade entre o kimbundu e o português. Ambas as línguas regem-se por estruturas gramaticais diferentes e nenhuma delas deve ser relegada para segundo plano. A aceitabilidade e o uso corrente dos termos híbridos entre os kimbundu poderia promover a elaboração de um dicionário convencional da língua portuguesa com base angolana, incorporando, obviamente, vocábulos de outras línguas nacionais com base na língua portuguesa. A não inserção das contribuições terminológicas provenientes do kimbundu tem trazido consequências à língua portuguesa menos abonatórias. Defendemos, assim, uma perspectiva coabitável entre ambas as línguas, devendo-se alargar a discussão sobre o uso oficial dos termos no mesmo contexto linguístico.

A interferência do português no kimbundu dá-se em diversas áreas: botânica, medicina, flora, fauna, religião, entre outras. Muita interferência é registada pelo desconhecimento funcional das duas línguas, pelo que urge um debate sobre a riqueza das influências de uma língua sobre a outra, com vista ao surgimento de uma gramática uniforme entre o kimbundu e o português, bem como de um dicionário de termos híbridos oriundos de ambas as línguas, de acordo com o conceito por nós defendido de “influência recíproca” (Cassange, 2016).

A título de conclusão, poder-se-á dizer que a variação lexical aqui apresentada resulta de uma complexa história das relações entre as línguas autóctones angolanas e o português: prova de riqueza de todos os fatores envolvidos e não de minorização de uns em relação aos outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- António, J. L. & Osório, P. (2018). História e variação morfossintática entre o quimbundo e o português na região de Kwanza Norte, em Angola: formação do plural, concordância de género e formação do diminutivo e do aumentativo dos substantivos. *Fórum Linguístico*, 15(4), 3289-3302.

- Cassange, A. (2016). *A influência lexical recíproca entre as línguas kimbundu e portuguesa*. Luanda, Angola: Universidade Agostinho Neto.
- Chatelain, H. (1888-1889). *Grammatica elementar do kimbundo ou língua de Angola*. Genebra: Typ. de Charles Schuchardt.
- Chicuna, A. (2014). *Portuguesismos nas línguas bantu*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri.
- Costa, A. (2006). *Rupturas estruturais do português e línguas bantu em Angola: para uma análise diferencial*. Luanda, Angola: Universidade Católica de Angola.
- Ferreira, K. & Osório, P. (2018). A variedade angolana do português: contexto histórico e (socio)linguístico. *Fólio – Revista de Letras*, 10(1), 381-407.
- Ferreira, V. (1987). O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos. In A. Silva & Pinto, J., *Metodologia das ciências sociais* (pp. 165-196). Porto: Edições Afrontamento.
- Gaspar, L.; Osório, P. & Pereira, R. (2012). *A língua portuguesa e o seu ensino em Angola*. Rio de Janeiro, Brasil: Dialogarts.
- Guthrie, M. (1948). *The classification of the Bantu languages*. London: Oxford University Press.
- Mingas, A. (2000). *Interferências do kimbundu no português falado em Lwanda*. Lisboa, Portugal: Campos das Letras.
- Redinha, J. (1975). *Etnias e culturas de Angola*. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola.



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis